

Política, sujeitos e práticas produtivas no campo latino-americano

ORGANIZADORES

Júlio César Suzuki

Valterlei Borges de Araújo

Oscar Gerardo Hernández Lara

FFLCH/USP

2017

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago

Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretora: Prof^a Dr^a Maria Arminda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Comitê editorial

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Prof^a Dr^a Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Prof^a Dr^a Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Prof^a Dr^a Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Prof^a Dr^a Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Prof^a Dr^a Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P769 Política, sujeitos e práticas produtivas no campo latino-americano [recurso eletrônico] / organizadores: Júlio César Suzuki, Valterlei Borges de Araújo, Oscar Gerardo Hernández Lara. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2017.
5249,02 Kb ; PDF.

ISBN-e 978-85-7506-311-8
DOI 10.11606/9788575063118

1. Desenvolvimento rural (política) (América Latina). 2. Sociologia rural (América Latina). 3. Agricultura (aspectos socioeconômicos) (América Latina). I. Suzuki, Júlio César, *coord.* II. Araújo, Valterlei Borges de, *coord.* III. Hernández Lara, Oscar Gerardo, *coord.*

CDD 338.18

Elaborada por Elizabeth Barbosa dos Santos CRB-8/6638

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

ISBN-e 978-85-7506-311-8

DOI 10.11606/9788575063118

Júlio César Suzuki

Valterlei Borges de Araújo

Oscar Gerardo Hernández Lara

[organizadores]

Política, sujeitos e práticas produtivas no campo latino-americano

FFLCH/USP

2017

SUMÁRIO

Política, sujeitos e práticas produtivas no campolatino-americano	5
Júlio César Suzuki, Valterlei Borges de Araújo e Oscar Gerardo Hernández Lara	
Brasil: vidas dilaceradas dos trabalhadores vítimas da escravidão contemporânea	10
Alberto Pereira Lopes e Júlio César Suzuki	
Políticas públicas e território na pesca artesanal brasileira	34
Dorival Bonfá Neto e Júlio César Suzuki	
Vejez y el proceso de envejecimiento en el México rural.....	53
Oscar Gerardo Hernández Lara e Júlio César Suzuki	
Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial	82
Vera Maria Favila Miorin	
A territorialização na agricultura familiar	101
Marcos Aurélio Saquet e Joice Aparecida Antonello Abrão	
As relações de “poder” e suas articulações na influência da territorialização espacial do meio rural no município de Tupanciretã – RS.....	124
Vinicius Silva Moreira e Rosa Maria Vieira Medeiros	
As entidades parceiras da produção agroecológica no município de Verê – sudoeste do PR	152
Elaine Fabiane Gaiovicz	
Agroecologia e transformações espaciais: o caso de assentamento Conquista da Liberdade, Piratini, RS.....	179
Edinho Carlos Kunzler e Carmen Rejane Flores Wizniewsky	
Produção de arroz orgânico como vetor de transformações socioespaciais em assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre/RS	198
Christiane Senhorinha Soares Campos e Rosa Maria Vieira Medeiros	
Significado e participação da associação de pequenos produtores orgânicos de Ibiúna na construção de uma agricultura alternativa	219
Vítor Amancio Borges Ferreira e Júlio César Suzuki	

POLÍTICA, SUJEITOS E PRÁTICAS PRODUTIVAS NO CAMPO LATINO-AMERICANO

O campo, na América Latina, passou por transformações muito significativas, particularmente nos últimos 70 anos, no entanto, a história de dominação e subalternização não é tão recente, não só em relação ao trabalhador contratado, mas também em relação ao camponês e às populações tradicionais.

Muitos são os sujeitos, no campo latino-americano, que vivem situações de risco social, econômico, político, ambiental, cultural e físico: como os trabalhadores escravizados, os pescadores artesanais, os velhos, os camponeses em geral (identificados também como agricultores familiares, ainda que as correntes teóricas que os nomeiam sejam bastantes distintas).

Os Estados nacionais latino-americanos ainda não conseguiram resolver os dilemas dos sujeitos subalternizados que vivem no campo, cujos significados destes espaços se redimensionam e se reelaboram nas transformações de suas práticas produtivas e culturais.

Este livro, com foco prioritário na situação brasileira, se situa no cerne da reprodução das relações sociais presente no campo latino-americano. Assim, o objetivo geral que integra as análises aqui reunidas é o de compreender as situações de subalternidade em que vivem os sujeitos sociais em suas práticas produtivas, mediados pelas políticas estatais, e de potencialidade de superação dos obstáculos à construção de caminhos menos opressores.

Neste trilhar de análise das situações em que se inserem os sujeitos sociais na América Latina, no texto **Brasil: vidas dilaceradas dos trabalhadores vítimas da escravidão contemporânea**, de Alberto Pereira Lopes e Júlio César Suzuki, aborda-se a escravidão contemporânea no norte do estado de Tocantins, mostrando como os donos de terra aproveitam-se da condição subalterna dos trabalhadores para torná-los escravos por endividamento. O aliciamento envolvendo toda a família, a distância das fazendas e o confinamento no local de trabalho são algumas das características desse novo tipo de escravidão. O estudo aponta como essas precárias relações de trabalho são construídas no

campo brasileiro, favorecendo a atuação de grandes fazendeiros em detrimento de trabalhadores que tornam subjugados.

Em **Políticas públicas e território na pesca artesanal brasileira**, de Dorival Bonfá Neto e Júlio César Suzuki, discute-se a relação do Estado com a pesca artesanal brasileira. Para isso, faz um levantamento histórico e analisa as políticas publicadas destinadas a esse segmento desde o período da colonização até o atual momento, quando o Estado passa a tentar regulamentar das grandes corporações às pequenas colônias de pescadores artesanais. A verticalização desse controle gera diversos problemas estruturais, especialmente aos pescadores artesanais, que não detém um aparato recursos para inserção dentro de um modelo produção em larga escala.

No texto **Vejez y el proceso de envejecimiento en el México rural**, do professor mexicano Oscar Gerardo Hernández Lara em parceria com o professor brasileiro Júlio César Suzuki, é apresentado um panorama do processo de envelhecimento da zona rural mexicana. Para produzir o que os autores chamam de geodemografia dos espaços rurais no México, os autores fizeram um levantamento histórico das zonas rurais mexicanas e buscaram por dados e mapas de censos e instituições atuantes na área. Com isso, chama-se a atenção para a necessidade de se dedicar maior atenção aos assuntos, visto que esse é um problema muito pouco discutido.

Em **Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial**, a professora Vera Maria Favila Miorin discorre sobre a modernização da agricultura e as consequentes mudanças no desenvolvimento territorial no campo. Para isso, a autora recorre às análises de uso do poder e da política econômica, mostrando como essa suposta modernização causa alterações no campo e nas cidades, devido às migrações dos pequenos agricultores. Como o crescimento produtivo nem sempre deve ser entendido como sinônimo de desenvolvimento, deve-se pensar em outras concepções mais humanistas e aliadas às demandas sociais de cada região.

No texto **A territorialização na agricultura familiar**, parceria de Marcos Aurélio Saquet e Joice Aparecida Antonello Abrão, é apresentado um estudo sobre a territorialização da agricultura familiar em Francisco Beltrão, no Paraná, Brasil. Para isso,

os autores recorrem aos conceitos de território e paisagem, apresentando, a partir do processo de modernização agrícola ocorrido no município especialmente a partir dos anos 1970, as alterações paisagísticas e territoriais. Além de dados, o artigo faz uso de fotos pessoais dos autores tiradas na região, ajudando a evidenciar essa transformação no decorrer das últimas décadas.

Na análise intitulada **As relações de “poder” e suas articulações na influência da territorialização espacial do meio rural no município de Tupanciretã – RS**, os autores Vinicius Silva Moreira e Rosa Maria Vieira Medeiros apresentam as transformações realizadas nos territórios dos assentamentos do município de Tupanciretã, no Rio Grande do Sul. A discussão mostra a dificuldade dos pequenos agricultores, que mesmo se beneficiado das terras não conseguem sobreviver com a agricultura familiar. Essa dificuldade, recorrente na realidade brasileira, majoritariamente advém da fragilidade social, política e econômica dos assentados frente ao agronegócio. A terra, mesmo nas mãos dos assentados, passa a ser reflexo dessa realidade, deixando de lado a policultura de subsistência em detrimento de culturas de plantio associadas à produção agroexportadora, como a soja. Por consequência, todo o território é transformado.

Em **As entidades parceiras da produção agroecológica no município de Verê – sudoeste do PR**, de Elaine Fabiane Gaiovicz, apresentam-se as principais entidades e organizações surgidas a partir da segunda metade do século XX para fortalecimento da agroecologia no município de Verê, no sudoeste do Paraná. Para tanto, é realizado um levantamento histórico e de atuação das seis principais organizações atuantes na região, mostrando como essas entidades coletivas ajudam a fortalecer os pequenos agricultores, a agroecologia e a comercialização da produção agrícola regional, além de fortalecer a estabilidade e a permanência dos pequenos agricultores no campo através de ações afirmativas, redes de apoio, financiamento e valorização da produção com a criação de selos de certificação.

O texto **Agroecologia e transformações espaciais: o caso de assentamento Conquista da Liberdade, Piratini, RS**, de Edinho Carlos Kunzler e Carmen Rejane Flores Wizniewsky, faz uma apresentação do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, trazendo informações de cunho histórico sobre o processo de concentração de

terras no país, iniciado ainda durante a Colonização e permanecendo – por meio de várias mutações – até hoje. Nesse processo, historicamente concentrado nas mãos da elite econômica, não há espaço para os pequenos agricultores. Desse embate surge o MST e outras organizações sociais ligadas à questão agrária. Uma dessas organizações, que apresenta bastante êxito desde sua fundação no início dos anos 1990, está sediada no assentamento Conquista da Liberdade. Assim, a análise apresenta a trajetória do assentamento até o atual momento de sua estabilidade organizacional e econômica.

Em Produção de arroz orgânico como vetor de transformações socioespaciais em assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre / RS, das autoras Christiane Senhorinha Soares Campos e Rosa Maria Vieira Medeiros, apresentam-se as transformações socioespeciais, organizacionais e econômicas geradas a partir da produção de arroz orgânico na região metropolitana de Porto Alegre. O estudo aponta para importantes discussões sobre a produção orgânica em assentamentos, tais como: a possibilidade de produção dentro ou próximo de áreas urbanas; o incômodo gerado nos grandes produtores convencionais a partir da produção orgânica dos assentamentos; a sustentabilidade da produção e as disputas por fatias do mercado por meio de um produto orgânico; a viabilidade, geralmente associada à pequena produção familiar, de produção em larga escala de produtos com certificação orgânica. A síntese final da análise é a de que a produção de arroz orgânico da região metropolitana de Porto Alegre já se constitui como umas das maiores experiências de produção ecológica na América Latina.

O texto **Significado e participação da associação de pequenos produtores orgânicos de Ibiúna na construção de uma agricultura alternativa**, de Vítor Amancio Borges Ferreira e Júlio César Suzuki, apresenta os modelos de agricultura convencional, sobretudo aquela iniciada no pós-guerra com a Revolução Verde, e agricultura agroecológica, especialmente a orgânica plantada em pequenas propriedades, trazendo informações históricas e analíticas sobre o processo de aparecimento e desenvolvimento de cada modelo. Os autores priorizam a análise do campo brasileiro, focando seu estudo na APPOI, uma associação de agricultores no município de Ibiúna, interior de São Paulo. Assim, revelam os percalços e avanços conseguidos por essa associação surgida no final dos anos 1990, quando os produtos orgânicos passam a adentrar as grandes redes de

distribuição e venda, atendendo a um número cada vez maior de consumidores preocupados com a origem da própria alimentação.

Com a apresentação destes estudos de caso, cujos significados são muito maiores do que as realidades analisadas, já que permitem o adensamento de reflexões teóricas e metodológicas, esperamos ter dado contribuição ao importante debate necessário acerca da relação entre política, sujeitos e práticas produtivas na América Latina, aos geógrafos, sociólogos, economistas, agrônomos, humanistas e interessados em geral.

Júlio César Suzuki¹

Valterlei Borges de Araújo²

Oscar Gerardo Hernández Lara³

[organizadores]

¹ Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina/USP; e pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. Email: jcsuzuki@usp.br.

² Doutor em Estudos de Literatura (Literatura Comparada) pela Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil. Atualmente desenvolve pesquisa de Pós-Doutorado no PROLAM/USP. Email: val.borges@gmail.com.

³ Doutor em Geografia pela Universidad Nacional Autónoma de México. Professor na Universidad Autónoma del Estado de México. Email: o.hlara6@gmail.com.

BRASIL: VIDAS DILACERADAS DOS TRABALHADORES VÍTIMAS DA ESCRavidÃO CONTEMPORÂNEA

Alberto Pereira Lopes⁴

Júlio César Suzuki⁵

Resumo: tendo como objeto de pesquisa o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, com foco no trabalho escravo por dívida no norte do estado do Tocantins, a pesquisa é baseada em dados e relatos de entidades sociais envolvidas na luta contra essa nova face da escravidão. A estrutura agrária e fundiária brasileira, majoritariamente concentrada nas mãos de poucos produtores, permite a reorganização de um modelo econômico e político capaz de suportar a exploração de trabalhadores do campo em situação de extrema subalternidade. Essa relação permissiva ganha certa naturalidade enquanto “relação de trabalho”, sendo propositadamente negligenciada pelo Estado.

Palavras-chave: trabalho escravo; escravidão contemporânea; trabalho escravo por dívida; Tocantins.

Introdução

A concentração de terras nas mãos de uma pequena população vem refletir a expansão da pobreza e da miséria, como também a expropriação dos camponeses pelos representantes da agricultura patronal, que hoje se define de agronegócio. Este processo demonstra que a estrutura agrária brasileira, por mais que tenha desenvolvido sua produção e sua produtividade com a criação do agronegócio, tem gerado a expansão dos conflitos no campo.

Nesta perspectiva, tenhamos em mente o passado, desde quando as amarras da violência, da intolerância contra os direitos humanos continuam presentes na sociedade brasileira, e em sociedades semelhantes. Todo este aspecto da estrutura agrária no Brasil

⁴ Doutor em Geografia Humana (USP, 2009). Professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins - UFT – Campus de Araguaína. E-mail: beto@uft.edu.br.

⁵ Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina/USP; e pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. Email: jcsuzuki@usp.br.

revela os velhos quadros da colônia, como se o tempo em determinado momento não se modificasse e se delineasse no espaço geográfico, como a forma de utilização da terra e a organização agrária que daí resulta. Como afirma Fernandes em relação à questão agrária:

“Todavia, a questão estrutural permanece. Do trabalho escravo à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. [...] A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração (FERNANDES, 2005, p. 35).

Estes fatores históricos da estrutura agrária brasileira que permanecem nos dias atuais contribuíram para que houvesse o ressurgimento do trabalho escravo por dívida, em que o trabalhador é submetido devido à falta de serviços em suas localidades. Assim, este trabalhador torna-se uma presa fácil para os aliciadores. Dessa maneira, o objetivo desse trabalho é mostrar a escravidão contemporânea no Brasil na ótica de formas contraditórias de acumulação primitiva do capital que caracterizam a violência no campo por parte dos grandes proprietários de terra em relação ao trabalhador, fazendo renascer o trabalho escravo por dívidas.

A presente investigação partiu da necessidade de entender o objeto de estudo com base em dados e relatos de entidades sobre a natureza do trabalho escravo por dívida no norte do estado do Tocantins. Apesar de se tratar de uma discussão deveras complexa, a literatura específica (dados relatados, livros e pesquisas acadêmicas) são bastante exíguas. Não obstante, fomos em busca de trabalhos que contemplassem essa temática a partir da compreensão das práticas de trabalho escravo nos dias atuais.

As nossas inquietações foram buscadas por meio do entendimento de uma passagem mais recente do regime escravocrata, sobretudo na época colonial. Foi partindo desse pressuposto que o trabalho de pesquisa foi pensado, sem esquecer as categorias geográficas como lugar, fronteira, espaço e território. A nossa preocupação é que o trabalho tivesse uma abordagem geográfica, mesmo com dimensões históricas, já que seria impossível desvincular as duas.

Fizemos levantamento de trabalhos relacionados com o trabalho escravo contemporâneo, como o livro de Padre Ricardo Rezende Figueira (2004), resultado de sua tese de Doutorado; os trabalhos de José de Souza Martins (1997, 1999) que já mencionava em seus estudos essa temática, sobretudo o livro *Fronteira*; os trabalhos realizados pela OIT – 2005/ 2007 (Organização Internacional do Trabalho), da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em nível nacional e regional, além dos sites relacionados a essa temática, por exemplo, os do Ministério Público do Trabalho e da ONG Repórter Brasil. Além da base teórica e histórica, tivemos a oportunidade de participar de seminários organizados pelo Centro de Direitos Humanos de Araguaína e da CPT, em que esse tema foi abordado.

Em relação ao trabalho mais em nível regional, sobretudo na microrregião de Araguaína e do Bico do papagaio, tivemos a oportunidade de receber alguns documentos na Promotoria Pública Federal e do Ministério do Trabalho e do Emprego que foram de grande relevância para o amadurecimento do trabalho, de forma que pudéssemos ver nas entrelinhas as formas de coerção feitas pelos grandes proprietários de terra em relação aos trabalhadores que se tornam vítimas de atrocidades. No que tange à pesquisa, construímos o roteiro de entrevista, tanto para as entidades que trabalham com o trabalho escravo, coordenação do Ministério Público e Emprego, além dos trabalhadores que foram vítimas do trabalho escravo.

O trabalho escravo contemporâneo só existe porque a estrutura agrária permite, porque nela está contida a forma bárbara da violência contra os direitos humanos. A violência no campo brasileiro, entre os sujeitos da luta pela terra, ou os personagens que trabalham na terra, contra os dominadores, torna-se cada vez mais evidente, no sentido da luta contra a expropriação. É por meio da busca de liberdade, da busca de sobrevivência que o trabalhador tem migrado para lugares distantes para vender sua força de trabalho. A migração que atravessa temporalidades históricas tem levado este trabalhador à situação cativa, e nela o trabalho escravo. Este problema que tem afetado a sociedade brasileira é resultado de fatores políticos e econômicos, mediante a concentração da riqueza que resulta na expropriação de trabalhadores.

O trabalho escravo contemporâneo no Brasil: um diálogo necessário

A acumulação do capital é o resultado da riqueza ganha pelos capitalistas em relação aos camponeses por meio do trabalho materializado, que constitui as mais variadas formas de trabalho. A partir desse pressuposto, a fronteira é o local de expansão do capital para a acumulação da riqueza e da degradação do outro. É neste sentido que a fronteira, como categoria geográfica, contribui para a expansão da circularidade espacial no contexto da reprodução dos que são dominados pelos capitalistas a fim de definir a modalidade do desenvolvimento capitalista.

A produção do capital não vai se constituir no contexto das relações capitalistas de produção, mas dentro de relações não-capitalistas de produção, o que demonstra a contradição do capitalismo. A superexploração do trabalhador por meio da força-de-trabalho extraída pelo capital é determinante para a recriação da acumulação primitiva do capital. Em seu interior estão constituídas diversas modalidades, sendo uma delas o trabalho escravo contemporâneo. Essa modalidade de trabalho é possível diante da própria situação em que se encontra o trabalhador, expropriado da terra. O que lhe resta é a sujeição da sua força de trabalho para as formas degradantes a que é submetido, desde o amansamento⁶ da terra para ser utilizada para pecuária extensiva, ou para agricultura. Como aponta Martins:

A diversificação das modalidades de reprodução ampliada e territorial do capital está diretamente relacionada com a mediação da renda da terra. De um lado, porque há distâncias do empreendimento agrícola, pecuário ou extrativo, em relação aos mercados de seus produtos, que permitem extrair do processo econômico a renda territorial absoluta e diferentes formas de renda diferencial. De outro, porque há distâncias que só permitem a extração de uma das modalidades de renda diferencial. De outro, ainda, porque em certas circunstâncias o lucro e a renda, ainda que mediados pelo capital, somente são possíveis se o trabalhador expropriado da terra e engajado na produção agropecuária for submetido a formas de superexploração de sua força de trabalho. São estes últimos os casos de escravidão por dívida e outras variantes do trabalho cativo (MARTINS, 1997, p. 30).

⁶ Amansamento, nesta região de fronteira, é aquele terreno que foi desmatado para ser utilizado nas mais variadas formas, desde a criação de gado bovino até a agricultura.

A discussão sobre a diversificação da reprodução ampliada do capital por Martins nos permite afirmar com maior firmeza que o trabalho escravo contemporâneo é resultado de um estado de deploração do trabalhador nos termos de sua sobrevivência e constitui para o capitalista fundamento para a reprodução ampliada do capital por meio do uso da força de trabalho. O trabalho escravo contemporâneo renasce no interior das localidades distantes, com características que são peculiares à sua forma de existência. A violação aos direitos humanos é um aspecto saliente no tratamento de seres humanos como animais domésticos diante das suas condições de trabalho e da forma de tratamento pautadas na submissão e no medo. O medo da própria liberdade que se encontra ameaçada pelas forças propulsoras da dominação, que submetem o trabalhador à forma de trabalho mais degradante diante da inexistência de condições dignas de trabalho. A liberdade, que é uma forma digna do ser humano, é para o cativo atemorizada diante das condições que lhes são impostas.

O trabalho escravo contemporâneo é a forma determinante que os capitalistas de fronteira encontraram para o processo de acumulação do capital por meio da renda da terra, diante da superexploração do trabalhador em sua forma degradante do trabalho. Nesse sentido, o trabalho degradante está alicerçado no tráfico de pessoas no confinamento pela coação do seu trabalho. Assim, a atuação dos capitalistas diante das atrocidades que impõem aos camponeses, trabalhadores, posseiros e ribeirinhos na fronteira representa de uma certa forma as relações do poder que foram constituídas com o apoio do Estado, pelos mecanismos mais sórdidos, mediante incentivos fiscais.

É por este caminho que os chamados civilizados de fronteira têm atuado como desbravadores de uma região que ainda se encontra com difícil acesso (no caso a Amazônia brasileira) em relação a outras regiões de ocupação mais antiga. Tais empreendedores, os capitalistas, submetem os camponeses e trabalhadores a condições de trabalho degradantes, em nome de um desenvolvimento que teria como fundamento político e econômico a integração da região amazônica às demais regiões brasileiras. O Estado teve um papel fundamental em todo o processo de integração da região amazônica, principalmente na abertura de rodovias e ferrovias, mas, ao mesmo tempo, foi o causador das desigualdades que são estabelecidas entre os capitalistas e os trabalhadores. A política de integração beneficiou os empresários, que investiram na região por meio de subsídios, ao passo que os

trabalhadores foram submetidos à exploração e à expropriação pelos investidores capitalistas. O governo não criou nenhuma política que os favorecesse. Os trabalhadores submeteram sua força-de-trabalho de acordo com as promessas que foram postas por aqueles que atuam na exterioridade do processo, os chamados gatos.

Este processo é complexo diante das categorias teóricas que buscam compreender o trabalho escravo por dívida no interior do sistema capitalista, como descreve Martins:

A complexidade histórica das relações sociais na sociedade contemporânea é diluída (e desfigurada) em estruturas particulares de temporalidade única, artificialmente ligadas entre si pela concepção de articulação de modos de produção. Os 'desvios', nessa orientação híbrida, aparecem como tipos dotados de vida e historicidades próprias. É o que se vê na esdrúxula distinção dualista entre 'capitalismo burguês' e 'capitalismo autoritário', como se o capitalismo autoritário não fosse ele próprio o capitalismo burguês (MARTINS, 1997, p. 84).

Diante da afirmação de Martins, observamos as temporalidades diante dos fatores que irão ocasionar a exterioridade, que é o momento da busca do outro em locais em que o processo produtivo está em ascensão, como no caso da abertura das fazendas. O trabalhador, em vista da falta de oportunidade que o exclui nas cidades ou em pequenos núcleos urbanos, é submetido ao trabalho degradante nas fazendas, como o trabalho escravo por dívida. As relações estabelecidas entre o trabalhador e proprietários são basicamente de natureza dominadora, expressa pelo proprietário da terra, que passa esse domínio aos que lhe representam numa cadeia determinada e determinante.

É necessário acrescentar que o trabalho escravo por dívida constitui uma forma de trabalho aprisionado no interior das propriedades privadas, mas não é um modo de produção escravista porque está instalado no âmbito do capitalismo. Trata-se, na verdade, de um trabalho temporário em que a quebra de acordo entre o trabalhador e quem o contrata torna-se um elemento fundamental no contexto da indignação e da discórdia, o que vem gerar as diversas formas de violência. A cadeia em que se forma o trabalho escravo por dívida (no momento de grandes descobertas em todas as áreas da ciência e no desenvolvimento de novas tecnologias para o crescimento do país) representa um processo de ruptura das formas democráticas, é o desrespeito da vida humana, é a desmoralização daquele que busca a sua sobrevivência por meio da sua própria força de trabalho.

Quando abordamos a questão da cadeia do trabalho escravo por dívida, estamos diante das formas coercitivas de extrema exploração do trabalhador pelo proprietário de terra para a acumulação do capital. A cadeia do trabalho escravo é construída por etapas, que se integram. A primeira etapa é o caso da titulação da terra, a qual é adquirida, muitas vezes, por meio de grilagem ou documentação falsa. A segunda está nas atribuições pelos capitalistas ou proprietários que são feitas da seguinte forma: o proprietário passa a ordem de trabalho para o gerente; este passa a ordem aos chamados gatos; estes, por sua vez, fazem os contratos com o trabalhador que já deixou o campo e foi morar nas cidades ou pequenas localidades. Trata-se de um contrato para amansar a terra, trabalhar na pecuária ou na agricultura, dependendo do serviço disponível na fazenda. Outra característica do trabalho por dívida forçado contemporâneo pode ser identificada no momento de procura daquele trabalhador que saiu em busca da sua própria sobrevivência, o chamado imigrante temporário.

A migração temporária acontece no momento de crise da própria situação financeira dos trabalhadores, quando estes não têm o mínimo para sua sobrevivência. É neste momento que se submetem às formas mais degradantes do trabalho, mesmo que seja apenas para manter o seu corpo, para saciar a fome, às vezes comendo alimentos que não têm uma higienização adequada para a vida humana. A forma de migrar de um trabalhador de uma região para outra, ou de um local para outro numa mesma região, está condicionada à situação em que se encontram suas condições de vida. A falta de trabalho torna esses trabalhadores presas fáceis para os gatos. Nesse sentido, o processo de emigração não é uma forma em que o trabalhador migra por sua espontânea vontade, mas diante de uma obrigação a que está condicionada sua própria existência.

Para Figueira:

Em todo o caso, não se viaja ou se emigra apenas porque se quer, mas também porque se é obrigado. A migração é temporária ou não, individual, familiar ou coletiva, é consequência de uma ação política governamental deliberada e de longa duração ou por ser ocasionada por fatos imprevistos e fulminantes (FIGUEIRA, 2004, p. 101).

Todos estes fatores contribuem para o processo de busca do trabalhador por melhorias em sua qualidade de vida, ou melhor, em sua forma de buscar a sobrevivência,

porque a melhoria em sua qualidade de vida é um contexto não presente em seu cotidiano. Nos termos da própria condição que lhe é imposta, pode-se afirmar que se trata apenas de sua subsistência. É a subjugação atrelada à superexploração do trabalho, é o que resta ao trabalhador devido à falta de oportunidades nos aspectos econômicos, sociais ou políticos. Uma efetiva integração do homem a uma sociedade mais democrática e mais justa na distribuição de renda evitaria as práticas de trabalho escravo que temos presenciado nas diversas regiões do país. Tais práticas já deveriam ter sido extintas desde o século XIX, com a abolição da escravatura.

As formas degradantes do trabalho escravo por dívida constituem um modelo temporário de trabalho em que o trabalhador é submetido a condições análogas às da escravidão, sem uma forma de pagamento pelo trabalho prestado aos proprietários de terras. Esse aspecto deriva da própria condição em que o trabalhador se encontra. Primeiro, a distância de suas localidades é um dos fatores determinantes da coação. Isto porque a falta de comunicação com o meio urbano torna este homem cativo de seus direitos, os quais são aniquilados diante da própria condição em que se encontram como sujeitos desprovidos pela falta de alfabetização, trabalho, moradia, emprego. Dificulta-se, assim, que o trabalhador encontre uma saída de tal situação, pelas discrepâncias que lhes são impostas pelos proprietários de terras que estão envolvidos nesse processo da escravidão contemporânea.

A segunda questão que se estabelece no contexto do trabalho escravo contemporâneo se dá pelas condições a que estão submetidos os trabalhadores, dentre elas: os maus tratos, a má alimentação, a falta de água potável e os alojamentos inadequados, constituindo as formas mais degradantes do trabalho escravo por dívida, no contexto da condição existencial do homem como sujeito que destina sua força de trabalho para favorecer o grande proprietário.

As temporalidades que se sucedem às práticas de trabalho escravo por dívida são ocasionadas pelos processos de mudança no cenário da modernização em que há uma relação entre riqueza e poder e o progresso ocorre por meio da ordem e do domínio. Este cenário é próprio dos países cujas transformações políticas e sociais são inexpressivas, em que os setores modernos são responsáveis pelas formas arcaicas de produção para os

mecanismos de acumulação da riqueza. É neste cenário, então, que os países não desenvolvidos, por meio da atuação do Estado, sempre favoreceram a burguesia, a qual tem causado, de certa forma, um atraso para as camadas menos favorecidas. Isto porque há, no entanto, uma troca de favores entre o Estado, conservador de formas que o construíram como instituição, e a burguesia, que nunca assumiu sua responsabilidade política como classe que determina e que domina o território que ocupa.

Martins, sobre o processo de modernização brasileira, analisa:

O novo surge sempre como um desdobramento do velho: foi o próprio rei de Portugal, em nome da nobreza, que suspendeu o medieval regime de sesmarias na distribuição de terras; foi o príncipe herdeiro da Coroa portuguesa que proclamou a Independência do Brasil; foram os senhores de escravos que aboliram a escravidão; foram os fazendeiros que em grande parte se tornaram comerciantes e industriais ou forneceram os capitais para esse desdobramento histórico da riqueza do país (MARTINS, 1999b, p.30).

O trabalho escravo por dívida é o resultado de uma classe dominante que, na história, muda apenas o nome com que se reconhece – como do coronelismo para os grandes proprietários de terras do agronegócio. Tais atores, por sua vez, são comerciantes, industriais e empresários, em sua grande maioria responsáveis pelo trabalho escravo dos trabalhadores ou por outras modalidades, no caso mais amplo do trabalho forçado que reduz o homem às formas mais mortificantes. Diante desse contexto, Martins vem elucidar o resultado do trabalho contemporâneo na atualidade:

Nessa dinâmica, é que pode ser encontrada a explicação para o fato de que são os setores modernos e de ponta, na economia e na sociedade, que recriam ou, mesmo, criam, relações sociais arcaicas ou atrasadas, como a peonagem, a escravidão por dívida, nos anos recentes. Trata-se, portanto, de uma sociedade estruturalmente peculiar, cuja dinâmica não se explica por processos políticos e históricos dos modelos clássicos (MARTINS, 1999b, p.30).

O trabalho escravo por dívida nasce no conjunto de fatores que definem a realidade desse processo; tais fatores são constituídos pela dominação de um sobre o outro, configurando também atitudes de paternalismo do dominador para adquirir a confiança do dominado. Trata-se de situações degradantes e predatórias a que as pessoas vítimas do trabalho escravo são submetidas.

A história do trabalho escravo no Brasil não é algo novo, na verdade a abolição da escravidão representou um novo momento econômico-social, em que o mercado internacional exigia novas formas de produção, baseadas na organização dos empreendimentos, nos produtos acabados e, neste sentido, o regime escravocrata representava um entrave para o desenvolvimento da economia no país. Como analisa Ianni:

O regime representava um obstáculo à expansão da racionalidade indispensável à aceleração da produção de lucro. Como a economia nacional estava organizada para produzir mercadorias, isto é, lucro, a empresa exigia renovação contínua, tanto em sua organização geral como no planejamento da utilização dos fatores. Por isso, impõe-se a transformação do escravo em trabalhador livre, daquele que é meio de produção em assalariado (IANNI, 2004, p.29).

A abolição da escravatura não representou de fato a igualdade entre os homens, já que estes permaneceram excluídos de trabalho, da terra para trabalhar, de um lugar para morar. O escravo torna-se livre perante a lei, mas torna-se excluído de seus direitos como cidadão. Nos dias atuais, muda-se apenas a forma de escravizar o excluído do sistema, mas as práticas se diferenciam muito pouco daquelas do sistema colonial. Se, em se tratando de trabalho escravo moderno, as formas de tratamento estão no açoitamento, nas amarras das correntes, no trabalho escravo contemporâneo as formas de tratamento não se diferenciam, sendo ainda mais cruel porque pode levar o trabalhador à morte, à dívida e à exploração.

Apenas alterou-se a forma de escravizar, do escravo negro no regime colonial legitimado pelas leis regentes no país, para o escravo sem distinção de cor, raça, religião. É a subalternidade do trabalhador que está em jogo para ampliação do processo produtivo e ampliação do capital nas mãos de poucos. O homem livre como sujeito tem agora a valorização da sua força de trabalho baseada em salário. No entanto, não é ele quem determina o preço de sua força de trabalho; tal preço é subordinado à imposição dos donos de propriedade. O Quadro 1 mostra as diferenças entre o trabalho escravo moderno e o contemporâneo em suas formas de atuação para gerar a riqueza dos donos das propriedades.

Quadro 1: a escravidão moderna *versus* a escravidão contemporânea: um estudo comparativo

Brasil	Escravidão moderna	Escravidão contemporânea
Propriedade legal	Permitida	Proibida
Custo de aquisição de mão-de-obra	Alto: a riqueza de uma pessoa podia ser medida pela quantidade de escravos	Muito baixo: não há compra e, muitas vezes, gasta-se apenas com transporte
Lucros	Baixos: havia custos com a manutenção dos escravos	Altos: se alguém fica doente pode ser mandado embora
Mão-de-obra	Escassa: dependia de tráfico negreiro, prisão de índios.	Descartável: um grande contingente de trabalhadores desempregados.
Relacionamento	Longo período: a vida inteira do escravo e até de seus descendentes.	Curto período: terminado o serviço, não é mais necessário prover o sustento.
Diferenças étnicas	Relevantes para a escravidão.	Pouco relevantes: qualquer pessoa pobre ou miserável pode ser escravizada, independente da cor da pele.
Manutenção da ordem	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos.	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos.

Fonte: Trabalho escravo no Brasil - Organização Internacional do Trabalho, 2007
Org. Alberto Pereira Lopes. mar. 2008.

O comparativo apresentado pelo Quadro 1 demonstra que há certa semelhança entre trabalho escravo moderno e trabalho escravo contemporâneo. Tal semelhança apresenta-se principalmente no contexto da superexploração, quando os trabalhadores são obrigados a trabalhar sobre a manutenção da ordem, que está relacionada à violência psicológica e física. Percebe-se que na nova escravidão o sujeito se torna descartável, isto é, se apresenta diante da mão-de-obra que é abundante e na qual o trabalhador se encontra em situações degradantes, tornando-se uma presa fácil para os grandes proprietários. Ainda no Quadro 1,

quanto ao relacionamento entre patrão e empregado na escravidão moderna e na escravidão contemporânea, há, de certa forma, diferenças, porque o indivíduo, na época colonial, era cativo e tinha moradia fixa na senzala das fazendas, enquanto o indivíduo vítima do trabalho escravo contemporâneo pode permanecer nas fazendas por um curto período, apenas enquanto os serviços estiverem em andamento; ao terminar, não há necessidade do trabalho. O trabalhador é descartado sem nenhum direito trabalhista.

É neste sentido que abordamos a temporalidade do trabalho escravo contemporâneo. Este vem surgir logo após a abolição da escravatura, com outras características, mas com o mesmo grau de desumanização, de exploração, de tal modo que o trabalhador, por necessidade de sobrevivência, se submete às formas degradantes de trabalho. Nesta perspectiva, o surgimento do trabalho escravo contemporâneo nasce da ruptura do trabalho escravo colonial para novas formas de produção inseridas no capitalismo. É a sujeição do outro ao processo produtivo em face da própria desigualdade a que está submetido.

A discussão do trabalho escravo contemporâneo surge no início do século XX, sob iniciativa das Nações Unidas. Dessa forma, a Anti-Slavery International (ASI) afirma que:

O primeiro tratado internacional proibindo a escravidão – a Convenção sobre a Escravidão – foi estabelecido em 1926 pela Liga das Nações (predecessora das Nações Unidas). Seguiu-se a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura, adotada pelas Nações Unidas em 1956. As quatro ‘instituições e práticas análogas à escravidão’ reprimidas pela convenção Suplementar foram: escravidão por dívidas; servidão; viúva transmitida por sucessão e várias formas de casamento servil; e criança entregue para trabalhar para adultos (ASI, 1999, p.49).

Este tratado define as situações às quais os trabalhadores têm se submetido. Diante de tal condição, a Convenção de 1956 serviu para pressionar as instituições, governos, grupo de direitos humanos e entidades de outras categorias a se organizarem de forma a tomarem medidas necessárias para a erradicação destas práticas similares à escravidão. Foi a partir desta convenção que o mundo conheceu a distribuição geográfica das práticas análogas à escravidão, tais como: escravidão por dívida, servidão, trabalho forçado, trabalho infantil. Essas práticas têm sido construídas entre os grupos mais subalternos da

sociedade, é a reafirmação da pobreza constituída de suas mazelas, condicionando o trabalhador à submissão.

O trabalho escravo contemporâneo não é um problema locacional ou regional de um país, a distribuição geográfica do trabalho escravo se faz presente em várias partes do mundo. Elencarei algumas. Sul da Ásia, onde existe uma segregação socialmente imposta por uma camada hierárquica que define todas as relações sociais e econômicas. A classe mais baixa da sociedade é submetida à escravidão por dívida. No Paquistão, a constituição aboliu em 1972 a escravidão por dívida, mas esta aparece em alguns setores da economia, em manufaturados, construção, artigos esportivos e tapetes. No Nepal, existe um termo, *haliya*, que é utilizado para a obrigação dos trabalhadores trabalharem para os proprietários de terras, diante do grau de pobreza e do endividamento a que são submetidos, isto devido ao sistema de castas. Neste país, a maioria dos trabalhadores escravizados pertence ao grupo indígena Tharu (ASI, 1999). Fazendo uma abordagem mais ampla podemos citar que o trabalho escravo contemporâneo apresenta-se em vários pontos do mundo, além desses já citados; acontece ainda na África, Oriente Médio, Haiti e República Dominicana.

Como podemos observar, a escravidão é um fenômeno que não acabou. Há muitos casos de submissão, de servidão e de outras práticas a que os trabalhadores são sujeitos que não são reconhecidos como tal, o que vem dificultar ações e soluções para erradicação deste mal que tem corroído os deserdados do sistema. Como afirmam Guimarães e Bellato:

A construção de uma cultura que não admite o trabalho escravo (nem tampouco compactua com ele) parece depender de uma ação enérgica das autoridades responsáveis pelo cumprimento da lei. Ouve-se freqüentemente falar da observância ao direito de propriedade e, no entanto, se esquece que o descumprimento da sua função social é requisito determinante para a perda da propriedade. A erradicação da pobreza, da miséria e das diferenças regionais parece não ser objeto de contumaz defesa como o é o 'direito à propriedade', independentemente da observância legal das relações de trabalho (GUIMARÃES e BELLATO, 1999, p 75).

Assim, não podemos pensar o trabalho escravo como algo que venha alimentar uma ideologia, mas como processo que procura compreender as causas e os efeitos dos vitimados pela coerção e violência, elementos indispensáveis na exploração da força de

trabalho dos que são submetidos. É necessário ter cautela para não cairmos no vazio ideológico; tem-se de discutir a escravidão no Brasil contemporâneo numa direção teórica na qual está intrínseca a diversidade histórica e a contradição às quais o sistema capitalista determina.

O modelo econômico vigente o qual o capitalismo atravessa, pautado na globalização da economia, torna-se cada vez mais evidente. Intensifica-se a força de trabalho para a produção em grande escala, de modo a atender os mercados internos e externos. É neste sentido que as práticas de exploração do trabalho são mais fundadas diante da concorrência das empresas, dos donos de capitais que reduzem os custos e ao mesmo tempo é reduzida a compra da força de trabalho. Este processo não é típico apenas no meio urbano, mas também no meio rural. A produtividade do trabalho é o elemento essencial para obtenção da mais-valia retirada da força do trabalho dos trabalhadores. É diante desta questão que irá aparecer o trabalho forçado, no qual está inclusa a escravidão por dívida.

A globalização veio beneficiar de uma certa forma a classe já consolidada (os donos de capitais), afetando o processo de trabalho que exige um certo grau de conhecimento. Expulsam-se milhões de trabalhadores dos seus empregos desprovidos das exigências que lhes são impostas. Diante dessa consideração, o resultado de todo este processo é catastrófico: desemprego, subemprego, terceirização das relações de trabalho, em que se intensifica a exploração do trabalho, além de perdas de conquistas trabalhistas. Como afirma Martins:

O novo modelo econômico que resulta da chamada globalização tem levado, em muitos países, à intensificação da exploração do trabalho e à anulação de conquistas trabalhistas da maior importância. [...] é nessa nova realidade econômica que a superexploração tende, em circunstâncias específicas, a se tornar trabalho escravo. É seguramente esse um dos poderosos fatores que levaram a Organização Internacional do Trabalho, em 1993, a constatar a existência, no mundo, de mais de seis milhões de trabalhadores escravizados (MARTINS, 1999, p. 131).

A interpretação de quem observa o trabalho degradante é diferente de quem ouve pelos noticiários rotineiros, sobretudo o senso comum, porque o pesquisador se depara com

a realidade em que cada vítima está submetida. Quem ouve não sabe da realidade concreta dos fatos, eis a complexidade de compreender o que seja concretamente a escravidão por dívida. Não se trata de uma escravidão do tipo colonial em que as amarras, as correntes, as chicotadas estão à vista de cada um que observa. A escravidão contemporânea é camuflada, encontra-se no interior do sistema capitalista, porque nele estão suas formas de contradição e desigualdade. A camuflagem se dá no momento da contratação, das promessas falsas de quem a realiza. É nesta perspectiva que o trabalhador é autuado pelo grupo móvel do Ministério Público Federal, sem compreender a exploração de sua mão-de-obra, o que se torna cada vez mais dependente de sua própria sujeição.

O Brasil conviveu com diferentes dilemas de sujeição da classe trabalhadora em todo seu período de colonização. Os trabalhadores foram explorados para a acumulação da riqueza por meio dos que dominavam todo o patrimônio, em nome do seu próprio interesse, determinando as relações de produção baseadas em grandes extensões de terras. Nesse contexto, a fundamentação teórica para a formação do escravo contemporâneo por dívida no Brasil nasce a partir das oligarquias coloniais que tinham por objetivo a extensão e a acumulação do capital. Se o escravo moderno foi abolido em 1888, este período marca o início de novas formas de exploração. Inicia-se a exploração generalizada do negro, do índio, do branco, do mestiço, ou seja, dos que não participaram das benesses do Estado, o qual sempre foi o responsável pela organização do território e por garantir a acumulação dos fazendeiros.

A produção espacial deste país foi construída por meio da exploração e da expropriação de uma classe marginalizada que sempre esteve ao comando dos guardiões do Estado, com o desígnio de garantir a reprodução personificada do capital. Esta reprodução construída por meio das classes marginalizadas representou o avanço e desenvolvimento da grande propriedade, com seus dominadores, os quais se constituíram como classe bem definida para manter seus próprios interesses. Essa classe dominadora que expande seu domínio em direção às novas fronteiras é responsável pelo renascimento do trabalho escravo por dívida ou trabalho forçado como categoria mais ampla nas diversas modalidades de trabalho.

A complexidade desta categoria faz emergir um cenário de violência contra os direitos humanos. Em determinado momento, não está bem definido na consciência de quem é vítima, diante das formas que são colocadas as relações trabalhistas, que subordinam não só a mão-de-obra dos que se submetem à degradação, mas a sua forma de pensar, de agir e de lutar pelo direito. A forma de neutralização da consciência do trabalhador pelas relações de poder da classe dominadora impede que o homem subordinado enxergue a exploração da sua mão-de-obra. Esta incapacidade de pensar faz surgir a responsabilidade de que, para este homem simples, deve-se pagar o que lhe convém, a dívida que construiu com o patrão, e para ele, o correto é não sujar suas mãos com o alheio.

Este é um dos fatores complexos do trabalho escravo contemporâneo por dívida, porque nele está implícita a culpa daquele que não é culpado, de responsabilizar o que não poderá ser responsável, de não reconhecer o que é servil. É este o trajeto que as elites no campo têm trilhado, mantendo as mesmas táticas de momentos históricos anteriores. Desse modo, no momento atual, são repassadas as responsabilidades de trabalho pelos proprietários para os seus subordinados. O traficante recruta o trabalhador em localidades em que há uma escassez da terra para trabalhar, como também de trabalho para dar sustentação à família. Neste caso, o traficante se manifesta como aquele que veio dar abertura de frentes de trabalho para aqueles necessitados, realizando propostas afirmativas de boas condições de salários, como também de infraestrutura. O primeiro passo é a forma de pagamento antecipado para a família, como aponta Martins.

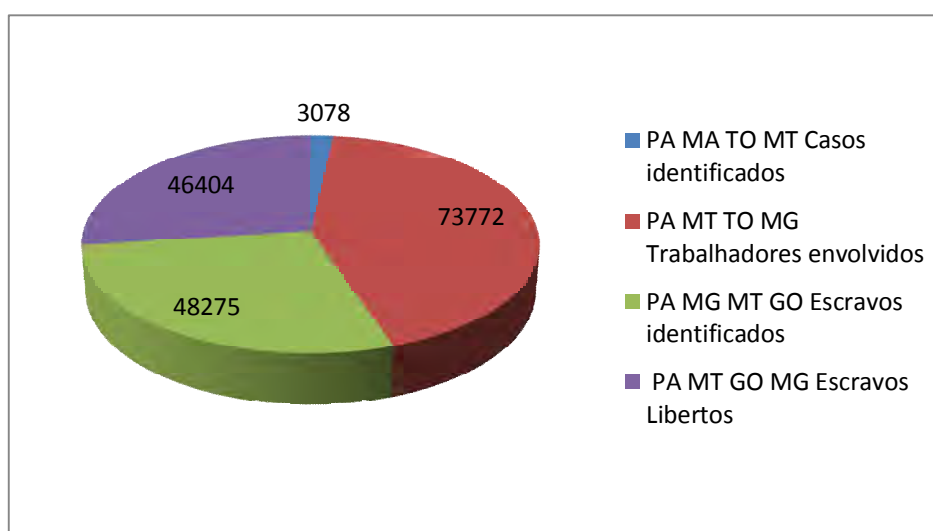
O pagamento de abono à família, por parte do traficante, isto é, um adiantamento em dinheiro pelo trabalho que seu membro deverá realizar, além de ser o primeiro passo do endividamento, é também um meio que faz da família cúmplice do recrutamento e da escravidão (MARTINS, 1997, p. 107).

As vítimas do trabalho degradante, confrontadas com as propostas do traficante, são submetidas ao trabalho que, geralmente, está localizado em determinadas regiões distantes de suas localidades. Assim, estes homens deixam a sua família em busca do ganho de algum dinheiro, já que é muito difícil no seu lugar de origem ter o excedente dos produtos agrícolas para adquirir o que para eles é luxo, é moderno, como o rádio e a

televisão, no primeiro momento, e, no segundo momento, para os jovens, o celular como produto de primeira necessidade nos dias atuais.

Para termos a clareza dos números de vítimas do trabalho escravo contemporâneo por regiões no Brasil, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) tem se preocupado em tabular dados, já que esta entidade tem contribuído com as denúncias junto ao Ministério do Trabalho, Ministério Público, Polícia Federal, como se apresenta no Gráfico 1.

Gráfico 1: estados do Brasil com maior número de trabalhadores e proprietários envolvidos no trabalho escravo entre 2003-2017



Fonte: www.cptnacional.com.br. Acesso: ago. 2017.
Org. Alberto Pereira Lopes. Ago. 2017.

Com base no Gráfico 1 os números de denúncias de 2003 a 2017 contra o trabalho escravo no Brasil têm crescido, mesmo com o trabalho de ONGs e entidades que lutam pelos direitos humanos cujo papel é fundamental para erradicação do trabalho escravo, como a CPT, ONG Repórter Brasil e Centro de Direitos Humanos. Os resultados não têm sido essenciais, devido à falta de uma política mais precisa do governo federal em tentar acabar com esta forma atroz. No que tange à participação dos Estados com maior número de vítimas, estes aparecem principalmente na região da chamada fronteira agrícola do país como Pará, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Goiás. Fora da nova fronteira, iremos encontrar o estado de Minas Gerais.

O estado do Pará encontra-se no ápice em todos os seguimentos, isto reforça a tese em que a nova fronteira agrícola é vítima das atrocidades mediante o seu isolamento geográfico, os meios de comunicação, as estradas, o acesso, o que dificulta a atuação dos órgãos institucionais como o grupo Móvel da Polícia Federal, além de instituições não governamentais como a CPT. Percebe-se o quanto os números são significativos em termos operacionais, os casos identificados apresentam 3.078 entre 2003 a 2017, isto quer dizer, as instituições, seja a CPT, como o Grupo Móvel, identificaram tais atos de trabalho escravo dos proprietários capitalistas em relação aos trabalhadores. No que diz respeito aos trabalhadores envolvidos no contexto da escravização por dívida, este apresenta 73.772 trabalhadores envolvidos, este é o retrato da política do campo no Brasil. No que diz respeito aos trabalhadores escravos identificados entre 2003 a 2017, os números são de 48.275, sendo que deste número apresentado 46.404 foram libertos.

Se compararmos o número de escravos libertados em relação aos trabalhadores envolvidos, observa-se que o número é bem menor, ou seja, os agentes do Ministério Público e Polícia Federal não conseguem libertá-los devido às localidades geográficas serem distantes da área de atuação dos órgãos responsáveis, além do pequeno número de auditores fiscais para fazer frente a esse trabalho. Outro problema seria o crescimento das vítimas do trabalho escravo que se multiplica diante da própria condição que vive o trabalhador no campo, que muitas vezes encontra-se nas periferias da cidade e na oportunidade que aparece é condicionado a trabalhar sob as ordens e o silêncio.

A chamada lista suja foi uma forma que o Ministério do Trabalho encontrou para erradicar o trabalho escravo. Ao confirmar o trabalho escravo em fazendas, o seu proprietário entrará na lista suja por pelo menos dois anos, e não poderá receber qualquer tipo de crédito em agências públicas ou privadas, nacionais ou internacionais. A retirada do nome do proprietário da lista suja depende da situação da fazenda: se esta não tiver reincidência de crimes e pendências trabalhistas, seu nome é retirado do registro. Caso contrário, permanecerá nestas condições impostas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A Confederação Nacional da Agricultura entrou com ação no Supremo Tribunal Federal em 2014 alegando a inconstitucionalidade da Lista suja, esta por sua vez foi suspensa em 22 de dezembro de 2014 pelo Supremo Tribunal Federal, sendo revogada em maio de 2016.

Nessa nova conjuntura, vivenciamos um momento bastante conturbado em relação às reformas no campo, primeiro com o Programa Terra Legal - Lei 11.952/09, em que legaliza as terras na Amazônia, como também a Medida Provisória 759 sancionada pelo governo Michel Temer em que aumenta o tamanho das propriedades fundiárias e legaliza a grilagem de terras na união. O Programa Terra Legal tem como objeto regularizar as terras no âmbito da Amazônia Legal, em que os títulos de propriedade são emitidos de acordo com os módulos fundiários. De acordo com Ribeiro e Silva (2016, p. 4):

A entrega do título, de acordo com a Lei nº 11.952/09, marco legal do PTLA que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações de terras devolutas, no território da Amazônia Legal. Seguem, abaixo, os seguintes critérios: em áreas de até 1 módulo fiscal, a titulação será gratuita, e a área será doada ao ocupante; em áreas de 1 a 4 módulos fiscais, será cobrado pela terra um valor inferior ao preço de mercado, com 20 anos para realizar o pagamento e três anos de carência e se utilização da licitação; e, em áreas de 4 a 15 módulos fiscais o valor da área será o de mercado, com as regras de pagamento semelhantes ao das áreas de 1 a 4 módulos fiscais, dispensando, também, a licitação.

Para os agentes da Comissão Pastoral da Terra Araguaia - Tocantins, o Programa Terra Legal na Amazônia – PTLA, é uma forma de regularizar as terras griladas e não apenas as terras dos posseiros que estão sendo ameaçadas pelos grandes proprietários/grileiros. Esses encontram brecha na lei e regularizam as terras e expulsam as comunidades que se encontram há mais tempo, um exemplo é a Gleba Tauá no município Barra do Ouro - TO, em que a ocupação por posseiros existe há mais de 70 anos, enquanto grileiros que chegaram na década de 1990 alegam que as terras lhes pertencem e que estão regularizada no PTLA. Isto gerou conflitos e o resultado foi a queima das casas dos posseiros, além de ameaças de morte. Este um grande problema no contexto da regularização das terras no Brasil, sobretudo na Amazônia Legal. Para Ribeiro e Silva (2016, p. 12):

O novo marco Jurídico buscou, sobretudo, ampliar o limite de regularização de posse em terras devolutas do território da Amazônia Legal, para 1.500 hectares. Desta forma, a Lei 11.952/09 torna-se tanto a causa como a consequência da legalização da grilagem de terra. Ou seja, sendo tanto o propósito (para isto que foi promulgada) como a finalidade que é a usurpação ilegal de terras públicas, transmutando grileiros em posseiros, ao se apropriarem de áreas muito maiores do que lhes era permitido legalmente pela Constituição Federal.

No que diz respeito à Medida Provisória - MP 759, sancionada pelo governo Michel Temer em 2016, esta vem com o objetivo regularizar as terras rurais e urbanas no país, afetando a Lei da reforma agrária, como também mudança no Programa Terra Legal. Em relação à Lei da reforma agrária (Lei 8.629 de 1993), esta por sua vez abre a possibilidade de comercialização dos lotes, sem que haja mais o compromisso da terra por parte do beneficiário. Antes o beneficiário não poderia ceder, nem vender a terceiros, o compromisso era cumprir sua função social de produzir com sua família conforme estabelece a constituição.

Nesse sentido, esta medida representa a legalização das terras para os grileiros, além da abertura para o capital internacional. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, as empresas estrangeiras tem 2 milhões e oitocentos hectares de terras brasileiras. A mudança MP 759, com relação ao Programa Terra Legal, aumenta o limite de 15 módulos, que antes era de 1500 há, e passa para 2500 ha. Isto significa a expansão da grande propriedade, o que é de interesse para os agropecuaristas e para o capital internacional.

Para o professor SAUER (2016) em entrevista a Lilian Campelo, repórter do Brasil de Fato, afirma que MP 759 tem como objetivo,

atender ao mercado de terras e à expansão dos negócios, especialmente a expansão das fronteiras agrícolas a partir do modelo hegemônico de desenvolvimento agropecuário, resultando em mais concentração fundiária, exclusão e expropriação da população pobre do campo.

Nesse sentido, estamos retrocedendo em relação à estrutura fundiária no Brasil, as leis beneficiam os grileiros e os grandes proprietários, enquanto estes permanecem com os desmandos, expulsando posseiros e pequenos trabalhadores e precarizando cada vez mais as formas de trabalho, já que agora está tudo dentro da legalidade, o que resulta no aumento da escravidão no Brasil.

O trabalho escravo contemporâneo só existe porque a estrutura agrária permite, porque nela está contida a forma bárbara da violência contra os direitos humanos. A

violência no campo brasileiro, entre os sujeitos da luta pela terra, ou os personagens que trabalham na terra, contra os dominadores, torna-se cada vez mais evidente, no sentido da luta contra a expropriação. É por meio da busca de liberdade, da busca de sobrevivência que o trabalhador tem migrado para lugares distantes para vender sua força de trabalho. A migração que atravessa temporalidades históricas tem levado este trabalhador à situação cativa, e nela o trabalho escravo. Este problema que tem afetado a sociedade brasileira é resultado de fatores políticos e econômicos, mediante a concentração da riqueza que resulta a expansão da pobreza e da miséria.

Toda a história da questão agrária brasileira está baseada nos conflitos, na expropriação do camponês, do trabalhador, indígena e na sua sujeição para servir ao latifundiário que determina os limites de atuação da mão-de-obra, demonstrando a dominação como forma de força, que explora e que escraviza. A concentração da terra é um dos fatores relevantes no uso repressivo da força de trabalho contemporâneo, diante do caráter da dívida que o trabalhador adquire quando vai prestar serviço ao dono da terra. Esse caráter da dívida e da repressão representa o grau de desigualdade que obriga as pessoas a se submeterem a situações que muitas vezes fogem do seu controle, devido a sua própria necessidade da luta pela sobrevivência. Como afirma Esterci (1994, p. 43): “[...] o caráter da dívida que escraviza, porque a desigualdade obriga as pessoas a se endividarem com outras, seja por não disporem de terras para trabalhar ou de recursos financeiros para adquirir a vista bens e serviços de quem necessitam”.

A falta de distribuição de renda equitativa, de reforma agrária, é fator que contribui para o estado de exclusão do trabalhador que busca por meio da sua força de trabalho a sua existência como categoria que em determinado espaço se organiza e resiste à exploração, quando outros são submetidos à dominação do latifundiário. Como categoria de trabalhadores organizados, por um lado, iremos encontrar os que fazem parte de entidades, sindicatos, movimentos de resistências. Por outro lado, iremos encontrar os desprovidos de organização, como os bóias-frias, os posseiros, os aliciados ao trabalho escravo. Estas categorias são dominadas pelos donos de capital que compram a sua força de trabalho como uma mercadoria especial que irá gerar valores, para expandir os seus meios de produção.

Enfim, o trabalho escravo é resultado da sujeição do trabalho ao capital, por meio das contradições e desigualdades. Estes trabalhadores são os despossuídos dos meios de produção, mas, como são juridicamente livres, produzem a riqueza para os capitalistas. Isto porque a sua força de trabalho se transforma em ganho para o capitalista, daí a importância da concentração de terras nas mãos de uma pequena parte de fazendeiros para que haja a acumulação do capital agrário.

Referências

ASI- ANTI-SLAVERY INTERNACIONAL. Formas contemporâneas da escravidão. CPT (Comissão Pastoral da terra). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. Goiânia: Edições Loyola, 1999. p.49-70.

BRASIL. *Plano do MDA/INCRA para a erradicação do trabalho escravo*. 2. ed. (Rev.). Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *II Plano Nacional para Erradicação do trabalho Escravo*. Brasília, SEDH, 2008.

CAMPOS, M. G. A política nacional para erradicação do trabalho escravo. In: Brasil. *Direitos Humanos no Brasil 2004: Relatório da rede social de justiça e direitos humanos*. São Paulo, 2004.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Disponível em: <www.cptnac.com.br>. Acessos: ago. 2008; jun. 2009; ago. 2017.

CPT (Comissão Pastoral da terra). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. Goiânia: Edições Loyola, 1999.

ESTERCI, N. A dívida que escraviza. CPT (Comissão Pastoral da terra). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. Goiânia: Edições Loyola, 1999. p. 101-125.

_____. *Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho de hoje*. Rio de Janeiro: CEDI; koinonia, 1994.

FIGUEIRA, R. R. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES, P. W.; BELLATO, S. A. Condições de trabalho análogas às do trabalho escravo. In: CPT (Comissão Pastoral da terra). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. Goiânia: Edições Loyola, 1999. p.71-76.

IANNI, O. *A era do globalismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997

_____. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra uma área da Amazônia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. (coleção Sociologia Brasileira, v.8).

_____. *Raças e classes sociais no Brasil*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTIN, A. R. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1992. (Repensando a geografia).

MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *O cativo da terra*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. (reflexões sobre riscos da intervenção subinformada). In: CPT (Comissão Pastoral da terra). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. Goiânia: Edições Loyola, 1999. p. 127-163.

_____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, K. *A origem do capital: a acumulação primitiva*. Tradução: Klaus Von Puchen. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. *O capital: crítica da economia política: livro I*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Tendências históricas da acumulação capitalista (Excerto do capítulo XXIV do tomo I de O Capital). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos*. Vol 2. São Paulo: Edições Sociais, 1976. p. 19-21.

OIT. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO, 93ª REUNIÃO. *Aliança global contra trabalho escravo: relatório global de seguimento da declaração da OIT sobre princípios e fundamentos no trabalho 2005*. Secretaria Internacional de Genebra, 2005. Disponível em: <www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: set. 2007.

OIT. TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL XXI. Coord. do estudo: Leonardo Sakamoto. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007. Disponível EM: <www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: ago. 2007 (Relatório 2).

RIBEIRO, A. F. A.; SILVA, R. G. da C. O Programa Terra Legal Amazônia: os descompassos da Regularização Fundiária no território do Cone-Sul de Rondônia. In:

XXIII ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária – Ajuste espacial x soberania (s): a multiplicidade das lutas estratégias de reprodução no campo. *Anais do XXIII ENGA*. São Cristovão: Universidade Federal de Sergipe, p. 1-14

SAUER, S. MP 759 expropria a população pobre do campo, explica Sérgio Sauer. *Brasil de fato*. Entrevista de Lilian Campelo, 25 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/05/25/mp-759-expropria-a-populacao-pobre-do-campo-explica-sergio-sauer/>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

POLÍTICAS PÚBLICAS E TERRITÓRIO NA PESCA ARTESANAL BRASILEIRA

Dorival Bonfá Neto⁷

Júlio César Suzuki⁸

Resumo: o presente artigo possui como objetivo principal discutir a relação do Estado e do território com a pesca artesanal por meio de uma revisão histórica da institucionalização da pesca artesanal no Brasil. Para isso, foram retomadas desde a época colonial até os dias de hoje, as ações do Estado envolvendo a produção pesqueira, bem como a criação de leis e regulamentações, que culminaram na criação de colônias de pesca e no controle do território local dos pescadores, causando intensas transformações em suas espacialidades.

Palavras-chave: colônias de pesca; estado; pesca artesanal; pescadores; território.

Introdução

O litoral brasileiro, desde séculos atrás até hoje, é espaço de uma atividade de grande relevância social, cultural e econômica, a pesca artesanal, atividade que no Brasil recebeu herança de conhecimentos ancestrais dos indígenas, dos africanos e dos europeus. Esse conhecimento foi sofrendo um sincretismo e uma adaptação, juntamente com os povos. Essa herança é observável nas distintas artes de pesca, no preparo dos pescados, e até nas embarcações.

A relação do Estado com a pesca artesanal se inicia antes da instituição da primeira república, portanto, nesse período as ações entre o Estado e a pesca artesanal ficam mais estreitas, pois quando a pesca é institucionalizada, tornando-se uma categoria, são criadas as primeiras instituições representativas e se estabelecem as ações de maior controle.

Segundo Antônio Carlos Robert Moraes (2005), é nesses momentos de ruptura que o papel da formação territorial armado pela política nacional se demonstra pela prática de

⁷ Graduado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Email: dorival.neto@usp.br.

⁸ Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina/USP; e pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. Email: jcsuzuki@usp.br.

“transformações pelo alto”, sempre dominantes na nossa história política; no Brasil tem-se “a subordinação e a dependência como critério estruturador da sociedade. [...] Nesse sentido o colonizador desenvolve a ideia de conquista” (MORAES, 2005, p. 97). Sendo assim, o Estado passa a interferir no território dos pescadores, o que também leva a transformação de sua identidade (RESENDE, 2014).

É então por meio de ações territoriais que as sociedades pesqueiras têm o seu modo de vida alterado por agentes como o Estado, que passam a controlar e utilizar os pescadores artesanais como um instrumento de manutenção do controle territorial e do poder, tornando-os sujeitados aos seus interesses. Portanto, o território e os sujeitos que o controlam são fundamentais para entendermos os processos de transformações na pesca artesanal brasileira.

Para a discussão do presente artigo parte-se do conceito utilizado por Milton Santos, em que o território é entendido como:

[...] o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p.8).

Em relação à pesca artesanal, o conceito é utilizado segundo Diegues (1983), em que a pesca artesanal é aquela em que os pescadores autônomos, sozinhos ou em parcerias, realizam o processo de captura do pescado utilizando instrumentos simples, a remuneração é pela divisão do pescado, então o trabalho não entra como custo da produção e pertence ao circuito inferior da economia urbana.

1. A pesca no Brasil Colônia e Império

Durante o período colonial as atividades pesqueiras eram praticadas entre as comunidades indígenas e dentro de um quadro da policultura litorânea, com exceção à pesca da baleia. Até o início do século XX a pesca costeira era exercida principalmente dentro da policultura litorânea, e a partir de então começou a se desenvolver uma pequena

pesca nos arredores dos centros urbanos, voltada para produção de mercadoria (DIEGUES, 1995).

Neste período tinham-se os pescadores mestiços descendentes de indígenas e de imigrantes africanos e europeus, que eram a maioria dos pescadores, e também os pescadores armadores coletores de baleia⁹, que faziam parte da elite atrelada ao poder público local (atuais estados da BA e RJ) e utilizavam técnicas modernas para realizar a pesca em grande escala de produção. A pesca ao longo do período colonial e do primeiro e segundo reinados, principalmente de grandes embarcações para a captura de baleia, passou a ser regulamentada por meio das primeiras leis e da cobrança do dízimo¹⁰ pela igreja católica (SILVA, 2015).

Em 1808 foi criada a primeira colônia de pescadores, que surgiu da livre iniciativa dos pescadores em se organizarem coletivamente, denominada de colônia Z-1, no município de Santa Cruz Cabralia¹¹. Em 1818 foi criada, a mando de Dom João VI, a Colônia de Pesca Nova Ericéia, em Santa Catarina (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Em 1846 foi criada a Capitania dos Portos da Marinha do Brasil com a função de controlar toda a atividade presente na área de costa litorânea do Brasil¹². O primeiro decreto que se refere diretamente aos pescadores é o nº 447 de 1846¹³, que divide os pescadores em “distritos de pesca” e atribui a responsabilidade administrativa da atividade pesqueira à Marinha, e além de determinar a obrigatoriedade da matrícula para os pescadores profissionais que tinham a sua embarcação catalogada, o controle era feito pelos capatazes (RESENDE, 2014). Portanto, no século XIX a pesca já servia como um instrumento para a Marinha Brasileira exercer o controle, ocupação e proteção do litoral.

⁹ O óleo de baleia era utilizado em construções e para a iluminação urbana.

¹⁰ Em 1534 o Governo Colonial editou o “Farol de Pernambuco” para recolhimento de 10% do pescado capturado naquela capitania a favor da ordem jesuítica e de 5% em favor do capitão Duarte Coelho. De 1534 a 1821 o dízimo do pescado foi cobrado pelas instituições de arrecadação do Estado (SILVA, 2015).

¹¹ Atual estado da Bahia.

¹² Atualmente a Capitania dos Portos ainda é responsável pela regulamentação e fiscalização das embarcações.

¹³ Publicação original disponível em: http://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-32/Legimp-32_10.pdf#page=5. Acesso em: 07 dez. 2016.

O Decreto nº 876, de 10 de setembro de 1856¹⁴, institui as companhias de pesca, que possuíam a função de pesca, salga e seca dos peixes. Em seus artigos é estabelecido um controle militar sobre a pesca (Art. 1º), a formalização das empresas, que deveriam ser nacionais e com um número limitado de estrangeiros (Art. 2º), o que demonstra a tentativa do governo de implantar uma indústria da pesca, por meio das companhias de pesca. O Artigo 2º do decreto nº 876 também proíbe a organização de mão de obra escrava na atividade pesqueira. Para Resende (2014) essas ações devem-se ao fato de que a tripulação pesqueira era vista como uma força militar de reserva, portanto, não convinha a participação de escravos e estrangeiros na atividade.

O Decreto nº 8.338, de 17 de dezembro de 1881¹⁵, é a última lei do período colonial relacionada à pesca, que autoriza o governo imperial a incorporar as companhias de pesca, salga e seca de peixe no litoral e nos rios do Império (SILVA, 2015). O Decreto nº 8.338 divide o litoral do Brasil em três: norte, centro e sul; para fins de controle do litoral, em termos gerais, este decreto vincula o trabalho do pescador às atividades militares e forma a base da atividade pesqueira, como mão de obra livre e composta majoritariamente por brasileiros.

2. Transformações na pesca de 1889 a 1923 e Missão da Marinha no Cruzador Auxiliar José Bonifácio

Para Antônio Carlos Robert Moraes (2005) a crise e o fim do regime monárquico e da escravatura dão início a outro modo de acumulação na economia nacional, um pequeno setor industrial começa a se desenvolver, a urbanização torna-se significativa e ativas frentes colonizadoras, lideradas pelo setor econômico nacional, se deslocam pelos territórios “não ocupados”. Então é sobre esse contexto apontado por Moraes (2005) que, sobretudo a partir de 1919, as leis e decretos passam a produzir ações mais efetivas na

¹⁴ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-876-10-setembro-1856-570992-publicacaooriginal-94088-pl.html>. Acesso em: 07 dez. 2016.

¹⁵ Publicação original disponível em: <http://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/Conteudo/Colecoes/Legislacao/leis1881v2/pdf-57.pdf#page=6>. Acesso em: 07 dez. 2016.

pesca, e as elites passam a apostar na industrialização da pesca através de sua modernização, que se manifestou na tentativa de criar uma “indústria da pesca”.

Na década de 1920 ocorre uma reordenação da atividade pesqueira no Brasil por meio da missão executada pela Marinha do Brasil, no Cruzador Auxiliar José Bonifácio, em que foram criadas as colônias de pescadores com o objetivo de exercer o controle sobre a espacialidade local do pescador, como necessidade do sistema capitalista de controlar a organização política do território onde será exercido o seu poder. Com isso, a atividade pesqueira, além de se tornar estratégia do Estado para dominar o território, garantiu o controle das áreas costeiras pela Marinha, o controle dos meios de produção pelo governo republicano, e a missão também deveria difundir o patriotismo nas comunidades visitadas (RESENDE, 2014).

Observa-se então que as classes dominantes agem com uma concepção de conquista territorial como um de seus componentes de solidariedade, quando elas tentam introduzir o discurso de nacionalismo e patriotismo nas comunidades de pescadores artesanais. Moraes (2005, p.99) afirma que essa temática aparece “[...] nos momentos de reordenamento institucional, quando assumem novas facções das classes dominantes no comando do aparelho de Estado.”.

A expedição do Cruzador José Bonifácio resultou na criação de mais de 800 colônias de pescadores, nas quais o pescador foi colocado sob controle da Marinha do Brasil, e tornou-se um instrumento para ação do Estado sobre o território, em regiões onde antes não havia um poder estatal visível (RESENDE, 2014). Esta ação, para Cátia Antônia da Silva (2015, p.29):

[...] demonstra a ação do Estado na organicidade do poder público ao implementar normas de controle e de ação efetiva na vida dos pescadores, incluindo o interesse em controlar o comércio e a reprodução social (por meio de infraestrutura de saúde e de escolas).

Esta estrutura de organização das comunidades pesqueiras se mantém até os dias de hoje, porém muitas delas não são controladas de fato pelos pescadores, pois como afirma Antônio Carlos Diegues (1995, p. 123) “[...] a maioria das Colônias de pescadores ainda

estão controladas por ‘pelegos’ ou por pessoas alheias à categoria como comerciantes, vereadores, funcionários etc.”.

Assim, o estabelecimento de colônias de pescadores cria falsos interesses, que não são os reais dos pescadores, pois as colônias produzem entre esses uma ilusão de identidade sem referência social objetiva e uma perspectiva de espacialização limitada ao local ou ao regional, que segundo Moraes divide os sujeitos políticos (2005, p.101):

[...] a identidade pelo espaço, ao mesmo tempo que cimenta concepções nacionais ao nível das classes dominantes, atua na dispersão dos dominados, em seu seccionamento do território. Para as elites, o nacional como horizonte geográfico, para as classes populares, o local ou no máximo o regional como perspectiva de espacialização.

Essas ações que intervieram na pesca demonstram como o território aparece como fator central de dominação e controle do Estado sobre essas populações, em que uma institucionalidade é imposta de forma autoritária e totalmente hierarquizada, tornando os pescadores dominados e o Estado dominante. Este modelo de “transformação pelo alto” (MORAES, 2005, p.95) que ocorreu na pesca expressa a maneira como avançam, se formam e se institucionalizam algumas estruturas e instituições no país, bem como quais são os verdadeiros sujeitos a quem elas servem.

Uma política excludente, de consensos restritos, de transformações pelo alto, de violências. Uma cultura autoritária [...] essencialmente elitista, impositiva e de fortuitas trocas com o universo dos dominados (MORAES, 2005, p. 105).

É observado então uma mudança e um conflito quanto ao tratamento da função da pesca, que para as comunidades que a praticam possui a função de garantir a sobrevivência (pela alimentação e pelo comércio do pescado) e a reprodução do modo de vida dos pescadores, enquanto que para o Estado passa a ter outras funções, como a de ser um instrumento, juntamente com a legislação, de domínio e controle do território.

Trata-se de um processo contraditório, pois o Estado utiliza o conhecimento tradicional dos pescadores e a sua sabedoria espacial para garantir um domínio sobre o território, exercendo um controle burocrático e político sobre os pescadores. Porém, ao

mesmo tempo era levado a essas comunidades, através do Estado e da Marinha, direitos básicos (principalmente os de educação e saúde), os quais não se tinha acesso anteriormente, pois sempre foram territórios invisíveis e subordinados.

3. Políticas públicas e modernização na pesca entre 1930 e 1960

Durante a década de 1930 e início da Era Vargas, a pesca passa por um processo modernizador, seguindo os rumos da economia nacional e da centralização de poder no executivo, em que os códigos e a gestão da pesca passam mais diretamente para o poder executivo, por meio do Ministério da Agricultura. Assim, foi criado o Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938¹⁶, que atualiza o Código de Pesca e atribui o controle e regulamentação da pesca ao Serviço de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal, pertencente ao Ministério da Agricultura. O Decreto-Lei reafirma a divisão regional dos pescadores em colônias, federações e confederações, regulamenta as técnicas e zonas de pesca e obriga os pescadores a ter ou serem registrados em alguma colônia.

Neste Decreto-Lei criado durante o ‘Estado Novo’, em que o projeto nacional era da construção de uma república corporativista, o Estado centralizou o poder e houve a criação de uma legislação trabalhista, baseada na ‘Carta del lavoro’. Portanto, o Decreto-Lei nº 794 é uma tentativa de regulamentação da profissão dos pescadores e sobre a sua associação em classe, medidas que fizeram parte de um projeto nacional de expansão dos direitos trabalhistas (MORAES, 2005).

Em 1943 é criado o Decreto-Lei nº 530, que transformou as colônias em cooperativas¹⁷, extinguindo as federações e confederações. Em 1945 o Decreto-Lei nº 8526 cria a Caixa de Crédito da Pesca, concedendo créditos à compra de petrechos e embarcações para a hoje denominada pesca industrial (SILVA, 2015). Ambos os Decretos-

¹⁶ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-794-19-outubro-1938-350346-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

¹⁷ Em 1950 foi notada pelo governo a impossibilidade de transformar todas as colônias em cooperativas, sendo assim, o Ministério da Agricultura retomou a institucionalidade das colônias e assumiu o controle delas (SILVA, 2015).

Leis, criados em 1943 e 1945, reforçam a utilização dos pescadores como “braço” territorial do Estado nacional e a tentativa de se criar uma indústria nacional, como característico das políticas varguistas.

Após a II Guerra Mundial alguns fatores como a introdução de redes de náilon, do gelo, do motor de popa e depois de centro, provocaram imensas mudanças na dependência dos pescadores artesanais em relação ao mercado (DIEGUES, 1995), além da constante presença da figura de um atravessador (que ainda existe hoje nas comunidades pesqueiras). Ambos os motivos tiveram colaboração no aumento da dependência dos pescadores em relação ao mercado e às suas leis de regulação e controle, bem como de materiais que são encontrados apenas nos centros urbanos.

4. Políticas públicas na pesca de 1961 a 1988

A partir da década de 1960 iniciou-se o período de maior modernização no setor pesqueiro, pois foi promulgada a primeira política nacional de pesca, no governo de Jânio Quadros, com a criação da CODEPE¹⁸ em 1961, da SUDEPE¹⁹ em 1962, que possuíam o objetivo principal de impactar na sociedade e na economia, com a criação de cursos de capacitação, fornecendo subsídios para a cadeia produtiva e outras ações do planejamento (SILVA, 2015). Durante esse período houve mudanças profundas no setor pesqueiro, com o intuito de romper com a baixa produtividade e com o alto preço para o consumidor, houve também incentivo privado à pesca e o lançamento de um programa governamental de incentivos fiscais para a pesca (DIEGUES, 1983).

O principal ato de impacto no setor pesqueiro foi a criação do Decreto-Lei 221, de 28 de fevereiro de 1967²⁰ (Código de pesca), como ressaltado por alguns autores (DIEGUES, 1983 e 1995; OLIVEIRA; SILVA, 2012). Este Decreto-Lei não definia a pesca artesanal, apenas colocava os pescadores como “pescadores profissionais”, tornando invisíveis aqueles sujeitos que realizavam a atividade pesqueira artesanal, pois a pesca era

¹⁸ Conselho de Desenvolvimento de Pesca.

¹⁹ Superintendência do Desenvolvimento na Pesca.

²⁰ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm>. Acesso em: 08 dez. 2016. Este decreto substituiu o Decreto-Lei nº 794, e passa a ser o novo Código de Pesca.

definida conforme o agente que a realizava. Havia três grupos de agentes: Pescador profissional²¹, pescador amador e o cientista. Ao pescador profissional já era concedido o seguro defeso, porém o pescador artesanal não possuía instrumentos que o amparasse (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

O Decreto-Lei 221 foi criado durante um período de ditadura militar, à época seguia-se a ideologia de desenvolvimento nacional, promovendo “50 anos em 5”, por isso a preocupação do Decreto-Lei em relação aos pescadores, às suas condições sociais, de trabalho e entidades representativas eram nulas. O Código de Pesca de 1967 foi imbuído de toda a ideologia dominante no período: desenvolvimento, formação de uma indústria nacional, substituição de importações e estímulo à concentração de capitais (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

A maior preocupação era em oferecer estímulos à industrialização do setor pesqueiro através da isenção de impostos sobre exportações de produtos industrializados (concedidos às empresas) e ao abatimento do imposto de renda. O Decreto-Lei 221 foi criado com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico nacional (ideia de milagre econômico brasileiro) através da industrialização do setor pesqueiro. O Decreto-Lei 221 estava inserido em um programa de incentivos fiscais para a pesca industrial a partir de recursos vindos de isenções de imposto de renda, assim, entre 1967 e 1973, mais de 100 milhões de dólares foram concedidos a indústrias de pescas (DIEGUES, 1983).

Portanto, esses incentivos não abrangeram a pesca artesanal, e trouxeram algumas consequências sobre a pesca das principais espécies de pescados (piramutaba, camarões, lagostas, etc.), principalmente os destinados à exportação²². Além disso, essas ações foram concentradas no eixo sul-sudeste, aprofundando as desigualdades regionais, pois cerca de 94% das empresas que receberam os incentivos eram do centro-sul do país, além do fato que das quase 131 empresas que receberam incentivos fiscais, cerca de 40% foram à falência (DIEGUES, 1983).

²¹ O Artigo 26 do Decreto-Lei 221 definiu o pescador profissional como “aquele que, matriculado na repartição competente segundo as leis e regulamentos em vigor, faz da pesca a sua profissão ou meio principal de vida”.

²² Depois da pesca industrial predatória causar a sobre pesca nas regiões sul e sudeste, as empresas migraram para o norte.

Em 1974, no governo militar de Emílio Médici, foi elaborado o Plano Nacional do Desenvolvimento Pesqueiro (PNDP), que reforçou o processo de industrialização da pesca, investindo em capacitação profissional, importação de técnicas de navegação, captura e objetos de navegação, tendo como objetivo a dinamização do setor, o crescimento e a geração de mais valia para as oligarquias.

Foram introduzidas novas técnicas de capturas e de processamento do pescado, através da assistência técnica profissional, porém os equipamentos propostos fugiam das possibilidades aquisitivas dos pescadores. Outro fato foi que os pescadores artesanais foram colocados numa mesma instituição que os pescadores embarcados, ignorando os interesses conflitantes e opostos entre as diferentes categorias.

Frente a este cenário, toda essa estrutura autoritária começou a ser questionada pelos pescadores a partir da década de 1960, principalmente aqueles do Nordeste que se mobilizaram contra a poluição ambiental. Neste período surge a Pastoral dos Pescadores²³ ampliando as pautas das lutas para temas como a representação democrática, aposentadoria, previdência social etc. Com isso, foram conseguidas algumas presidências de colônias e controle de Federações de alguns estados (PE, AL, SC e RS), porém a maioria das colônias seguiu sendo controlada por pelegos (DIEGUES, 1995).

Entre 1986 e 1988 os pescadores se reuniram diversas vezes para apresentarem propostas sobre o exercício da profissão, para a Assembleia Constituinte. Os maiores ganhos na elaboração da constituição foram “o impulso dado à organização dos pescadores e à consciência de que eles constituíam uma classe de produtores de alimento e não um simples objeto de programas de assistência social”, além do direito de poderem se organizar em sindicatos (DIEGUES, 1995, p. 135). Esse movimento ficou conhecido como “Constituinte da Pesca”, e consistiu na inclusão dos pescadores na Constituição Federal e a liberdade para reivindicarem os seus direitos sociais e políticos.

Em 1988 na promulgação da nova Constituição Federal, que em seu Artigo 8º garantia a associação profissional ou sindical, houve uma Carta Magma equiparando as colônias de pescadores aos sindicatos de trabalhadores rurais (SILVA, 2015). Porém,

²³ Movimento ligado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

mesmo com isso muitas das colônias continuaram a serem comandadas por pelegos, muitos deles não sendo nem pescadores.

5. Políticas públicas e pesca a partir de 1989

Esse período é marcado pela reestruturação do Estado, com a Constituição Federal de 1988, marcada pela reabertura democrática que passa a dar maior voz às manifestações populares, às minorias, à liberdade e ao direito de expressão. Em 1989 é criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), que herdou a administração da então extinta SUDEPE, sendo assim, a pesca passa a ser responsabilidade do IBAMA (SILVA, 2015).

O fato de haver sobrepesca de algumas espécies ao longo da costa passa a ser preocupação do IBAMA, o que inicia um debate ideológico entre aqueles que veem todo o tipo de pesca como predatória e degradante à conservação e preservação dos ecossistemas e aqueles que pensam na pesca artesanal como uma atividade tradicional que preserva a biodiversidade e os seus recursos, pois estes são a base da sobrevivência de comunidades e culturas ancestrais, e sendo assim, defendem os direitos dos pescadores artesanais, caiçaras, quilombolas e ribeirinhos (SILVA, 2015).

Este debate é levado não só para o ambiente marinho, pois são criados parques em todo o território nacional baseados no “mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 2008), em que qualquer tipo de atividade humana seria degradante ao meio ambiente, utilizada na criação de parques em países desenvolvidos, tendo como pioneiro o Parque de Yellowstone nos EUA. Sobre esse modelo de preservação, o geógrafo Élisée Reclus já se referia com críticas e ironia ao falar dos Parques Nacionais, em finais do século XIX:

‘Nenhuma violência deve ser feita contra um pássaro ou outro animal; nenhuma machadada deve ser desferida contra árvore da floresta primitiva; e as águas devem continuar a correr não poluídas por moinho ou por mina. Tudo deve permanecer no estado para testemunhar o que era o *Far West* antes da chegada do homem branco’. Perguntamo-nos se, todavia, os hotéis com suas equipagens e suas dependências de todos os tipos não acarretam pouco a pouco a violação desses engajamentos (RECLUS, 2015, p.175).

No Brasil, os primeiros parques, por volta da década de 1950, seguiram esse modelo, que culminou na expulsão de muitas comunidades tradicionais de seus territórios ancestrais, e quando não eram expulsas, as comunidades foram impedidas de realizarem atividades necessárias à sua sobrevivência e à reprodução de seu modo de vida, como o cultivo e a pesca. Muitas comunidades pesqueiras foram impedidas de realizarem outras atividades, inclusive muitos tipos de pesca foram proibidos em determinados locais, fato que perdura até os dias de hoje.

Essa revalorização da natureza, da “originalidade natural” requalificou o Brasil na divisão internacional do trabalho, pois o país é dotado ainda de muitos fundos territoriais, sendo assim o espaço inculto, “vazio”, (“o sertão”) tornou-se uma grande vantagem comparativa, no contexto global, o que impulsionou a criação de áreas protegidas e perdura até os dias de hoje (MORAES, 1999).

Sob esse contexto de debate entre preservação e conservação ambiental, que também envolveu a pesca artesanal, os direitos e o trabalho do pescador, Silva (2015, p.50) afirma que a política cultivada pelo IBAMA, principalmente entre 1989 e 1995

[...] privilegiou ações concretas e eficazes, visando a regulação dos recursos pesqueiros em situação de sobrepesca ou ameaçados de exaustão e que na maioria das vezes recaiu pela proibição de captura, principalmente, nas localidades de pescadores artesanais rurais e urbanas, com suas origens tradicionais.

Em 1989 foi criada a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SEAP) pela Lei nº 7735. A SEAP era um órgão pertencente ao IBAMA, que ficou sendo o responsável pela admissão do registro do pescador até 1998. É nesse período que são definidos as espécies e os períodos de defeso, quando deveria ser pago um salário mínimo para os pescadores artesanais, contudo esse benefício “[...]sofreu modificações de acordo com as conjunturas da ‘crise fiscal’” (SILVA, 2015, p.51). Em 1991, a Lei nº 8212, cria a categoria de segurado especial. Colocando o pescador nas mesmas condições jurídicas que o pequeno

agricultor, a lei estabeleceu que o pagamento à previdência ficasse de acordo com o período de extração, mas era obrigado no mínimo duas vezes ao ano (SILVA, 2015).

Em 1998 é criado o Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), pertencente ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAPA), e então se buscou atingir uma maior produtividade no setor pesqueiro, por meio de políticas para melhorar o setor, como por exemplo, a criação do PRONAF²⁴ (Programa Nacional de Agricultura Familiar). Em 1998 a administração do setor pesqueiro retorna ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, devido à grande insatisfação de muitos setores da pesca em relação ao IBAMA.

Entre 1998 e 2002 as funções de regulamentação e fomento dos recursos pesqueiros foram passadas para o Departamento de Pesca e Aquicultura, pertencente ao Ministério da Agricultura. Entre 2003 e 2009 a gestão da pesca passou novamente à SEAP, que retomou o seu funcionamento, neste momento vinculada a Presidência da República (SILVA, 2015).

Somente em 2003 os direitos dos pescadores artesanais são equiparados aos dos pescadores profissionais, pois por meio do Registro Geral da Pesca, era possível que o pescador artesanal usufrísse dos benefícios assegurados para a categoria. Assim, a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, garantiu ao pescador artesanal o recebimento do seguro defeso e o acesso a outros direitos previdenciários, também centralizou todos os registros de pesca na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Em 2009, através da lei nº 11.958²⁵, a SEAP foi transformada no Ministério da Pesca e Aquicultura²⁶. A Lei nº 11.959 de 2009²⁷, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regulamentou o conceito

²⁴ Porém, somente em 2003 o direcionamento do PRONAF passa aos setores da pesca e aquicultura, permitindo o acesso aos créditos pelos empresários, pescadores, trabalhadores da pesca e aquicultores.

²⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11958.htm>. Acesso em: 13 abr. 2017.

²⁶ Em 2015 o Ministério da Pesca e Aquicultura foi extinto com a reforma ministerial e incorporado ao Ministério da Agricultura.

²⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 09 dez. 2016.

operacional e jurídico de pesca artesanal e a inseriu como modalidade de pesca comercial em seu Artigo 19.

A definição jurídica da pesca artesanal foi importante, pois possibilitou o reconhecimento profissional dos pescadores artesanais e foi uma maneira de afirmar políticas públicas de incentivos às atividades comunitárias não industriais, que eram negligenciadas e suprimidas durante os regimes autoritários. A pesca artesanal passa a ser considerada juridicamente como prática de economia familiar (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

[...] o enfoque da legislação de 2003 servia à garantia de um dos direitos previdenciários do trabalhador ao pescador artesanal. [...] O objetivo da lei de 2009 é estimular a prática pesqueira artesanal por via de empréstimos bancários a taxas de juros baixas. Não há qualquer concessão de benefícios por parte da lei de 2009 às comunidades que já foram dizimadas pelas políticas estatais [...] (OLIVEIRA; SILVA, 2012, p. 339).

Sendo assim, a Lei nº 11.959 cria estímulos à pesca artesanal por meio da concessão de crédito rural, que se realizam através da oferta de financiamento de projetos que são registrados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário²⁸ e concedidos por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF)²⁹. Portanto, no Brasil a pesca artesanal foi prevista por lei a partir de 2003, por meio dos direitos previdenciários aos pescadores artesanais, principalmente ao recebimento do seguro defeso.

Em 2009 a atividade pesqueira artesanal passou a receber incentivos de créditos, em um governo marcado pela expansão e estímulos creditícios, porém os incentivos e o apoio governamental à pesca artesanal ainda são insuficientes para a reprodução da prática, tendo-se em vista os diversos elementos que dificultam a reprodução da atividade. Por exemplo, a Lei de 2009 ignora o fato da pesca artesanal poder ser realizada através de um modo de produção comunitário, fato que é muito comum entre os pescadores artesanais de todo o litoral brasileiro.

²⁸ Eliminado após o golpe de Estado no Brasil, em meados de 2016 e incorporado ao Ministério de Desenvolvimento Social.

²⁹ Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/como-funciona-o-pronaf>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

Além disso, como apontado por Oliveira e Silva (2012), a Lei nº 11.959/2009 estimula a inserção da divisão do trabalho e do trabalho assalariado entre a pesca artesanal, por reconhecer a condição de “pescador não embarcado”, sem esclarecimentos sobre a posição deste no processo produtivo. Além da concessão do crédito rural que “[...] faz com que algumas comunidades pesqueiras sejam convertidas em unidades produtivas de grandes indústrias, repassando-lhes diretamente toda a produção pesqueira” (OLIVEIRA; SILVA, 2012, p. 353).

Atualmente, para o pescador ser reconhecido pelo Estado como uma categoria profissional é necessário que ele possua o Registro Geral de Pescador Profissional (RGP), emitido pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em 2015, o Decreto nº 8.425³⁰ criou novos dispositivos para a inscrição do RGP, dificultando o acesso dos pescadores artesanais aos direitos trabalhistas, incluindo o seguro defeso, pois o decreto obriga que a pesca seja a única atividade realizada para que se tenha acesso aos direitos (SILVA, 2015). Isso contradiz com a realidade de muitos pescadores artesanais que periodicamente necessitam realizar outra atividade, principalmente nos períodos de escassez.

As principais modificações estão no artigo quatro, no parágrafo único, que cria para a categoria pesca artesanal os itens: atividade exclusiva, principal ou subsidiária, e somente o pescador (a) artesanal exclusivo (a), ou seja, que tem como única renda a pesca, poderá ter acesso aos direitos previdenciários e ao seguro defeso [...] (SILVA, 2015, p.60).

Sendo assim, para a manutenção da pesca artesanal é necessário que haja políticas públicas que apoiem a reprodução social e dos conhecimentos necessários à atividade. Somente pela preservação e resgate desses conhecimentos tradicionais, que são de posse de todos os pescadores, é que seria possível a reprodução da atividade com menos conflitos do que aqueles que ocorreram e ocorrem historicamente em relação a atividade. O desaparecimento das comunidades pesqueiras causa um grande êxodo para as cidades, onde os antigos habitantes das comunidades passam a ocupar subempregos e se afastam do mar. Com isso, os beneficiados são os setores da especulação imobiliária, de turismo e de outros

³⁰Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8425.htm>. Acesso em: 15 abr. 2017.

serviços em geral. Portanto, a continuidade e a reprodução da pesca artesanal é um movimento que, sobretudo, é atingido pelos interesses do capital.

Considerações finais

O Estado tem influenciado de diversas maneiras na atividade da pesca, muitas de suas ações e políticas que interferem na atividade pesqueira são impostas de maneira vertical, nas quais os sujeitos que realizam a pesca artesanal não têm contemplado todos os subsídios e fatores que seriam benéficos para a reprodução desse tipo de atividade. Os subsídios e recursos públicos destinados à pesca estão sob uma centralidade exercida pela pesca industrial, e o principal agente para programar as leis, reformas e decretos é o Estado, através do planejamento.

Portanto, as ações do Estado para com a pesca artesanal possuem um caráter de subordinação e dependência, pois o Estado, desde suas primeiras ações, passa a enxergar os pescadores como recursos a serem utilizados juntamente com os seus territórios, tentando atribuir especializações e funções a alguns desses territórios.

No Brasil, o ordenamento territorial e o controle através do território sempre se deram de maneira exacerbada. A história brasileira foi realizada baseada em um processo de expansão territorial por meio de “frentes pioneiras”, sob o interesse daqueles que detém o poder, o capital privado e o Estado (MORAES, 2005). Em relação à pesca, pode-se afirmar que estas “frentes pioneiras” foram as primeiras ações do Estado para sua institucionalização, que envolve o território como fator principal, a fim de que essas ações fossem efetuadas, e que garantiria um controle total sobre as comunidades pesqueiras, onde o território é visto como recurso e a população como atributo dos lugares, em um conteúdo anti-humano.

Atualmente, a relação do Estado com os pescadores parte do pressuposto de que são pescadores profissionais, portanto, que para exercerem a profissão pesqueira devem possuir

o Registro Geral da Pesca, que garante o acesso ao auxílio-defeso³¹ e aos direitos previdenciários (INSS) (SILVA, 2014). Por isso, muitos dos pescadores artesanais são excluídos do benefício por ele não ser concedido para aqueles que realizam outra atividade, mesmo que esporadicamente, uma vez que para receber o benefício é necessário realizar somente uma modalidade da pesca, por exemplo, de peixe ou de camarão. Isso demonstra a invisibilidade que a pesca artesanal mantém sobre o Estado, que se faz ausente nessa questão, embora muito presente em relação à fiscalização sobre o que é pescado pelo pescador artesanal, que muitas vezes não obedecem ao período de restrição de determinadas espécies e têm suas pescarias apreendidas pela fiscalização.

Com isso, muitos dos pescadores deixam a pesca artesanal devido às dificuldades de acessar o seguro defeso. Isso mostra como os pescadores tornam-se subordinados ao sistema burocrático estatal para que possam exercer a sua função, e para conseguirem se regularizar, é necessário que eles possuam alguns requisitos. Todos esses fatores resultam na diminuição dos pescadores artesanais, pois eles têm a sua força de trabalho despendida como pescadores de barcos pertencentes a empresas, que são os principais responsáveis pela sobrepesca, causada pelo maquinismo e técnicas mais predatórias utilizadas na pesca industrial.

No Brasil, o acesso aos direitos dos pescadores artesanais se efetiva após uma série de conflitos e reivindicações realizadas pela própria classe, em que o Estado é o mediador, porém com autonomia relativa, que depende das forças hegemônicas que detém frações do capital e das frações da classe trabalhadora. Portanto, a luta pela continuidade da reprodução da pesca artesanal e das comunidades que a praticam, bem como a luta pela acessibilidade aos direitos dos pescadores artesanais, são maneiras de lutar contra algumas das formas de expansão do capital, que ocorre de maneira perversa e desigual e que rompe com os modos de produção comunitários e artesanais.

Referências

³¹ Auxílio recebido pelos pescadores em período de restrição da pesca de determinadas espécies. O período é determinado pelo IBAMA, o valor é de 1 salário mínimo mensal durante o período. O auxílio defeso foi instituído pela Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/6207.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2016

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983. 287 p.

_____. *Povos e mares: Leituras em sócio-antropologia marítima*. São Paulo: NUPAUP-USP, 1995. 269 p.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. 6 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008. 198 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Annablume, 2005. 156p.

_____. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. In: *Revista território*. Ano IV, nº7, p.43-50, jul/dez. 1999.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. SILVA, Vera Lúcia da. O processo de industrialização do setor pesqueiro e a desestruturação da pesca artesanal no Brasil a partir do código de pesca de 1967. In: *Sequência*. v.65, n.33, p.329-357, dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2012v33n65p329>> Acesso em: 13 abr. 2017.

RECLUS, Élisée. *O homem e a terra: textos selecionados*. São Paulo: Intermezzo editorial, 2015. 430 p.

RESENDE, Alberto Toledo. A origem da institucionalidade da pesca artesanal. In: SILVA, Catia Antonia (org.) *Pesca Artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p.43-67.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: *GEOgraphia*. Ano 1, nº1, p. 7-13, 1999.

SILVA, Catia Antonia da. *Política pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 115p.

Fontes documentais:

BRASIL, Constituição (1824). Decreto nº 447, de 19 de maio de 1846. Manda por em execução o regulamento para as capitanias dos portos. Publicação original disponível em: <http://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-32/Legimp-32_10.pdf#page=5>. Acesso em: 07 dez. 2016.

BRASIL, Constituição (1824). Decreto nº 876, de 10 de setembro de 1856. Autoriza o Governo a promover a incorporação de companhias para pesca, salga e seca de peixe no litoral e rios do Império. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-876-10-setembro-1856-570992-publicacaooriginal-94088-pl.html>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

BRASIL, Constituição (1824). Decreto nº 8.338, de 17 de dezembro de 1881. Autoriza o

governo imperial a incorporar companhias de pesca. Publicação original disponível em: <<http://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/Conteudo/Colecoes/Legislacao/leis1881v2/pdf-57.pdf#page=6>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

BRASIL, Constituição (1891). Decreto nº 9.069, de 25 de outubro de 1911. Concede autorização à Companhia Brasileira de Pescarias para funcionar na Republica. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9069-25-outubro-1911-504397-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

BRASIL, Constituição (1891). Lei nº 2.544, de 4 de janeiro de 1912. Fixa a despesa geral para o ano de 1912. Publicação original disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-2544-4-janeiro-1912-577457-anexo-pl.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

BRASIL, Constituição (1891). Decreto nº 9.672, de 17 de julho de 1912. Cria a Inspetoria de Pesca e aprova o respectivo regulamento. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9672-17-julho-1912-524046-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

BRASIL, Constituição (1937). Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938. Aprova e baixa o Código de Pesca. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-794-19-outubro-1938-350346-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

BRASIL, Constituição (1967). Decreto-Lei nº 221, de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm>. Acesso em: 08 dez. 2016.

BRASIL, Constituição (1988). Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/6207.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

BRASIL, Constituição (1988). Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 09 dez. 2016.

VEJEZ Y EL PROCESO DE ENVEJECIMIENTO EN EL MÉXICO RURAL: hacia el estudio del envejecimiento rural en América Latina

Oscar Gerardo Hernández Lara³²

Júlio César Suzuki³³

Resumen: este trabajo se enmarca en lo que puede ser llamado como una geodemografía de los espacios rurales en México. Tema nascente y novedoso, pues la atención de los estudios demográficos se orienta en su mayoría a las ciudades. El tema de interés geodemográfico en este caso es el envejecimiento de la población. Se presentan datos y mapas que demuestran que se trata de una situación creciente y que debe de tomarse en cuenta en la agenda pública. Además, se ofrece un panorama histórico breve que revela la decadente situación del campo mexicano. Para ello se presentan referencias bibliográficas diversas. Se utilizan fuentes de datos secundarias como son censos generales de población y vivienda y proyecciones elaboradas por instituciones especializadas en ello. Se concluye con propuestas para el desarrollo del campo mexicano y la observación de que el proceso de envejecimiento y la vejez en espacios rurales debe contar con mucha mayor atención tanto en la academia como en los programas y política sociales.

Palabras clave: México; espacio rural; envejecimiento; migración; vejez.

VELHICE E PROCESSO DE ENVELHECIMENTO NO MÉXICO RURAL: para um estudo do envelhecimento rural na América Latina

Resumo: este trabalho se enquadra no que pode ser chamado de geodemografia dos espaços rurais no México. Assunto nascente e inovador, uma vez que a atenção dos estudos demográficos está orientada principalmente para as cidades. O interesse geodemográfico neste caso é o envelhecimento da população. São apresentados dados e mapas que demonstram que esta é uma situação crescente e que deve ser levada em consideração na agenda pública. Além disso, se oferece uma breve visão histórica que revela a situação decadente da zona rural mexicana. Para isso, são apresentadas várias referências bibliográficas. São utilizadas fontes secundárias de dados, como são os censos gerais de população e habitação e projeções elaboradas por instituições especializadas. Conclui-se com propostas para o desenvolvimento do campo mexicano e a observação de que o processo de envelhecimento e a velhice nas áreas rurais devem receber muito mais atenção da academia e dos programas e políticas sociais.

Palavras-chave: México; espaço rural; envelhecimento; migração; velhice.

³² Licenciado en Planeación Territorial, Maestro en Estudios Regionales, Doctor en Geografía por la Universidad Nacional Autónoma de México. Profesor en la Universidad Autónoma del Estado de México. Líneas de investigación: Geografía del envejecimiento, estudios rurales y regionales. Publicación reciente: "El reparto agrario en Nativitas, resultado de luchas sociales en las primeras décadas del siglo XX", en *Nativitas, Tlaxcala. La construcción en el tiempo de un territorio rural*, Universidad Nacional Autónoma de México / Instituto de Investigaciones Antropológicas, 2014. E-mail: o.hlara6@gmail.com.

³³ Licenciado en Geografía, Maestro y Doctor en Geografía Humana. Profesor en la Universidad de São Paulo (USP). Tutor de maestría y doctorado en el Programa de Posgrado en Integración de América Latina/USP. Investigador asociado de la Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. E-mail: jcsuzuki@usp.br.

El proceso de envejecimiento es uno de los fenómenos más importantes y a la vez, novedosos en términos demográficos. Ha recibido relativamente poca atención desde la academia y así mismo en las políticas y agenda públicas. Ello especialmente en los países de América Latina, a diferencia de países de Europa o algunos asiáticos como Japón y China. Ya en varios países de América del Sur se ha escrito del tema y su relación con las políticas públicas (CEPAL/CELADE, 2003; HUENCHAN, 2004).

Este proceso se describe como la situación sociodemográfica que resulta de la disminución de los niveles de natalidad y mortalidad, así como del aumento en la esperanza de vida de las personas. Esas variables cuentan ya con amplios estudios, en número y en extensión temporal. El paso siguiente que se plantea ahora en las investigaciones es analizar ese resultado, relacionarlo con los contextos espaciales e intentar proyectar situaciones a corto, mediano y largo plazos. Ir a la par, o de manera anticipada, a la transición que resulta de ese cambio en esas variables, y no, como es característico de los países latinoamericanos, reaccionar a situaciones que se han convertido en obligaciones que fueron previsibles.

Lo anterior, por una parte, sin embargo, hay otra vía por la cual una población envejece, en los indicadores y en cuanto a ausencias en los territorios, ésta es la emigración de infantes, jóvenes y/o adultos. Esta segunda vía, en combinación con la primera, intensifica el proceso de envejecimiento, en especial en las zonas rurales, pues la emigración rural-urbana aún es importante en estos territorios, o en su caso, los efectos de la emigración y la inmigración de retorno de personas adultas mayores.

En efecto, a diferencia de los países de Europa en especial, los países de América Latina cuentan con un contexto y características muy particulares que hacen del proceso en cuestión uno con matices y cualidades de extrema atención y que invitan incluso a repensar contextos, categorías y clases, y de manera muy particular, en los espacios rurales de los países que conforman la región.

A menos que los flujos se reconfiguren, mediante políticas, programas, proyectos o apoyos al campo, la emigración seguirá siendo predominantemente rural-urbana, o en su defecto, de pequeñas ciudades hacia mayores. Por supuesto, en estos flujos no se descarta la emigración internacional, a pesar de las trabas que parecen surgir desde los Estados Unidos hacia los países del sur, en especial hacia mexicanos y centroamericanos.

En México, casi no se identifican flujos migratorios intensos de habitantes urbanos hacia territorios rurales, a diferencia de lo que sucede en Estados Unidos o Europa, donde ya hace algunos años se identifican procesos de contraurbanización (FERRÁS, 1995 y 2007). Sin embargo, para América Latina, hay un fenómeno naciente que indica ese movimiento de personas, en específico para México (PARTIDA, 2010). Así también, hay una posibilidad de retorno de emigrantes rurales hacia localidades rurales, aunque es preciso analizar su edad de regreso.

Así, el envejecimiento tiene dos vías, que también pueden combinarse, lo cual acelera el proceso y por lo tanto, implica mayores retos y demanda una actuación más rápida desde la creación de políticas públicas y sociales.

El objetivo de este trabajo es describir el proceso de envejecimiento en las localidades menores a 15.000 habitantes en México como parte de una novedosa situación en el campo mexicano, y resaltar en las conclusiones, implicaciones importantes en su entendimiento y en las categorías a futuro inmediato, ello enmarcándolo en las reformas y ajustes estructurales neoliberales que sucedieron en la década de los 80 y 90 del siglo pasado.

Envejecimiento de los espacios rurales en México

En México, habitan 42.157.402 personas en 191.617 localidades menores a 15.000 habitantes; en términos relativos, el 37.5% de la población total (112.336.538 personas) habita en 99.7% del total de localidades del país (192.247), según cálculos elaborados a partir de último censo de población y vivienda 2010.

En los espacios rurales, la doble vía del envejecimiento actúa ya desde hace algunas décadas. Haciendo de estos espacios urgentes de ser analizados. Es conocimiento del dominio público que el campo mexicano envejece, envejecen las personas, envejecen los lugares, los espacios, envejece un sector que dinamizó al país durante décadas³⁴.

El cuadro 1 presenta la población según tamaño de localidad y grupos de edad para el año 2010. Se observa que la participación relativa de población mayor de 60 años es igual entre localidades menores a 15.000 habitantes y las grandes ciudades mayores a 250.000 habitantes. Lo cual, de inicio, implica grandes diferencias en cuanto a acceso a atención de salud, espacios públicos e infraestructura adecuada, ya ni hablar de la diferencia del grado de especialización de los bienes y servicios entre localidades.

Por el contrario, en localidades menores a 250.000 y mayores a 15.000 habitantes, la participación de población mayor a 60 años es de tan solo 1.8% de la población total. Ello se debe a que estas zonas, prósperas en industria, actividades del tercer sector o de vocación industrial demandan población joven para el empleo. Aquí se hace presente y evidente la histórica emigración de jóvenes desde zonas rurales hacia estas ciudades de creciente importancia en el país.

³⁴ Es poco difundido el tema, y aún más raro que se hable del tema en espacios rurales en medios de difusión masiva. Sin embargo, en algunos medios especializados o de difusión científica sí se ha anunciado, por ejemplo en: <http://agroamigo.mx/el-campo-mexicano-busca-jovenes/> y en http://www.dgcs.unam.mx/boletin/bdboletin/2013_768.html.

Cuadro 1: México. Población por grandes grupos de edad según tamaño de localidad, 2010.

Tamaño de localidad	Grupos de edad	Total República Mexicana		Hombres		Mujeres	
		Absolutos	Relativos	Absolutos	Relativos	Absolutos	Relativos
Menores a 15.000 habitantes	Menores de 15	13.730.178	12.2	6.961.711	6.2	6.768.466	6.0
	De 15 a 59	24.362.754	21.7	11.810.821	10.5	12.551.933	11.2
	Más de 60	4.064.470	3.6	2.005.751	1.8	2.058.719	1.8
Entre 15.000 y 49.999 habitantes	Menores de 15	3.186.958	2.8	1.615.284	1.4	1.571.675	1.4
	De 15 a 59	6.501.106	5.8	3.103.225	2.8	3.397.881	3.0
	Más de 60	879.874	0.8	407.320	0.4	472.553	0.4
Entre 50.000 y 249.999 habitantes	Menores de 15	4.151.150	3.7	2.106.331	1.9	2.044.819	1.8
	De 15 a 59	9.237.196	8.2	4.421.004	3.9	4.816.192	4.3
	Más de 60	1.157.192	1.0	524.967	0.5	632.224	0.6
Mayores a 250.000 habitantes	Menores de 15	11.837.473	10.5	6.013.365	5.4	5.824.108	5.2
	De 15 a 59	29.149.208	25.9	14.066.995	12.5	15.082.213	13.4
	Más de 60	4.078.979	3.6	1.798.231	1.6	2.280.748	2.0
Total		112.336.538	100	54.835.006	48.8	57.501.532	51.2

Fuente: Elaboración propia con base en INEGI, 2010.

México, es en las estadísticas, uno de los países con una proporción baja de población mayor de 60 años de entre países de América Latina. Pero las proyecciones indican que emparejará, e incluso rebasará a algunos de ellos.

Para contar con un panorama general del envejecimiento poblacional en varios países de América Latina, el cuadro 2 muestra la proporción de población de 60 años y más en algunos países de América Latina y del mundo en diferentes momentos. En la región de América Latina, se observa una importante diferencia entre países, pero que para 2050, con excepción de Cuba (33.6%), los países en cuestión se emparejan entre 24.1 y 25.6% de población mayor de 60 años del total de su población.

Cuadro 2: varios países y años. Proporción de población de 60 años y más.

País / Año	Año / %		
	1950	2000	2050
Total mundial	7.99	9.95	21.15
Japón	7.7	23.3	42.7
España	10.9	21.6	40.2
Cuba	7.3	13.7	33.6
China	7.5	10.01	32.8
Francia	16.2	20.6	31
Estados Unidos	12.3	16.2	27
Brasil	4.9	7.9	25.6
Uruguay	11.8	17.2	25.4
México	7.1	6.9	25.1
Argentina	7	13.3	24.2
Chile	6.9	10.2	24.1

Fuente: CEPAL (2003) y ONU (2015). Ordenado de mayor a menor según la proporción en el año 2050.

El cuadro anterior da idea de una desigualdad y panorama tremendos por venir en países de la región en cuestión. Y no es que el envejecimiento y vejez sea un peso sin respuestas ni posibilidades, pues se considera que existen muchas formas de crear y fomentar un envejecimiento y vejez activa y saludable, sin embargo, las condiciones estructurales y macroeconómicas, así como domésticas, es decir, propias de los países, plantean serios temas y preocupaciones a corto plazo.

Para el caso de México y la demografía de los espacios rurales, objetivo de este trabajo, el cuadro 3 presenta la edad de los productores agropecuarios según datos de INEGI (2007 y 2012). Es importante resaltar la disminución de la participación relativa del rango de menores de 45, y el aumento considerable del rango de 61 y más años. En 2012, 1.521.745 tenían 61 años o más (40.1%), de un total de 3.797.917. Incluso, es tal vez aún más interesante observar el rango de 46 a 60 años, pues constituye el 35.7%, y el de menos de 45, sólo el 24.2%³⁵.

³⁵ La ENA fue publicada en 2012, con un tamaño de muestra de 97.442 unidades de producción. Se ha anunciado que los resultados de la encuesta correspondiente a 2014 se publicarán en abril de 2015.

Cuadro 3: México, 2007 y 2012. Edad y participación relativa de los productores agropecuarios según Censo Agropecuario 2007 y Encuesta Nacional Agropecuaria 2012.

Rangos de Edad	Censo agropecuario 2007	ENA 2012
Menores de 45	38.2	24.2
46 a 60	32.9	35.7
61 y más	28.9	40.1

Fuente: INEGI (2007 y 2012).

A la información del cuadro 3, habría que añadir los dependientes económicos del productor, pues da idea de la estructura de las familias y en su caso, posibilidades de reemplazo en la actividad. Según información de INEGI (2012)³⁶, hay 3.797.918 productores en el país, de los cuales, el 87.4% tiene dependientes económicos. El total de dependientes es de 10.640.783 personas, de los cuales, 75.6% son hombres y mujeres mayores de 12 años, mientras que el restante 24.4% son niños menores de 12 años.

Lo anterior da idea de una situación particular: un mínimo de reemplazo actual de trabajadores agrícolas por parte de niños y jóvenes. Aquí se hace evidente una disminución de las tasas de natalidad también en el campo mexicano, el aumento en la esperanza de vida, así como las consecuencias de una histórica migración rural-urbana.

Hay un fenómeno naciente en México, específicamente en el México rural, ese ámbito que soportó a las economías latinoamericanas a mediados del siglo pasado, pues la generación de riqueza y excedente de mano de obra que provino de la actividad agrícola y del campo dieron para la industrialización que hoy en día, es la base económica y laboral de la amplia clase media en algunos países de la región, como es el caso de México (FAO, 2004). De ese ámbito emergió, y aún lo hace, fuerza de trabajo para instalarse en ciudades de diferentes tamaños, para practicar la movilidad internacional y de esa forma, continuar una dinámica económica en esos espacios mediante las remesas o el retorno que se ve lejano para algunos, imposible para muchos.

Es importante mencionar que, en México, el estudio del envejecimiento demográfico se ha orientado hacia los estudios urbanos o temas del ámbito urbano, dejando

³⁶ Información de la Encuesta Nacional Agraria, 2012, “Dependientes económicos del productor por grupos de edad y sexo”. Disponible: <<http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/Proyectos/encuestas/agropecuarias/ena/ena2012/default.aspx>>. Acceso en: 13 feb. 2015.

de lado el espacio rural, o en su caso, estudiando la emigración de población mayor de 60 años hacia localidades urbanas, poblaciones indígenas o en algunos casos, la experiencia de los que se quedan, ante la emigración de miembros de la familia.

Entre los temas que se estudian del envejecimiento en México se encuentran los referidos a enfermedades y atención a la salud, movilidad y ubicación espacial de los adultos mayores (ORTIZ y GERÓNIMO, 2008; GARROCHO y CAMPOS, 2005), abuso y violencia hacia los adultos mayores (GIRALDO, 2012), economía del envejecimiento y vejez (WONG *et al.*, 2007; CEPAL, 2002; DEL POPOLO, 2001), transición a la vejez, planeación gerontológica y gestión de espacios públicos e infraestructura (DIEGO SÁNCHEZ, 2007); mientras que hay otros temas que han gozado de mayor atención y tienen mayor cantidad de trabajos e investigaciones, por ejemplo los de redes de apoyo y arreglos familiares (GARAY *et al.*, 2012; MONTES DE OCA, 2012) y jubilaciones y pensiones (GOMES, 1997; HAM, 1993, 1996, 1999, 2003), éste último como uno de los grandes temas de atención y de mayor importancia para la academia y para la agenda pública.

Por último, en cuanto a obras recientes del tema, Montes de Oca (2014) coordinó una serie de trabajos que contemplan la diversidad del tema del envejecimiento, ya con mayor profundidad en cuanto a enfoques y con mayor apertura en cuanto al abordaje territorial.

En esas contribuciones participan representantes de diversas disciplinas y ciencias. Desde actuarios, demógrafos con diferentes formaciones y especializaciones, geógrafos, antropólogos, hasta importantes contribuciones por parte de médicos especialistas en el tema (GUTIÉRREZ y KERSHENOBICH, 2012; RIVERO, 2013).

En fin, los temas pueden ser variados, y a su vez, subdividirse y combinarse con otras, por ejemplo, en cuestión de enfermedades y atención a la salud en combinación al aumento en la expectativa de vida, se puede hablar de tres temas que dominan las líneas de investigación según Heinze (2013): ejercicio corporal, la restricción de calorías en la alimentación y por último, la degradación de hormonas, antioxidantes y de la enzima telomerasa.

Como se inferirá, de la lista anterior de Heinze, en su mayoría, se trata de temas específicamente del ámbito urbano, o que conciernen a atenciones, equipamientos/infraestructura o especialidades que se ofrecen en ese ámbito. En la literatura mexicana, son escasos los trabajos que aborden el tema del envejecimiento en espacios rurales en cualquiera de sus dimensiones. Algunos ejemplos recientes de trabajos que sí lo hacen desde diferentes perspectivas y disciplinas son los de Vázquez (2010 y 2013) desde la antropología y el de Mojarro y Benítez (2010), desde la demografía.

El libro colectivo *Historias detenidas en el tiempo. El fenómeno migratorio desde la mirada de la vejez en Guanajuato* (MONTES DE OCA, 2008) es un trabajo pionero en los estudios rurales demográficos y su relación con las redes transnacionales, el envejecimiento y la migración. Se trata de un trabajo de carácter básicamente cualitativo e importante en términos metodológicos para la investigación del envejecimiento y la vejez desde el punto de vista demográfico como resultado de trabajos etnográficos.

El presente capítulo, surge a partir de lo observado durante trabajo de campo realizado en diferentes años (2010, 2011, 2013 y 2014) al sur de Tlaxcala, en colindancia con Puebla, estados ubicados en el México central. Durante dichas jornadas de campo, se observó que ningún ejidatario entrevistado contaba con menos de 55 años, mientras que el más longevo, en el año 2011, tenía 91 años. En los primeros años indicados, se entrevistó a campesinos, ejidatarios y pequeños propietarios, su edad rebasaba los 60 años, y una de sus grandes preocupaciones era el futuro y destino de sus tierras, herencia directa de los resultados de la Revolución Mexicana, conocidos como Reparto Agrario.³⁷

De esa manera, en el ejercicio de plantear escenarios, tomando en cuenta el dominio creciente de la agroindustria de capital extranjero, el agronegocio polarizante, la discusión de seguridad y soberanía alimentaria, la tradicional y nunca tema menor de la emigración

³⁷ Iniciado en diferentes años en las regiones de México, se asocia mayormente con la época del cardenismo, pues fue en ese lapso cuando se dotó al mayor número de personas de tierras, siendo pues, la época en la que se dotó la mayor cantidad de tierras para la mayor cantidad de personas. A partir de ese momento, una nueva clase/categoría surgió en México, la de los ejidatarios. Se dice que el reparto terminó cuando se reformó el artículo 27 de la Constitución de los Estados Unidos Mexicanos, pues permitió la enajenación, compra y venta de las tierras ejidales y de esa manera, la propiedad privada en las tierras otrora protegidas por el artículo. Recientemente desapareció la Secretaría de la Reforma Agraria, lo cual, se dice, dio fin al Reparto Agrario.

de población joven, se plantea una pregunta básica ¿y el campo, quién? Ya Mançano (2014) advierte de la diferencia entre agricultura familiar y agricultura familiar capitalista, y la gran importancia de la primera por encima de la segunda, aún a pesar del entendimiento erróneo y negativo por parte de las autoridades hacia el campesinado y la agricultura familiar.³⁸ La continuidad de ese tipo de agricultura está en riesgo, ya no solo por la desprotección desde el Estado mediante las conocidas reformas estructurales, sino también ahora por procesos demográficos claramente identificados, que implican novedades reales en los espacios en cuestión.

El siguiente apartado da cuenta del proceso de desmantelamiento de la agricultura campesina en favor de otras actividades, de la agroindustria, agronegocio o la reconversión e importación de cultivos y productos en México.

Marco contextual del envejecimiento en el campo mexicano y los estudios a nivel internacional y nacional

Entre los grandes olvidados de las décadas de los 90, 2000 y 2010 están los habitantes del campo. En especial las primeras dos décadas señaladas, pues fue en el transcurso de ellas que se llevaron a cabo importantes reformas referentes al campo y para el desarrollo del ámbito urbano.

Ya existen numerosos estudios que demuestran la disminución de población ocupada en actividades agropecuarias, como consecuencia de una “modernización y diversificación de las actividades industriales y terciarias” (PACHECO, 2010, p. 394). Pacheco revela que esta población se redujo de 17 a 10% de 1991 a 2003, pasando de 9.8 millones a 7.7 millones. En 2004 el total absoluto llegaba a 6.8 millones, de los cuales, 88% eran hombres y el resto mujeres (INEGI, 2004).

³⁸ Mançano critica el uso de agricultura familiar por encima y como modernización del concepto de campesinado advirtiendo que quien utiliza esa concepción pone en el olvido cuestiones como “las luchas campesinas de resistencia al capital y defienden la “integración” de la agricultura familiar al agronegocio”. Ese entendimiento ignora que existe una *cuestión agraria*.

Guardando reservas en cuanto a las diferencias en metodología, pero respetando la temporalidad de las encuestas, según cálculos realizados a partir de datos de la Encuesta Nacional de Empleo, a mediados de 1998, el 15.2% de los trabajadores agropecuarios eran mayores de 60 años, en el segundo trimestre de 2004 ese valor aumentó a 17.2%; por su lado, la información de la Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo, para el mismo trimestre pero de 2005, indica que esta proporción disminuyó a 11.7% y para el mismo trimestre del año 2014, la proporción de adultos mayores fue de 12.4%. Se advierte una gran diferencia del cuarto trimestre de 2004 con relación al segundo trimestre de 2005. Al disminuir la participación de adultos mayores en un 5.3% en prácticamente seis meses.

Durante las décadas antes señaladas se realizó la reforma al artículo 27,³⁹ pero también se firmó el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN); hecho del cual ya han sido descritas sus repercusiones (APPENDINI, 1992; LARA, 1998), y según diversos autores, por citar a Echánove, (1996), Torres (2005), Hernández (2009 y 2011) y Velasco (2014) fue un periodo en el que se redujeron o desaparecieron los subsidios gubernamentales para insumos, servicios de comercialización, almacenamiento, asistencia y extensionismo al campo; también se redujeron la inversión pública en fomento agropecuario y el crédito de la banca oficial asignado al sector (Banrural); disminuyeron las actividades o desaparecieron las entidades paraestatales que habían desempeñado un papel clave en la actividad agropecuaria (Conasupo, Fertimex);⁴⁰ se redujeron los incentivos de

³⁹ Conocida como la contrarreforma, que permitió la compra-venta de tierras ejidales en México. Warman (2001, p. 55-57) explica “Cada jefe de familia del núcleo de población tenía derecho a una parcela. A una ‘unidad de dotación’, para cultivarla personal e individualmente. Además de las parcelas, el núcleo de población debía recibir tierra común para agostadero de los animales de trabajo o recolección de leña para cocinar. Se agregó otro espacio para que las familias pudieran construir sus casas: la zona de urbanización. El número de capacitados y el tamaño de las unidades de dotación definían teóricamente la superficie que debía dotarse. *El conjunto de las parcelas individuales, el uso común y el poblado formaban idealmente el ejido, el sujeto colectivo de la entrega de la tierra.* Al ejido se le reconoció personalidad jurídica y una organización con autoridades: la asamblea, el comisariado ejidal y el consejo de vigilancia. A los individuos se les reconocieron derechos y obligaciones como ejidatarios alrededor de una relación fundamental: cultivar personalmente y disfrutar del producto de su parcela individual [...] El ejido como instancia comunitaria no funciona en muchos casos en que los ejidatarios actúan como particulares con una propiedad restringida. En otros casos, la organización comunitaria se distorsionó, sirvió de canal para el ascenso y control político o encubrimiento de prácticas ilegales de exclusión y acaparamiento de la tierra. Pero es notable que en muchos casos más la figura del ejido funciona como representación legítima, como un espacio para organizar tareas comunes y dirimir diferencias, como instancia democrática que sustenta a una comunidad. El ejido arraigó profundamente como forma de tenencia de la tierra, de organización social y de representación gremial de los campesinos dotados por la reforma agraria”.

⁴⁰ Empresas estatales que fomentaban y facilitaban la producción rural y la distribución de los productos del campo.

fomento a la producción agrícola; se redujo el apoyo total a los productores en la forma de pagos basados en la superficie/número de animales; se eliminaron los controles para la importación y subsidios para alimentos; se favoreció el crecimiento urbano y la descentralización industrial y su expansión hacia las periferias urbanas, en fin, se desmanteló al campo y a las actividades que ahí se desarrollaban como estrategia para facilitar la expansión del capital y la llamada “destrucción creativa del territorio”.

La reconfiguración constante de los territorios favorece esa expansión, pues debilita culturas e identidades, crea otras, convierte a los elementos de los territorios en mercancías, separándolos y despojándolos del arraigo, creando movi­lidades de manera forzada, impuesta por la voracidad capitalista de consumo y de privatización gradual de recursos naturales, insumos, servicios. La desposesión, en los términos que Harvey (2005) la ha planteado de manera contemporánea, se hace presente. Y no se trata sólo de elementos concretos, materiales.

Un gran marco consecuente de lo anterior, de lo que Monterroso (2007) califica como “*encajar*” la cultura capitalista y así, “la desaparición de los campesinos”, es la dependencia alimentaria o la pérdida de soberanía alimentaria, otro, aún por analizarse, es el gradual envejecimiento de los productores agropecuarios y de la población rural en general.

Esta situación trajo como consecuencia un debate teórico-conceptual, y también metodológico, en distintas disciplinas, del lado sociológico y antropológico pues dio origen a interrogantes del tipo ¿qué es la ruralidad? ¿quiénes son los actores rurales hoy en día? ¿cómo definirlos? ¿cuáles son las continuidades y cuáles las rupturas en estos ámbitos?; del lado de la geografía y estudios territoriales, las preguntas han sido del tipo ¿cómo se definen estos espacios con una mixtura de ruralidad y urbanidad en el periurbano? ¿estamos ante nuevas expresiones territoriales? al interior de los “antiguos” espacios rurales ¿qué dinámicas y prácticas espaciales definen ahora la ruralidad en los aspectos de los paisajes, lugares y espacios (rurales)?; incluso agrónomos indagaron sobre la novedosa situación del campo al preguntarse ¿sobre qué base se desarrollará el ámbito local si no es por la producción agrícola o agropecuaria? ¿son suficientes, para la economía de los hogares primero, y después para las economías locales y regionales, las nuevas actividades creadas

e impuestas por las instituciones mediante instrumentos como por ejemplo la Ley de Desarrollo Rural Sustentable⁴¹ que promueve la intensificación de la pluriactividad (ya practicada hace décadas) como si no quedara más que el turismo y los servicios no cualificados en zonas urbanas y segundas residencias para los habitantes rurales?

No hubo preguntas de parte de la demografía, al menos no del nivel de profundidad de sus vecinos sociólogos, antropólogos, geógrafos. ¿Cuál fue, o sigue siendo, la razón por la cual el ámbito rural no es de interés relevante de los demógrafos, en México al menos? Una de las posibles razones es la escasa información para hacer cálculos demográficos como se realizan para el ámbito urbano; otra razón puede ser que, los temas mencionados antes, definitivamente no son del ámbito rural y que por lo tanto, hay que esperar a que el fenómeno del envejecimiento por ambas vías resulte en muchos más temas y problemas.

En contraste, en países como Inglaterra o Estados Unidos hay una importante contribución de demógrafos y geógrafos especialmente en el tema del envejecimiento. Dear (1988) demostró en 1986, que en los países desarrollados, en específico en los Estados Unidos, el tema del envejecimiento de la población era parte de la agenda académica de geógrafos, según la revisión que realizó de la lista de grupos de investigación (especialidades) de la Asociación Americana de Geógrafos.

No es casual, ello se debió a que en Estados Unidos y en países avanzados, ya contaban con un proceso de envejecimiento mucho más adelantado en esa década, en cambio en los países periféricos el proceso era totalmente impensado. No fue hasta que Ham (1993, 1996, 1999) advirtió de tal manera un proceso de envejecimiento en México que la comunidad académica volteó la atención y esfuerzos, de manera tímida, al tema de la vejez, más no tanto así del envejecimiento y su magnitud, especialmente en su diferencial territorial.

Ahora, mucho más específico es el tema en espacios rurales, en los cuales habitan personas con importantes diferencias con relación a sus vecinos urbanos. Ya lo indicaba

⁴¹ Ley publicada en el Diario Oficial de la Federación el año 2001 durante el gobierno de V. Fox. Última reforma publicada en el Diario: 12 de enero de 2012. En su artículo 1º define su objeto, el cual busca “promover el desarrollo rural sustentable del país, propiciar un medio ambiente adecuado [...] y garantizar la rectoría del Estado y su papel en la promoción de la equidad”.

Martins (1993) para el caso brasileño, como también lo indicó Warman (1972 y 1976), los indios, los campesinos, “son tratados como los últimos de los últimos, los que llegaron en el fin de la Historia” (MARTINS, 1993, p. 27).

Como ejemplos más recientes y relevantes de estos estudios en otros países, se puede citar el libro *International Handbook of Rural Demography*, editado por L. J. Kulcsár y K. J. Curtis del año 2012. Otros trabajos, como los de Voss (2007) y Fossett (2005), combinan la demografía con la geografía, y en particular Voss, aboga por una inclusión de la demografía en los estudios sociales y espaciales. Además, se puede revisar la página <http://spatialdemography.org/>, que es un foro y *journal* con importantes avances en cuestión de demografía espacial.

En el libro referido, se encuentra una buena contribución de parte de L. Sánchez y E. Pacheco, quienes analizan a la población rural en diferentes aspectos además del demográfico, por ejemplo, en cuanto a ocupación, ingreso, condición de migración y propiedad de la tierra. Es uno de los más recientes trabajos por parte de demógrafas realizados para espacios rurales. Ahora que el tema se ha constituido en uno de los temas de discusión, se potenciará un interés por parte de otros profesionales de diferentes partes del país, la pregunta es si atenderán también al proceso en los espacios rurales, y mediante la investigación científica, fomentar soluciones en el ámbito de las políticas públicas.

Una cuestión importante en México cuando se trata de estudios rurales, siempre a debate y criticable, es la medición de la ruralidad. En México hay dos criterios para los espacios rurales y los urbanos, aquellos menores de 2.500 habitantes (rural) y menores de 5.000 habitantes (rural ampliado). A partir de esa distinción, en especial la primera, es que trabajan la gran mayoría de las encuestas. De hecho, el primer criterio es con el que trabajan las autoras mencionadas y, por lo tanto, una característica a considerar.

En efecto, de manera general la definición y distinción oficial en México de lo que es rural y urbano, no solamente individuos o población, sino territorios, se basa en términos cuantitativos, esto es, aquellas localidades de 2.500 o más habitantes serán urbanas, mientras que aquellas que cuenten con menos de esa cantidad de habitantes, serán rurales. Esto deja de lado criterios cualitativos como lo que trabaja Salas (2011 y 2014) y sus

colaboradores, además de limitar las perspectivas de diferentes disciplinas, en especial de la geografía, pues esa medición no cuenta con un punto de vista espacial.

En términos geográficos esa distinción da para muchas críticas. Por mencionar algunas, no tiene ningún parámetro espacial ni referencia territorial, no considera la proximidad a centros urbanos, incluso, no observa si se trata de localidades menores a 2.500 habitantes inserta en alguna zona metropolitana, lo que dotaría de una dinámica distinta. Sólo por ampliar la crítica, es tan limitada esa distinción, que no hay advertencia hacia una de las cualidades más puntuales del ámbito rural, que es la dispersión de la población. Por último, el criterio es ahistórico, pues limita la medición de ruralidad a un aumento cuantitativo de población (por decir, a un nacimiento), y no considera tradiciones, arreglos tradicionales, sistemas enraizados en otras cualidades de este tipo de lugares, como pueden ser el sistema de cargos o los apoyos intra e intercomunitarios como la faena, el tequio o la manovuelta.

Como ya se mencionó, por ser la distinción oficial, el criterio de 2.500 habitantes se utiliza en encuestas, a pesar de que INEGI cuenta con una concepción un tanto más amplia de lo rural y población rural a la cual ha llamado “Rural ampliada” (INEGI, 2005). México, es entonces, más rural de lo que indican las cifras, informes y encuestas.⁴²

En este trabajo, se consideran rurales las localidades menores a 15.000 habitantes. Es cierto que esa distinción refiere a localidades de tipo mixto, como lo establecieron Unikel *et al.*(1978). Pero, bajo un enfoque amplio y multidisciplinario, esta medición otorga un mayor alcance tanto territorial como socialmente. Así, se incluyen no solo las localidades que hace 10 o 5 años se consideraban como rurales, sino también las que según INEGI, son rurales hoy en día.

⁴² Y como sucede en otros países mediante los cálculos y análisis de académicos, por ejemplo, Blume y Schneider (2004) o Eli da Veiga (2002 y 2001) para el caso brasileño. En ese sentido, para los Estados nacionales, ¿cuál es la razón para evadir una condición rural mayor a la que dicen las estadísticas oficiales? ¿acreditar una modernidad y con ello calificar para préstamos y recetas de los organismos internacionales de financiamiento?, ¿acceder a organizaciones como OCDE y con ello presumir una posición a nivel mundial, o al menos, por encima de otros países latinoamericanos cuando las cifras indican pobreza, vulnerabilidad e inseguridad?

En resumen, y poniendo en contexto lo anterior, hay dos situaciones que han desfavorecido al campo mexicano y a la población joven con relación a una continuidad (ahora ruptura) de actividades del sector primario y así, de tradiciones, costumbres y dinámicas rurales ya mencionadas. Se trata de la firma del TLCAN, que dio paso al ingreso de productos agrícolas de los países del norte, con un diferencial en los costos mucho menor que en otros años; y, por otra parte, la gran influencia de lugares centrales, nodos urbanos o concentraciones industriales que implican un cambio en la ocupación de la población joven, o en otros casos, el abandono del lugar de origen hacia otras ciudades en México o Estados Unidos.

En medio de este contexto de despojo, como lo denomina Harvey (2005), se encuentran las poblaciones, los individuos, los ambientes, los lugares; con mayores carencias y desigualdad que en otros tiempos. Como lo describe Velasco (2014, p. 127) “La privatización de recursos naturales, de la cultura y la identidad; la supresión de los derechos de los bienes comunales y otras formas alternativas de producción y consumo, así como el uso del sistema crediticio como una forma de acumulación primitiva, han extendido las fronteras del capital.” Se crea una segunda, hasta una tercera naturaleza, en las que los individuos poco o nada importan para dicha extensión, a no ser a manera de mercancías o despojados de su territorio mediante la migración o enajenación del suelo.

Bases estadísticas e indicadores del envejecimiento en los espacios rurales en México

Un indicador básico para demostrar un aumento en el envejecimiento de los lugares o territorios es la proporción de población según grupos de edad. El cuadro 4 presenta esa proporción que habita en ámbitos rurales o urbanos, con información para hombres y mujeres.

Cuadro 4: México, 2000 y 2010. Proporción de población por grandes grupos de edad según rural o urbano.

	Totales			Hombres			Mujeres		
	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total
2010	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
0 a 14	32.6	27.3	29.3	33.5	28.6	30.5	31.7	26.1	28.2
15 a 59	57.8	64.0	61.6	56.8	63.4	60.9	58.7	64.5	62.3
60 y mas	9.6	8.7	9.1	9.7	8.0	8.6	9.6	9.4	9.5
2000	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
0 a 14	38.6	31.3	34.1	39.7	32.7	35.5	37.6	29.9	32.9
15 a 59	53.4	61.9	58.6	52.2	61.0	57.5	54.5	62.7	59.6
60 y mas	8.0	6.8	7.3	8.1	6.2	7.0	7.9	7.4	7.6

Fuente: Elaboración propia con base en INEGI, 2000 y 2010.

Se observará que México se encuentra en una transición demográfica. El rango de 15 a 59 años lo demuestra, pues cuenta con una proporción muy amplia y es el rango que gana más población. A su vez, el rango de 60 y más años, también aumenta su proporción, ambos rangos en detrimento del primero, de 0 a 14 años. Esto quiere decir, que en México, hay una gran proporción de jóvenes y adultos, y por cuenta de años por venir, ingresarán al grupo de 60 y más años.

Ello apunta hacia un envejecimiento de la población, pues como se observa en el cuadro 5, la población de los grupos más jóvenes tenderá a disminuir, mientras que el grupo de 60 y más años, aumentará considerablemente. Otra observación importante es la baja tasa de crecimiento total.

Cuadro 5: México, 2010 a 2030. Proyecciones de población total y su comparación con año base 2010.

Grupos de edad e indicadores	Población	Diferencia con relación al año 2010	
	2010	2030	2050
Hombres			
0-14	17.266.253	-620.444	-1.269.654
15-59	33.500.528	7.261.273	9.157.227
60 y más	4.674.986	4.373.366	9.455.745
Mujeres			
0-14	16.619.422	-725.295	-1.355.199
15-59	36.039.896	7.598.801	8.501.021
60 y más	5.360.919	5.605.583	12.671.624
Esperanza de vida al nacimiento total	74.0	77.0	79.4
Crecimiento natural	1.611.209	1.242.513	755.560
Crecimiento social total	-182.532	-326.685	-326.058
Crecimiento total	1.428.676	915.828	429.502
Tasa de crecimiento total*100	1.3	0.7	0.3

Fuente: Elaboración propia con base en CONAPO, 2014.

En atención al envejecimiento de sujetos agrícolas, desde un punto de vista médico y en relación a la pérdida de capacidad física por envejecimiento, D'hyver (2013) afirma que la sarcopenia es un síndrome geriátrico que consiste en la pérdida de masa muscular en personas mayores de 60 años especialmente, y aún más en mujeres. Según el autor, las consecuencias más graves son “las alteraciones del movimiento, el incremento en el riesgo de fracturas y caídas, la incapacidad para la realización de las actividades básicas de la vida diaria, la pérdida de autonomía y el incremento en el riesgo de muerte” (2013, p. 228).

Para un campesino, un productor o un pequeño propietario mayor de 60 años, esas limitaciones significan un cambio obligado en sus tiempos, en los ritmos de la vida y del trabajo diarios; para el espacio rural, estas modificaciones, sumadas a la pérdida de reemplazo implica una reconfiguración de la vida cotidiana, del modo de vida rural, que, dicho sea de paso, es bien cierto que es un espacio que se ha modificado y reinventado durante décadas, incluso en el día a día.

La fuerza y energía de las personas mengua, así también la dinámica rural histórica y tradicional. El reemplazo abandona estos espacios de vocación agrícola o se ocupa en otras actividades. La pregunta resurge ¿y el campo, quién?

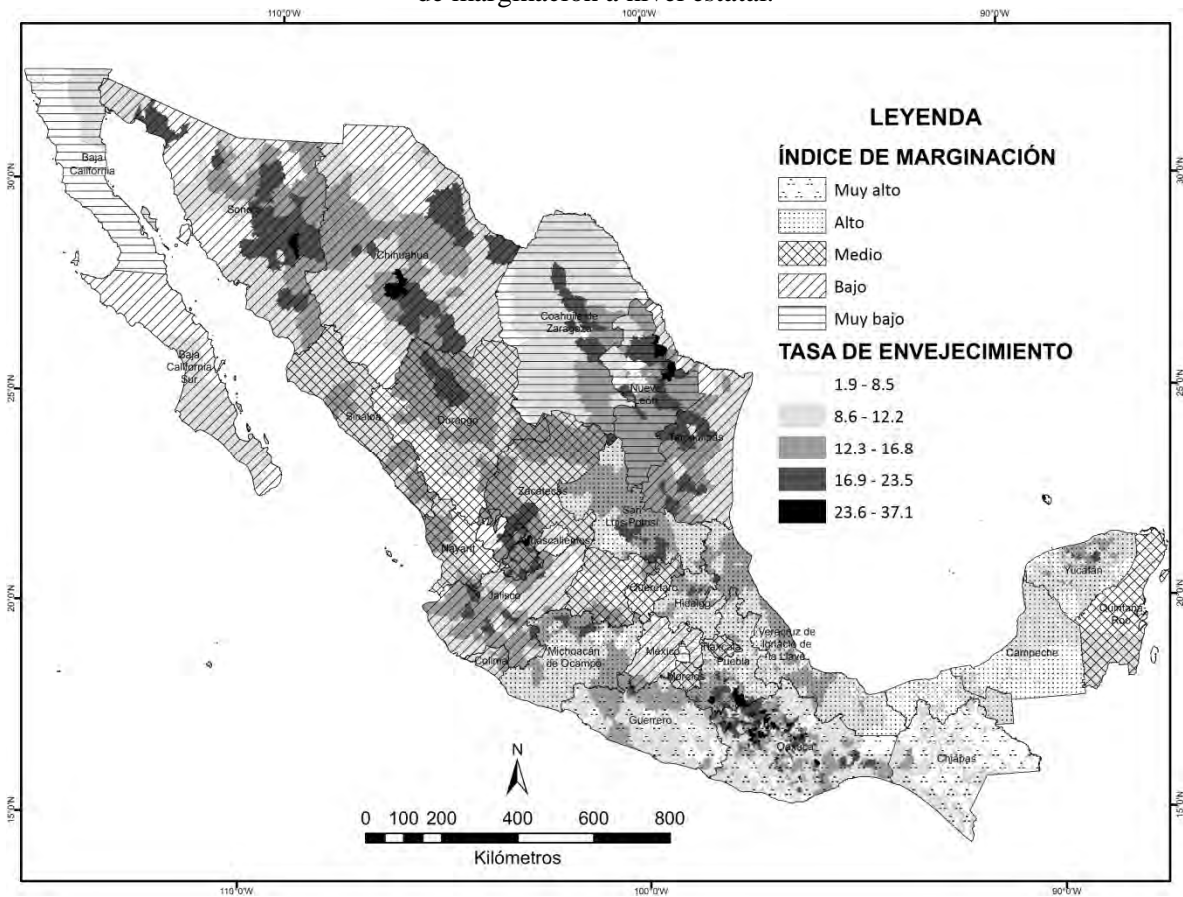
Como lo describe Partida (2004), a menos que se planifiquen y desarrollen políticas adecuadas para el aprovechamiento del bono demográfico, en términos de empleo, educación y capacidad de ahorro e inversión, México se dirige hacia un país de viejos... y pobres.

En el ámbito rural, según lo observado en el cuadro 4, el envejecimiento será más intenso que en el ámbito urbano. Lo mismo para hombres y mujeres, este proceso demográfico se torna en un verdadero fenómeno demográfico (y geográfico) pues no sólo obedece a un proceso natural, sino también tiene que ver con la movilidad de población joven, lo cual da lugar a índices crecientes para el rango de 60 y más años.

Esos datos, a pesar de su generalidad, no se deben tomar de manera ligera. Si la juventud y niñez en espacios rurales se torna complicada por las carencias en cuanto a educación, salud o acceso a servicios y necesidades varias, la vejez rural será un verdadero tema que atender dentro de no más de 15 o 20 años.

En ese sentido, el estudio de la vejez rural, además de requerir una conceptualización adecuada, plantea posibilidades de combinarse con otros indicadores, por ejemplo, si se empatan la tasa de envejecimiento con los grados de marginación, dan como resultado preocupantes escenarios presentes y para considerarse a futuro. El mapa 1 presenta ese empalme con base en el grado de marginación elaborado por CONAPO y la tasa de envejecimiento, ambos indicadores son para el año 2010.

Mapa1: México, 2010. Tasa de envejecimiento en localidades menores a 15,000 habitantes y grado de marginación a nivel estatal.



Fuente: Elaboración propia con base en INEGI (2010) y CONAPO (2011).

El cuadro 6 presenta el comportamiento migratorio por grandes grupos de edad desde el año 1990 al 2030, según proyecciones de CONAPO. Llama la atención que, según las mismas proyecciones, el saldo migratorio continuará siendo negativo para el país. Por supuesto, se trata de proyecciones, que se elaboran bajo supuestos y no contemplan de ninguna manera eventos que sucederán y que pudieran favorecer el retorno de población, por un lado, o agudizar las salidas de población por el otro.

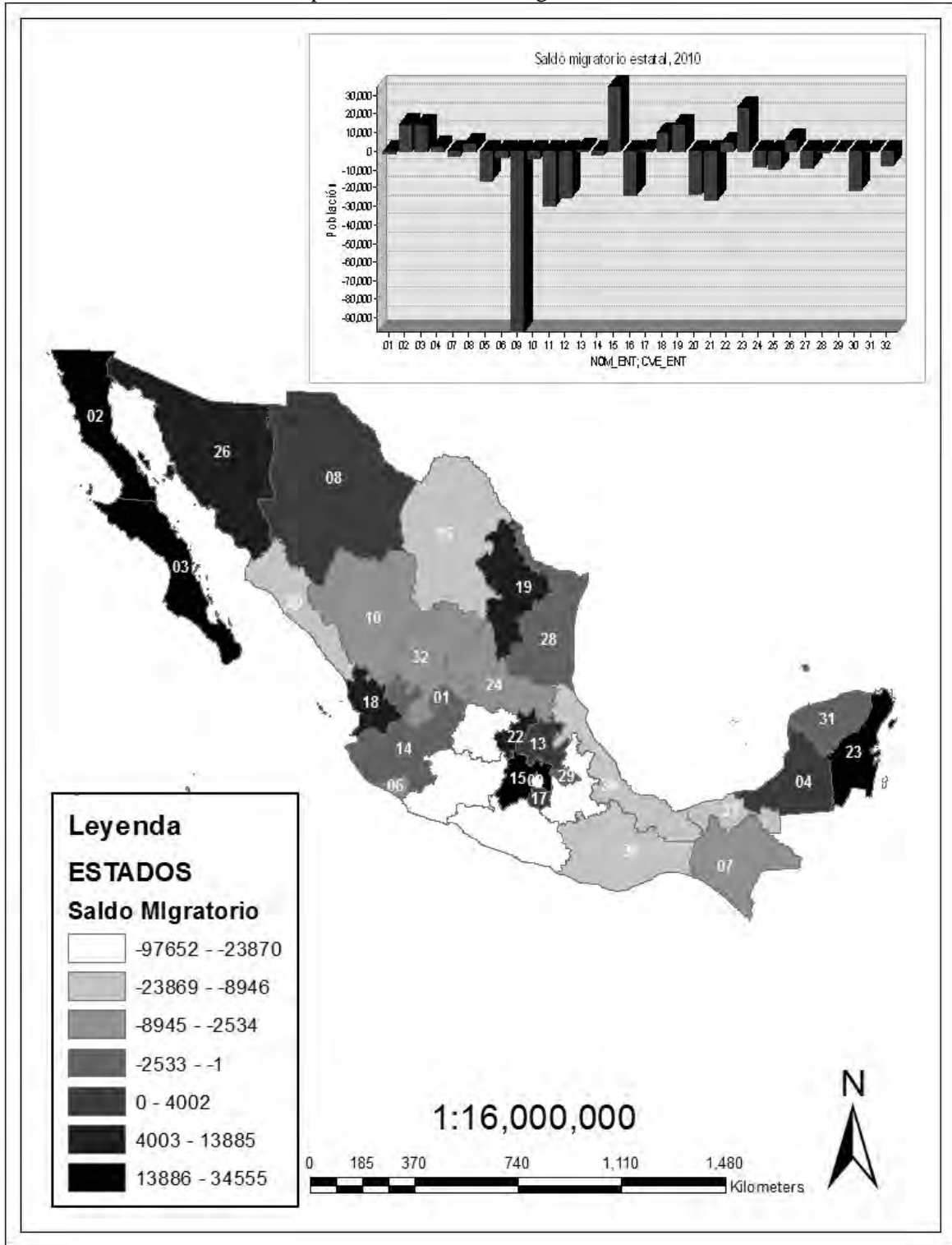
Cuadro 6: México. Saldo migratorio, 1990 – 2030.

	1990	2000	2005	2010	2015	2020	2025	2030
<i>Inmigración</i>	Hombres							
0 a 14	189.362	209.513	208.263	201.936	187.695	178.666	176.669	174.516
15 a 59	269.202	318.620	331.534	334.221	310.684	302.483	308.707	311.839
Mas de 60	12.361	14.119	15.317	16.299	17.157	19.086	22.171	25.591
Total	470.925	542.252	555.114	552.456	515.537	500.236	507.547	511.946
	Mujeres							
0 a 14	183.717	203.437	196.265	187.641	177.146	170.103	168.242	166.250
15 a 59	253.450	294.783	335.198	285.146	287.615	289.057	301.389	292.850
Mas de 60	11.984	15.010	15.931	16.998	19.223	22.289	26.247	30.710
Total	449.151	513.230	547.394	489.785	483.984	481.449	495.878	489.809
Total Inmigración	920.076	1.055.482	1.102.508	1.042.241	999.521	981.685	1.003.425	1.001.755
<i>Emigración</i>	Hombres							
0 a 14	235.228	263.389	249.191	206.730	203.994	201.610	199.091	196.430
15 a 59	468.650	621.324	579.853	429.260	453.755	470.867	480.851	485.351
Mas de 60	15.643	19.139	20.182	16.032	18.922	22.381	26.296	30.660
Total	719.521	903.852	849.226	652.022	676.671	694.858	706.238	712.440
	Mujeres							
0 a 14	231.111	263.923	233.088	194.709	191.553	189.211	186.890	184.427
15 a 59	393.732	483.195	427.011	357.246	374.043	384.440	396.756	390.378
Mas de 60	19.439	22.367	23.006	20.796	24.600	29.344	34.887	41.195
Total	644.282	769.485	683.105	572.752	590.196	602.996	618.533	616.000
Total Emigración	1.363.803	1.673.337	1.532.331	1.224.773	1.266.867	1.297.854	1.324.771	1.328.440
Saldo Migratorio	-443.727	-617.855	-429.823	-182.532	-267.346	-316.169	-321.346	-326.685

Fuente: Elaboración propia con base en CONAPO, 2014.

El mapa 2 presenta el saldo migratorio para el año 2010 a nivel estatal. Es necesario precisar que los datos del cuadro 6 y del mapa siguiente son a nivel estatal y no hay distinción de tamaños de localidad.

Mapa 2: México. Saldo migratorio, 2010.

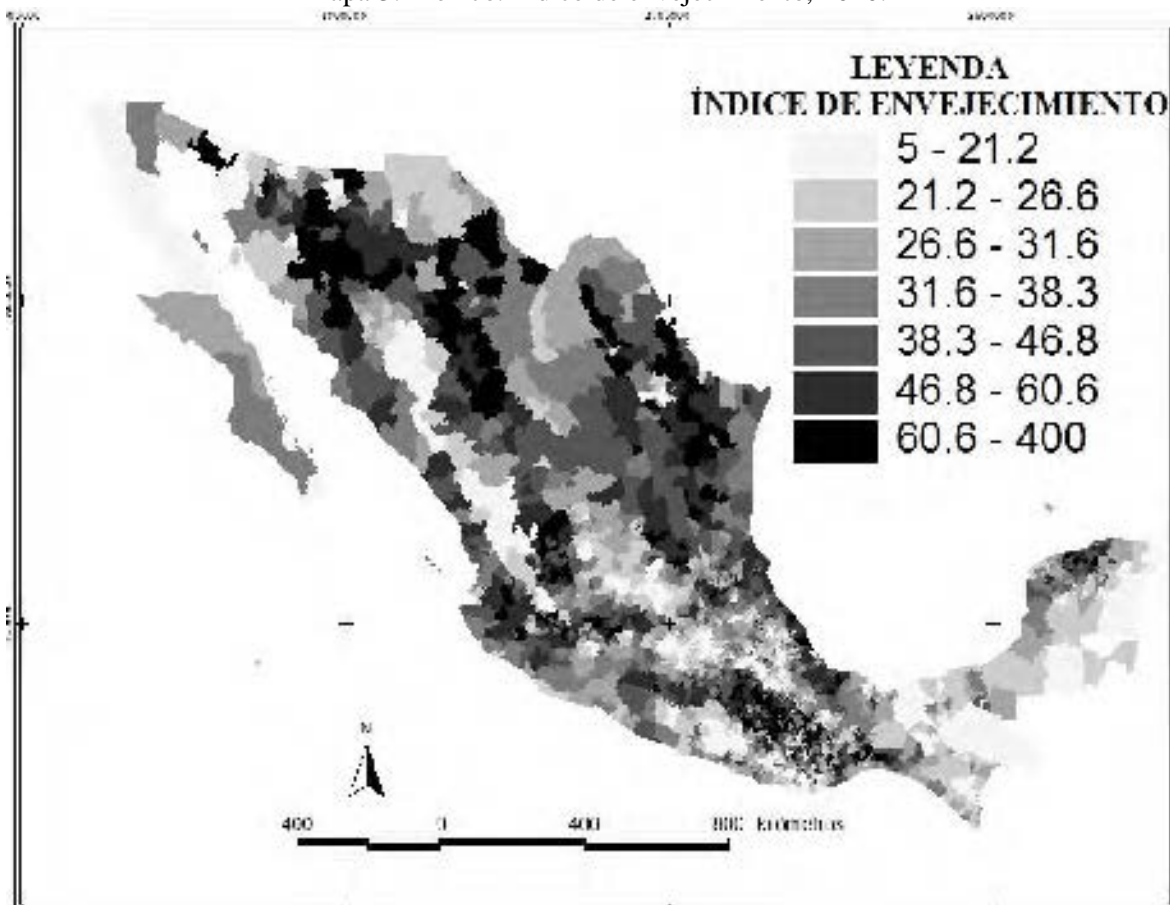


Fuente: Elaboración propia con base en CONAPO, 2014.

Además de la proporción de la población mayor de 60 años, existen otros indicadores o medidas para determinar y descifrar el proceso de envejecimiento.

El mapa 3 presenta el índice de envejecimiento. Como en el caso del mapa 1, son cálculos propios, realizados para todas las localidades menores de 15.000 habitantes de todos los municipios y delegaciones de México. Hay casos en que una delegación o municipio no cuenta con localidades de ese tamaño, por lo que no aparece información.

Mapa 3: México. Índice de envejecimiento, 2010.



Fuente: Elaboración propia con base en INEGI (2010).

Como se podrá comparar, el índice de envejecimiento es más intenso que la tasa de envejecimiento. El primero presenta la cantidad de adultos mayores por cada 100 niños y jóvenes. Mientras que la tasa es la relación entre la población mayor y el total de la población. En términos generales, la tasa indica el grado de envejecimiento de una población.

Es notable, sin embargo, que el índice de envejecimiento sea tan alto en varias regiones del país, en el norte, occidente y centro sur, así como una parte de Yucatán. Se requiere de creatividad y buena planeación y creación de políticas públicas para la atención de estas situaciones.

Es de resaltar también, la coincidencia que se observa en los mapas 2 y 3 en ciertas regiones del país, donde la emigración es alta, al mismo tiempo que el envejecimiento de la población y el grado de marginación. Se trata de verdaderos focos de atención inmediata para su consideración en la elaboración de programas sociales y fomento al campo.

Reflexiones finales

México, como los países latinoamericanos, transita por un periodo de cambio demográfico, algo avanzado, pero con muchas oportunidades de aprovechamiento e innovación. Las experiencias y resultados de otros países pueden ser tomados en cuenta para adaptarse para la realidad mexicana.

Ante las trabas y próximas reformas migratorias del país del Norte, se cierran opciones para una tradición migratoria como se conoce desde hace décadas en México. Ante un proceso de envejecimiento natural, el cual demanda creatividad por parte de los diseñadores de políticas y programas públicos; ante las condiciones de marginación, pobreza y atraso social, territorial y político de los municipios y/o localidades rurales del país, el envejecimiento de la población se presenta como un reto en atención a la población mayor, pero también una ventaja en cuanto a la cantidad de población de entre 15 a 59 años.

Hacen falta estudios que salgan de las urbes y se dirijan a las periferias, a las zonas rurales y a su dinámica propia. Faltan estudios rurales que partan de tomar a la edad como una nueva categoría de análisis, ya no como una variable más. Falta, también en los estudios rurales, que se incorporen demógrafos con una perspectiva espacial, o geógrafos con una perspectiva demográfica, mixtura que ya sucede en países como Estados Unidos, Inglaterra o Brasil, por mencionar algunos.

Un escenario desolado en el campo mexicano es posible, pues la inversión, especialmente extranjera, en tecnología, en maquinaria y la automatización de procesos de extracción pueden sustituir a la fuerza de trabajo, o el agronegocio seguir polarizando a las poblaciones rurales. Sin embargo, ese escenario es uno pesimista, aunque hasta cierto punto, tendencial. Un escenario ideal, al que todavía se puede acceder implica innovaciones, inversión pública y fomento al campo, que hagan atractivas las actividades propias de éste para los jóvenes, de esa manera revitalizar el campo contando y confiando en su población. Otra solución es volver a las escuelas rurales, para niños y jóvenes, en las cuales se aproveche la experiencia y conocimientos de los adultos mayores, generando así un envejecimiento activo para éstos y un arraigo y construcción de identidad para las generaciones jóvenes.

Una última propuesta sería crear infraestructura y equipamientos para los ejidatarios o campesinos mayores de 60 años. Para ello se requiere creatividad y trabajo interdisciplinario, en el diseño y aplicación de infraestructura amable para estas personas. Como se mencionó, hay aún personas mayores de 60 años que tienen fuerza y energía para continuar esa actividad que dio fuerza económica, social e incluso política al país en el siglo XX.

Por último, es necesario trabajar en un marco teórico-conceptual para definir vejez rural y el proceso de envejecimiento rural, pues cuentan con especificidades espaciales que las distinguen de la vejez y el envejecimiento en ciudades. Se sostiene que solo así, mediante una clara distinción y definición, se podrá trabajar en elaboración de proyectos, programas y políticas públicas en pro de la población envejecida en espacios rurales.

Referencias

APPENDINI, K. *De la milpa a los tortibonos: la reestructuración de la política alimentaria en México*. México, D.F.: El Colegio de México, 1992.

BLUME, R.; SCHNEIDER, S. O rural territorial gaúcho pelo enfoque da metodologia Territorial Escalar Hierarquizada - TEH: uma abordagem alternativa para a distinção espacial rural-urbana no Estado do Rio Grande do Sul. In: *XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*. Cuiabá: Anais do XLII Congresso da SOBER, 2004.

CEPAL. Caracterización socioeconómica de las condiciones de vida de adultos mayores. In: *Panorama Social de América Latina 1999-2000*. Santiago: CEPAL, 2002.

CEPAL/CELADE. *Las personas mayores en América Latina y el Caribe: diagnóstico sobre la situación y las políticas*. Santiago: CEPAL, 2003.

Consejo Nacional de Población (CONAPO), 2014. Disponible: <http://www.conapo.gob.mx/es/CONAPO/Proyecciones_Datos>. Acceso en: 17 mar. 2015.

Consejo Nacional de Población (CONAPO), Octubre de 2011. Disponible: <http://www.conapo.gob.mx/work/models/CONAPO/indices_margina/mf2010/CapitulosPDF/1_4.pdf>. Acceso en: 24 mar. 2015.

Consejo Nacional de Población (CONAPO), 2014. <http://www.conapo.gob.mx/>. Disponible: <http://www.conapo.gob.mx/es/CONAPO/Proyecciones_Datos>. Acceso en: 11 feb. 2015.

D'HYVER DE LAS DESES, C. Sarcopenia. En salud y envejecimiento. In: *Situación actual, retos y propuestas*. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, p.225-243, 2013.

DEAR, M. The postmodern challenge: reconstructing human geography. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*, 13 (3), p.262-274, 1998.

DEL POPOLO, F. Características sociodemográficas y socioeconómicas de las personas de edad en América Latina. In: *Serie Población y desarrollo* (19), 2001.

ECHÁNOVE HUACUJA, F. Las políticas neoliberales y la desaparición del "oro blanco" de nuestro país. In: LARA FLORES, S.; CHAUVET, M. (Edits.). *La sociedad rural mexicana frente al nuevo milenio* (Vol. I). México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco / Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, Plaza y Valdéz Editores, 1996.

FAO. *Política de desarrollo agrícola: conceptos y principios*. Roma: Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, 2004.

FERRÁS, C. Contraurbanización y planificación territorial en la Europa Atlántica: los casos de Irlanda y Galicia. In: *Ciudad y Territorio*, III (106), 861-875, 1997.

_____. El enigma de la contraurbanización: Fenómeno empírico y concepto caótico. In: *EURE*, XXXIII (98), p.5-25, 2007.

FOSSETT, M. Urban and Spatial Demography. In: POSTON, D.; MICKLIN, M. (Edits.). *Handbook of Population*. Vol. Handbooks of Sociology and Social Research.. New York: Springer, p.479-524, 2005.

GARROCHO, C.; CAMPOS, J. La población adulta mayor en el área metropolitana de Toluca, 1990-2000. In: *Papeles de población*, 11 (45), p.71-106, jul./sep. 2005.

GOMES, C. Seguridad social y envejecimiento: la crisis vecina. In: RABELL, C. (Ed.). *Los*

retos de la población. México: Flacos/Juan Pablos Editor, 1997.

HAM, R. La insuficiencia de las pensiones por vejez. In: *Demos*, n. 6, p.28-29, 1993.

_____. De la solidaridad intergeneracional a la privatización de las pensiones. In: *Demos*, n. 9, p. 36-37, 1996.

_____. El futuro de las pensiones. Promesas fáciles de difícil cumplimiento. In: *Demos*, n. 12, p.35-36, 1999.

_____. *El envejecimiento en México: el siguiente reto de la transición demográfica*. México: Miguel Ángel Porrúa, 2003.

HARVEY, D. El "nuevo" imperialismo: acumulación por desposesión. In: *Socialist register*. Enero de 2005. Disponible: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D8555.dir/harvey.pdf>>. Acceso em: 28 mar. 2015.

HEINZE, G. ¿Hacia dónde va la investigación del envejecimiento? In: SERRANO, O. R. (Ed.). *Salud y envejecimiento: situación actual, retos y propuestas*. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, p. 338-350, 2013.

HERNÁNDEZ LARA, O. *Nueva ruralidad y el Programa Pueblos Mágicos: los casos de Tepetzotlán y Valle de Bravo, Estado de México*. Tesis de licenciatura. Universidad Autónoma del Estado de México. Toluca: 2009.

_____. *De la hacienda a la cabecera municipal: geohistoria de las transformaciones socioeconómicas y territoriales en Nativitas, Tlaxcala, 1924-2010*. Tesis de Maestría. Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora. México, D.F.: 2011.

HUENCHAN, S. Políticas de vejez en América Latina y el Caribe. Elementos para su análisis y tendencias generales. In: *Revista notas de población*, 31 (78), p.155-182, 2004.

INEGI. Encuesta Nacional de Empleo, 2002. Disponible: <<http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/proyectos/encuestas/hogares/historicas/ene/default.aspx>>. Acceso em: 29 mar. 2015.

INEGI. Población rural y rural ampliada en México 2000. Aguascalientes: INEGI, 2005.

INEGI. Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo, 2007. Disponible: <<http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/proyectos/encuestas/hogares/regulares/enoe/default.aspx>>. Acceso em: 29 mar. 2015.

INEGI. Encuesta Nacional Agraria, 2012. Disponible: <<http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/Proyectos/encuestas/agropecuarias/ena/ena2012/default.aspx>>. Acceso en: 13 feb. 2015.

LARA, S. *Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización flexible del trabajo en la agricultura mexicana*. México, D.F.: Juan Pablos Editores, 1998.

MANÇANO FERNANDES, B. Cuando la agricultura familiar es campesina. In:

HIDALGO, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, P. (Edits.). *Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos*. Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN), p.19-34, 2014.

MOJARRO, O. El despoblamiento de los municipios rurales de México, 2000 - 2005. In: *La situación demográfica de México*. México, D.F.: CONAPO, p. 187-199, 2010.

MONTERROSO SALVATIERRA, N. *La soberanía alimentaria y la reforma agraria en los paradigmas de desarrollo rural: la experiencia latinoamericana*. Territorios, 2, p.15-41, oct. de 2007.

MONTES DE OCA ZAVALA, V. (Ed.). *Vejez, salud y sociedad en México: aproximaciones disciplinarias desde perspectivas cuantitativas y cualitativas*. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.

MONTES DE OCA ZAVALA, V.; MOLINA ROLDÁN, A.; AVALOS PÉREZ, R. *Migración, redes transnacionales y envejecimiento: estudio de las redes familiares transnacionales de la vejez en Guanajuato*. Guanajuato: Universidad Nacional Autónoma de México / Instituto de Investigaciones Sociales, 2008.

ONU. *United Nations Population Division*. Disponible: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/ageing/ageing-development-database-2014.shtml>>. Acceso em: 29 mar. 2015.

ORTÍZ ÁLVAREZ, M. I.; GERÓNIMO MENDOZA, L. El envejecimiento en México: aspectos territoriales y repercusiones sociales. In: *Trayectorias*, X (26), p.69-72, ene./jun. 2008.

PACHECO, G. E. Evolución de la población que labora en actividades agropecuarias en términos sociodemográficos. In: GARCÍA, B.; ORDORICA, M. (Coords.). *Los grandes problemas de México*. Volumen I. Población (p. 393-429). México, D.F.: El Colegio de México, 2010.

PARTIDA BUSH, V. Hacia un país de viejos... y pobres. In: *La Jornada*, 2004. Disponible: <<http://www.jornada.unam.mx/2004/09/13/006n1sec.html>>. Acceso em: 15 mar. 2017.

_____. Migración interna. In: ORDORICA, B. G. (Ed.). *Los grandes problemas de México*. Volumen I. Población (p. 325-361). México, D.F.: El Colegio de México, 2010.

SALAS QUINTANAL, H.; RIVERMAR PÉREZ, M. (Edits.). *Nativitas, Tlaxcala: la construcción en el tiempo de un territorio rural*. México, D.F.: UNAM / Instituto de Investigaciones Antropológicas, 2014.

SALAS QUINTANAL, H.; RIVERMAR PÉREZ, L.; VELASCO SANTOS, P. (Edits.). *Nuevas ruralidades: expresiones de la transformación social en México*. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México / Juan Pablos Editor, 2011.

SÁNCHEZ GONZÁLEZ, D. Envejecimiento demográfico urbano y sus repercusiones socioespaciales en México. Retos de la planeación gerontológica. In: *Revista de Geografía*

Norte Grande (38), p.45-61, 2007.

SÁNCHEZ, L.; PACHECO, E. Rural population trends in México: demographic and labor changes. In: KULCSÁR, L.; CURTIS, K. (Edits.). *International handbook of rural demography*, vol. 3, p. 155-168. Texas: Springer, 2012.

TORRES LIMA, P. Desarrollo regional y sociedades rurales en México. In: MIRANDA, C. R. (Ed.). *Desarrollo rural regional, hoy*. Tomo I: el debate teórico. México, D.F.: Universidad de Chapingo, 2005.

UNIKEL, L.; RUIZ, C.; GARZA, G. *El desarrollo urbano de México: diagnóstico e implicaciones futuras*. México, D.F.: El Colegio de México, 1978.

VÁZQUEZ PALACIOS, F. Ruralidad y vejez. In: *Envejecimiento y salud: una visión transdisciplinaria*. México: Gobierno Federal / Instituto de Geriatria, p.325-334, 2010.

_____. Envejeciendo en las tradicionales y nuevas ruralidades. *Intersticios sociales*, 5, mar./ago. 2013.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho vargista ao zoneamento ecológico-econômico*. Sao Paulo: USP - Dep. Economia & Procam, 2001.

_____. *Cidades imaginarias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

VELASCO SANTOS, P. Repensando el pasado agrícola para entender el presente rural. In: SALAS QUINTANAL, H.; RIVERMAR PÉREZ, M. (Edits.). *Natívitats, Tlaxcala: la construcción en el tiempo de un territorio rural*. México D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México – IIA, p.115-139, 2014.

VOSS, P. R. Demography as a Spatial Social Science. In: *Population research and policy review*, 26 (5/6), p. 457-476, dec. de 2007.

WARMAN, A. *El campo mexicano en el siglo XX*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

WONG, R.; ESPINOZA, M.; PALLONI, A. Adultos mayores mexicanos en contexto socioeconómico amplio: salud y envejecimiento. In: *Salud pública de México*, 49 (4), p.436-447, 2007.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Vera Maria Favila Miorin – UFSM
vmiorin.sma@terra.com.br

Resumo: o emprego de tecnologias no processo da produção da agricultura revela o crescimento da produção e garante a reprodução socioeconômica do e no meio rural, auxiliando a construção das ruralidades e fortalecendo o sistema político-econômico dos territórios. Porém, análises específicas destes territórios revelam a existência da dualidade sócio-espacial do crescimento econômico regional. Não se pode negar que o crescimento não atinge a todos ao permitir e conviver com a formação do conjunto dos excluídos. Não se aceita que em presença de dualidade social, econômica e de desequilíbrio no uso de recursos naturais ocorra desenvolvimento territorial. Enquanto perdurarem as dualidades, as desigualdades e a ausência de oportunidades, a concepção de desenvolvimento é flexível e pontual.

Palavras-chave: agricultura; território; modernização da agricultura; desenvolvimento territorial.

Introdução

Revisar a influência do processo de modernização na transformação do espaço rural brasileiro não é uma tarefa simples, conta-se com a complexidade de elementos que entram no exercício desta reflexão. Os estudos realizados nas mais diversas áreas do conhecimento apresentam trabalhos que tratam de modernização da agricultura em seus desdobramentos: agrícola, pecuária, agropecuária, rural, agrária e outros. Também são diversas as referências sobre o tema obedecendo às denominações recebidas por seus autores de acordo com suas especificidades. A modernização por vezes é tratada como: modernização da agricultura; modernização do setor produtivo; modernização do rural; modernização do campo. Esta variação de referência se deve a linha de tratamento perseguida em cada estudo. O termo “processo de modernização”, sempre se modificará em uma nova fase do modo de produção capitalista, levando consigo a obrigatoriedade das forças e dos elementos de produção a se adaptarem às novas dinâmicas que deverão atender ao sistema e sustentá-lo

por meio de um “novo”⁴³ processo de produção.

Permite-se entender que muitas são as fases pelas quais as atividades da agropecuária nacional têm passado, como também são as suas faces assumidas, porém sempre revelando as mesmas estruturas do passado e de ser norteadas por dinâmicas produtivas advindas de um “novo” processo, que traz o otimismo de ser capaz de garantir novos ares e de descortinar outros horizontes plenos de modernidades a todos.

As sucessivas realidades vividas no meio rural brasileiro pelas atividades da agropecuária têm mostrado que a ocupação do espaço brasileiro e a expansão das territorialidades rurais resultam do aumento e/ou do deslocamento areal destas atividades sem que se altere, substancialmente, o comportamento dos indivíduos e das relações de produção. Estas seguem a ótica dos mercados individualizados em seu meio.

No curso dessa dinâmica se expandem territórios, se formam novos territórios e outros se transformam, adaptam-se ao “novo” momento da orientação da produção nacional, principalmente porque o Brasil ainda é reconhecido como um importante primário-exportador, no cenário mundial. Não se deve esquecer que a incorporação do território brasileiro na economia internacional a partir do século XVI se deu graças a uma agricultura de caráter exploratório, favorecendo a degradação de seus biomas.

As atividades sócio-espaciais decorrentes da ação humana sobre as áreas apropriadas de espaços, criam territórios únicos, demarcam funções específicas e atuam de acordo com as necessidades da reprodução social e econômica. Estas necessidades impulsionam a procura por novos sistemas de produção, que alterando as matrizes produtivas também alteram as formas da espacialidade rural. Este comportamento encontra campo fértil no território nacional graças à generosa e variada ecologia que favorece ganhos fáceis e imediatos.

A vida social, ao estabelecer ações e interações, revela as culturas originais que colaboram para acentuar a diferenciação entre espacialidades territoriais, como que as personalizando segundo o grupo e de acordo com suas formas de exploração. Isto permite

⁴³ “novo”: o termo entre aspas é uma ironia às velhas estruturas retomadas sob outro verniz.

reconhecer que a transformação das territorialidades rurais ocorre na dinâmica da produção econômico-espacial e da reprodução sócio-espacial.

Não se deve desconsiderar as relações estabelecidas: meio ambiente e grupo social produtivo também promovem relações de poder que podem emergir ou se construir. Tudo depende da existência de desigualdades no grupo social. Portanto, as análises sobre poder norteiam o conhecimento das ações que podem ser praticadas para modificar o meio, explorá-lo e dele tirar o necessário à vida. Neste primeiro raciocínio o homem detém o poder sobre o ambiente.

Na idéia de Althusser (1992), deter o poder é não apenas realizar por si as coisas, mas fazer com que sejam realizadas por outros. O sentido desta expressão permite observar que em cada conjuntura histórica sempre existiu um conjunto de ações sociais que tiveram por finalidade a produção, distribuição e consumo dos meios materiais (valores de uso e valores de troca). E que sua realização implicou e ainda implica na utilização de meios materiais, tecnologia e objetos de trabalho, além do estabelecimento de relações entre os que participam coletivamente de seus processos (SOUZA, 1996).

Nesse sentido, uma formação social é resultante de um modo de produção dominante, no qual o processo de produção aciona as forças produtivas existentes em e sob relações de produção definidas. Desta maneira, a formação social, para existir, deve ao mesmo tempo em que produz também reproduzir as condições de sua produção anterior, ou seja, reproduzir as forças produtivas e as relações de produção ali já hospedadas (MIORIN, 1989).

As relações entre poder e produção não podem ser desprezadas, especialmente no momento em que se tecem reflexões a respeito da modernização da agricultura como possibilidades para se alcançar o desenvolvimento territorial. Este deveria ser resultante do anterior e percebido através das mudanças advindas de relações mais complexas, quantitativa e qualitativamente, que permeia as relações entre as categorias de análise geográfica, cidade e campo.

A complexidade de atividades determina inúmeras relações socioculturais e de

produção no meio rural e conduz a formação de uma nova ruralidade. A ruralidade, assim formada, normalmente contém maior grau quantitativo e qualitativo de ações e de relações de produção, de comércio e circulação. Torna-se independente da cidade que lhe é imediata, principalmente se tratando de médias e pequenas cidades. Neste caso cabe aceitar a existência de um rural maior do que o urbano. Na maioria das vezes, esta ruralidade reconhece seus papéis no conjunto das relações políticas e econômicas, bem como das relações sociais e culturais.

Decorrente das reflexões colocadas neste preâmbulo, a geografia deve estabelecer reflexões sobre suas categorias campo e cidade, buscando possíveis correlações, complementaridades e distanciamentos imposto pelas ações e relações nelas existentes e que permeiam suas atividades sócio-espaciais.

Novas ruralidades se constituem revelando as ações do modo de vida que objetiva a reprodução social e econômica, porém não se pode deixar de refletir sobre os mercados, cada vez mais estreitos quanto à oferta de oportunidades, ainda que se considere o momento atual como de “abertura de mercado”. Em verdade, o momento impõe condições quanto à quantidade, a qualidade e a capacidade competitiva.

As novas orientações do poder econômico e político exigem mudanças na base das relações das forças de produção e dos elementos da produção, tanto nas ruralidades como nas urbanidades. O “novo” se traduz em necessidades de mudanças para acomodar as relações e as adaptar às novas exigências do poder político-econômico maior. As mudanças são para atender às novas relações de trabalho, de produção, de uso, que se faz dos recursos naturais, do fazer deste ou daquele modo e de quando usar ou não tecnologias desta modernidade.

Através de reflexão é possível alcançar mais do que se espera sobre o comportamento das atividades humanas. A modernização da agricultura, seu envolvimento na formação ou como pré-condição ao desenvolvimento territorial, será discutida a seguir.

Agricultura e desenvolvimento

Refletindo a respeito dos caminhos trilhados pelas atividades produtivas no meio rural brasileiro, descobre-se que os territórios com formação a partir de atividades agrícolas apresentam intenso e dominante uso da terra como bem de produção. Não desejando realizar uma retrospectiva, mas apenas tecer reflexões considerando causa e consequência para alcançar o comportamento atual, assume-se como ponto de partida a segunda metade do século XX, por ocorrer nesta época a aceleração do ritmo das mudanças na sociedade, na economia e na política. Não se deve desconsiderar que este período também é denominado de pós-guerra.

A reestruturação da economia capitalista ocidental, no pós Segunda Guerra Mundial, seguiu o caminho do “novo” modelo político-econômico baseado no regime de acumulação, no aumento expressivo da produtividade e na criação de novas formas de “consumo uniforme” de produtos balizados no consumo em massa e no uso intensivo de tecnologias responsáveis pelas modificações na base material do processo de produção capitalista, pelo menos no ocidente. Obedecendo a esta nova estrutura de produção, países como os Estados Unidos (EUA) e os que compõem hoje a Comunidade Econômica Européia (CEE) colocaram em prática uma política altamente protecionista e subsidiária, promotora dos incentivos à produção agrícola e do alcance da suficiência alimentar nos países que estiveram envolvidos com a Guerra. As políticas de crescimento da produção ocorriam através do estímulo e do subsídio, distribuindo recursos volumosos para investimentos científicos e tecnológicos em áreas do conhecimento afins.

Esse padrão tecnológico, conhecido por modernização da agricultura, teve como processo a forte atuação nos sistemas de cultivo, nos quais foram adotadas técnicas que dinamizaram as fases de produção visando a obter ganhos de produtividade, aumento no volume da produção, redução do tempo entre uma e outra edição da produção, inserindo o uso de novas genéticas e de insumos. Os alvos foram às áreas potenciais de agricultura e os grupos sociais que estavam na terra e dela faziam uso e meio de vida. Tratava-se de uma política dirigida ao setor de produção agropecuário, objetivando a aproximação com o setor industrial, tanto em escala nacional como internacional.

Os países de modo geral eram orientados a adotar e praticar o uso de novas técnicas de correção do solo, de sementes, de insumos (como fertilizantes, maquinários e equipamentos modernos) e a combater as doenças e pragas, através de “defensivos agrícolas”. As transformações na base técnica da produção ocorreram por meio da difusão das novas tecnologias e pelas políticas estimuladoras do Estado. Elas eram dirigidas principalmente às regiões de produção agrícola para que estas adotassem as novas práticas e, assim, ultrapassando, abandonassem as antigas técnicas tradicionais.

Na visão das políticas econômicas de difusão da modernização agrícola, as novas técnicas garantiriam a expansão da produção em área e em quantidade produzida. E, mais do que isto, permitiria a verdadeira revolução agrícola no país e o entrosamento entre setores da economia urbano-industrial e agrícola, realizando o “milagre do desenvolvimento.”

O objetivo dos países ao adotarem e/ou se inserirem neste novo processo, era o de garantir e expandir seus mercados, alcançar a maior produtividade e, através de novas ocupações de áreas agrícolas, avançarem sobre os espaços passivos, aquelas terras ainda não inseridas no contexto da economia nacional. O discurso apresentava esta política econômica como meio de integrar definitivamente as áreas nacionais atendendo aos objetivos estratégicos da geopolítica do Estado. Deve-se reconhecer que a conquista da fronteira seca do Brasil, no norte, no noroeste e no oeste do Estado Nacional teve início a partir de 1960.

A prematura substituição da mão-de-obra humana e animal pela máquina e o uso intensivo de insumos produzidos no setor industrial pareciam viáveis, em um primeiro momento. Assim, passava-se de uma produção natural para outra que utilizava insumos industrialmente produzidos, atendia aos procedimentos de uma agricultura considerada “moderna”, por incorporar os avanços técnicos sobre os recursos naturais.

Estas atitudes assumidas pelo Brasil não foi um caso isolado. Outros países na América do Sul, como também na África, adotaram um desenvolvimento agrícola semelhante e caracterizado pela expulsão do trabalho humano do campo. Suas políticas econômicas, a partir dos anos de 1960, promoviam a superação das relações de trabalho,

condenando significativo número de agricultores à decadência, especialmente os que dispunham de poucos recursos naturais e econômicos. Igualmente, promoveu o êxodo rural, a formação das periferias excluídas nas cidades e elevou os índices de pobreza no campo e na cidade, tendo seus desdobramentos na violência e na destruição ambiental. Como resultado, tem-se a formação das lutas sociais.

Hoje, procurando concordar com os críticos da modernização, como Elias (1996), a reflexão que se faz sobre a modernização da agricultura brasileira e do seu processo no rural, leva a considerar que a modernização foi uma adoção fruto da racionalidade por um sistema temporal, cujo funcionamento ainda se encontra regulado pelas relações de produção e distribuição globalizada. Cada vez menos este processo se dedica à subsistência, à qualidade de vida e à reprodução social digna. Os direcionamentos de suas ações estão voltados para o atendimento do mercado interno urbano-industrial e do mercado externo, em cumprimento às exportações de um mesmo modelo primário-exportador modificado em seus processos, mas não em sua estrutura.

Ao se fazer a releitura sobre o entendimento das políticas, destaca-se que elas se direcionaram para as grandes unidades de produção, pois a política do Estado tendo como foco o mercado externo, conseqüentemente, estimula as monoculturas em grande escala e geradoras de matérias-primas, trazendo significativo aumento no volume de divisas ao país.

Colocando na reflexão a complexa estrutura fundiária brasileira, considera-se que o processo de modernização foi profundamente excludente. A pequena propriedade, obviamente contendo pouco volume de produção, identificada pelas áreas agrícolas de origem colonial, que desde a sua origem respondeu pela formação e atendimento ao mercado interno, permanece carente de capital e de terra, enfrentando as mesmas dificuldades históricas e a espera de uma reforma agrária real que não se traduz em assentamentos e colonização, mas em uma reforma na base da estrutura fundiária nacional.

A adoção do processo de modernização não se fez acompanhar de reformas de base e nem as políticas de crescimento econômico incentivaram a diversificação e o atendimento ao mercado interno consumidor de alimentos. A política de incentivo financeiro esteve, na maior parte do tempo, dirigida às áreas de produção monocultoras destinadas a exportação.

Este comportamento das políticas econômicas voltadas para adoção da modernização simplesmente contribuíram para a saída da população do meio rural, estimulando os movimentos migratórios campo-cidade, considerados como normal em estados nacionais que se modernizavam. Os movimentos intensificados devido à extinção de postos de trabalho com o aumento de tecnologias poupadoras de mão-de-obra e do baixo rendimento da terra, ainda que o trabalho desenvolvido fosse intensivo de mão-de-obra, a terra dava sinais de esgotamento e já não apresentava os mesmos níveis de fertilidade. Os solos, o maior recurso natural, foram se exaurindo (ABRAMOVAY, 1998).

Desse modo, entende-se que no campo o dualismo se fortaleceu e diminuíram as possibilidades de ascensão de uma significativa massa de agricultores, que adotaram a modernização sem que se estivesse construído a reforma da base fundiária. Mesmo naquelas áreas em que a estrutura fundiária era mais favorável, ou apresentando dimensões de áreas menos díspares, os processos de modernização também ampliaram as desigualdades. Os preços das tecnologias e dos insumos garantiam rendimento favorável a partir de uma determinada dimensão de área dedicada à exportação. Como resultado, se promoveu a compra de terras, aumento das lavouras, por parte de quem possuía acesso ao capital, culminando na concentração da terra, constatada já no primeiro censo agrícola de 1976, pelo FIBGE.

Quando a produção estava voltada ao atendimento do mercado externo, sua reprodução sócio-espacial identificava uma nova fase de crescimento econômico interno. Assim, o crescimento interno nacional provinha e era determinado pelas grandes unidades de produção. Todos eles parceiros do Estado no poder e na política econômica. Esta situação transmitia o sentimento de evolução segundo a idéia de que as transformações (mudanças) que ocorriam indicavam crescimento na geração de grãos, o aumento quantitativo da produção e a garantia do mercado externo.

Para alguns, crescimento econômico produtivo passou a ser entendido como sinônimo de desenvolvimento, enquanto na verdade alimentava a dicotomia no meio rural já detectada em outros tempos. As relações de produção baseadas na comercialização com moedas fortes, garantindo o processo de acumulação, direcionava-se exclusivamente para o crescimento econômico. As zonas, áreas e regiões com base agrícola conheceram o

fortalecimento de diferentes ruralidades territoriais.

Pouco se sabe sobre as ações do crescimento da produção. Tudo leva a crer que ele não foi contínuo no espaço rural e nem promoveu a inserção dos excluídos, como também não teria auxiliado na melhoria da qualidade de vida e bem-estar; ou se garantiu a reprodução socioeconômica ou simplesmente tratou do aumento da produção. Os estudos realizados sobre os resultados da modernização em termos sociais são pouco otimistas. Eles indicam que a modernização da agricultura é uma das responsáveis pelo agravamento das disparidades sociais no campo e na cidade.

No que concerne às principais mudanças econômicas decorrentes da modernização da agricultura no campo brasileiro, destaca-se a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, pela intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais. Além do que, se acrescenta a especialização da produção agrícola, cujas novas formas de produção, distribuição e comercialização influenciam regionalmente as práticas da agricultura, como o amplo emprego de insumos agrícolas no processo produtivo. Contudo, deve-se salientar que a utilização dos métodos e procedimentos tecnológicos possibilitaram o aumento da produtividade e a expansão da fronteira agrícola brasileira.

Nesse processo de crescimento econômico e de atendimento às exportações, o Estado atuou favoravelmente na condução de uma política capaz de unir os setores da produção econômica. Até então, não havia complementaridade entre setores e se fazia necessário a aproximação entre agricultura e indústria, tanto de transformação e de maquinaria, como nacional e internacional.

Na verdade, as ações se mantiveram distantes da promoção de qualquer forma de desenvolvimento, o processo de modernização adotado e assumido pelo Estado destinava-se a sustentar e promover o crescimento econômico. Este era necessário ao fortalecimento do modelo de economia de mercado, no interno nacional e, em médio prazo, contribuir para a aproximação das relações econômicas no externo internacional.

No processo de abertura das economias, e atendendo ao novo sistema de

mundialização da economia, o Brasil, através do mercado importador e exportador, não ficou distante e nem alheio aos novos processos que se configuravam no cenário mundial. A competição que a produção enfrentava nos mercados, por quantidade, qualidade e preço, foram determinantes no arranjo que se processou no interior das economias regionais, em suas relações de produção e de trabalho e, obviamente, promoveram alterações em seus territórios e em suas áreas produtoras.

Os novos arranjos que se constituíam deveriam alcançar a quantidade de produção desejada pelo mercado mundial, a qualidade que os produtos deveriam possuir e o preço competitivo. Em resumo, a produção deveria atender a “três bês”: bastante, bom e barato.

Nessa perspectiva, a competitividade se fez presente sobre o custo de produção e indicou as condições necessárias para que um determinado produto se mantivesse em circulação, sugerindo, à primeira vista, a redução destes custos. Muitas tecnologias foram e ainda são acionadas para substituir insumos e trabalho, resultando na diminuição de custos sociais de produção e no uso de sementes mais resistentes, diminuindo o emprego de insumos nas lavouras e/ou alterando novamente os sistemas de produção.

Decorrente destas novas diretrizes, áreas agrícolas reconhecidas nacionalmente por um determinado produto perderam lugar no mercado, deixando a terra, o trabalho e as populações sem ter o que produzir, o que vender e a quem vender. Em novas especialidades surgiu a produção e em outras ressurgiram culturas desaparecidas de suas áreas tradicionais, como se fosse uma frente expansionista em marcha pelo território nacional. Este processo de busca dos “três bês” permitiu a formação de novas áreas rurais e a organização de novas ruralidades, com base em atividades agropecuaristas.

Estas alterações decorrentes do processo de globalização foram cruciais em determinadas situações. Por exemplo: áreas com esgotamento dos recursos naturais - decorrente do sistema de produção adotado e destinada à exploração das possibilidades ambientais para a produção - promovendo o deslocamento para novas áreas em que os custos sociais indicavam economia na produção, permitindo maior competitividade nos mercados.

Também se deve considerar a problemática das ruralidades prósperas com economias calcadas nos setores da agropecuária e da indústria, que garantia estabilidade econômica e adequado índice de desenvolvimento humano (ainda que medidos por indicadores meramente econômicos), possibilitava a estas ruralidades ostentarem índices de “desenvolvimento social”. De um momento para o outro, amargaram a desestruturação de suas economias, a transferência de suas indústrias e o desemprego em massa. Tudo isto em nome da busca dos três bês.

Analisando detalhadamente o processo de globalização, mais do que interferência nas relações de produção, este processo atua de forma a alterar os padrões de concorrência, estimulando as condições de acumulação do capital, a valorização daqueles mercados que oferecem vantagens comparativas no tocante à qualidade e preço. Este processo ainda tem a capacidade de ir além, pois de acordo com o tamanho da demanda especula-se sobre a origem do produto. A isto se denomina “novas oportunidades de mercado”, dando a entender que outros produtos poderiam entrar em circulação e, dependendo da originalidade, seriam bem recebidos.

Deve-se aceitar que a globalização motiva o deslocamento do foco da matéria-prima e da mão-de-obra especializada existentes em áreas de produção tradicionais e em espacialidades diversas para o domínio das tecnologias e dos recursos humanos a baixo custo. Deste modo se desarticula regiões tradicionalmente fornecedoras, como também provocam mudanças naquelas que não estavam preparadas tecnicamente para novos desafios. Desequilibram-se as relações no campo e nas cidades ao apostar em diferentes formas a produção destinada ao consumo interno.

Por outro lado, não se aceita que a essas relações estabelecidas se denomine de desenvolvimento enquanto perdurarem dualidades, desigualdades, ausência de oportunidades aos grupos sociais excluídos dos bens de produção, ainda que morador do meio rural e em contato com a terra e seus elementos de produção. Na verdade o alicerce da globalização se apóia na competência das grandes empresas no mercado mundial de vencer os limites das fronteiras nacionais. Tal situação torna a manutenção da integridade das estruturas produtivas domésticas uma tarefa difícil para os governos de nações sem domínio do conhecimento técnico e informacional.

O neoliberalismo, propondo uma política econômica reveladora da extensão da geopolítica dos domínios da economia e do poder dos oligopólios, impossibilita as ruralidades apoiadas em centros de mercados definidos por cidades de porte médio e pequeno de alcançarem os macros mercados da agropecuária e de produtos rurais.

Obviamente, os impactos advindos dessas mudanças não se fazem sentir de modo uniforme ou padronizado sobre o processo de produção e de transformação dos produtos agrícolas. Há que se considerar também, que o meio ambiente, substrato dessas relações, está exposto a um processo de alteração e de desagregação obedecendo a uma dinâmica voraz de busca por novos territórios e de frentes expansionistas⁴⁴, que procuram dominar os últimos espaços de nossas fronteiras, sem reconhecer o valor do patrimônio ambiental que o Brasil possui.

Essas reflexões auxiliam na compreensão da espacialidade rural permitindo estabelecer suas diferenças e/ou aproximação sobre os processos que atuam na categoria meio rural a respeito das atividades e das relações sócio-espaciais. Não se aceitam a presença de desenvolvimento nos territórios, por serem complexas as ações que atuam e pressionam os grupos sociais.

Por sua vez, as reflexões sobre os processos do sistema vigente que desencadeiam o crescimento das economias e ampliam as atividades sócio-espaciais em número e em grau de diversidade recebem diferentes entendimentos devido ao foco a que são dirigidas. Todavia, não cabe aqui uma descrição deles por entender que o consenso sobre o termo encontra-se em constante construção, devido à dualidade de significados inerentes à palavra e às possibilidades do que pode vir a ser considerado desenvolvimento.

É reconhecida a presença da modernização da agricultura nos processos da dinâmica do sistema capitalista como também da ação produtivista e acumuladora, porém se estes em suas relações permitem desenvolvimento nas espacialidades rurais promovendo o seu conjunto sócio-espacial é o que se analisa através de reflexões e pouco se revela.

⁴⁴ Isto faz lembrar a expressão “expansão dolorosa”, mencionada na obra *Modernização dolorosa*, de José Graziano da Silva, escrita nos anos de 1980.

No Brasil, como em outros países que apostam em tecnologias como símbolos de modernidade, entende-se que desenvolvimento é sinônimo de modernização. Em consequência deste entendimento eles julgam de acordo com o padrão dos países europeus e dos Estados Unidos da América, que também viveram a modernidade e atingiram o progresso econômico. Neste julgamento se deve reconhecer que no padrão europeu e norte-americano estão reunidos os bens, as forças produtivas do sistema capitalista e os elementos de produção (tecnologia, capital, mão-de-obra e matéria-prima), enquanto que os países que apostam em tecnologias detêm os elementos de produção (mão-de-obra e matéria-prima).

Considera-se como centro da questão o fato de que as estratégias políticas de desenvolvimento, vigentes na sociedade, preocupam quanto à qualidade de vida bem como os problemas ambientais, por atender que o sistema produtivo enfrenta insuficiência de tecnologia e de capital necessários ao modo de produção decorrente. Concordando com Souza (1996), não se pode alcançar bem-estar social sem qualidade ambiental com preservação e manutenção dos recursos naturais.

O foco da reflexão sobre desenvolvimento na vertente ambientalista e trazendo as concepções teóricas de desenvolvimento difundidas entre ambientalistas, destaca-se que é preciso ir além daquelas concepções que confundem este termo com o de crescimento econômico. Faz-se necessário propor uma concepção humanista, que priorize o desenvolvimento humano, para traçar os objetivos da sociedade e que constituirão o novo modo de vida (SCHUMACHER, 1993).

Defende-se a procura por outros modelos que estejam fora deste processo de “modernidade produtivista”. Certamente esta modernidade não é o único modelo e cada espacialidade tem seu modo de vida. É na vontade dos diferentes grupos sociais (ou políticos) de realmente transformar sua sociedade que reside a capacidade dela (sociedade) produzir sua modernidade e o seu desenvolvimento (ALMEIDA, 1997).

É possível superar a visão ocidentalizada de desenvolvimento mensurado pelo grau de modernização e/ou de tecnologia alcançado por um grupo social. A idéia de desenvolvimento deve ser pensada como algo decorrente da harmonia das relações e da autonomia dos indivíduos na espacialidade construída coletivamente pelo grupo social. Não

obstante, transcendendo as limitações do individualismo desenfreado e assumindo as idéias de ajuda mútua e de associativismo. As energias de cada indivíduo devem ser orientadas para o desenvolvimento embasado em suas singularidades e capacidades, de tal modo que o anseio individual se converta em multiplicidade interligada ao bem-estar social da coletividade.

O desenvolvimento pressupõe mudança positiva, alcance de um nível acima, superior, ir além do patamar em que os indivíduos se encontram, trata-se de uma transformação positiva desejada ou desejável. Porém, isto deve ser atingido de forma coletiva para ser entendido como desenvolvimento territorial (SOUZA, 1996).

Outros fatores devem fazer parte deste coletivo social, trata-se do entendimento e da compreensão dos contornos e de suas representações e especificidades, entendidos como espaço físico em referência à ocupação de um meio ambiente: o “lugar onde se vive e lugar de onde se vê e se vive o mundo” entendido como a “inserção do homem nas esferas mais amplas da sociedade” (WANDERLEY, 2000, p.2).

Presenças de relações dinâmicas complexas crescentes e coletivas elevam as realidades permitindo novas reflexões sobre as condições de produção e de reprodução social, econômica e ambiental, bem como fomentam a discussão em torno da existência e da formação do capital social como pré-condição de desenvolvimento. Apoiando-se no pensamento de Coleman (1990, p. 300) citado por Abramovay (2003, p. 86), quando procura entender a formação do capital social frente à sociedade moderna considerada individualista, pode-se dizer que a noção de capital social passa pelo entendimento sobre sociedade e, contrariando a idéia desta noção de individualidade que se torna um mito, pois nem sempre a sociedade é formada por indivíduos que agem independentemente. Eles podem, sim, alcançar seus objetivos de forma coletiva e apoiados uns em outros, que é comum nas localidades rurais. Tal comportamento faz parte do mundo rural uma espacialidade especial.

Ensina Coleman (1990, p.302, *apud* ABRAMOVAY, 2003, p. 86): “O capital social não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam

algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura”. O autor vai mais além e determina que “O capital social, neste sentido, é produtivo, ele torna possível que se alcance objetivos que não seriam atingidos na sua ausência.” Para melhor entender estas ações coletivas deve-se pensar como agiriam dois produtores rurais despojados de individualismo frente a um período de colheita. Interpretando Hume citado por Putnam (1993/1996, p. 173, *apud* ABRAMOVAY, 2003, p.86), certamente um diria ao outro: “Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que me ajudes amanhã”.

Interpretando estas relações de compartilhamento coletivo, o capital social se determina como instrumento para a solução dos problemas de uma ação coletiva e, em presença desta, como a ação de esforço em busca do bem coletivo e criam-se as bases para o desenvolvimento territorial. O avanço do capital social tem como base a confiança que está na raiz da acumulação do próprio capital social, e não pode estar reduzida à relação entre dois ou mais indivíduos, mas entre os indivíduos de uma comunidade. Portanto, a presença do capital social deve-se ao resultado do esforço e da interação coletiva de um tecido social em busca do bem-estar comum a todos seus indivíduos. O que permite entender, de acordo com a visão de Putnam e de Coleman, citados por Abramovay (2003, p. 88), capital social como “um conjunto de recursos (boa parte dos quais simbólicos) de cuja apropriação depende em grande parte o destino de certa comunidade”. Estas idéias também são encontradas em Pierre Bourdieu (1979) ao analisar o capital social.

Em um ambiente de cooperação e de valorização no sentido de troca de informações, da preocupação comum com a formação dos seus membros trabalhadores, com a implantação dos serviços indispensáveis ao funcionamento das atividades e com qualidade de vida, certa comunidade teria as bases essenciais para alçar ao processo de desenvolvimento rural. Contudo, o ingrediente principal para que se alicercem as bases do desenvolvimento, a confiança mútua, torna-se um obstáculo que distancia uma comunidade deste alcance.

Portanto, o desenvolvimento só pode ser alcançado a partir da formação do capital social, pois exige a cooperação mútua que, por sua vez, se alicerça na confiança dos membros contidos no tecido social. O uso do termo desenvolvimento, muito utilizado

quando se deseja identificar o grau de crescimento econômico ou de aprofundamento das relações sociais ou culturais de uma comunidade, é, na verdade, inadequado, porquanto, fortalecer relações ou aumentar a produção ou a capacidade de trabalho produtivo não garante desenvolvimento.

O verdadeiro termo, além de estar vinculado à formação de capital social, só existe se exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada espacialidade rural. Por esta razão as indicações vigentes que levam a estabelecer ocorrência de desenvolvimento, nada mais são do que processos que geram crescimento econômico, pois lhe faltam condições fundamentais.

De acordo com Veiga (2000), foi no curso da década de 1990 que a temática sobre desenvolvimento rural, desenvolvimento territorial ou de território, assumiu lugar nas discussões e com maior intensidade. Na visão do autor o termo desenvolvimento se diferenciava de crescimento da economia, que vem a ser o elemento positivo resultante de um processo maior que não se constitui em benefícios para população, como requer o termo desenvolvimento.

Nesta perspectiva, concorda-se com Veiga (2000 e 2005) sobre o crescimento econômico e se acrescenta que ele só poderá se traduzir em desenvolvimento se vier acompanhado de prioridades sociais atendendo a real melhoria das condições de vida da população e oportunizando a transformação da sociedade, no sentido dela produzir sua modernidade e o seu desenvolvimento.

Isto permite que se concorde com o autor em referência às possibilidades de se produzir um novo rural capaz de realizar a inclusão social. Nesta linha de raciocínio está presente a idéia de equilíbrio entre uso e recurso, um dos indicadores do que se entende como a busca da harmonia entre sociedade e natureza. Talvez seja este o caminho do meio, combinando o uso e a proteção da biodiversidade do nosso patrimônio nacional. Evidentemente, este posicionamento conflita com o modo de produção vigente.

Não se pode imaginar o desenvolvimento de um território isolado de suas categorias geográficas de análise: meio urbano e meio rural. Devem-se observar os processos que ao

serem uno, também podem ser tornar, ao mesmo tempo, múltiplos na noção social coletiva efetivada em melhoria das condições de vida e bem-estar da população, onde se inclui o meio ambiente.

É comum desejar-se medir desenvolvimento através de índices como o IDH⁴⁵, que mede o desenvolvimento dependente de renda e esta, dependendo de indicadores de crescimento econômico, resultando em uma equação fechada e incompleta, por não mensurar qualidade de vida e nem qualidade ambiental. Indaga-se sobre a capacidade de uma sociedade detentora de renda também ser detentora de conhecimento e de atitudes com respeito ao meio ambiente.

Não obstante, há que se ter o cuidado em mensurar desenvolvimento por meio do crescimento econômico produtivo ou do índice de desenvolvimento humano, segundo os seus indicadores, pois eles podem estar camuflando elevados índices de desigualdade social e ignorando o bem-estar. No entanto, por meio deste escopo teórico se analisam as transformações das condições de vida da sociedade em um determinado sistema de produção, em uso em muitos países, principalmente os países do Ocidente.

Considerações finais

A construção do espaço geográfico e das feições que ele apresenta tende a ser cada vez mais instantâneas. Cada espaço e cada feição pertencem a um momento da existência de uma sociedade. Muitos geógrafos desconsideram em seus estudos que o espaço sofre alterações e mutações no tempo, e passam a se dedicarem aos estudos comparativos do que era antes e como é hoje, sem dar a devida atenção aos estudos de profundidade sobre as mudanças e sobre novas paisagens quando analisam causa e consequência. Nem sempre alcançam o entendimento de que o grau de aceleração das mudanças de uma paisagem geográfica depende da aceleração de suas relações e da agregação de tecnologias ou da formação econômico-social que ali vive.

⁴⁵ O qual é resultante da análise de três indicadores: um indicador econômico, o PIB per capita; e dois indicadores sociais, a expectativa de vida e o grau de escolarização.

As diferentes formas como se apresenta as espacialidades geográficas revelam um espaço de reprodução simples e/ou de reprodução acumulada, podendo ser analisado durante os períodos de sua evolução sócio-espacial. As sociedades agrárias são estudadas principalmente por geógrafos, sociólogos e economistas, sob diferentes contextos.

Os estudos abordando o desenvolvimento territorial se tornam a busca, a procura do ideal que não está disponível nos espaços de análise. Descobre-se que os grupos humanos ocupam determinadas espacialidades e as transformam em territórios de vida, ao promoverem sua produção como garantia do amanhã e a reprodução como garantia do futuro, porém nem sempre um território alcança o desenvolvimento, e quando ele se apresenta, não é coletivo, não está em toda a parte, por ser excludente o próprio modo de produção conhecido e adotado.

Neste sentido, o que se tem é uma concepção de desenvolvimento flexível, e quando ocorrer, será pontual, apresentando-se em certa localidade e só satisfazendo as condições locais por estar baseado na capacidade do grupo social restrito ao lugar, fora dali a realidade é outra e as ações serão outras.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo / Campinas: Hucitec / Ed. Unicamp, 1998.

_____. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997. p. 33-55.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

BOURDIEU, P. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

ELIAS, D. *Meio-técnico-informacional e urbanização na Região de Ribeirão Preto (SP)*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 1996. 293p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1976.

MIORIN, V. M. F. *Modo de produção e organização do espaço agrário: uma abordagem teórico-metodológica*. Rio Claro: UNESP/ I. G. C. E., Tese (Doutorado em Geografia), Área de concentração: organização do espaço, 1988, 256 p.

SOUZA, M.; L. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. In: *Território*, n. 1, v.1, jul a dez, 1996. p. 5-22.

_____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Território*, n. 3, v.2, jul a dez. 1997. p.13-35.

SCHUMACHER, E. F. *O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas*. Tradução de Octávio Alves Coelho. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

VEIGA, J. E. da. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. *O prelúdio do desenvolvimento sustentável*. 2005. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/zeeli>>. Acesso em: 10 out. 2006.

WANDERLEY, M. de N. B. “A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil”. In: *X World congress of rural sociology*. Rio de Janeiro, 30 de jul. a 05 ago. 2000. 17p.

A TERRITORIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: materializações na paisagem de Francisco Beltrão (PR, Brasil)

Marcos Aurélio Saquet⁴⁶

Joice Aparecida Antonello Abrão⁴⁷

Resumo: nosso objetivo principal é compreender a territorialização ocorrida na agricultura familiar em Francisco Beltrão (Paraná, Brasil), por meio de indicadores do processo de modernização agrícola capitalista implantado nas unidades de produção deste município a partir dos anos 1970, bem como verificar como as transformações se materializam na paisagem. As práticas da agricultura e da pecuária são fortemente definidoras de marcas na paisagem, resultantes do processo histórico de colonização realizado por descendentes de europeus e da modernização. Há significativas mudanças sociais e de organização do território que são anteriores aos anos 1970, porém, os efeitos mais fortes são provocados com a implementação de uma produção agropecuária centrada na utilização de insumos químicos e máquinas, inerentes ao pacote da denominada *Revolução Verde*. Assim, neste texto, refletimos sobre os conceitos de território e paisagem, centrais em nossa abordagem, evidenciando processos e elementos materiais presentes na formação deste território e sua manifestação na paisagem. Isto facilita a análise das novas feições das paisagens originárias de diferentes ritmos de desenvolvimento dos territórios, como ocorre em Francisco Beltrão com o chamado processo de modernização da agricultura.

Palavras-chaves: territorialização; paisagem; modernização agrícola.

Introdução

A colonização efetiva e sistemática na formação territorial de Francisco Beltrão ocorreu no bojo da política denominada *Marcha para o oeste*, no Governo Getúlio Vargas, mais especificamente a partir de 1943. A intensificação dos conflitos sociais na luta pela posse da terra provocou outra configuração territorial, em virtude das características dos grupos sociais descendentes de europeus, mais precisamente de italianos, alemães e poloneses. Eles imprimem transformações profundas no espaço e no território, tanto econômicas como culturais, políticas e ambientais, adequando suas atividades aos

⁴⁶ Prof. dos cursos de Graduação em Geografia (bacharelado e licenciatura) e do Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável na UNIOESTE. E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

⁴⁷ Mestre em Geografia pela UNIOESTE-Francisco Beltrão. E-mail: joiceantonello@gmail.com

interesses dos agentes do capital nacional e internacional. Há maior complexidade na divisão social e territorial do trabalho, nas relações de poder e dominação, na diversidade cultural, comparando-as com as territorialidades dos indígenas e caboclos que habitavam a região até então.

Assim, as singularidades intrínsecas ao território não permitem incrementá-lo homogeneamente. Segundo Saquet (2004, 2007), o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder, pelas identidades e redes de circulação e comunicação, isto é, pelos grupos e classes sociais, diferentes e desiguais entre si, relacionando-se historicamente com a natureza. Cada grupo social se apropria e reproduz constantemente seu território de produção e vida, gerando diferentes paisagens, como demonstraremos mais adiante. As técnicas e tecnologias, bem como os valores culturais e políticos são mediadores na relação sociedade-natureza e na transformação do território e da paisagem.

E foi a partir desta orientação teórica, centrada numa abordagem histórico-crítica de Geografia e do território que estudamos diferentes manifestações da agricultura familiar na paisagem do município de Francisco Beltrão (Paraná, Brasil). As práticas da agricultura e da pecuária são fortemente definidoras de marcas na paisagem, resultantes do processo histórico de colonização realizado por descendentes de europeus, como já mencionamos, e do processo de modernização da agricultura. Há mudanças sociais significativas que são anteriores aos anos 1970, porém, os efeitos mais fortes são provocados com a implementação, em Francisco Beltrão e noutros lugares, de uma produção agropecuária centrada na utilização de insumos químicos e máquinas, inerentes ao pacote da denominada *Revolução Verde*.

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram os seguintes: leituras e fichamentos bibliográficos, coleta e tratamento de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realização de entrevistas e fotografias. Todos os dados foram agrupados, ordenados e analisados de forma a possibilitar a identificação das diferentes materializações da prática agropecuária familiar na paisagem de Francisco Beltrão. Portanto, a paisagem é resultado do processo de implementação destas atividades e

de outras que não abordamos neste texto, ou seja, do movimento histórico e relacional de territorialização nas relações sociedade-natureza.

O território, aos poucos, passa a refletir a modernização agropecuária com o uso intenso de máquinas, insumos, técnicas padronizadas de plantio, produção em larga escala, ocupação do solo e aquisição de crédito junto às instituições financeiras (ANTONELLO e SANTOS, 2008a). As formas de usos e ocupações do solo para este fim geram diferentes paisagens, percebidas, sentidas e representadas. Um moderno sistema de produção agrícola implantado estrategicamente nos territórios, a fim de produzir mercadorias para os mercados interno e externo. Antonello e Santos (2008a, 2008b) constata a não homogeneização do capital frente às particularidades locais inerentes a Francisco Beltrão. Novas organizações territoriais são constituídas, portanto, com mudanças e permanências que se objetivam nas paisagens identificadas e diferenciadas nas suas particularidades locais e regionais.

Procuramos, neste texto, analisar a paisagem como uma maneira de conceber um entendimento da realidade baseado em critérios materiais, mas excluir a subjetividade e a interação entre território, paisagem e espaço geográfico, como argumenta Saquet (2007). Segundo este autor, a paisagem pode ser compreendida considerando-se aspectos ligados às relações sociais e à natureza. Isto facilita a compreensão das paisagens vinculadas aos diferentes ritmos de desenvolvimento dos territórios, como ocorre em Francisco Beltrão com o chamado processo de modernização da agricultura.

Território e paisagem

Inicialmente é importante notar que existem diferentes concepções de território e paisagem, algumas conservadoras, outras renovadas e histórico-críticas. Bizzarri (2000), por exemplo, compreende o território como área formada a partir da atuação do Estado, com características predominantemente econômicas (novas tendências de localização industrial) e como palco organizado socialmente. Abordagem semelhante há em Pisonero *et al.* (2000), obra na qual o território consta como resultado de mudanças provocadas pela

globalização em certas áreas. O território corresponde a uma área organizada em razão das atividades econômicas e da identidade cultural, com características específicas.

Conforme já deixamos transparecer, entendemos que o território é construído histórica e socialmente, por forças econômicas, políticas e culturais. Há um processo de apropriação do espaço, controle e dominação que gera certa formação territorial. A apropriação e a dominação são efetivadas por agentes sociais, os mais diversos, como o Estado, as cooperativas empresarialmente desenvolvidas, os estabelecimentos comerciais, os usineiros, as instituições não-governamentais, os sindicatos, as igrejas etc. São agentes econômicos, políticos e culturais que traçam e concretizam estratégias de controle e dominação, influenciando as pessoas em suas ações e reações cotidianas. Empresas de tabaco como a Souza Cruz, por exemplo, agem territorialmente por meio da assistência técnica, da definição dos preços, da venda de insumos e equipamentos, e de financiamentos. Elas se aproximam, seduzem e envolvem os agricultores familiares, subordinando-os aos seus interesses. Um processo parecido acontece nas cooperativas empresarialmente desenvolvidas que têm mecanismos para envolver e subordinar os produtores de soja, feijão, milho, arroz, leite e assim por diante. São processos de territorialização do capital, por meio de distintos mecanismos de subordinação e gestão, gerando territórios controlados e paisagens definidas de acordo com as atividades ali realizadas.

Assim, é importante destacar que os processos naturais, ou seja, geológicos, hidrológicos, climáticos e geomorfológicos também estão presentes na formação dos territórios. Consoante, argumentamos em Saquet (2003 [2001], p. 98):

O trabalho social e as representações são dois elos entre a sociedade e a natureza. No entanto, não são os únicos. Outro elo, talvez o principal, é a dupla dimensão do homem que, ao estar na natureza, torna-a simultaneamente social e ao estar na sociedade, torna-a, concomitantemente, natural. A natureza contém o homem multidimensional. Assim, não há sociedade sem natureza, nem natureza sem sociedade.

E ratificamos em Saquet (2007, p. 172-73):

Por essa abordagem e concepção (i)material, uma dimensão fundamental e quase negligenciada em estudos territoriais ou tratada comumente como

base física, é a natureza exterior ao homem. [...] Nos processos territoriais, as dimensões da E-P-C-N⁴⁸ estão sempre presentes, de uma forma ou outra. Talvez, possamos avançar a partir do exposto, sobretudo, a partir da possibilidade de se considerar, na natureza do território, a natureza. [...]. Há, na dinâmica territorial, relações entre os elementos das dimensões natural e social que necessitam ser aprofundadas.

De fato, ainda temos muito a estudar teórica e metodologicamente, discutindo e definindo procedimentos para a pesquisa e para a atuação em programas e/ou projetos de desenvolvimento considerando, ao mesmo tempo, os processos sociais e naturais.

Na Geografia, precisamos estudar, no dizer de Quaini (1974), a organização espacial *sincrônica* e *diacrônica*, e o complexo de relações existentes entre a sociedade e a natureza, numa abordagem materialista histórica e relacional elaborada para compreender a organização territorial, que é complexa, estratificada, articulada, apropriada e construída socialmente, também sinalizando para uma abordagem múltipla do território, considerando suas dimensões sociais e a incorporação da natureza.

No que se refere à pesquisa, socializamos duas sínteses, em Saquet e Senhorini (2008) e em Saquet, Candioto e Alves (2010), que apresentamos a seguir – numa única síntese-, pois orientou nosso processo de estudos sobre a formação territorial de Francisco Beltrão a partir das práticas agropecuárias, possibilitando a apreensão das materializações na paisagem. Sucintamente, o território é formado pelos seguintes elementos e processos: a) pelas redes de circulação e comunicação, *nós* e malhas; b) pelas identidades culturais e outras ocorridas no âmbito das relações sociais, políticas e econômicas; c) pelas relações de poder; d) pela natureza exterior ao homem (MARX, 1984): relevo, solo, clima, vegetação, fauna, hidrografia; e) por processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. O território é uma construção social, cuja processualidade assenta-se nas relações sociais que realizamos todos os dias. Estas relações correspondem às territorialidades, que são plurais, consoante afirmara coerentemente Raffestin (1977), isto é, ocorrem tanto nas relações econômicas como nas políticas e culturais que se traduzem em redes de diferentes naturezas e escalas de atuação.

⁴⁸ Economia, política, cultura e natureza.

No que se refere à paisagem, inicialmente é importante evidenciar que, de acordo com Turri (2008 [1974]), esta foi discutida pela primeira vez, metodologicamente, em 1938, no Congresso Geográfico de Amsterdã, embora tenha sido utilizada, cientificamente, no decorrer do século XIX, ora como manifestação dos processos *antrópicos* (regionais e industriais), ora como produto da vida *física* (vegetal e animal). Normalmente, foi relacionada com a superfície terrestre. E foi a partir dos anos 1950-60, no processo de renovação da Geografia, que a paisagem assume outros significados, mais amplos e completos. Dependendo da abordagem, incorporam-se elementos históricos, materiais e/ou subjetivos/culturais, como trabalham, respectivamente, geógrafos como Lucio Gambi e Eugenio Turri, ambos italianos.

Para o primeiro, Lucio Gambi (1961, 1973), a paisagem resulta do processo histórico de organização material do espaço e do território. Sua ênfase é para os fatores sociais (economia e política) e naturais, tecendo uma crítica ao conceito de *gêneros de vida*, por não permitir a compreensão do conjunto de instituições e classes sociais, elucidando relações existentes entre a *forma* e a *estrutura*, na paisagem e no território.

Para o segundo, Turri (2008 [1974]), a paisagem corresponde a uma trama de signos, resultado de diferentes motivações culturais. Compreender a paisagem significa *ler* os signos que o homem imprime nela por meio das operações culturais. Na paisagem há mudanças *físicas* e *humanas*; ela pode ser *dada* com formas imóveis e cristalizadas, porém, resultantes de momentos anteriores, de *eventos*, signos e memórias; é passível de observação, bem como *vivente*, ou seja, resultado da relação *homem-natureza*, relação plena de eventos cotidianos que são percebidos.

Percebemos as formas, luzes e cores do espaço: “A paisagem não é somente um espelho do mundo, do seu tempo e do seu espaço: corresponde a uma realidade geográfica, a um modo de ser da terra onde estamos implicados direta e quotidianamente” (TURRI, 2008 [1974], p. 88; tradução livre). A observação não é suficiente para definir a paisagem, pois ela contém um conteúdo que precisa ser interpretado por meio das nossas experiências sensíveis. A ênfase de Eugenio Turri, desta forma, na sua concepção de Geografia e paisagem, é para a percepção da mesma, sem desconsiderar a materialidade das formas do

espaço. Tem uma abordagem centrada no homem e nos seus signos. Portanto, a paisagem resulta do agir e das transformações do homem.

Há, desta forma, paisagens, conforme a experiência de vida, as observações e as interpretações de cada pesquisador, identificando os elementos comuns, isto é, a *identidade* e *unicidade* de certa área. Para Turri (2008 [1974]), a paisagem está diretamente relacionada à região. As paisagens variam no tempo e no espaço. Cada geração vive e organiza suas próprias paisagens de acordo com suas características culturais: a paisagem contém a história nas suas formas, memórias, arqueologias que marcam cada território: estradas, fortificações, habitações etc., todas visíveis na paisagem. Esta última é um conjunto de formas e imagens interpretáveis: “Cada cultura se identifica na paisagem [...]: a paisagem fala, comunica concretamente o homem através do conjunto de signos [...]” (TURRI, 2008 [1974], p. 138; tradução livre).

A paisagem pode corresponder a uma representação parcial da realidade, simulacro da criação da moeda, por exemplo, como símbolo/signo da riqueza material. A paisagem é um signo, uma representação que varia de acordo com os mediadores e com as observações de cada pesquisador (seus valores e princípios), revelando aspectos da materialidade do território, imagens e interpretações (RAFFESTIN, 2005, 2007).

Para nós, a paisagem é produto das atividades dos homens, de acordo com sua *forma de vida*, com conflitos, inovações sociais e permanências, em constante interação com a natureza exterior ao homem. Neste contexto, na concepção de território, enfatizamos a atuação dos fatores sociais (econômicos, políticos e culturais) e naturais como elementos decisivos para uma abordagem consistente da formação territorial e da paisagem.

A paisagem corresponde ainda, no entendimento de Saquet (2007), às condições materiais da história ou à organização social do espaço, apresentando mudanças e permanências, resultantes da combinação de fatores ambientais, do aprimoramento das técnicas, sistemas de cultivo e redes comerciais, as quais constituem diferentes organizações territoriais. Podemos, assim, realizar uma abordagem híbrida da relação território-paisagem, compreendendo a paisagem como representação do território e, como lugar, ou seja, como produto histórico, *material* e representado, simultaneamente.

Desta forma, podemos pensar que, diante do sistema de produção agrícola capitalista, baseado na produção ampliada de capital, o agricultor familiar teve que se adaptar, em um curto intervalo de tempo, à produção em larga escala com o uso de técnicas modernas e de implementos considerados sofisticados, tentando ingressar no mercado competitivo. É um processo material e imaterial ao mesmo tempo, inerente à construção do território que se manifesta em paisagens que podem ser lidas, interpretadas e representadas. Devido à topografia e à organização fundiária, em Francisco Beltrão, também se expande o agronegócio materializado na instalação de aviários, principalmente nos pequenos e médios estratos de área. Para o agricultor, o sistema de integração contratual se torna a principal, quando não a única forma de renda familiar, gerando novas edificações e relações no território e na paisagem.

A cada período de tempo convivemos com novas edificações, tais como estradas, pontes, casas, fábricas, cidades, áreas cultivadas, técnicas, tecnologias etc., por meio das quais impõem-se mudanças na organização territorial estabelecendo novos significados na mente das pessoas e nas paisagens; mudanças estas que se materializam historicamente em cada território.

No entanto, cabe salientar que as mudanças não geram necessariamente uma perda total do que antes vigorava; a exemplo disto, verificamos também a permanência das pequenas propriedades agrícolas frente às inovações técnicas industriais capitalistas em Francisco Beltrão. A paisagem se faz e refaz incessantemente; consideramo-la, deste modo, em constante transformação; move-se e “envelhece” com os homens, juntamente com o território que se renova seguidamente. Em Antonello e Santos (2008b), compreendemos que o território se constitui num espaço a partir das relações de poder que se constroem em redes sociais que atuam interna e externamente a ele. Conforme afirmamos anteriormente, o território é um espaço natural, social e historicamente produzido, e a paisagem é o nível visível e percebido deste processo.

Materializações da agricultura familiar na paisagem de Francisco Beltrão

Nas unidades agrícolas familiares de Francisco Beltrão, até 1960, direcionava-se praticamente toda a produção ao próprio consumo familiar. Com o avanço do modo capitalista de produção centrado na organização urbano-industrial, intensifica-se a integração ao mercado, aderindo-se aos produtos industrializados e às técnicas padronizadas de produção de mercadorias.

O município de Francisco Beltrão surge, historicamente, no movimento de expansão do capitalismo no interior brasileiro, na década de 1940, a partir da política de ocupação de terras consideradas *devolutas* pelo Estado (*sic*). Migrantes descendentes de italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina estabelecem na região uma agricultura sustentada no trabalho familiar e na policultura com o uso de técnicas consideradas rudimentares até os anos 1970. Os migrantes configuram a paisagem a partir das suas atividades cotidianas, de acordo com sua *forma de vida*, com inovações e em constante interação com a natureza.

Compreendemos a modernização agrícola capitalista, incentivada no Sudoeste paranaense a partir de 1960, como o resultado da intensificação do uso de implementos agrícolas movidos à força mecânica e de insumos químicos, além da utilização de sementes híbridas e técnicas de plantios padronizadas internacionalmente, caracterizando o chamado ‘pacote tecnológico da agricultura’ implantado estrategicamente no país com o intuito de estimular quantitativamente a produção de alimentos e ascender à economia brasileira (ANTONELLO, SCHMITZ, SANTOS, 2009, p. 01-02).

O processo de modernização da agricultura se consolida, realmente, em Francisco Beltrão, a partir dos anos 1970-1980, e promove parte das atuais características territoriais. A paisagem é remodelada a fim de atender às exigências de um mercado competitivo, imediatista e excludente e não mais às necessidades de consumo dos agricultores familiares.

Entretanto, esta produção agrícola apresenta algumas particularidades inerentes a cada território. Em Francisco Beltrão, os produtos da modernização agrícola viáveis em propriedades maiores, coexistem com técnicas consideradas rudimentares que viabilizam a produção agrícola de muitos produtores familiares. Estes procuram adaptá-las e utilizá-

las intercalando com equipamentos, máquinas e insumos químicos da agricultura capitalista, principalmente adubos, inseticidas, herbicidas, fungicidas e sementes selecionadas (Tabela 1).

Tabela 1- número total de estabelecimentos agrícolas que utilizam adubação química e compostos orgânicos em Francisco Beltrão - Paraná/Brasil

1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
Químico	Orgânico	Químico	Orgânico	Químico	Orgânico	Químico	Orgânico	Químico	Orgânico	Químico	Orgânico
58	13	316	79	1.606	1.782	1.681	1.915	2.017	1.714	12.667	3.097

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.

O uso de adubos químicos e compostos orgânicos, utilizados para correção e equilíbrio dos nutrientes presentes no solo, foram intensificados a partir da segunda metade da década de 1970, período em que mais agricultores aderiram, com maior ênfase, ao uso de alguns produtos do “pacote tecnológico da agricultura” e investiram na aquisição de máquinas, como tratores e implementos agrícolas, portanto, necessitavam de maior retorno produtivo. No final do século XX e início do XXI, registra-se o aumento significativo do uso da adubação química, principal componente do pacote tecnológico. Já o aumento verificado na utilização de adubação orgânica é bem menor. Em 2006, o componente químico é 409% maior que o composto orgânico. Estes dados revelam o predomínio do uso dos insumos químicos derivado do interesse pela alta produtividade e, conseqüentemente, de um rendimento econômico maior, isto sem considerar a contaminação do solo, da água, do ar e do próprio trabalhador.

Destacamos na Tabela 2, os valores aproximados dos principais tipos de adubação utilizada pelos agricultores em Francisco Beltrão.

Tabela 2 – estimativa de preços de adubos químicos e compostos orgânicos

Adubo químico	Valor saca 50 kg (R\$)	Composto orgânico	Valor aprox. Tonelada (R\$)	Uréia	Valor aprox. (R\$)
8 20 15	42,60	2 10 8	40,00	45 00 00	42,50
5 20 10	35,00	--	--		
12 32 18	--	--	--		
02 20 15	38,00	--	--		

Fonte: entrevista com técnico agrícola em 11 de março de 2010. Organização Joice Aparecida Antonello, 2010.

Primeiramente cabe ressaltar que os números 8 20 15; 5 20 10; 12 32 18; 02 20 15; 2 10 8; 45 00 00, correspondem respectivamente ao percentual de Nitrogênio, Fósforo e Potássio presente em cada composição. Por exemplo, o tipo 8 20 15 e o 5 20 10 são muito utilizados para o plantio de milho, enquanto que o tipo 02 20 15 é utilizado para o plantio de soja. Notamos que o tipo de adubo utilizado para o plantio da soja contém menos nitrogênio, isto porque a soja, sendo uma leguminosa, devido à caracterização de suas raízes, retira este nutriente da atmosfera, enquanto que o milho, devido à espessura de suas raízes, não tem a mesma capacidade, por isso os produtores espalham a uréia no milho enquanto ele ainda está com um tamanho médio, pois a uréia é composta apenas por nitrogênio.

A adubação orgânica (gerada nos aviários), composta por 2% de nitrogênio, 10% de fósforo e 8% de potássio, se comparada com a composição química, os compostos apresentam-se distribuídos em menor quantidade. Entretanto, o composto orgânico permanece no solo por um período de tempo maior, enquanto que a adubação química deve ser realizada para cada safra. Este é um dos motivos que levam o produtor familiar a utilizar o produto orgânico, visto que não há necessidade de utilizá-lo em cada novo plantio, assim sua despesa com adubação será menor. Devido a estas características, o composto orgânico foi difundido também nos estabelecimentos que produzem leite, conforme verificamos nos trabalhos de campo.

Durante o cultivo de uma cultura de milho, por exemplo, se o produtor aplicar uma tonelada do composto químico 8 20 15, considerando que irá pagar R\$ 42,60 a saca de 50

kg, ele terá um custo aproximado de R\$ 852,00 por tonelada, o equivalente a 20 sacas, isto sem considerar a uréia que deverá espalhar para que o milho desenvolva melhor. Agora, se o produtor espalhar a mesma quantia de compostos orgânicos, ele terá uma despesa de R\$ 40,00 por tonelada; conforme a quantidade espalhada no solo e a quantidade de culturas plantadas durante o ano, o produtor terá essa despesa uma vez por ano. Normalmente, a adubação é feita na pastagem de inverno e no plantio da aveia para alimentação do gado leiteiro. Na Foto 1, podemos verificar algumas características da agricultura familiar diversificada existente em Francisco Beltrão.

Foto 1 – diversificação de atividades em propriedade rural de Francisco Beltrão



Fonte: arquivos pessoais dos autores, 2008.

Na foto, podemos observar dois elementos da materialização na paisagem, resultantes do processo de territorialização da modernização agrícola na agricultura familiar: áreas de pastagem e desmatamento. Notadamente, nas áreas de pastagem, no verão, são cultivados produtos como o milho ou a soja. Outra característica deste processo é a inserção de centenas de agricultores no sistema de integração contratual com grandes empresas para a criação de frangos e perus, conforme já deixamos transparecer.

Em Antonello, Santos e Schmitz (2009), destacamos que, com a introdução de sistemas de integração de aves e suínos, principalmente a partir de 1985, há maior oferta de matéria orgânica e, por serem insumos mais baratos, são mais utilizados nas unidades de produção, em especial nas familiares, pois é um produto de fácil aquisição, por estar, muitas vezes, presente na própria propriedade. Isto gera, evidentemente, novos elementos na paisagem: os aviários, como demonstramos na Foto 2.

Foto 2 – a instalação de aviários em Francisco Beltrão



Fonte: arquivos pessoais dos autores, 2008.

Esta imagem é emblemática e muito reveladora, pois, nela, podemos perceber destacadamente o aviário, como também uma área de pastagem cultivada (à direita do aviário), uma de pastagem natural (onde havia mata nativa) e uma de reflorestamento e, por fim, uma área de mata secundária que ainda subsiste. Alguns detalhes da criação de vacas leiteiras podem ser observados a Foto 3. São diferentes materializações na paisagem, resultantes dos distintos usos do solo e das formas de apropriação do território no processo

de modernização da agropecuária e de incremento de relações mercantis. A produção de leite é bem importante na economia de Francisco Beltrão (Tabela 3).

Foto 3 – plantel de vacas leiteiras



Fonte: arquivos pessoais dos autores, 2008.

A valorização, o aumento da produção do leite nas unidades de produção familiar e o aumento da área de pastagem (SANTOS, 2008) podem, também, explicar o crescimento de produtores que utilizam os compostos orgânicos entre 1995/96 e 2006. O gado gera a compactação do solo e a pastagem precisa ser adubada para garantir a produtividade do leite, desta forma, os compostos orgânicos complementam a adubação e a agricultura se torna um destino eficaz para dejetos que precisam ser retirados dos aviários, fábricas de ração, esterqueiras etc. As pastagens de inverno e verão (aveia) carecem de solo produtivo, bem como o milho cultivado para a produção de silagem, alimento dado às matrizes leiteiras durante o inverno.

Tabela 3 - número de estabelecimentos em Francisco Beltrão que produziram leite - 2006

	Total de estabelecimentos
Agricultura não familiar	1.292
Agricultura familiar – Lei 11.326	12.830
Total	14.122

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

Considerando a manutenção das necessidades humanas como também a reprodução de capital por meio de cooperativas empresarialmente desenvolvidas ou empresas integradoras, o produtor rural tende a utilizar todos os espaços da sua propriedade, diversificando-a sempre que possível e necessário. Esta é uma característica central da agricultura familiar em Francisco Beltrão, juntamente com a utilização do trabalho familiar: produção de leite, grãos como soja, milho, trigo, arroz e feijão, instalação de aviários e criação de frangos ou perus etc. Este processo de territorialização, historicamente constituído, quase acabou com as áreas de mata nativa. O desmatamento é outra marca impressa na paisagem (Foto 4).

Foto 4 – área desmatada em Francisco Beltrão



Fonte: arquivos pessoais dos autores, 2008.

Nos trabalhos de campo que fizemos entre 2008 e 2010, foi comum encontrar áreas que estavam sendo reorganizadas, ora para fins produtivos agrícolas ou pecuários ora para o plantio de eucaliptos para comercialização futura. São atividades predominantes em Francisco Beltrão, realizadas no bojo da chamada modernização agrícola ou agropecuária.

A expansão das grandes agroindústrias, como a Sadia e a Perdigão (agora fundidas na *BRF*) e com a consequente instalação de aviários a partir do sistema de integração, conforme mencionamos anteriormente, tornou-se a principal, quando não única, fonte de renda de muitos agricultores familiares. Isto gera novas territorialidades que subordinam ainda mais o produtor aos agentes do capital, além de constituir uma forma clara da introdução do capital financeiro e industrial no espaço rural.

Esta lógica de organização territorial sustentada na lógica de reprodução ampliada do capital provoca, por meio da centralização do poder e da concentração do capital, como já é bem conhecido, o desenvolvimento desigual, perceptível na paisagem pelas construções e empreendimentos em benfeitorias, utilização de tecnologias e máquinas agrícolas (Foto 5).

Foto 5 – uso do trator e implementos agrícolas



Fonte: arquivos pessoais dos autores, 2010.

Ao verificarmos o total de tratores em Francisco Beltrão (Tabela 4) percebemos que, mesmo constituindo um importante elemento revelador da modernização, com relação ao total de estabelecimentos e área, o seu total não é tão significativo, embora esteja constantemente aumentando. Este fato, embora não seja efetivamente comprovado, pode estar relacionado às dificuldades de alguns agricultores se inserirem no processo de modernização através da aquisição dessa máquina. O que não significa que estes não a utilizem no processo produtivo: normalmente o fazem através do aluguel.

Tabela 4 - número de tratores no município de Francisco Beltrão, entre 1970 e 2006

Ano	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Tratores	18	165	346	364	430	588

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.

Neste sentido, um dos programas governamentais que contribuem para o aumento no número de tratores é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - investimento e custeio -, criado em 1995, que tem como foco o fortalecimento das atividades efetivadas na agricultura familiar mediante a modernização de máquinas e aquisição de insumos químicos.

Outra política importante foi iniciada em 1999, o programa MODERFROTA, com a finalidade de incentivar a modernização da frota de máquinas e equipamentos agrícolas. Este programa possibilitou o financiamento de unidades para a agricultura, através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) com juros subsidiados, contribuindo para a modernização agrícola, pois com o crédito em mãos os produtores têm mais condições para fazer os investimentos. O PROGER Rural (Programa de Geração de Renda Rural) também se destina para o financiamento de investimento e custeio: consiste num programa que visa o incremento da produção de pequenos produtores agrícolas.

Com base nas leituras feitas e nos dados coletados, notamos que esses programas de incentivo aos créditos estabelecidos pelos Governos Federal e Estadual, objetivam a

modernização da agricultura, atingindo principalmente os pequenos produtores familiares (no caso do PRONAF) e os maiores produtores com os demais programas. De modo geral, o discurso do Governo relativo aos programas de crédito refere-se ao aumento da renda, à oferta de empregos e à permanência do homem no campo. Porém, ao mesmo tempo, os programas significam uma possibilidade importante para a disseminação e intensificação do uso do crédito rural destinado à compra de componentes do pacote tecnológico e ao endividamento de muitos agricultores que, muitas vezes, conforme percebemos nos trabalhos de campo, aventuram-se em práticas agropecuárias sem ter clareza dos desdobramentos futuros.

Enfim, estas são algumas das singularidades que identificamos em Francisco Beltrão, onde as características topográficas (visíveis nas fotos), a organização fundiária, a mecanização, o cultivo de grãos, a criação de aves e o fortalecimento da produção de leite são processos que se materializam em elementos presentes na paisagem das unidades de produção familiar, juntamente com a permanência de técnicas consideradas rudimentares, como o uso da enxada, do arado, da carroça, das plantadeiras manuais e dos pulverizadores.

Assim, foi possível ratificar o entendimento de Saquet (2007), quando afirma que a paisagem está diretamente relacionada às condições materiais da história e, ao mesmo tempo, à organização social do espaço transformado em território, apresentando mudanças e permanências, resultantes da combinação de fatores ambientais, do aprimoramento de técnicas e tecnologias, de sistemas de cultivo e criação de gado, de redes comerciais e da agroindustrialização, conforme tentamos demonstrar no decorrer deste texto. A paisagem, portanto, revela ritmos de desenvolvimento que a identificam e a diferenciam nas suas particularidades locais.

Em cada período de tempo a sociedade estabelece novas territorialidades e construções, como estradas, pontes, casas, fábricas, cidades, áreas cultivadas, técnicas, tecnologias que impõem mudanças na organização territorial e imprimem outras paisagens; mudanças estas que se materializam historicamente em cada território. Entretanto, estas mudanças não geram necessariamente uma perda total do que antes vigorava. Há uma combinação entre mudanças e permanências, conforme demonstrara Santos (2008) em relação ao tema do nosso estudo no sudoeste do Paraná.

Percebemos que, historicamente, estas mudanças apresentam escalas e ritmos diversos de desenvolvimento que se tornam produtos dos processos sociais; dos modos diferenciados de viver e produzir sob as forças econômicas, políticas, naturais e culturais, que se manifestam de maneira determinante e singular em cada território. Estas mesmas forças que produzem e reproduzem o território, o articulam de maneira desigual, onde o que vigora são as classes sociais mais fortes e que tendem a manipular os territórios de acordo com interesses próprios. Consoante verificamos nos trabalhos de campo, alguns produtores familiares têm muitas dificuldades para se manterem como tal, especialmente porque acabam se endividando e em virtude dos altos custos de algumas produções, como é o caso da soja em pequenas propriedades (até 50 hectares).

Os territórios são formados historicamente em períodos longos de tempo e as mudanças que ocorrem, não necessariamente alteram totalmente a configuração territorial anterior. A modernização agrícola em Francisco Beltrão constitui uma boa demonstração disto. Na agricultura familiar, há uma intensa produção de mercadorias e, ao mesmo tempo, uma produção significativa de subsistência que permanece, tal como feijão, frutas (sobretudo cítricas), hortaliças (verduras), legumes, queijos, leite, batatas, mandioca, conservas e embutidos. É outra característica resultante do processo histórico de formação deste território e que é visível na paisagem.

Isto significa, também, que o processo de modernização *no* e *do* campo não extinguiu a possibilidade de reprodução dos agricultores familiares. Também, cabe destacar que, de acordo com Santos (2008), em muitas unidades de produção familiar, no sudoeste paranaense, e, por conseguinte, em Francisco Beltrão, a modernização não se fez presente. Onde houve a territorialização dos agentes do capital comercial, financeiro e industrial, a modernização capitalista representou um redirecionamento no pensamento e na visão de modernidade cujo desenvolvimento tornou-se sinônimo de crescimento econômico, imediatismo, desmatamento e utilização de insumos químicos e máquinas. Há transformações profundas no ordenamento do território e na configuração da paisagem, como ocorre em Francisco Beltrão. O uso de máquinas agrícolas e insumos químicos facilita e condiciona o trabalho agrícola:

Entretanto, elas são utilizadas a partir de um pacote tecnológico, e muitas vezes, não são adequadas às determinadas condições naturais e sociais. Dessa forma, sua introdução exige mudanças, que nem sempre são adequadas e podem trazer resultados que não beneficiam a todos os agricultores. Ademais, seu custo elevado exclui o acesso a muitos produtores (SANTOS, 2008, p. 151).

Se antes da chamada modernização agrícola os agricultores focavam sua produção e vida no cultivo de cereais, frutas e tubérculos, atualmente, há um leque de possibilidades, um processo de diversificação agropecuária que envolve a produção de grãos, a criação de animais (para subsistência e para o mercado) e a produção de leite para o mercado. Atividades como a pecuária leiteira, a avicultura, a suinocultura, juntamente com o cultivo de grãos e outras atividades como a fumicultura, expressam-se de maneira cada vez mais freqüente nas unidades de produção familiar de Francisco Beltrão, revelando claramente o processo de territorialização do capital no campo e, concomitantemente, de subordinação do trabalhador rural aos processos mercantis. Há controle do território de produção e de vida dos agricultores familiares bastante visível por meio das formas impressas na paisagem.

Considerações finais

Em primeiro lugar, é importante evidenciar que os conceitos principais para nossa abordagem foram de grande utilidade, pois orientaram a coleta de dados e as análises feitas. A partir da nossa opção teórico-metodológica, foi possível identificar alguns elementos e processos da formação territorial com base na modernização da agricultura em Francisco Beltrão, tais como: a) as redes de circulação efetivadas a partir da produção e comercialização das mercadorias, especialmente das máquinas, dos equipamentos, dos insumos químicos, e da produção, como soja, milho, tabaco, leite e frangos; b) algumas características culturais, embora não destacadas neste texto, inerentes à forma de vida dos colonizadores descendentes de europeus, notadamente de italianos, poloneses e alemães; c) relações sociais políticas e econômicas, especialmente aquelas de envolvimento e subordinação dos agricultores familiares, efetivadas por cooperativas empresariais ou empresas integradoras que financiam a produção de aves e de grãos formando *campos de poder* (RAFFESTIN, 1993 [1980]) de seu controle; d) elementos da natureza exterior ao

homem, ou seja, o ambiente apropriado e transformado com base na prática agropecuária centrada no pacote da *Revolução Verde*.

São todos elementos e processos que fazem parte da territorialização do capital no campo e na cidade, gerando territórios e diferentes materializações na paisagem, percebidas por meio das construções (estradas, galpões, aviários, estrebarias e casas), máquinas, criações, demarcações das propriedades de terra, áreas de cultivos agrícolas (principalmente soja e milho), de pastagens naturais e cultivadas, de reflorestamento comercial, enfim, por todo um conjunto de práticas que se objetivam no tempo (histórico) e no território. Este é um produto histórico e geográfico que se manifesta nas paisagens construídas, percebidas e representadas.

Desta maneira, nesta pesquisa, acreditamos que geramos resultados importantes para que os próprios agricultores possam conhecer melhor suas unidades produtivas e de vida, a ponto de, quem sabe, com a orientação e coparticipação de entidades governamentais, não-governamentais, associações e sindicatos, organizar suas atividades para tentar ganhar um pouco mais de autonomia decisória e melhorar as condições de vida no campo, em Francisco Beltrão e noutros lugares. Eis uma contribuição importante deste tipo de abordagem centrada na relação território-paisagem, identificando e explicando processos materiais e imateriais que possam subsidiar a construção participativa de projetos alternativos de desenvolvimento territorial, valorizando a produção de alimentos ecológicos, as identidades locais, o pequeno comércio e a recuperação e preservação ambiental, consoante argumentamos em Saquet (2011 [2015]).

Referências

ANTONELLO, Joice; SANTOS, Roseli Alves dos. A modernização da agricultura: a produção agrícola familiar no Sudoeste Paranaense. In: *Anais do XIII Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia*. Marechal Cândido Rondon, Paraná, 2008a.

ANTONELLO, Joice; SANTOS, Roseli Alves dos. A modernização agrícola capitalista nas unidades de produção familiar em Francisco Beltrão. In: *Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos*. São Paulo, SP, 2008b.

ANTONELLO, Joice; SCHMITZ, Aline Motter; SANTOS, Roseli Alves dos. Análises preliminares das mudanças e permanências no território da agricultura familiar do sudoeste do Paraná entre 1995 e 2007. In: *Anais do XIV Encontro de Geografia da UNIOESTE-FBE (XIV ENGEO) e VIII Encontro de Geografia do Sudoeste do Paraná (VIII ENGESOP)*. Francisco Beltrão-PR, 2009.

BIZZARRI, Carmen. New industrial localisation perspectives in territorial system. In: BUZZETTI, Luciano (Org.). *Geography for postmodern society*. Roma: SGI, 2000, p.153-166.

GALLO, Alessandro. State and territory: persistence and changes in the age of “globalisation”. In: BUZZETTI, Luciano (Org.). *Geography for postmodern society*. Roma: SGI, 2000, p.167-171.

GAMBI, Lucio. *Critica ai concetti geografici di paesaggio umano*. Faenza: Fratelli Lega, 1961.

_____. *Una geografia per la storia*. Torino: Einaudi, 1973.

MARX, Karl. *Manuscritos: economia y filosofia*. Traducción, introducción y notas de Francisco R. Llorente. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

PISONERO, Carmina *et al.* The lemon tree can also adapt social and ecological territorial transformations. In: BUZZETTI, Luciano (Org.). *Geography for postmodern society*. Roma: SGI, 2000, p. 213-228.

QUAINI, Massimo. *Marxismo e geografia*. Firenze: La Nuova Italia, 1974.

RAFFESTIN, Claude. Paysage et territorialité, *Cahiers de géographie du Québec*, vol. 21, n. 53-54, 1977, p. 123-134.

_____. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

_____. *Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio*. Elementi per una teoria del paesaggio. Firenze: Alinea, 2005.

_____. E se a representação fosse apenas a invenção da moeda fiduciária do real? *Formação*, n.14, vol.2, p.8-13, 2007.

SANTOS, Roseli Alves dos. *O processo de modernização da agricultura no sudoeste paranaense*. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre: EST Edições, 2003 [2001].

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: SPOSITO, E.; SAQUET, M.; RIBAS, A. (Orgs.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*.

Francisco Beltrão/PR: Unioeste, 2004, p.121-147.

_____. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária. In: SAQUET, M.; SUZUKI, J.; MARAFON, G. (Orgs.). *Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 209-226.

_____. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades*. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011 [2 ed., 2015, Ed. Consequência, RJ].

SAQUET, Marcos; CANDIOTTO, Luciano; ALVES, Adilson. Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. In: PEREIRA, S.; COSTA, B.; SOUZA, E. (Orgs.). *Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 53-68.

SAQUET, Marcos; SINHORINI, José Marcos. Modernização da agricultura: territorialização, mudanças, dominação. *Terra Plural*, vol. 2, n. 2, 2008, p. 183-197.

SCHMITZ, Aline Motter; ANTONELLO, Joice; SANTOS, Roseli Alves dos. A modernização da agricultura em Francisco Beltrão: mudanças e permanências. In: *Anais do IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades (IV SEET) – Espaço de diálogo 02*. Francisco Beltrão – PR, 2009.

TURRI, Eugenio. *Antropologia del paesaggio*. Veneza: Marsilio, 2008 [1974].

**AS RELAÇÕES DE “PODER” E SUAS ARTICULAÇÕES NA INFLUÊNCIA
DA TERRITORIALIZAÇÃO ESPACIAL DO MEIO RURAL
NO MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÃ – RS⁴⁹**

Vinicius Silva Moreira⁵⁰

Rosa Maria Vieira Medeiros⁵¹

Resumo: a presente pesquisa visa analisar a dinâmica dos processos territoriais relacionados aos assentamentos rurais no município de Tupanciretã. Município esse condicionado com sua origem ligada ao latifúndio pastoril, que ao longo das últimas décadas vem sofrendo transformações significativas em seu espaço rural. Isso ocorreu devido à retração do latifúndio, domínio da pecuária extensiva, em favor da agricultura moderna, ou seja, plantio da soja e o desenvolvimento do agronegócio. A fragmentação parcial dos criatórios de gado e sua reestruturação ocorrem através de três formas predominantes: o arrendamento, a venda das propriedades e a desapropriação das terras ociosas que não estavam exercendo sua função social. Cada território imprime no espaço suas características resultantes de suas atividades, mas no decorrer dos tempos, outros territórios surgem e competem com esses espaços, dessa forma, dinamizam o espaço geográfico através das relações de seus agentes em prol de suas atividades. Essa pesquisa tem por objetivo compreender o processo de transformação do espaço agrário de Tupanciretã, analisando a territorialização e a dinâmica dos quinze assentamentos rurais e a suas matrizes produtivas. Assim, também visa verificar as mudanças ocorridas no município após a implantação dos assentamentos rurais, tanto no âmbito socioeconômico e agropecuário como nas alterações do meio geográfico, e explicar os motivos pelos quais a produção de soja se faz presente nos assentamentos rurais, uma vez que é sabido que os movimentos sociais de luta pela terra combatem qualquer monocultura capitalista, ou seja, o agronegócio. Em função dessa dinâmica, pretende-se desenvolver uma metodologia qualitativa-descritiva através de um estudo de caso objetivando compreender o processo de transformação do espaço agrário do município de Tupanciretã, dando ênfase aos assentamentos rurais da localidade.

Palavras-chave: assentamentos rurais; Geografia agrária; movimentos sociais; poder; território.

⁴⁹ Tese de Doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS.

⁵⁰ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS. E-mail: geoagraria@yahoo.com.br

⁵¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS. E-mail: rvmmedeiros@ufrgs.br

Introdução

Do litígio entre as coroas ibéricas, a doação de sesmarias surgiu como alternativa para Portugal garantir o território aos indivíduos que da terra desejassem prosperar e defender a fronteira meridional da colônia. Somada à terra concedida pelo Império português, o varão também recebia uma patente do oficial militar colonial. O município de Tupanciretã tem sua gênese ligada nessa herança colonial, alicerçada no latifúndio proveniente das doações de sesmarias possibilitando as famílias sobreviverem das atividades pastoris.

Dessa forma, o município de Tupanciretã sofreu transformações significativas em sua produção primária nas últimas décadas. Tal fato foi possível face à subutilização das terras da pecuária decorrente da forma extensiva de exploração que caracteriza o latifúndio pastoril, que cedeu parte de sua área para a produção agrícola moderna. Assim, ocasionando a fragmentação parcial dos criatórios de gado e forçando a sua reestruturação espacial, ou seja, a atividade pecuária cede áreas.

Em geral, há três formas de cessão dessas áreas: o arrendamento, a compra e venda das propriedades e, o terceiro caso, a desapropriação, feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, das áreas ociosas que não estão exercendo sua função social.

A área ocupada com a lavoura empresarial através do arrendamento tem uma característica especial, com o cultivo de soja no verão e o cultivo do trigo, aveia ou azevém no inverno, assim, empregando a técnica da rotatividade dos cultivos anuais, sem que haja uma monocultura. Esta técnica está associada à adubação química, utilização de agrotóxicos e à intensa mecanização (colheitadeiras, tratores, ceifadeiras, arados etc.), seguindo o modelo da modernização da agricultura.

Dessa forma, transformou-se o meio rural do município, diversificando os sistemas agrícolas, alterando-se as relações de trabalho, as técnicas de produção e a estrutura das propriedades, cuja implantação deve-se à política nacional do governo militar, nos anos 70, em que incentivou a agroexportação (empresa rural) através de financiamentos, deixando

em segundo plano a agricultura familiar, não somente em Tupanciretã, mas também nos demais municípios brasileiros.

Por outro lado, a ocupação de terras antes ociosas ou subutilizadas, através dos assentamentos rurais pelo caminho da desapropriação dos antigos latifúndios, possibilitou a introdução e o desenvolvimento da agricultura familiar no município via campesinato e a consequente diversificação da produção agrícola construída a partir dos saberes dos integrantes e de um novo olhar sobre a educação.

Cada território imprime no espaço as características resultantes de suas atividades, mas no decorrer dos tempos, outros territórios surgem e competem nesses espaços, dessa forma, dinamizam o espaço geográfico através das relações de seus agentes em prol de suas atividades. Através da proposta de análise espacial, elaborada por Milton Santos, a percepção de cada território é compreendida através de suas formas, funções, estruturas e processos, o que distingue um território de outro.

Assim, o município de Tupanciretã apresenta-se como um importante pólo produtivo no setor agropecuário, com ênfase, na criação de gado e a cultura da leguminosa soja. Entretanto, a diversificação da produção agrícola ocasionou a redução parcial dos criatórios de gado e, conseqüentemente, dividiu o espaço com outras atividades, sejam pecuárias (ovinos, gado leiteiro), quanto agrícolas (soja, milho, trigo, hortaliças e frutas).

Metodologia

A metodologia utilizada na pesquisa baseou-se em duas partes; a primeira foi analisar os dados existentes sobre o município e assentamentos ali presentes, e a segunda parte, de ordem qualitativa, descritiva com um estudo de caso.

A pesquisa qualitativa permite delinear as técnicas e culturas desenvolvidas nos assentamentos rurais, permitindo descrever o nível da produção e da diversificação das atividades, visando às alternativas para um desenvolvimento local.

A pesquisa na linha descritiva foi desenvolvida a partir de bibliografias existentes sobre os assuntos relevantes à investigação. Descrevendo o contexto das transformações de produção e relações sociais, com uma abordagem dialética que busca explicações coerentes, lógicas racionais para os fenômenos da natureza e da sociedade.

O trabalho de ordem qualitativa é o contato direto e contínuo do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada por um trabalho intensivo de campo.

Os dados coletados são predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, citações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos. Citações são frequentemente usadas para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista. Todos os dados da realidade são importantes (LUDKE, 1986, p. 12).

Como técnicas de investigação, primeiramente foram coletados dados secundários, através de consultas aos órgãos públicos, como EMATER/RS, IBGE e INCRA, possibilitando uma análise ampla da situação socioeconômica existente no município de Tupanciretã. Posteriormente, realizou-se trabalhos de campo onde foram analisados os assentamentos rurais e as atividades agropecuárias existentes, sendo avaliados os aspectos previamente selecionados.

A utilização de entrevistas semi-estruturadas para a obtenção de dados mais precisos para a pesquisa foi indispensável com o auxílio de informantes qualificados. Conforme Gil (1999), a entrevista pode ser definida como uma técnica na qual o investigador apresenta-se frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obter os dados que interessam à pesquisa. Esta é uma das técnicas mais utilizadas no âmbito das ciências sociais.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a profissionais de órgãos públicos de assistência técnica para consultar as iniciativas tomadas junto aos assentamentos rurais, e identificar as mudanças ocorridas no sistema socioeconômico municipal após a implantação

dos assentamentos e, também, com o auxílio de entrevistas semi-estruturadas com as lideranças de cada assentamento e alguns informantes qualificados.

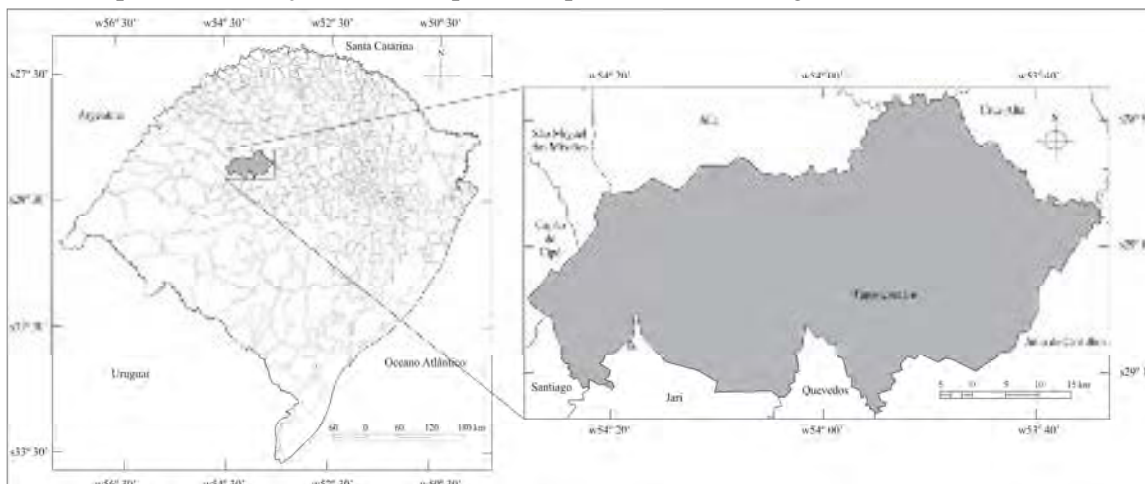
Os informantes qualificados são indivíduos previamente escolhidos de cada segmento, ora pelo seu conhecimento empírico e teórico, ora pela sua importância no território que o representa, ora pelo destaque de sua produção, ou ainda, sua representatividade perante outros indivíduos do mesmo território. Dessa maneira, o trabalho de campo consistiu em identificar os possíveis informantes e contatá-los para agendar uma possível visita em suas propriedades e, conseqüentemente, efetuar o encontro com o intuito de adquirir informações primárias para o desenvolvimento do trabalho.

Segundo Gil (1999), à medida que o pesquisador conduz com habilidade a entrevista por pautas, e seja dotado de boa memória, poderá, após seu término, reconstruí-la de forma mais estruturada, tornando possível a sua análise objetiva.

Contextualização histórico-espacial da área em estudo

O município de Tupanciretã foi emancipado em 21 de dezembro de 1928 através do decreto estadual 4.201, pelo presidente do Estado do Rio Grande do Sul, o senhor Getúlio Vargas. Desmembrou-se dos municípios de Cruz Alta e Júlio de Castilhos, pertence à microrregião centro ocidental rio-grandense originária das reduções jesuíticas (Mapa 1).

Mapa 1 – localização do município de Tupanciretã / RS – Org.: MOREIRA, Vinicius Silva.



O vocábulo Tupanciretã provém da língua Tupi-Guarani, Tupan = Deus, Cy = Mãe, e Retan = Terra, ou seja, “Terra da mãe de Deus”. Esse local era povoado pelos índios Charruas e Minuanos da etnia Tupi-Guarani. Com a fundação das missões, foi estabelecido que os índios ficassem numa fazenda, na coxilha grande, imediações das nascentes dos rios Caneleira e Ijuí, que ficou pertencendo à redução de São João. Com a retirada dos jesuítas, reflexo das Guerras Guaraníticas, os índios se dispersam e se retiraram dessa localidade, deixando muita terra em mãos de poucos fazendeiros, que mais tarde emanciparam o município.

Após a emancipação, o município passou a ter perfil econômico muito satisfatório com grandes “estâncias”, mas com o passar do tempo, com a atividade pecuária sofrendo problemas devido a fatores econômicos (baixa do preço dos bovinos e também a substituição do produto “carne” por outros derivados, por exemplo aves e suínos), estas “estâncias” foram vendidas para agricultores que impuseram ao município grandes áreas de terra com as plantações de soja, e as demais fazendas que não estavam exercendo sua função social foram desapropriadas e destinadas para agricultores sem terra.

Nas últimas décadas, o município apresentou transformações significativas no espaço rural. Isso ocorreu devido à subutilização das terras da pecuária, exploradas de forma extensiva, característica do latifúndio pastoril – em parte ocupadas pela produção agrícola empresarial. A fragmentação parcial dos criatórios de gado forçou sua reestruturação produtiva. Em geral, houve três formas de ocupação dessas áreas: através do arrendamento, através da compra e venda das propriedades e, por fim, através da desapropriação, realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e Governo Estadual – RS, das terras ociosas que não estavam exercendo sua função social.

A ocupação de terras com reduzida ou nenhuma produção, possibilitou a expansão e desenvolvimento da agricultura familiar no município e sua conseqüente diversificação agrícola, graças aos quinze (15) assentamentos rurais e suas 602 famílias assentadas em uma área de 10.458,56 hectares. (Quadro 1)

Quadro 1 – assentamentos rurais e famílias assentadas em Tupanciretã / RS

Nome do Assentamento	Área (Hectare)	Lotes	Data de Fundação	Origem da Luta	Entidade Gestora
Nossa Senhora de Fátima	1.172,80	74	16/05/1996	MST	INCRA
Invernada	611,65	27	23/11/1998	Municipários*	INCRA
Santa Rosa	2.126,49	139	14/12/1998	MST	INCRA
São Francisco II	420,73	22	30/12/1999	Municipários*	INCRA
Conquista da Esperança	253,76	16	09/01/2000	MST	RS***
Nossa Senhora da Conceição	1.312,03	62	09/01/2000	MST	RS***
Pôr do Sol	829,79	42	02/12/2000	MAB**	RS***
Várzea / Nova Várzea	321,87	18	30/01/2001	MST	INCRA
São Domingos / Nova Esperança	1.102,58	54	30/01/2001	Municipários*	INCRA
Invernada das Mulas / Nova Aliança	1.120,90	70	30/01/2001	MST	INCRA
Tupã II	764,15	43	22/11/2001	MST / MAB**	RS***
Banrisul I / Estrela que Brilha	138,68	07	27/02/2002	MST	INCRA
Nova América	47,82	13	13/03/2002	Municipários*	RS***
Nova Conquista Mãe de Deus	135,73	09	13/02/2002	Municipários*	RS***
Banrisul II	99,61	06	13/03/2002	MST	INCRA
TOTAL	10.458,56	602			

Fonte: Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra Ltda. (Cooperterra) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Seção Porto Alegre/RS

* Municipários: Famílias do próprio município organizadas na luta pela terra sem nenhum vínculo com movimentos sociais.

** MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens.

***RS: Refere-se como entidade gestora, o Governo Estadual.

Organização: MOREIRA, Vinicius Silva.

Espaço e poder: a gênese do território

Quando o homem atua no meio ambiente com suas ideias e formas de produzir, ele provoca uma nova organização do espaço. A organização espacial oferece condições para englobar as tradicionais considerações sobre as relações entre o homem e o meio e sobre a diversidade regional.

O domínio e a organização do espaço foram um dos elementos que contribuíram para a sistematização geográfica na Alemanha, pois se preocupavam com a unificação do Estado Alemão em que a questão do espaço era primordial. Para isso ocorrer, a cátedra alemã recorreu e se embasou na filosofia positivista, a qual norteou os primeiros passos da

ciência geográfica. A filosofia positivista é baseada em três fases: o organicismo, o evolucionismo e o funcionalismo. Entretanto, vale ressaltar que o espaço analisado na perspectiva funcional não se limita a ser organizado e hierarquizado. Ele não para de se transformar (CLAVALL, 2004, p. 18).

A relação entre Estado e espaço foi um dos pontos privilegiados por Ratzel, através da teoria do Espaço Vital em que representava uma proporção de equilíbrio entre uma determinada população e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades de progredir e suas permanências territoriais.

Na Nova Geografia, a ciência geográfica era vista como a ciência que se refere à formulação de leis que regem a distribuição espacial de alguns fenômenos da superfície terrestre.

A Geografia dedica-se aos estudos das organizações espaciais sendo estas entendidas como a estrutura dos elementos e processos que explicam o funcionamento de qualquer espaço organizado. A noção de espaço está ligada a de tempo, de movimento e, conseqüentemente, ao conceito do processo.

Com o avanço da tecnologia o espaço foi entendido em função da acessibilidade, levando ao conceito de espaço relativo, o qual se refere à posição que um lugar ocupa em relação a outras localidades, podendo se expressar de diversas maneiras. A posição relativa pode sofrer transformações com o decorrer do tempo em virtude das inovações técnicas e dos meios de circulação e de comunicação.

Na Geografia Crítica, o espaço é considerado relacional, sendo percebido como conteúdo e representando no interior de si mesmo outros tipos de relações que existem entre os objetos e os seus atores.

A sociedade é dinâmica e se identifica com o espaço vivido e vice-versa, imprimindo sua história no mesmo (MOREIRA, 2004, p. 59-60). Portanto, considera-se o espaço como o palco das relações de seus atores, isto é, a sociedade, e não deve ser estudado como sendo a adição de partes menores, pois o espaço é total e uno.

Faz-se necessário uma compreensão do que é o poder para entender o que é o território, uma vez que, buscou-se uma reflexão do que é o espaço ao longo das escolas geográficas.

Assim, segundo Raffestin (1993, p. 52):

O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. A ambiguidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o 'Poder' e o 'poder'.

Com isso, pode ser observada a dualidade epistemológica da palavra. A primeira, nome próprio, é mais fácil de compreender, referindo e manifestando-se por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos, é o poder visível, maciço e identificável, representado pelo Estado.

Em contrapartida, o segundo, nome comum para Raffestin, é aquele que não se vê, é aquele que se acreditou tê-lo derrotado pelo capitalismo, é o poder dos atores excluídos, são as relações de uma sociedade organizada. O "poder" é concretizado na revolta de seus atores sociais, buscando através de movimentos a re-inserção dos mesmos, a uma ordem que os excluiu - o capitalismo.

Mesmo assim, Raffestin (1993, p. 53) diz que:

Pode-se pensar que tudo isso é bastante intuitivo. Certamente, mas não é muito fácil fazer de imediato uma descrição clara, enquadrada por um sistema de conceitos coerentes e unívocos, do poder que brota de estruturas profundas e não de estruturas de superfície.

Com isso, é demonstrada a preocupação em construir um conceito para o poder, sendo este, muito complexo nas suas relações.

No que se trata de *território*, este corresponde ao espaço caracterizado pelas relações de poder, ou seja, é o espaço que sofre o domínio dos agentes políticos, econômicos e sociais. O Estado tem seu espaço ou território definido, o que nem sempre ocorre com as

nações, que devido à sua antiguidade, complexidade ou aspirações, podem não ter essa definição.

As palavras de Raffestin (1993, p. 144), nos dizem que o território é “[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, e o território é a prisão que os homens constroem para si”.

Em complemento a essas palavras, Claval (2004, p. 33) diz que: “[...] o espaço transformado em território oferece aos grupos uma base e uma estabilidade que eles não teriam sem isso. Faz nascer um sentimento de segurança. O território constitui um dos componentes essenciais das identidades”.

Após a leitura de Raffestin sobre as duas formas de poder, conclui-se que o “Poder” territorializa o espaço e o “poder” dá a dinâmica ao território, assim, propiciando e concretizando a luta pela manutenção das classes sociais e a busca da reinserção social dos indivíduos excluídos, que será analisado com a gênese do movimento social.

O despertar de um movimento social

Não é possível fazer uma leitura geográfica de um movimento social utilizando somente conceitos de outras ciências, assim, essa é uma reflexão que tem por finalidade propor uma análise de um movimento social a partir de conceitos geográficos, como a espacialização e a territorialização, ambos, embasados na relação do poder.

De acordo com Milton Santos (1996, p. 70): “Conceitos em uma disciplina são freqüentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são *flashes* isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações”.

Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas. Os movimentos sociais podem ser categorias de diferentes áreas do conhecimento, desde que os cientistas construam os respectivos referenciais teóricos. Esse é o nosso desafio na Geografia.

É de fundamental importância para a Geografia conhecer a organização do território considerando cinco pontos cruciais, e a partir desse momento a análise de um movimento social será facilitada. Sendo eles:

1º) a estrutura da organização espacial, os fluxos relacionados aos processos físicos, sociais e econômicos e como os mesmos interagem; 2º) as características das interações homem – meio ambiente; 3º) as características sociológicas e econômicas de cada época; 4º) as forças de ação que interferem na estrutura e dinâmica da organização; 5º) os limites territoriais das organizações espaciais, que são mutáveis e podem ser alterados (SPOSITO, 1996, p. 14-22).

Vale lembrar que cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade em que os indivíduos e as sociedades vivem. Assim, a territorialidade é a soma das relações entre um ator com seu meio, é a totalidade de relações biossociais em uma interação espacializada. A espacialidade expressa, sustenta, determina, e ao mesmo tempo designa a formação social e econômica, e também reforça a acentuação da diferenciação, segregação e da separação entre as pessoas e os lugares, entre o ser, o estar e o fazer.

Numa sociedade de classes, esta contém a lógica e o sentido dado pela diferenciação social e econômica, e o poder de produzir / transformar / consumir este espaço está também determinado por esta diferenciação. Então, a natureza, a qualidade política e a intensidade do poder, decorrem desta diferenciação social e econômica, definindo se este “poder” significa ter apenas possibilidade de, ou força para, meios de, ou ter o direito de, a capacidade e a autoridade para, ou ainda ter ou não ter condições socialmente determinadas para poder produzir / transformar / consumir uma dada espacialidade. Com tudo isso, ou a falta de tudo isso, é que motiva os atores sociais a constituírem ou se integrarem em um movimento social, lutarem pela re-inserção ao modelo capitalista, que um dia os excluiu, deixando-os à margem, como foi o caso que se efetivou nos assentamentos rurais em Tupanciretã e assim constroem seu território.

Classificando e conceituando o território se observa que sua construção ou apropriação se dá por meio do trabalho humano onde cada território é particular, apresentando múltiplas configurações e determinações através de aspectos econômicos, culturais, sociais, simbólicos etc. O território é demarcado pelo processo histórico de pessoas, grupos de pessoas ou uma coletividade no qual exercem um poder sobre essa área.

Segundo Raffestin (1993, p. 143):

Espaço e território não são termos equivalentes (...) é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

O espaço é um trunfo em si mesmo, ou seja, está em si e para si, e possui possibilidades infinitas, e constitui, principalmente, a condição da existência da matéria. Quando o espaço é dominado pelo homem, o espaço torna-se território. Um elemento importante, que não se deve descuidar na formação do território, é a totalidade das relações realizadas.

O território é a produção humana a partir do uso dos recursos que dão condições a nossa existência. O primeiro destes recursos é o espaço, por isso surge à necessidade de dominá-lo.

Nesse caso, Raffestin (1993, p.144) define o espaço e o território:

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é de certa forma, 'dado' como se fosse uma matéria prima. Preexistente a qualquer ação. 'Local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não o é espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder.

Nesse sentido, o território se constrói embasado no espaço, que por sua vez está marcado por relações de poder entre os seus diversos atores, que projetam nele, também, trabalho, energia e informação.

Para Raffestin (1993), é a partir do espaço que se expressam as relações de poder dos diversos atores e seus respectivos territórios. A superfície terrestre passa a ser tecida em malhas e redes que representam o poder construído por esses atores sobre uma base territorial.

A essa disposição estão ligados fatores elementares na dinâmica da produção territorial e das relações de poder como a distância (física ou geográfica) e a acessibilidade (temporal, econômica, social, cultural...). De acordo com o autor, todos somos atores e participamos na construção de territórios em diversos estágios ou em momentos e lugares diferentes, seja através de uma grande empresa, do Estado ou na organização de um clube, por exemplo. E essa produção territorial se processa nas relações do campo do poder.

O território significa também delimitar, caracterizar, distinguir uma determinada área das demais, pois há nessa área uma relação de domínio, de poder, de um grupo. Contudo, é importante salientar que a delimitação econômica é mais vulnerável do que os limites político-administrativos, que tendem a serem estáveis. Segundo o autor isso ocorre basicamente porque o primeiro caso resulta de um poder de fato e o segundo de um poder legitimado, ratificado (RAFFESTIN, 1993).

Nesse pensamento, percebe-se que o espaço é o palco das ações humanas, ações que procuram legitimar interesses políticos e econômicos através de relações de poder formando assim diversos territórios sobre a superfície terrestre, seja o território delimitado pelo Estado, seja aquele constituído por outros agentes sociais.

Segundo a afirmação de Haesbert (2009, p.105):

O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômicas-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

A definição conceitual tem a ver diretamente com o poder, mas não apenas tradicionalmente com o “poder político”. O território diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Assim, pode-se afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de

apropriação da sociedade-espço, sendo que isso vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’ (HAESBERT, 2009, p. 20).

Conforme Souza (2005, p. 97) “[...] o território não é o substrato, o espaço social em si, mas um campo de forças, as relações de poder especialmente delimitadas e operando, distante, sobre um substrato referencial”.

O espaço terrestre passa a refletir as relações de poder e de produção dos homens, que organizados em sociedade mantêm-se interdependentes dos recursos do solo, passando a exercer o poder, o domínio sobre a terra e os homens em busca do controle ou da sobrevivência.

Numa abordagem social sobre o território, Moraes (2000) trás a sua contribuição para esta questão quando afirma que o território não pode existir se não houver uma sociedade organizada (povo) que se apropria da natureza e a transforma através de seus meios de produção. Na medida em que esse processo avança no tempo, insere-se a importância da história humana na relação com o meio, apropriada e mudada por ela ao longo das gerações, por isso, “o território é, portanto uma expressão da relação sociedade/espço, sendo impossível de ser pensada sem o recurso aos processos sociais” (MORAES, 2000, p.18).

A territorialidade é definida por Sack (1986) como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada de território” (SACK, 1986, p.6).

Ao afirmar que a territorialidade pode ser ativada e desativada, Sack nos mostra a mobilidade inerente aos territórios, sua relativa flexibilidade. Ou seja, cai por terra a concepção tradicionalmente difundida de território como algo estático, ou dotado de uma grande estabilidade no tempo. Tal como ocorre com as identidades territoriais, a territorialidade vinculada às relações de poder é um recurso estratégico que pode ser

mobilizado de acordo com o grupo social e seu contexto histórico e geográfico. A territorialidade tende a ser um preenchedor de espaço.

Conforme Raffestin (1993, p. 158):

A territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas.

Deste modo o território ganha uma identidade, não em si mesma, mas na coletividade que nele vive e o produz. Ele é um todo concreto, mas ao mesmo tempo é flexível, dinâmico e contraditório e por isso dialético, recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e espacializadas no próprio território.

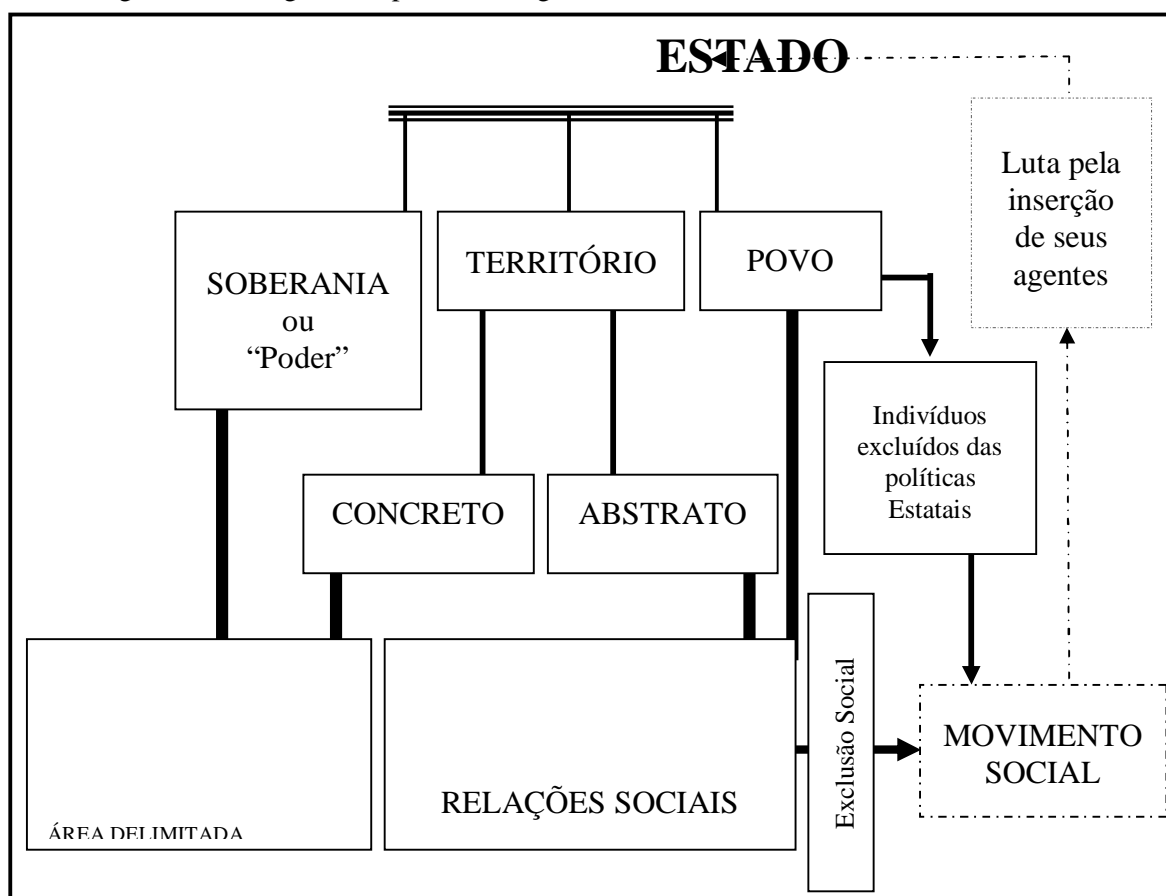
Pensar o território nos leva a considerá-lo de acordo com as relações mantidas pela sociedade (povo) com o meio no qual ela está inserida e, também nas relações entre os homens, no poder exercido pelo homem, principalmente através dos meios e instrumentos de produção e transformação do espaço, já que podemos considerar o território como um espaço de apropriação e de uso por um grupo de pessoas.

Neste artigo o território é considerado não apenas como uma área delimitada por acidentes geográficos, mas também, articulada de processos sociais que são o reflexo das intervenções antrópicas na superfície terrestre, criando naturalidades e complexidades de energia, informações e poder. Essa análise passa pelo resgate histórico e cultural da formação e consolidação dos territórios para se compreender a formação atual dos mesmos.

A territorialidade é aqui considerada uma mescla de construção política (soberania), econômica (meios de produção), jurídica (legitimidade) e militar (expansão/defesa), mas, sobretudo, ideológica (identidade de um povo). Devido a isso, se concretizam dentro dessa mescla os conflitos entre os atores sociais que são excluídos, segregados ou minorias. Assim, esses indivíduos organizados criam forças e são ouvidos pelo Estado através do surgimento de um movimento social que concretiza a luta pelos seus ideais.

Assim, percebe-se que o movimento social deriva de duas correntes: a primeira provém de indivíduos excluídos das políticas governamentais, são pessoas que estão à margem da sociedade, são marginalizados pelo poder público; a segunda corrente é composta pelos indivíduos excluídos pelo próprio sistema capitalista, o qual através das relações sociais segrega e impõem classes aos seus atores. Em soma disso, “[...] é útil refletir a respeito do que é o capitalismo nos dias de hoje, a partir da intuição política e social, do homem comum, de que vivemos numa sociedade que visivelmente descarta e secundariza pessoas” (MARTINS, 2002, p. 19). Vejamos a Figura 1:

Figura 1 – fluxograma explicativo da gênese de um movimento social



Organização: MOREIRA, Vinicius Silva.

Conforme as palavras de Martins (2002, p. 14): “A exclusão é e foi própria das sociedades tradicionais, das sociedades estamentais, como foi a nossa, aliás, durante todo o período colonial e o período imperial, e da qual sobrevivem fortes vestígios”.

Na verdade, a categoria exclusão é resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuravam explicar a ordenação social, que resultou do desenvolvimento capitalista. Mais do que uma definição precisa de problemas, ela expressa uma incerteza e uma grande insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais contemporâneos.

A exclusão é um problema social porque abrange a todos: a uns, porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos; a outros, porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos. A verdadeira exclusão está na sumarização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm trabalho e, sobretudo, não têm esperança (MARTINS, 2002).

Com relação à exclusão de indivíduos ou grupos na ordem socioeconômica capitalista, Haesbaert (2004, p. 251) afirma que se deve utilizar “o qualificativo ‘desterritorializado’”. Isso porque o capitalismo globalizado aponta para uma exclusão de um número expressivo de pessoas que buscam alternativas de melhores condições de vida fora dos seus lugares de origem.

A definição e o processo de desterritorialização para Haesbaert (2004, p. 312) não deve ser desvinculado do processo de (re)territorialização e deve ser aplicada:

Há fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitando de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural.

A pobreza / exclusão / repulsão de indivíduos da nossa sociedade não está presente apenas no urbano, pois é igualmente dolorosa no meio rural brasileiro, embora menos

visível, mas a sociedade sabe que ela existe e que é um problema latente e silencioso herdado do período colonial.

A sociedade brasileira só se depara com o problema social agrário quando indivíduos excluídos de seus territórios, ou seja, desterritorializados, vêm a público, organizados para reivindicarem junto ao Estado sua territorialidade perdida, o que, portanto, caracteriza a luta pela terra.

Para Fernandes (2005, p. 473) a territorialização da luta pela terra é:

[...] o processo de expansão e/ou multiplicação das áreas conquistadas pelos trabalhadores rurais [...] os latifúndios são territórios que estão sob o controle de grandes proprietários ou empresas. Os assentamentos rurais são territórios das famílias assentadas. Com a desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais ocorre a desterritorialização do latifúndio e a territorialização do assentamento.

Então, o território é uma reordenação do espaço, ocorrendo os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos indivíduos. O processo de desterritorialização ocorre conjuntamente com a reterritorialização, pois são partes do processo de territorialização.

Este território é composto por uma identidade, que o diferencia de outro, pois tem um sentido histórico, temporal e de apropriação distinto. Nesse sentido, Santos (2002, p. 10) afirma que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

O movimento social é alicerçado num processo de territorialização, pois esse se fortalece possibilitando a espacialização das experiências de seus atores, contribuindo no avanço da luta. Nesse sentido, o começo de uma luta tem como referência outras lutas e conquistas. Dessa forma, ao consumarem suas conquistas, territorializando-se, terão suas

lutas relatadas na espacialização do movimento. Assim, vão construindo suas histórias, suas existências (FERNANDES, 2000).

Na luta pela terra, o espaço de luta e resistência é construído quando o movimento social ocupa uma propriedade - um latifúndio. Conquistar a terra, uma fração do território, e se territorializar, é um modo eficaz de reação e de demonstração da sua forma de organização (FERNANDES, 1999).

Para Raffestin (1993, p. 59-60) “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”. Nesse sentido, o movimento de luta pela terra conquista esse trunfo, ou seja, essa fração do território possibilitando uma territorialização na espacialização da luta pela terra.

O assentamento como um território conquistado na luta constitui uma nova coletividade, marcada pela confluência de trajetórias individuais que, ao se manifestarem, denotam a diversidade de um público que, no momento da luta, *se via e era visto* unificado em torno da identidade de *sem-terra*. A conquista da terra inaugura um novo tempo, em que a condição de *assentado* traz à tona expectativas individuais no tocante a *viver e produzir* na terra (DA ROS, 2002).

A territorialização é parte superior da espacialização, é um indicativo da continuação da luta pela terra (da espacialização). O assentamento é o lugar no qual as pequenas revoluções tomam uma materialidade mais concreta.

Desse modo, o assentamento pode ser o espaço de criação e recriação de um território de novas e antigas relações sociais. É a territorialização do movimento de luta pela terra, é o lugar da realização da vida, da construção de uma identidade, ou seja, o lugar em que os assentados manifestam seus desejos e anseios em um novo espaço, em novas possibilidades de continuarem sendo respeitados e existindo. Pode ser o lugar da mudança ou recriação de sua cultura, sua autonomia, sua capacidade de ascender socioeconomicamente a partir de suas próprias potencialidades.

Portanto, a maneira mais racional e eficaz de haver uma inserção social das pessoas excluídas, é via movimento social, pois o grito da luta de uma causa pode ser ouvido pelo Estado quando os agentes se organizam, se manifestam, protestando e exigindo seus direitos legais.

A problemática realidade

A implantação de assentamentos rurais através dos movimentos sociais de luta pela terra surge como um desafio de alterar a dinâmica socioeconômica local, a fim de modificar a estrutura fundiária e aumentar o contingente populacional rural no município de Tupanciretã. Porém, deve-se ressaltar qual a real intenção dessa reforma agrária, se ela vem a proporcionar um desenvolvimento econômico ou social desses novos agentes, ou apenas serve para amenizar o conflito pela terra, reproduzindo os assentamentos rurais em mini-granjas agroexportadoras.

A problemática é a busca da resposta; qual motivo ou quais fatores levam alguns assentados rurais de Tupanciretã a priorizarem a produção de soja em seus lotes? Uma vez que essa prática capitalista é considerada excludente e é combatida pelos movimentos sociais de luta pela terra, pois consideram que é inadmissível uma pequena propriedade de caráter familiar dedicar-se a uma produção agroexportadora, deixando em segundo plano a policultura subsistencial.

Mesmo com relutância da sociedade local, os movimentos sociais de luta pela terra, através de sua ação, ocuparam latifúndios e se reterritorializaram em Tupanciretã, via desapropriação realizada pelo INCRA e pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Esse processo é mais bem enfatizado e explicado nas palavras de Fernandes (1999, p. 23) que diz:

No processo de dimensionamento do espaço de socialização política, os trabalhadores vêm a público de forma organizada e ocupam a terra, uma fração do território, cujo domínio reafirma, viabiliza e valoriza o processo de espacialização e de territorialização da luta. O espaço social concretiza-se geograficamente como lugar social nos processos de construção da luta. O lugar social revela-se como conquista das condições essenciais para o

próprio movimento em transformação. O lugar social é fundamental para a própria reprodução do espaço social que o produz, pois é onde se desenvolvem as experiências que permitem conquistar o espaço social e transformá-lo. Nesse processo, as lutas avançam como formas de organização social.

A reforma agrária é um instrumento estratégico para o fortalecimento, a expansão e a consolidação do modelo familiar de agricultura. É fundamental para a construção de um desenvolvimento sustentável, sob o prisma da democracia política, equidade social e sustentabilidade econômica e ambiental.

Para Sauer (1998, p. 87), “há uma conexão direta entre a agricultura de base familiar e a reforma agrária, ou, dito de outra forma, o acesso a terra transforma as famílias assentadas em um segmento de agricultores familiares”.

Blum (1999, p. 72) define a propriedade familiar considerando que,

As propriedades de agricultura familiar ou subsistência, são propriedades muito diversificadas (quatro a sete atividades para subsistência e comercializando o excedente: culturas de lavoura de verão e inverno, bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura, olericultura, piscicultura, fruticultura, etc.). O seu proprietário mora na propriedade. São propriedades geralmente menores de 50 ha, com concentração abaixo de 20 ha; usam baixa tecnologia.

É, pois, por essa razão, que após as desapropriações dos latifúndios surge uma nova configuração no espaço agrário local, com a inserção da agricultura familiar onde antes dominava a pecuária extensiva, área esta cobiçada pela lavoura agroexportadora de soja. A luta pela terra confirma a agricultura familiar em Tupanciretã, busca pelo direito de sua manutenção e alguns assentamentos já produzem parte dos alimentos para a sede municipal.

Gorender (1994, p. 41) afirmou que as pesquisas empíricas já vinham demonstrando a extraordinária vitalidade do desenvolvimento da agricultura brasileira por via da pequena exploração familiar e que essa seria a garantia de parte significativa do abastecimento alimentar das populações urbanas.

Aqui surge a grande questão: por que em alguns lotes (ou mesmo na totalidade dos assentamentos) é realizada a produção da soja transgênica com todo o pacote tecnológico, contrariando, de certa forma, os princípios dos movimentos sociais de luta pela terra e da sustentabilidade?

Mas o que ocorre em Tupanciretã? Primeiro: devido a massivos investimentos de capital no agronegócio, passou a ser o maior produtor de soja do Rio Grande do Sul (Tabela 1); segundo: contraditoriamente, é um município que possui um grande número de agricultores familiares responsáveis pela diversificação da agricultura através do plantio de milho, feijão, mandioca, arroz, dentre outros produtos agrícolas. Além disso, em Tupanciretã, os assentados vêm ao longo dos anos intensificando a atividade leiteira, piscicultura e suinocultura, tanto para subsistência familiar como para comercialização.

Assim, ficam latentes duas indagações; a primeira é: por que alguns assentamentos rurais perpetuam as mesmas práticas capitalistas que no passado os excluíram do processo produtivo no campo gaúcho? A segunda é: se esses novos agentes sociais, os ex-sem-terras hoje assentados ou novos agricultores familiares, serão novamente excluídos do campo e do processo produtivo?

Tabela 1 – comparação da área plantada e quantidade colhida de soja

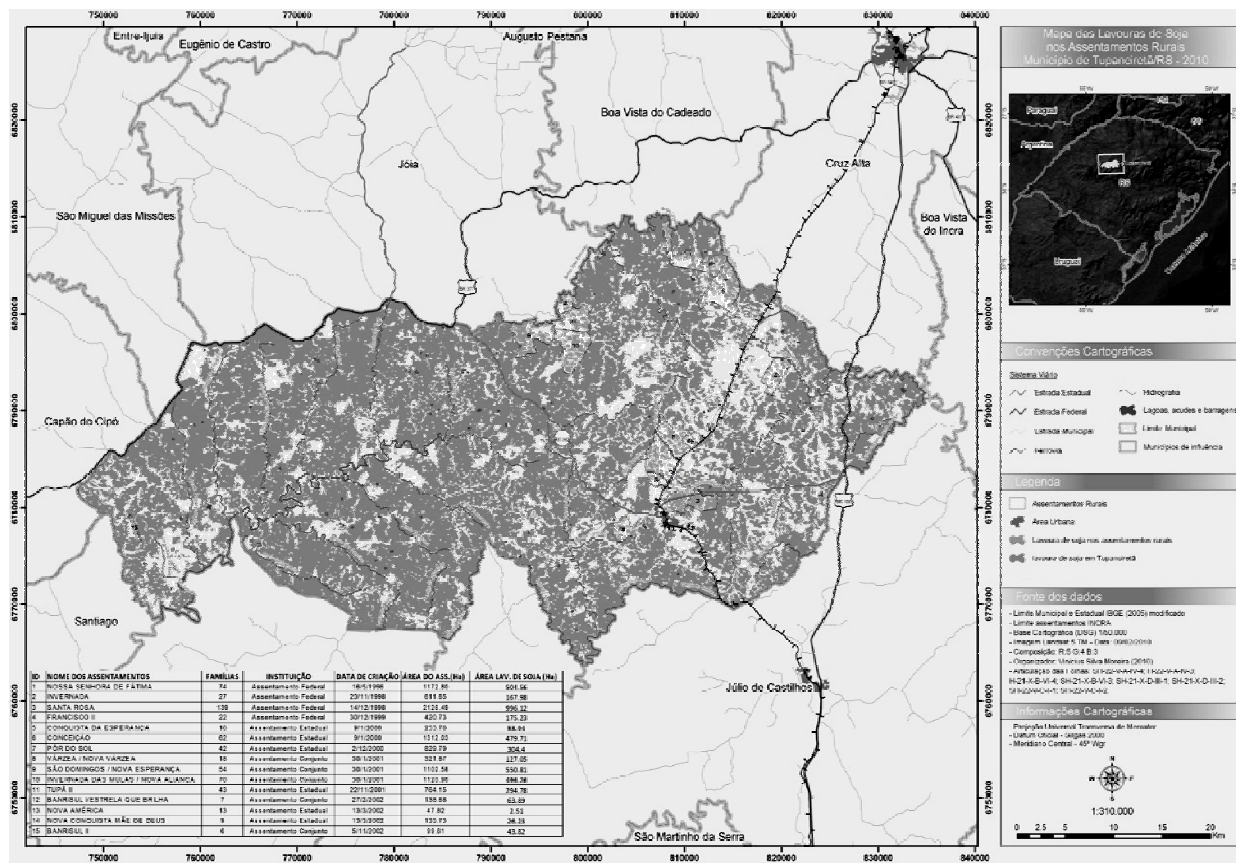
ANOS	Área plantada em Tupanciretã (hectares)	Área plantada no estado do RS (hectares)	Quantidade colhida em Tupanciretã (toneladas)	Quantidade colhida no Estado do RS (toneladas)
1960	802	280.898	1.097	209.445
1970	16.297	1.600.131	13.486	1.295.149
1975	49.241	3.195.977	58.204	4.419.465
1980	88.006	3.763.073	85.197	5.103.538
1991	70.000	3.519.448	147.000	6.313.476
1996	66.000	2.547.152	125.300	4.235.532
2000	80.000	2.976.500	192.000	6.951.830
2006	136.000	3.891.000	359.040	9.929.005

Fonte: Censos Agropecuários; FIBGE de 1960, 1970, 1975, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2006. Organização: MOREIRA, Vinicius Silva.

Estas respostas podem ser buscadas na Tabela 1, na qual é possível identificar o aumento não só da área cultivada com soja em Tupanciretã como também a significativa produção com importante participação no total colhido no estado Rio Grande do Sul. Esta observação parece reforçar a prática do cultivo de soja nos assentamentos de reforma agrária do município. Entre 2000 e 2006 a área cultivada no município cresceu mais de 60% e a produção cerca de 80%. Neste percentual estão incluídos os 15 assentamentos com uma área total de mais de 10.000 ha.

No Mapa 2 é possível observar onde se localizam os assentamentos no município de Tupanciretã, assim como a área ocupada pela soja (em cinza mais escuro) no ano de 2010, na totalidade do município e nos assentamentos (em cinza claro). Constata-se então a presença efetiva desse cultivo, que é a expressão do agronegócio, no município como um todo e, sua apropriação nos assentamentos de reforma agrária.

Mapa 2 – expansão da soja e localização dos assentamentos em Tupanciretã / RS - 2010



Elaboração: MOREIRA, Vinicius Silva - 2010

Em busca de uma resposta para o problema

Na busca de uma resposta para o problema evidenciado em Tupanciretã, que não é exclusividade do município, mas sim um problema nacional, Fernandes (2007, p. 160) salienta que:

A cada ano, o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa. O empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego estrutural agudizam as desigualdades... esse modelo de desenvolvimento controla a maior parte do território, concentrando riqueza e aumentando a miséria. Este é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI.

Ressalta-se que no caso de Tupanciretã o agronegócio envolveu os assentados e se apropriou de seu trabalho, de seu saber, e incorporou sua área de domínio, espaços que originalmente deveriam manifestar-se como oposição.

Mas por que as antigas práticas excludentes dos assentados de seus territórios originais voltam a se repetir nos assentamentos de reforma agrária? O apoio da bibliografia e o trabalho de campo possibilitaram identificar alguns dos motivos:

a) as terras conquistadas pelos assentados são de ótima qualidade, ou seja, são terras roxas do planalto meridional brasileiro com grande fertilidade e alvo constante de interesse do capital para o agronegócio da soja;

b) no sistema financeiro, há várias linhas de crédito incentivando o cultivo do agronegócio da soja, enquanto que para a agricultura familiar existe apenas o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF);

c) com a soja geneticamente modificada não há necessidade de mão-de-obra intensiva em razão da redução no uso de agrotóxicos com a aplicação do glifosato, da mecanização cada vez mais sofisticada, além da aparente rapidez na obtenção de lucro.

Nos assentamentos não poderia ser diferente, a atração que o agronegócio exerce é muito forte e os assentados tendem a se render. Entretanto, as lideranças nos assentamentos já começam a afirmar que há uma redução progressiva na área destinada ao cultivo de soja em razão do trabalho de conscientização e de educação ambiental realizada junto aos assentados. Isto se deve à filosofia dos movimentos sociais de luta pela terra, cuja ação se volta para a sustentabilidade que envolve principalmente uma educação de qualidade com instrumentos para (re)construção da identidade dos assentados.

Vendramini (2000) entende que a consciência dos camponeses ex-sem-terra é efetivada a partir do momento em que estes compreendem que são sujeitos atuantes na transformação da sociedade.

Para tanto, é essencial a construção de uma consciência coletiva, da união da classe, de sua organização no sentido de assim buscarem a transformação da realidade. E essa luta

vai se expressar também na busca pelos incentivos para a produção, pelas condições mínimas de sobrevivência, pela saúde, pelo saneamento básico e pela educação.

Os próprios movimentos se afirmam como educadores. Há uma pedagogia dos movimentos. Eles com sua organização, suas lutas e sua mobilização redefinem valores, saberes, culturas, identidades dos povos do campo. Não apenas educam seus militantes, mas toda a sociedade (SOUZA, 2006, p. 11).

A mudança no sistema produtivo dos assentamentos em Tupanciretã se dará, pois, através dessa via, ou seja, da construção da consciência coletiva associada à educação. O que vai garantir efetivamente o sucesso do movimento social expresso através das ações de seus assentados é “a sua dinâmica educativa e formativa (SOUZA, 2006, p. 22).”

O processo educativo procura manter viva sua história, suas raízes, seus saberes, sua luta pela terra, para que assim permaneçam no campo enfrentando a realidade, conscientes das dificuldades e do mundo em que vivem. Através da educação buscar-se-á um caminho sustentável para suas práticas de vida e aí é que se encontra o desenvolvimento de uma agricultura que não agrida a natureza, não agrida a vida dos homens.

Assim, torna-se compreensível que o caminho mais viável para que os ex-sem-terras, hoje camponeses assentados, não se integrem ao ciclo de exclusão do campo novamente, é o de abandonarem as velhas práticas adotadas pelo modelo capitalista do agronegócio buscando novas alternativas de produção que lhes possibilite sua reprodução social, econômica e política.

Ficou assim evidenciado que é insustentável socialmente, ambientalmente e politicamente que um assentado com um lote com média de 20 hectares, com trabalho familiar, priorize arcar com os altos custos de produção do mundo do agronegócio em detrimento da busca pela soberania alimentar expressa através da produção de alimentos.

Mas também fica claro que em Tupanciretã, nos assentamentos, o caminho para abandonar esta realidade será longo. Mas há sempre a esperança da reconstrução, da conscientização, da busca pela harmonia sociedade-natureza.

Referências

- BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo/RS: EDIUPF, 1999, cap. 2.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FERNANDES, Bernardo, Mançano. “Movimento Social como categoria geográfica”. In: *Revista Terra Livre*, n. 15, p. 59–85, São Paulo, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorialização da luta pela terra. In: *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 473–494.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. “Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005”. In: *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007. p. 139–168.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Censo Agropecuário de 1960, 1970, 1975 e 1980*. Rio de Janeiro (Impresso).
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Censo Agropecuário de 1991, 1996, 2000 e 2006*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listab.asp?c=1612&z=t&o=11>>. Acesso em: 24 mar. 2010.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GORENDER, Jacob. “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994.
- HAESBAERT, Rogério, *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LUDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. 9 ed. São Paulo: Record, 2002.

SANTOS, Boaventura Souza. “Os novos movimentos sociais.” In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogo para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 174-189.

SAUER, Sérgio. *Reforma agrária e geração de emprego e renda no meio rural*. São Paulo, Coleção ABET, vol. 3, 1998. 127 p.

SOUZA, Maria Antônia de. *Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação. “Espacialidade, Cotidiano e Poder.” In: *Revista Paranaense de Geografia*, AGB Curitiba, nº 01, p. 14–22, 1996.

VENDRAMINI, Célia Regina. *Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: UNIJUI, 2000.

AS ENTIDADES PARCEIRAS DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE VERÊ - SUDOESTE DO PR

Elaine Fabiane Gaiovicz⁵²

Resumo: neste texto, socializamos os resultados de uma pesquisa realizada entre 2009 e 2011 sobre as práticas agroecológicas no município de Verê, Sudoeste do Paraná, demonstrando como as ações de algumas instituições são importantes para fortalecer a organização dos produtores, a produção agroecológica e a comercialização dos produtos, contribuindo diretamente para incentivar e viabilizar a permanência do agricultor familiar no campo.

Palavras-chave: agroecologia; instituições; cooperação.

Introdução

Este artigo é resultado de parte de um capítulo da dissertação de mestrado, intitulada: *Território e poder: a produção agroecológica como estratégia de desenvolvimento territorial*. A construção desse capítulo fez-se necessário, para demonstrar como a ação de algumas entidades são importantes para fortalecer a organização de produtores, a produção agroecológica e a comercialização destes produtos, incentivando e viabilizando a permanência do agricultor familiar no campo.

A produção agroecológica, como forma alternativa, está sendo implementada para substituir o uso excessivo do pacote tecnológico disseminado pela “revolução verde”. O fato é que muitas ONGs, associações de produtores e agricultores familiares estão assumindo um compromisso em defesa da saúde humana e da preservação e conservação ambiental, aliando a isso o desenvolvimento econômico e social, facilitando a inclusão social, buscando justiça social e autonomia.

Exemplos destas entidades no município de Verê - PR são o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) e a ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), preocupados com a permanência do agricultor familiar no campo,

⁵² Mestre em Geografia pela Unioeste – Campus de Francisco Beltrão.

buscando informá-lo e conscientizá-lo da importância de produzir agroecologicamente, mostrando que a sua estabilidade no campo é possível, utilizando a mão-de-obra da família e diminuindo os custos de produção se comparados com o cultivo convencional. Os ganhos com a venda da produção agroecológica podem ser mais significativos e, ao mesmo tempo, cuida-se da saúde da família, do consumidor e da preservação e manutenção dos ecossistemas.

As associações de produtores, como a APAV (Associação dos Produtores Agroecológicos de Verê) e APROVIVE (Associação dos Vitivinicultores de Verê), atuam incentivando a produção agroecológica e a permanência dos agricultores familiares no campo, através do planejamento, organização e comercialização da produção.

Além disso, um papel importante também é desempenhado pelas instituições certificadoras como a Rede Ecovida, que preocupadas com a garantia da qualidade da produção, vêm atuando na região Sul do Brasil, facilitando as trocas de informações e a certificação participativa.

De acordo com as normas da Rede Ecovida (2010), a certificação participativa é um sistema solidário de geração de credibilidade, no qual a elaboração das normas de produção ecológica é realizada com a participação efetiva dos agricultores, buscando o aperfeiçoamento, com respeito à realidade de cada produtor. A certificação, além de garantir a qualidade do produto, respeita e valoriza a cultura local, buscando aproximar os agricultores e consumidores para a construção de uma rede que congregue iniciativas de diferentes regiões.

Outra entidade que desempenha um papel fundamental é a CRESOL (Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária), atuando nos estados do Paraná e Santa Catarina, com facilidades de acesso a financiamentos custeio/investimento, disponibilizando uma linha de crédito específica para agricultura orgânica ou agroecológica. Além disso, todos os seus cooperados são exclusivamente agricultores familiares.

As entidades parceiras como o CAPA, a APAV e a APROVIVE possuem o papel mais importante, pois são as principais incentivadoras e responsáveis pela evolução da

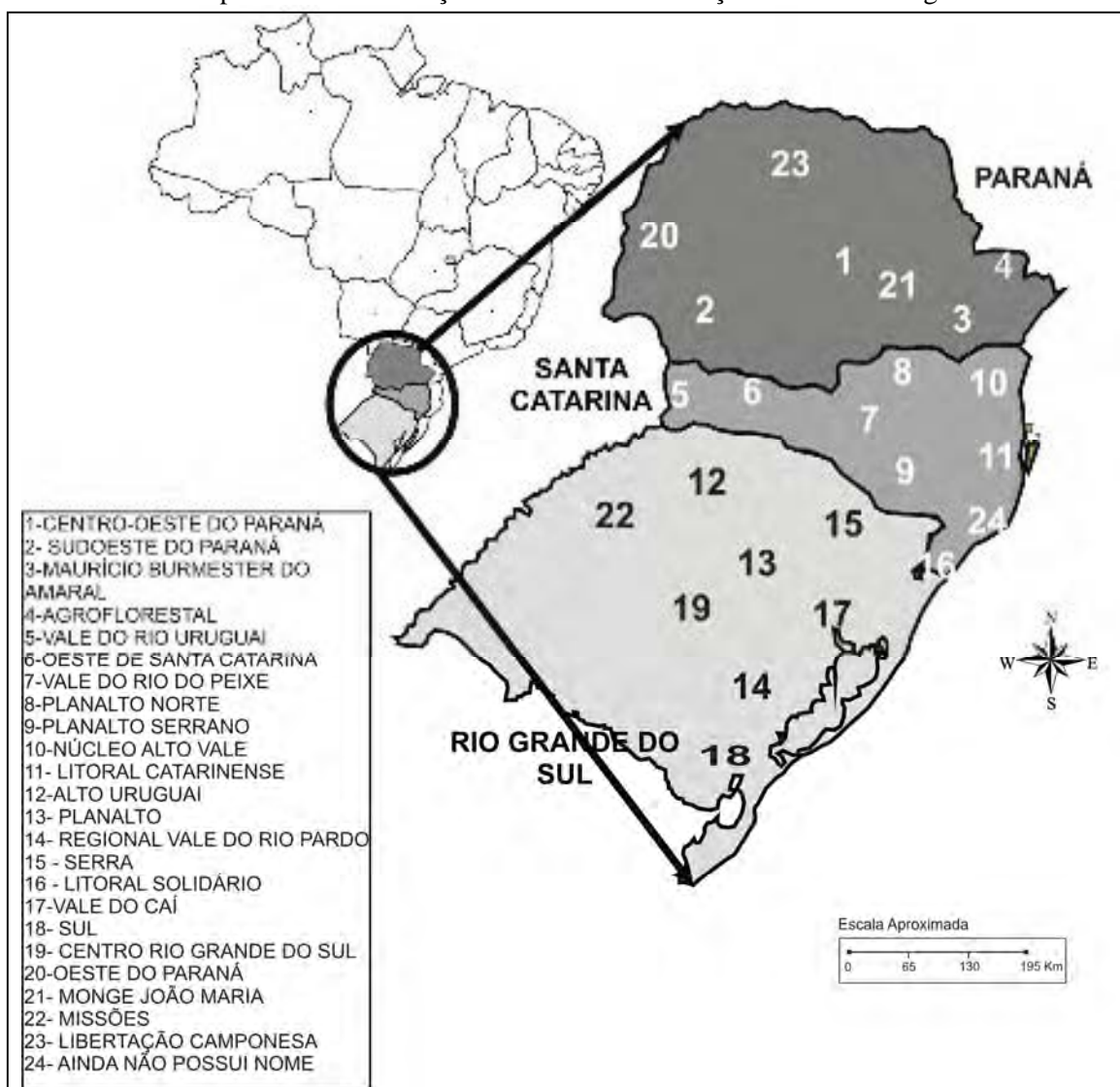
produção agroecológica no município de Verê, atuando com assistência técnica especializada, na organização e comercialização da produção, oferecendo alternativas de comercialização que atendam à realidade do produtor e às exigências do consumidor.

Rede Solidária de Comercialização e de Certificação Participativa: Rede Ecovida

Segundo Santos (2003), ao final do ano de 1998, iniciaram-se os debates para a formação da Rede Ecovida. Em 2000, uniram-se organizações de todo Sul do Brasil e iniciou-se a reunião dos primeiros documentos sobre o funcionamento e o processo de certificação. A Rede Ecovida é formada por agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais, juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia.

Atualmente, a Rede Ecovida conta com 24 núcleos regionais (Mapa 1), abrangendo em torno de 170 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores. Em toda a área de atuação da Ecovida, são mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização.

Mapa 1 – territorialização da Ecovida: localização dos núcleos regionais



Fonte: <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA003>>. Acesso em: 05 nov. 2010. Org.: GAIOVICZ, E.F., 2010.

O funcionamento da Rede é descentralizado e está baseado na criação de núcleos regionais que reúnem membros de uma região com características semelhantes, facilitando a troca de informações e a certificação participativa. Dessa maneira, em cada núcleo regional, todos os atores têm papel fundamental, podendo participar para melhorar a qualidade dos produtos e a forma de produzir. Para tanto, a Rede Ecovida faz reuniões e visitas para conhecer as propriedades com iniciativas de produção e transformação agroecológica, de forma transparente, construindo relações de confiança.

Nesse processo, ocorre a constituição de um território, pois, de fato, as interações política, econômica e social são efetivadas pela Rede Ecovida, através dos núcleos regionais e da certificação participativa, concretizando malhas, nós e redes. A malha é a conexão entre as diversas instituições, os nós são a Ecovida e as demais entidades e as ligações entre os diversos nós – entidades e associações – concretizam as redes. Esse sistema está organizado hierarquicamente, assegurando o controle sobre tudo o que se movimenta dentro e fora do território abrangido pelos núcleos.

Desse modo, ocorre a certificação participativa, a obtenção das informações, a verificação do cumprimento das normas e o aperfeiçoamento dos sistemas produtivos são realizados com o envolvimento dos produtores, técnicos e das organizações de assessoria, como a ASSESOAR, no sudoeste do Paraná.

No sudoeste do Paraná, no município de Francisco Beltrão, existe um núcleo da Rede Ecovida, parceiro da ASSESOAR e do CAPA, chamado Grupo Sudoeste, que contribui na conversão de algumas propriedades, na produção, comercialização e certificação dos produtos orgânicos produzidos a partir da agroecologia.

Os objetivos da Rede Ecovida são: a) desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; b) estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos; c) articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas; d) aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; e) estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; f) possuir uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade, isto é, *a certificação*.

Segundo Santos e Oliveira (2004), a certificação teve início no começo do século XX na França, onde pequenos produtores de vinho pretendiam diferenciar suas bebidas daquelas produzidas em maior escala através de processos industriais. Assim, criaram critérios que, hoje, são parte da certificação de produto conhecidas como *Marcas de conformidade*. Como exemplos, citamos: Denominação de Origem Controlada (DOC), Indicação Geográfica Protegida (IGP).

Segundo os mesmos autores, a certificação pode ser facultativa ou voluntária em alguns casos, compulsória ou obrigatória em outros. Isso depende do país, do produto em questão, do processo envolvido e, por fim, da legislação pertinente. Conforme a tabela abaixo, veremos as diferenças:

Tabela 1 – tipos de certificação de produtos e marcas de conformidade

Tipo de certificação	Diferencial do produto
Especialidade Tradicional Garantida	Matéria-prima e modo de preparo característicos.
Denominação de Origem Controlada	Forte influência do clima, solo, raças, variedades e saber fazer sobre o produto.
Indicação Geográfica Protegida	Influência parcial do clima, solo, raças, variedades e saber fazer sobre o produto.
Orgânica	Produção de acordo com as normas da agricultura orgânica.

Fonte: Rede Ecovida, 2004. Org.: GAIOVICZ, E.F., 2010.

A finalidade da certificação é atribuir um diferencial ao produto, processo ou serviço, a fim de obter vantagens para os produtores, tais como: agregar valor; permitir a entrada em novos mercados; diminuir a concorrência de produtos, processos ou serviços de menor qualidade; e estimular a melhoria contínua da qualidade. Possibilitar, ainda, vantagens aos consumidores: facilidade de distinção pela marca, economia de tempo e esforço, segurança e garantia (compromisso público de qualidade e diversificação da oferta de produtos de qualidade).

A certificação participativa é um sistema solidário de geração de credibilidade e o selo Ecovida é obtido após uma série de procedimentos realizados dentro de cada núcleo regional, onde ocorre a filiação à Rede, a troca de experiências e a verificação do Conselho de Ética.

Assim, segundo Santos e Oliveira (2004), para conseguir o selo da Rede Ecovida, são necessários: a integração na Rede e a solicitação da certificação, o preenchimento e encaminhamento do formulário para requerimento da certificação ao conselho de ética do núcleo, o qual analisa os formulários, visita a propriedade ou agroindústria, apresenta um parecer e o núcleo regional (des)aprova a certificação.

Em relação à agroecologia, Santos e Oliveira (2004) afirmam que é uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, o começo de um processo de grandes mudanças na base produtiva das propriedades, com incorporação de técnicas diferenciadas para correção dos solos, para o controle de "pragas", doenças e ervas "daninhas". Ocorrerão, ainda, modificações nas formas de organização dos agricultores para que possam superar e avançar contra as barreiras da industrialização e comercialização. Para a Rede (2010 s/d), não podemos:

[...] repetir os erros do passado recente, ou seja, sair da ditadura dos químicos para outra ditadura, dos orgânicos e nos deixarmos conduzir, apenas pela ótica do mercado. Dessa forma, os mesmos que exploram poluindo e contaminando com os agrotóxicos, continuarão explorando com a venda de insumos orgânicos e comprando produtos em nome do desenvolvimento sustentável. Sair dessa ciranda significa construir um caminho próprio e fazer dele um projeto de vida para agora e para as próximas gerações.

Dessa maneira, não caem novamente na ciranda de exploração imposta pela comercialização capitalista, pois além de comercializarem alimentos saudáveis, valorizam a cultura, o meio ambiente, o produtor e seu saber popular, a propriedade, a autonomia e as organizações associativas.

Percebemos que, através da agroecologia, com a Rede Ecovida, outras associações, grupos e cooperativas que apóiam a produção de alimentos saudáveis, aproximamo-nos do desenvolvimento territorial sustentável, com autonomia na agricultura familiar, produção e comercialização de alimentos saudáveis e preservação ambiental, mas, para atingirmos proporções de equilíbrio com outras formas de produção, ainda há muito que trabalhar.

ASSESOAR: Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

Conforme a direção da ASSESOAR (2010), no início dos anos 1960, um grupo de padres da Bélgica chegou ao sudoeste do Paraná com algumas idéias, animados pelo Concílio Vaticano II. Esse Concílio reuniu os bispos de todo o mundo e motivou uma grande renovação na Igreja Católica. Movidos por esse espírito de renovação, os padres

chegaram e encontraram muito trabalho na região sudoeste, na qual havia ocorrido, recentemente, a Revolta dos Posseiros, em 1957, quando os posseiros enfrentaram e expulsaram jagunços e companhias de terras, conquistando o direito definitivo sobre as terras. Os eventos foram organizados pelas comunidades populares, com apoio de diferentes setores da sociedade regional.

Havia muito para fazer nas terras do sudoeste, novas para os padres recém-chegados e para os colonos que vinham chegando, sobretudo do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Como transformar a fé em compromisso concreto em defesa da vida era o grande desafio da época. Algumas ações não eram funções da igreja, mas eram necessárias, para isso, surge a ASSESOAR.

A ASSESOAR teve seus Estatutos inscritos no Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, Curitiba, aos 17 de outubro de 1966. No dia 10 de fevereiro de 1966, foi realizada a assembléia de fundação da ASSESOAR.

Fundada por 33 jovens rurais, com o apoio de um grupo de padres, religiosos e leigos, empenhados no bem-estar da família do agricultor familiar, devido a necessidade de se estabelecer um serviço autônomo e organizado para diferentes iniciativas em desenvolvimento na região, implantado, desde 1962, pelos Missionários do Sagrado Coração de Jesus. Cabe aos agricultores associados assumirem sua direção, cuidar de seu destino e do trabalho que devem realizar. Os associados cumprem sua função através das Miniassembleias Municipais, da Assembléia Geral, do Conselho Diretor, do Conselho Administrativo e da Diretoria Executiva. O Conselho Diretor é composto por 24 sócios, o Conselho Administrativo por 10 e a Diretoria Executiva por 3 sócios.

A ASSESOAR *"tem por fins fundamentais, promover melhores condições de vida aos agricultores na lavoura e na pecuária e um maior desenvolvimento rural, de acordo com a doutrina Social Cristã"* (Estatutos, cap. I, art. 1º). Tais fins serão atingidos *"pela direta participação dos agricultores na associação através dos meios por ela promovidos"* (Idem, art. 2º). *"A educação e formação do homem do campo procurará atingir a todas as*

faces que dizem respeito à sua personalidade moral, religiosa e social e principalmente quando relacionada com as atividades profissionais propriamente ditas..." (Idem art. 3º).

Segundo Tonini (2008), engenheira agrônoma da entidade, a ASSESOAR foi fundada com o propósito de trabalhar com os agricultores familiares, com o foco na preservação do ambiente, na educação popular, na formação de sujeitos capazes de trilhar os caminhos de suas vidas e se organizarem.

Inicialmente, os serviços eram prestados considerando as necessidades pastorais e organizativas (sindicalismo e cooperativismo), pois os agricultores, recém-vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, enfrentavam graves problemas de legalização da propriedade, de escoamento e comercialização da produção.

O atendimento aos agricultores é feito por educadores e técnicos, que vai desde encontros de estudos, reflexões e debates da prática até a execução de determinadas práticas ligadas à vida profissional do agricultor.

Eram princípios iniciais da ASSESOAR: *a coletividade, a solidariedade, a união e o incentivo* para que os agricultores se organizassem de forma autônoma, (princípios que ainda hoje são referência na entidade).

Embasada nesses princípios, a ASSESOAR foi desenvolvendo programas de ações pastorais, sindicais e cooperativas, além de realizar capacitação técnica (1967), experimentação agrícola (1976), monitorias agrícolas (1977), monitorias domésticas (1977) e banco de sementes nativas (1984), buscando com isso tecnologias alternativas. Apoiou a luta pela terra (1981) e o associativismo (1985). Formou o quadro social (1984 e 1994), fez adequação tecnológica e educação rural através da Escola Comunitária de Agricultores (1991), da gestão de sistemas produtivos (1995), produção orgânica (1996) e desenvolveu um Projeto Vida na Roça (1996).

Implantou o crédito rural, com o Fundo de Crédito Rotativo (1989), e apoiou a implantação do Sistema CreSol-Baser (1995), uma cooperativa central do sistema CRESOL. Buscando sempre a comunicação popular através da cartilha Cambota (1973) e de recursos áudios-visuais.

Atualmente, a ASSESOAR localiza-se em Francisco Beltrão, no sudoeste paranaense, atuando de forma direta em 12 municípios e indireta em mais de 30. Para tanto, mantém relações de parceria e cooperação com outras entidades públicas, privadas e populares estaduais, nacionais e internacionais, atendendo aos seguintes municípios: Ampére, Barracão, Capanema, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Itapejara d'Oeste, Marmeleiro, Planalto, São Jorge d'Oeste e Verê.

Segundo Tonini, em entrevista realizada pela autora em 2008, iniciou-se um novo triênio, o plano para três anos de trabalhos da ASSESOAR, dividido em três eixos: *Agroecologia, gênero e sustentabilidade*, envolvendo basicamente a organização da produção agroecológica e organização das mulheres nos municípios, uma ação local.

No centro de educação popular, trabalham com processos formativos ligados às Universidades e com cursos e encontros realizados em outros espaços. A gestão e articulação institucional garantem a relação com outras entidades, tais como os sindicatos, as cooperativas de crédito e de produção, e também outras instituições estaduais, regionais e nacionais como, por exemplo, a Articulação Nacional de Agroecologia, a Rede Ecovida, as articulações de educação do campo, e a Abong (Associação Brasileira das ONGs).

Tonini (2008) afirma que, desde a fundação da ASSESOAR, procura-se trabalhar com a preservação ambiental, no início era mais formativa, mas, vai-se fortalecendo com a criação de vários grupos de agricultores que trabalham com sementes, adubação, agro-industrialização, e outros.

Quando a ASSESOAR foi fundada, havia uma equipe maior trabalhando, conseguindo, assim, acompanhar os grupos que, nos anos 1980, chamavam-se GSPs, (Grupos de Planejamento e Sustentabilidade), trabalhando com diversas áreas da produção, desde as sementes, a adubação verde, técnicas voltadas à proteção e conservação dos solos.

Segundo Tonini (2008), a preocupação com a agroecologia vem desde a fundação; antes, mais voltada à produção orgânica, levando até a constituição de uma certificadora da ASSESOAR, com um selo de produtos orgânicos. Com o tempo, percebeu-se que, além do produto, era necessário dar atenção especial às unidades de produção como um todo,

passando a trabalhar para o fortalecimento da agroecologia, associando outras redes de nível regional e nacional que possuem a mesma linha de produção, visando compreender o conjunto de relações da unidade de produção e o bem estar da família.

Ainda, segundo a agrônoma mencionada, os principais objetivos em apoiar a produção agroecológica são possibilitar autonomia ao agricultor e às *regiões*, preservar o ambiente, produzir alimentos saudáveis e de qualidade, além de gerar saúde e bem estar aos produtores e consumidores.

É preciso ter alimentos saudáveis não só para os agricultores mas para quem está na cidade, pois estes também necessitam de qualidade de vida. É isso que a ASSESOAR incentiva para toda região e não só para os agricultores (Entrevista com Fábria Tonini, 2008).

Atualmente, a ASSESOAR possui aproximadamente 250 associados, todos têm alguma prática agroecológica, mas destes, pouco menos de 70 são totalmente agroecológicos. Porém, o trabalho da ASSESOAR não é voltado apenas para os sócios, pois a maioria dos agricultores atendidos não são associados e dentre eles também há produtores agroecológicos.

Em relação à comercialização, a ASSESOAR não visa à exportação, pois a produção orgânica presente na agricultura familiar é bem diversificada e em pequena escala. O que é produzido em excedente como a soja e a pipoca do assentamento Missões é exportado através de uma empresa privada, porém, a ASSESOAR não trabalha diretamente com esse tipo de produção.

Segundo Fabro (2008), também engenheira agrônoma da ASSESOAR, há muito tempo esta entidade vem incentivando o processo de certificação participativa, —para que os agricultores garantam produtos livres de agrotóxicos— através de uma certificação complexa, pois a entidade está inserida no Sistema Participativo de Garantia de Conformidade (SPG), cujo objetivo central não é o lucro.

Para Tonini (2008), o que fortaleceu ainda mais a certificação participativa foi a Lei dos Orgânicos, no entanto, é necessário o registro das instituições certificadoras no

Ministério da Agricultura e, ainda, um técnico que se responsabilize pela questão jurídica, pois, de acordo com a lei, apenas o sistema de certificação participativa não é suficiente.

Para Fabro (2008), as perspectivas para a agroecologia no sudoeste são favoráveis, pois existe um movimento para resgate de sementes crioulas; para melhoramento genético de galinhas (crioulas), para produção de frutíferas agroecológicas, além do aumento na procura por alimentos saudáveis por parte dos consumidores. Há também turmas que debatem a agroecologia e o sistema de produção de leite (SISCLAF), buscando sempre uma produção mais sustentável.

CAPA: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

Conforme Vanderlinde (2002), o CAPA é uma organização não-governamental, ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Foi criado em maio de 1978, em uma conferência dos pastores regionais, como Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor, financiado por entidades da Alemanha e iniciou suas atividades em junho de 1978, na cidade de Santa Rosa/RS. Seu objetivo inicial era orientar, conscientizar, apoiar e acompanhar os pequenos agricultores através de reuniões, seminários de lideranças, seminários com jovens, palestras, cursos práticos, oferecendo alternativas e procurando manter o homem no campo.

Segundo Brose (2000), *apud* Vanderlinde (2002), em 1979, passou a se chamar Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e atuou em Santa Rosa até 1987, prioritariamente na realização de seminários regionais para o diagnóstico e discussão da realidade no espaço rural e iniciativas piloto em algumas propriedades. Em 1988, foram criados mais dois núcleos, um em Erechim e outro em Três de Maio, também no Rio Grande do Sul. Em 1994, fechou-se o núcleo de Três de Maio e ampliou-se a equipe técnica de Erechim, passando a atender o Norte do estado e o Oeste de Santa Catarina. A partir disso, redirecionou o seu enfoque para trabalhar com a “*organização dos produtores em grupos, associações e cooperativas, na agregação de valor à produção familiar e no fomento à agroecologia*” (VENDERLINDE, 2002, p. 80).

Os objetivos do CAPA são: apoiar o fortalecimento e união das famílias de agricultores para que eles, junto com outros segmentos da sociedade, participem no desenvolvimento baseado nos princípios de agroecologia e de cooperação através de experiências com produção, beneficiamento, industrialização e comercialização; desenvolver tecnologias viáveis, que sirvam de sinais de que o meio rural pode ser um espaço de vida saudável, de realizações e de viabilidade econômica para todos. Segundo o CAPA (2009), “[...] a luta é pela afirmação da agricultura familiar como parte de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável”.

Atualmente, o CAPA conta com 5 núcleos (Mapa 2), Erechim, Pelotas e Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul e, Marechal Cândido Rondon e Verê, no Paraná, através dos quais são atendidas aproximadamente 5.400 famílias, incluindo agricultores familiares, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais, tudo isso financiado pela Central Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento da Alemanha.

Mapa 2 – núcleos do CAPA



Fonte: <<http://www.capa.org.br/site/content/nucleos/index.php>>. Acesso em: 05 nov. 2010.
. Org.: GAIOVICZ, E.F., 2010.

No município de Verê, o CAPA iniciou suas atividades em setembro de 1997, atendendo, no sudoeste do Paraná, os municípios de Ampére, Itapejara d'Oeste, Marmeleiro, São Jorge d'Oeste e Verê. Os trabalhos da entidade estão concentrados em Verê, enquanto nos demais municípios o apoio dá-se de forma indireta, através de associações e de cooperativas, principalmente na construção da rede solidária de comercialização e de certificação participativa (Rede Ecovida).

De acordo com o CAPA, hoje, a agricultura familiar continua a enfrentar desafios. Para haver viabilidade na pequena propriedade é necessário que haja organização, preparo e persistência, além do

[...] respeito à diversidade – biológica, cultural, étnica e religiosa – ser fundamental para a manutenção da vida e para a construção de independência e de autonomia. Atualmente, o trabalho do CAPA atende agricultores familiares, agricultores assentados, quilombolas, indígenas e pescadores profissionais artesanais, organizados em grupos, associações comunitárias e cooperativas. Sua atuação se dá em diferentes regiões dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, por meio de cinco núcleos ligados em rede. As equipes técnicas, formadas por profissionais das áreas da agricultura, saúde, administração e comunicação, prestam assessoria na organização social e política, na formação e na produção econômica das famílias beneficiadas (CAPA, 2009, s/p).

Desde o início, o CAPA tentou contribuir para a prática social e de serviço junto às famílias agricultoras, como estratégia de desenvolvimento sustentável. Por isso, Vanderlinde (2002, p. 77) diz que,

[...] é possível concluir que o CAPA está empenhado em construir uma nova paisagem no meio rural. Uma paisagem que inclua a inserção responsável do homem sem necessariamente deteriorar este ambiente onde ele está inserido. Esta tarefa não é fácil e exige considerável esforço e sabedoria de todos os envolvidos nesta empreitada.

A revolução verde não resolveu o problema da alimentação, além de deteriorar o ambiente com o uso excessivo de agrotóxicos e substituiu a mão-de-obra humana por máquinas, inserindo o agricultor familiar numa dependência constante da indústria e do capitalismo, inviabilizando a sua sobrevivência no campo. O êxodo rural é a principal preocupação da ONG, pois, segundo Décio (2009), técnico agrícola do núcleo de Verê, *“ficam no meio rural apenas os idosos, que já não têm a mesma força para trabalhar, os jovens estão estudando e indo embora das propriedades, vendendo sua força de trabalho nas cidades”*.

É por esse motivo que a entidade oferece cursos de formação para produtores, realizados nas propriedades agroecológicas, buscando conciliar teoria e prática; após o curso os agricultores passam a receber visitas, para realização de diagnósticos da propriedade, de orientação e de implantação de atividades; a propriedade torna-se integrada, passando a receber assessoria permanente do Centro, com a única exigência de que participem das reuniões e das práticas em dias de campo.

A equipe técnica do CAPA é multidisciplinar, formada por técnicos e profissionais de várias áreas, prestando apoio aos agricultores familiares. Segundo Luchman (2008), ultimamente os trabalhos estão mais concentrados no município de Verê, onde as atividades de assessoria são realizadas diretamente com os produtores, enquanto, nos demais municípios, o apoio é de forma indireta, através de associações e de cooperativas, principalmente nas atividades de construção e fortalecimento da Rede Ecovida.

Além disso, o CAPA, através da assistência, acumulando experiências vivenciadas com as famílias acompanhadas, pretende ensinar e estimular o agricultor a “desintoxicar a terra”, preocupado que está com a garantia do sustento da família, com a saúde de quem produz e consome os alimentos; pretende auxiliar de diversas outras formas, tais como: na produção e incremento tecnológico, entendendo que é necessário fazer frente ao mercado consumidor exigente e à ansiedade de retorno financeiro por parte dos agricultores; no planejamento para que haja regularidade de ofertas exigidas pelo mercado consumidor; na comercialização, buscando atender as necessidades do produtor e as exigências dos consumidores, estabelecendo uma ligação entre agricultor-consumidor; na organização de grupos e formação de associações, assim como ocorre, em Verê, com a APAV.

No ano de 2000, o CAPA, atendia 5 famílias que produziam hortaliças agroecológicas, comercializadas diretamente com consumidores da cidade, mas como houve um aumento considerável da produção e esses consumidores não conseguiam absorver toda a produção, os produtores sentiram a necessidade de se organizar a produção e de espaço para comercialização. Assim, em parceria com o CAPA, fundaram a APAV.

APAV: Associação dos Produtores Agroecológicos de Verê

A APAV foi fundada com o apoio do CAPA, em agosto de 2001. Surgiu devido à necessidade de um espaço de comercialização de seus produtos sem agrotóxicos, diretamente ao consumidor. A APAV, atualmente, mantém um mercado na cidade de Verê, atendendo diretamente um grande número de consumidores conscientes, os quais têm um

bom relacionamento com os produtores, pondo em prática a essência da agroecologia, que envolve a sociedade preocupada com a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental.

Segundo Fritz (2008), com a assessoria do CAPA no município de Verê e com a APAV como um espaço de comercialização, além do apoio de outras entidades, a produção agroecológica do município fortaleceu-se, principalmente a hortifruti, que passou a ter destaque. Hoje, os principais produtos comercializados são hortaliças, frutas, grãos, doces, conservas, embutidos e derivados de leite; estes possuem certificação participativa, fornecida pela Rede Ecovida, por intermédio do CAPA.

Segundo Luchman (2008), a APAV, montou um sistema de comercialização em supermercados de Verê e municípios vizinhos (Dois Vizinhos e Francisco Beltrão – sudoeste do Paraná), com bancas próprias onde expõe seus produtos cujos preços definidos pela própria Associação. O supermercado apenas pratica a sua margem de lucro, o que é um avanço dentro desse tipo de estabelecimento, pois, muitas vezes, os produtores isolados são tratados de forma bruta e desumana. Outro fator importante é a participação em feiras da região e a montagem de sacolas entregues a domicílio. Outro canal de comercialização é o envio de hortaliças para a Feira Orgânica de Curitiba. Além da participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁵³, fornecendo alimentos saudáveis para várias entidades, a Associação possui uma cozinha no parque industrial do município, onde os produtos não comercializados *in natura*, no mercado da APAV, são transformados em geleias e conservas, e vendidos na própria associação.

Atualmente, a Associação conta com aproximadamente 70 sócios, dos quais, apenas 25 entregam produtos agroecológicos com regularidade; e os demais são sócios interessados em manter o mercado, pagando uma taxa no valor de uma saca de milho por ano; além disso, das famílias associadas, 30 produzem de forma agroecológica; a maioria delas, além de produzir hortaliças e frutas, têm como principal produto a uva agroecológica,

⁵³ Segundo o MDA (2010), o PAA foi criado em 2003, é uma das ações do fome Zero e tem como objetivo garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Visa também contribuir para a formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo.

com a qual fabricam vinho, vinagre, sucos e geleias, comercializados na APAV, com a venda direta ao consumidor e para a fábrica de sucos Viry da APROVIVE.

O intercâmbio entre produtores de associações regionais, estaduais e interestaduais, que há muito vem sendo estimulado nos grandes encontros da agroecologia, finalmente começa a ser praticado. É uma operação que ajuda a escoar a produção e proporciona maior variabilidade na oferta ao consumidor. Assim, as constantes experiências e tentativas de ajuste são necessárias para buscar o equilíbrio entre redução de custos de operacionalização sem perder o vínculo entre produtor e consumidor.

Quando observamos a APAV, percebemos que, além do respeito ao consumidor, há valorização cultural e ambiental, facilitando o contato direto com os produtos e também com os produtores. Isso permite estabelecer uma relação afetiva entre os envolvidos; pois os interesses dos consumidores e dos produtores são atendidos através da garantia do consumo de alimentos saudáveis.

APROVIVE: Associação dos Produtores Vitivinícolas de Verê

Em 2000, a empresa Sucoeste surgiu, em Verê, com o projeto de implantação de parreirais em algumas propriedades do município, comprometendo-se com a compra da uva e transformação desta em suco, mas, pouco tempo depois, a empresa faliu e os produtores ficaram sem apoio e sem ter para quem vender a produção. Como os investimentos nos parreirais já haviam sido realizados, os vitivinícolas foram forçados a construir uma alternativa e, com o apoio do CAPA e da APAV, instituíram outra associação. Assim, em 2002, surge a APROVIVE com o objetivo de utilizar a uva produzida.

Dois anos mais tarde, tendo como parceira a Prefeitura Municipal, foi construído o barracão e instalada a fábrica de Sucos Viry, para a qual é destinada a maior parte da produção de uva do município, cerca de 80%, transformada em suco de uva orgânico. O restante é comercializado *in loco*, na venda direta ao consumidor e na APAV, e/ou produzem derivados como geleia, vinho e vinagre para consumo próprio e para comercialização.

Inicialmente, em 2002, havia 25 famílias associadas dos municípios de Verê, Itapejara d'Oeste e São Jorge d'Oeste; atualmente, a associação conta com 17 famílias, destas, apenas 11 estão produzindo, 7 de Verê e 4 de Itapejara d'Oeste, fornecendo uva orgânica à fábrica. Em 2010, 6 famílias estavam em processo de conversão.

Durante o funcionamento (janeiro/fevereiro de 2010), a fábrica contava com aproximadamente 28 funcionários, distribuídos em três turnos, entre 05h30min da manhã e 14h00min e entre 14h00min e 23h00min. Os funcionários eram divididos nas atividades de produção e transporte, recebendo R\$40,00 por dia. Havia também alguns associados da APAV e do CAPA, para atuarem na organização e administração da fábrica.

Na APROVIVE, o produtor é responsável pelo transporte da sua produção, pela classificação da uva, obedecendo aos padrões de qualidade previamente indicados pela Associação. Dessa maneira, em 2010, 4 produtores desistiram de entregar a produção devido à baixa qualidade. O pagamento da uva ao produtor é feito por kg, R\$0,90 a francesa e R\$1,30 a bordô; já o pagamento do transporte é por km percorrido. Quando chega à fábrica a uva é armazenada em câmara fria até o processamento.

O processamento da uva é feito em várias etapas: a colheita, transformação em suco, engarrafamento, lacre da tampa, colocação do rótulo com data de validade e número de lote e, por fim, a comercialização, em geral a R\$3,00 a garrafa, com exceção da APAV que paga R\$2,00.

As sobras da uva (casca e semente) também são utilizadas na cozinha da APAV, acrescentando-se 1 kg de açúcar a cada quilo de casca é produzida a geleia, que é envasada e lacrada. O mesmo ocorre com a produção da polpa para suco, a qual é colocada em saquinhos e lacrada. Além disso, os produtos que não são comercializados na APAV também são transformados por uma equipe especializada, mantendo o padrão e a qualidade dos produtos transformados, os quais são conhecidos pelos consumidores e comercializados na Associação, em alguns mercados fora do município, como Curitiba, e para a merenda escolar.

Na última safra, 2009/2010, Décio, técnico agrícola do CAPA, que auxilia na organização da produção na fábrica, informou que a previsão de produção era de 50 toneladas de uva, o que originaria 70 mil garrafas de sucos com 500 ml, mas a grande quantidade de chuvas atrasou o amadurecimento e a incidência de abelhas ocasionou perda de mais de 60% da produção. No entanto, a previsão para a safra 2010/2011 é muito boa, pois os parreirais estão bem carregados e em condições climáticas favoráveis.

Apesar de o suco ter mercado garantido, a principal dificuldade enfrentada pela associação é a falta de colaboração por parte dos produtores, além da falta de matéria-prima em algumas safras. O que percebemos é que essas dificuldades podem ser superadas; como garante Décio (2010), *a fábrica está bem equipada e instalada* e, a partir do ano de 2011, começarão a comprar uva de outros produtores, que serão apenas fornecedores e não-sócios, desde que garantam que a produção seja agroecológica, o que é necessário para manter o padrão de qualidade.

CRESOL: Cooperativa de Crédito Rural e Interação Solidária

Segundo Schröder (2005), as fontes externas de recursos financeiros providos das cooperativas de crédito contribuem de forma decisiva no padrão de desenvolvimento rural, definindo as condições de manutenção do agricultor familiar em seu espaço de vida. Dessa maneira, o Sistema CRESOL é fruto da luta dos agricultores familiares por acesso ao crédito e, por uma vida digna e sustentável no campo.

Conforme a CRESOL (2010), as cooperativas nasceram das experiências do Fundo de Crédito Rotativo (FCR). Esse Fundo, financiado pela cooperação internacional (MISEREOR⁵⁴), foi criado na década de 1980 e início dos anos 1990, no sudoeste do Paraná, por um conselho de entidades populares da região. Na mesma época, na região

⁵⁴ MISEREOR foi fundada em 1958 como organização contra "a fome e a doença no mundo". Na sua função de agência de desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha, MISEREOR oferece uma cooperação em espírito de parceria a todos os homens de boa vontade para combater a pobreza a nível mundial, abolir estruturas de injustiça, promover a solidariedade com os pobres e perseguidos e contribuir para a construção de "UM MUNDO".

Centro-Oeste do Paraná, pequenos investimentos também eram financiados para grupos de agricultores familiares.

Dessas experiências com o crédito rotativo e com o propósito de difundir a utilização do crédito, surgem, em 1996, as primeiras Cooperativas CRESOL, sendo três no sudoeste (Dois Vizinhos, Marmeleiro e Capanema) e duas no Centro-Oeste (Pinhão e Laranjeiras do Sul) do estado do Paraná.

Segundo a CRESOL (2010), neste ano, a cooperativa possuía 78 filiais espalhadas pelos estados do Paraná e Santa Catarina, contando com 80.281 cooperados. Na Tabela 2, observamos a evolução da cooperativa desde 1996, ano de sua fundação, até 2010.

Tabela 2 – evoluções da Cooperativa CRESOL

Ano de análise	Números de cooperativas	Números de cooperados
1996	5	1.639
1999	28	11.316
2002	71	29.990
2005	59	34.340
2008	75	62.474
2009	76	76.375
2010	78	80.281

Fonte: Central Cresol Baser, 2010.

Conforme percebemos na Tabela 2, o número de cooperativas aumentou 15 vezes e, aproximadamente, 49 vezes o número de cooperados registrados nos 13 anos de funcionamento. A partir disso, podemos averiguar a importância da agricultura familiar na região Sul do Brasil que, até 1996, estava excluída do sistema financeiro tradicional.

Segundo a CRESOL (2010), as modalidades de crédito com recursos próprios da cooperativa buscam atender as demandas do quadro social, tanto na implantação e desenvolvimento de atividades financiadas ou não com recursos oficiais. Entre as modalidades de crédito com recursos próprios da CRESOL estão: a) Crédito investimento;

b) Crédito Custeio Agropecuário; c) Crédito pessoal; d) Créditos sociais ou conveniados.

Em cada modalidade de crédito, existem linhas específicas de financiamentos, como:

- Investimento na produção orgânica ou agroecológica:

(...) modalidade de crédito criada para estimular investimentos (mais de um ciclo produtivo) em atividades de produção que visam progressivamente à consolidação ou à (re)conversão de sistemas produtivos convencionais para base tecnológica agroecológica, visando dar maior sustentabilidade às unidades produtivas familiares (CRESOL, 2010)⁵⁵.

- Custeio na produção orgânica e agroecológica:

[...] criado para estimular a produção agroecológica, através de financiamentos em condições diferenciadas. Ao disponibilizar créditos para custeio de atividades agropecuárias visa-se à progressiva consolidação ou a (re)conversão de sistemas produtivos convencionais para base tecnológica agroecológica, visando dar maior sustentabilidade às unidades produtivas familiares. [...] Podem ser financiados produtos e serviços necessários ao custeio da produção animal e/ou vegetal, de acordo com proposta técnica simplificada apresentada junto a cooperativa, observando critérios de produção orgânica/agroecológica (CRESOL, 2010)⁵⁶.

No entanto, segundo a CRESOL (2010), para um agricultor familiar ter acesso a essas linhas de crédito, é necessário que possua algum tipo de certificação de produção orgânica ou agroecológica, ou então, que participe de algum programa (governamental ou não) de produção orgânica ou agroecológica.

De acordo com a entrevista realizada com o gerente da CRESOL de Verê (2010), primeiramente, para que um agricultor possa ter acesso aos financiamentos da CRESOL, ele necessita ser agricultor familiar comprovadamente, através de uma DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) que é fornecida pelo STR ou pela EMATER e, a partir disso, tornar-se um cooperado e requerer financiamento.

Na cooperativa de Verê, os agricultores são todos conhecidos, assim como suas propriedades, dessa maneira, quando o crédito requerido provém de recurso próprio da

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

CRESOL, o agricultor não necessariamente precisa ter certificação. No entanto, quando o crédito é de recursos oficiais, é exigido certificação, que pode ser o selo da Rede Ecovida, mas são necessários outros requisitos como: área para comprovar onde será investido; atender as especificações da linha de crédito; possuir capacidade de endividamento.

De acordo com os agricultores entrevistados do município de Verê, o acesso ao crédito não é facilitado como afirma o gerente; pelo contrário, por utilizarem insumos naturais na produção agroecológica, não obtêm nota fiscal de gastos com produtos, assim, o crédito não é liberado, buscando outras formas de financiamentos, principalmente aqueles que são parcialmente agroecológicos, utilizando-se da produção convencional para adquirirem financiamentos, porquanto, pagam juros mais altos para investimento agrícola e pecuário e/ou custeio agrícola e pecuário.

Ao analisar a função da CRESOL em relação à produção agroecológica, verificamos que há uma contradição entre o que é proposto pela cooperativa e o que realmente ocorre com os agricultores. O fato é que, os agricultores têm acesso ao crédito, mas não à linha voltada para produção orgânica/agroecológica, e sim, ao PRONAF, que todo agricultor familiar tem direito desde que comprove os requisitos anteriormente descritos. Por esse motivo, a cooperativa é citada como entidade parceira pela maioria dos agricultores agroecológicos estudados, embora façam críticas.

Considerações Finais

Com a ação das entidades parceiras da agroecologia citadas, podemos concluir que o que ocorre com elas é o que Dematteis (2008) chamou de territorialidade ativa, ou seja, há relações derivadas de ações dos sujeitos locais, o que objetiva a construção de estratégias de inclusão, na qual a territorialidade corresponde às mediações simbólicas, cognitivas e práticas entre a materialidade dos lugares e o agir social nos processos de transformação/adaptação territorial que se inscrevem no quadro da produção, da troca e do consumo. A partir disso, as relações estabelecidas ocorrem dentro de um campo de poder, neste caso, no município de Verê, entre a CRESOL, a EMATER, o CAPA, a APROVIVE,

a APAV e a Prefeitura Municipal, criando condições favoráveis à expansão da agroecologia no município.

Segundo Dematteis (2008), a territorialidade ativa é utilizada na construção de sistemas territoriais cooperativos, que se configuram como atores do desenvolvimento territorial local. Este sistema permite analisar a rede local de sujeitos que corresponde às interações entre os indivíduos em um território local, bem dispostos em Verê pelas relações entre os agricultores, a APAV e a APROVIVE, que servem de mediadores para a comercialização de seus produtos, além de construir atores coletivos que influenciam tendências na produção.

A metodologia proposta por Dematteis (2008) permite analisar o *milieu* local, ou seja, o conjunto de condições locais em que os agricultores agroecológicos trabalham individuais, coletiva e historicamente, interagindo com a rede local e com o ecossistema. Tudo isso comporta, ainda, que os agricultores estabeleçam relações extralocais, sejam estas realizadas individualmente, como acontece em Verê, com Iraci Zanin que comercializa vinhos, geleias e compotas de fabricação caseira em supermercados de Curitiba e Porto Alegre; ou, coletivamente, como fazem a APAV e a APROVIVE, que comercializam os produtos dos agricultores agroecológicos na Feira da Agricultura Familiar de Curitiba e nos supermercados de municípios vizinhos como Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, agindo, assim, como mediadores de comercialização, o que é valorizado pelos agricultores como algo positivo, pois mesmo que estabeleçam relações de poder, fortalecem a sua organização política.

Nas relações de poder são instituídas hierarquias, nas quais as malhas, nós e redes estão presentes. A malha, segundo Raffestin (1993), demarca e expressa limites de poder. No caso de Verê, os agricultores e as entidades são os nós locais de poder; a ligação visível/invisível entre eles dá origem às redes que podem ser locais e extralocais; a junção dos nós e redes origina a malha: isso pode ser exemplificado ao analisarmos o papel do CAPA, entidade que possui ligação com os agricultores bem como com a APAV e APROVIVE, mas, ao mesmo tempo, atende outros agricultores de outros municípios. A formação de malhas, nós e redes que ocorre em Verê, dá origem a um campo de relações de

poder, no qual, através da agroecologia, criam-se condições para o desenvolvimento territorial/local.

Compreendemos o desenvolvimento territorial no município, a partir da agroecologia, por meio de alguns elementos e processos expostos por Saquet e Sposito (2008), tais como: a) a articulação de classes e construção de redes locais e extralocais, como ocorre com os agricultores agroecológicos, através da produção e venda de sua mercadoria, efetivada nas ações da APAV dentro e fora do município; b) o caráter (i)material, relacionado com elementos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais, o que acontece através do respeito ao saber popular e do manejo do solo de maneira adequada para não degradar o ambiente; c) a produção de mercadorias (alimentos saudáveis) e a preservação da natureza com o uso de técnicas de conservação do solo sem insumos químicos; d) a valorização de pequenas e médias iniciativas produtivas, pois todos que produzem agroecologicamente têm seu lugar garantido no mercado consumidor e na APAV; e) valorização das identidades de cada agricultor familiar; f) a consideração do patrimônio de cada local; g) a organização política dos agricultores agroecológicos através da APAV e da APROVIVE, com auxílio do CAPA, buscando sempre autonomia; h) a diminuição das injustiças e desigualdades sociais, tornada possível através da agroecologia, pois além de proporcionar a inclusão social também permite o desenvolvimento territorial/local.

A partir da análise das entidades parceiras da agroecologia, em Verê, e de suas ações para com os agricultores agroecológicos, percebemos a importância e a preocupação dessas entidades com o fortalecimento da agroecologia, pois, além de proporcionar a produção de alimentos saudáveis, preserva a natureza com uso de técnicas alternativas de produção permitindo aos agricultores familiares, autonomia, qualidade de vida e inclusão social.

Referências

- ASSESOAR. *Histórico da Assesoar*. Disponível em: <<http://www.assesoar.org.br/>>. Acesso em: 23 nov. 2010.
- CAPA: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. *Nossa história*. Disponível em: <<http://www.capa.org.br/site/content/capa/index.php>>. Acesso em: 03 abr. 2010.
- CRESOL. *Comparativo das evoluções do sistema CRESOL*. 2010. Disponível em: <http://www.CRESOL.com.br/site/arquivos/conteudo_down/quadro_comparativo_2009.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2010.
- DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FRITZ, N. L. Agroecologia: O desenvolvimento no sudoeste do Paraná. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LUCHMAN V. Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor: experiências e desafios em agroecologia. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Programa de Aquisição de Alimentos*. 2010. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>. Acesso em: 17 nov. 2010.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. *Certificação participativa*. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>>. Acesso em: 23 abr. 2010.
- SANTOS, L. C. R.; OLIVEIRA, D. (Orgs). *CADERNO DE FORMAÇÃO: certificação participativa de produtos ecológicos*. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.
- SANTOS M. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SAQUET, M.A.; SPOSITO, E. S. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, A.F.; CARRIJO, B.R.; CANDIOTTO, L.Z.P. (Orgs.) *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SCHRÖDER, M. *Finanças, comunidades e inovações: organizações financeiras da agricultura familiar — o Sistema Cresol (1995 – 2003)*. São Paulo, 2005, 215 p. Tese (Doutorado/Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas.

VANDERLINDE T. *Capa: o jeito Luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do Brasil*. 2005. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/4986/3776>>. Acesso em: 05 abr. 2010.

Entrevistas

CAGNINI, Décio. *Produção agroecológica*. Entrevista concedida a Elaine Fabiane Gaiovicz, Verê, 05 de agosto de 2009.

SANTOS, Adão dos. *CRESOL: linhas de crédito para agroecologia*. Entrevista concedida a Elaine Fabiane Gaiovicz, Verê, 17 de novembro de 2010.

TONINI, Fábã; FABRO, Janete Rosane. *A ASSESOAR*. Entrevista concedida a Suzana Gotardo de Meira. Francisco Beltrão, 05 de novembro de 2008.

AGROECOLOGIA E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS: o caso do assentamento Conquista da Liberdade, Piratini, RS

Edinho Carlos Kunzler⁵⁷

Carmen Rejane Flores Wizniewsky⁵⁸

Resumo: este artigo aborda o processo de transformação espacial conduzido por agentes sociais representados pelo grupo de famílias do assentamento Conquista da Liberdade, no município de Piratini, Rio Grande do Sul. Buscando a efetivação estabilidade enquanto grupo social e a construção de melhores condições para o seu futuro e de seus descendentes, o grupo coletivo encontrou na *práxis* agroecológica um novo modelo de ser e agir enquanto agricultores familiares e, assim, um novo entendimento do seu papel frente ao homem e à natureza. Aqui são apresentados e discutidos alguns fatores que concorrem para tal transformação à luz das categorias de análise geográfica propostas por Milton Santos.

Palavras-chave: espaço; questão agrária; agroecologia; sujeitos.

Introdução

O desenvolvimento econômico do campo brasileiro, pautado pela industrialização, que induziu aos processos de cunho global e hegemônico no controle do espaço/tempo, constituiu no Brasil um modelo de ações e resultados diferentes daqueles que orientaram o desenvolvimento dos países de capitalismo avançado. Na agricultura brasileira, a concentração de terras, associada às políticas do Estado (como a Lei de Terras de 1850 e a intensificação da capitalização do campo a partir da década 1960), fez do latifúndio o parceiro ideal para o modelo de desenvolvimento capitalista desenhado pela elite.

O modelo de ocupação e produção espacial conduzido no Brasil produziu grandes excedentes de mão-de-obra, especialmente na agricultura, através da expropriação de famílias de agricultores. Esse processo, associado às pressões sempre crescentes do latifúndio e do sistema econômico fez eclodir a luta pela reforma agrária no país. Luta esta

⁵⁷ Aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria.

⁵⁸ Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria.

que veio a fomentar a luta pela terra, processo que segundo Mançano Fernandes (1988-1999), nascera com a implantação do latifúndio no país.

Assim, em 1985 nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, MST, buscando a unificação das lutas camponesas já dispersas pelo país. A partir de então, a pressão popular por justiça social no campo toma corpo através de mobilizações, manifestações e ocupações que fazem o problema da questão agrária brasileira emergir para toda a sociedade, ganhando apoio e simpatizantes por um lado, enquanto na via oposta erguem-se as forças conservadoras e reacionárias.

Dessas primeiras mobilizações surge o primeiro assentamento no país, no Rio Grande do Sul, na década de 1980. Para Martins (2003), este é um marco para a história da reforma agrária no país, já que traz as populações que lutam pela terra como protagonistas ativas do processo. E esse protagonismo permite às famílias assentadas a construção de um novo modelo de agricultura, em consonância com as suas demandas e voltada à permanência do grupo no campo. Fazendo dos agricultores os sujeitos do seu processo de desenvolvimento social, na medida em que recuperam à atividade cotidiana a consciência de que o verdadeiro sentido da reforma agrária passa também pela construção/recuperação de um modelo de agricultura sustentável, preocupada com a equidade social e ambiental. É este o princípio que norteia a ação das famílias assentadas no Conquista da Liberdade, em Piratini, que compõem a COOPAVA – Cooperativa Agrícola Vista Alegre Limitada – objeto de estudo dessa pesquisa.

Objetivos e procedimentos metodológicos

O presente artigo tem como principal objetivo compreender como a práxis agroecológica reorganiza o espaço do assentamento Conquista da Liberdade, no município de Piratini, Rio Grande do Sul. Assim, foram definidos três objetivos específicos. São eles: 1 – fazer uma reflexão teórica sobre a organização espacial a partir das categorias de análise espacial; 2 – apreender sobre o processo das transformações do espaço rural brasileiro e o papel da luta pela terra e da Reforma Agrária neste contexto; e 3 – compreender o processo de organização do trabalho coletivo no assentamento Conquista da

Liberdade, caracterizando seus sujeitos à luz das novas estruturas, formas e funções criadas a partir da *práxis* agroecológica.

Buscando o atendimento aos objetivos propostos, partiu-se para a construção de um enfoque histórico-materialista, através de pesquisa qualitativa estruturada em estudo de caso, que para Trivinos (2008, p. 133) “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente”. Nesse caso, a unidade estudada é o grupo coletivo que compõe a COOPAVA, no assentamento Conquista da Liberdade. Citando Bogdan, Trivinos (2008, p.134–135) distingue os diferentes tipos de estudo de caso, dos quais, para atender aos objetivos desse trabalho, definiu-se como melhor estratégia um modelo híbrido entre Estudos de Caso observacionais e Estudos de Caso denominado Histórias de Vida. Desse modo temos:

Estudos de Casos observacionais: [...] A técnica de coletas mais importante dela é a observação participante; [...] Estudo de Caso denominado História de Vida: geralmente, a técnica utilizada para investigar em ‘História de Vida’ é a entrevista semi-estruturada que se realiza com uma pessoa de relevo social (TRIVINOS, 2008, p. 135).

Tendo em mente as contribuições do referido autor, para que se elaborassem os procedimentos metodológicos também apoiou-se na leitura de Suertegaray (2005, p. 25) da Teoria Marxista, na qual diz que “o processo de produção consiste na socialização da natureza”, [...] entendendo-se esta como o processo de transformação da primeira natureza em segunda natureza pelo trabalho humano”. É esta a base fundamental do espaço geográfico, esmiuçada por Milton Santos. É a transformação da primeira natureza, a original/natural, em segunda natureza, artificializada, pelo trabalho humano.

Assim, os procedimentos adotados pela presente pesquisa, passam pelos seguintes estágios: 1 – levantamento bibliográfico sobre a literatura central do trabalho; 2 – observação participante desenvolvida no assentamento Conquista da Liberdade, a partir dos aspectos espaço/tempo do assentamento, processo de formação, seus sujeitos e sua organização produtiva, aspectos da vida sobre o prisma do “coletivo”; 3 – entrevistas semi-estruturadas com lideranças do assentamento e representantes de cada setor produtivo, e técnicos que prestam assistência; e, 4 – aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos assentados, que participam da cooperativa, para descrever aspectos sobre suas histórias de

vida, como o ingresso no MST, a vida a partir da implantação do assentamento, o trabalho, a produção e a qualidade de vida.

O modelo seguido foi o de estudo caso, definido por Flores, Gómez e Jiménez (1996, p. 92) como “un acontecimiento particular [...] que posea algún límite físico o social que lhe cofiera entidad”, tendo como principal instrumento, a observação participante, que segundo os mesmos autores “permite obtener información sobre un fenómeno o acontecimiento tal y con éste se produce” (1996, p. 149).

Foram realizados dois acompanhamentos ao grupo coletivo em momentos diferentes: em julho e em outubro de 2009. Durante estas acompanhamentos, foram realizadas entrevistas com os assentados, além do envolvimento direto no cotidiano do assentamento, inclusive com a participação em suas atividades, bem como foi possível registrar fotograficamente a variação sazonal das atividades do grupo. Todas as entrevistas foram gravadas em aparelho de áudio digital e posteriormente transcritas, permanecendo o conteúdo arquivado em disco rígido. As pessoas que concordaram em participar das entrevistas leram e assinaram o “termo de consentimento livre e informado”, mantendo-se o sigilo de seus nomes.

Consolidação da estrutura agrária e a questão agrária no Brasil

A mais importante marca do Brasil, enunciadora de sua característica atual de um país de altos contrastes, é a predominância do latifúndio, o que configura uma estrutura agrária concentradora e excludente. Tal peculiaridade, que tem sua origem na colonização do país, é condição fundamental para a produção da grande desigualdade social e concentração de terra e renda que assolam o país.

A história da formação do Brasil pode ser tratada como sendo o processo de sua ocupação e exploração pelo poder hegemônico. Como diz Moreira (2007, p. 70), “o domínio privado sobre o território nacional foi fundado no monopólio monárquico colonial do reino português”, o que para Flores Wizniewsky (2001) é a raiz do latifúndio brasileiro. Essa raiz permitiu que fosse desenvolvido no país o modelo de exploração latifundista de monoculturas, por meio do qual as grandes propriedades rurais se converteram em verdadeiras unidades de produção, fundamentadas na exploração de grandes quantidades de

mão-de-obra, o que tornava o plantio da cana-de-açúcar rentável, segundo a autora (2001, p. 60).

Nesse contexto, a estrutura introduzida pelos colonizadores incitou os processos de concentração e exploração que deram forma ao domínio privado do território brasileiro como um espaço local da produção internacional. As diferentes fases pelas quais o Brasil passou, da Colônia à República atual, em que pese os distintos ciclos econômicos norteadores de cada período histórico, a rigor, nunca alteraram essa característica do espaço brasileiro. O Estado, por sua vez, ao manter-se apenas como regulador econômico desse processo refutou o seu papel de agente responsável pela busca do equilíbrio social. Parafraseando De David (2005), pode-se dizer que os recursos disponibilizados pelo Estado sempre beneficiaram a classe hegemônica, o que historicamente acabou privilegiando os grandes proprietários e contribuindo para aumentar a concentração de terras no país. Pode-se dizer que a realidade atual da questão agrária brasileira é consequência das velhas funções do espaço, redefinidas por processos travestidos pela modernidade aparente da expansão das técnicas e do capital, mas que o fizeram de maneira a manter a estrutura concentradora de terra e renda.

Assim, no Brasil, o aspecto fundamental no seu processo de desenvolvimento do capitalismo é a presença do latifúndio em associação com o poder e interesses hegemônicos, em clara oposição ao fenômeno referenciado entre países tidos como avançados. Para Silva (2006, p. 17), duas são as causas que explicam esse efeito: herança colonial e características da legislação agrária do século XIX. Para a autora, no Brasil, o deslocamento da fronteira agrícola, impulsionada geralmente por interesses econômicos privados, ocorreu paralelamente “à expansão do latifúndio e à consolidação das oligarquias, gerando sociedades altamente hierarquizadas”. Esses fatores, associados à Lei de Terras, de 1850, que reconhecia a “base da estrutura de uso anterior da terra como direito de propriedade” constituíram “as raízes agrárias autoritárias do Estado brasileiro” (MOREIRA, 2007, p. 70-71). Dessa maneira, o poder do proprietário rural desvia-se do domínio sobre a mão-de-obra e passa para o domínio sobre a terra (BRUM, 1988; OLIVEIRA, 2004; MARTINS, 2004). Inicia-se aí, segundo Wizniewsky (2001, p. 91), o período das chamadas oligarquias rurais no Brasil.

Criaram-se, assim, restrições legais ao desenvolvimento da agricultura familiar no país, diferentemente do processo que norteou a colonização de países como os Estados Unidos, conforme aponta Martins (2004). Para esse mesmo autor, esse fato impôs sérios entraves ao desenvolvimento de um mercado interno mais robusto e manteve o direcionamento da produção das grandes propriedades (e de boa parte da economia brasileira, até os dias de hoje) voltada ao mercado externo.

O século XX, especialmente após a década de 1960, foi marcado pela incorporação de capital e recursos técnicos no campo brasileiro. É a chamada modernização do campo brasileiro. Uma modernização conservadora através de uma industrialização tardia, fomentada com recursos públicos a empresas privadas e grandes proprietários, o que aumentou ainda mais a concentração de terra e renda e as desigualdades sociais, sem as condições estruturais necessárias para que se criasse uma classe média rural, produtora e consumidora. Ao contrário disso, novas parcelas do território, agregadas ao sistema hegemônico, primeiramente na Amazônia, e depois no Centro-Oeste do Brasil, fortaleceram os laços do capital com o latifúndio, como aponta Brum (1988). Para esse autor (1998, p. 19), tal fato expressa o caráter de uma burguesia que nasceu e cresceu tutelada pelo Estado e nunca teve projeto histórico próprio.

Aproveitando-se dessa parceria vantajosa, o latifúndio entra o século XXI como uma forma moderna e dinâmica, mas oculta sob o processo de sua passagem do período escravista para o técnico-científico-informacional, uma estrutura que mantém relações arcaicas de dependência econômica dos recursos públicos e produtora de exclusão onde se instala. Segundo Santos e Silveira:

No caso brasileiro, a subordinação às lógicas globais é evidente não apenas pela presença dos atores hegemônicos, mas também porque estes se utilizam de objetos técnicos contemporâneos. E esse arranjo de objetos modernos acaba restringindo seu uso a um pequeno grupo de firmas e, portanto, induzindo a ações excludentes (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 131).

Foi ostentando a bandeira do desenvolvimento que as monoculturas se difundiram pelo espaço brasileiro. Tal modo de pensar e construir o interior do Brasil tinha em seu seio a ideia de que o progresso técnico subjacente ao processo de capitalização do campo seria

suficiente para produzir e distribuir a riqueza gerada. Mas, ao contrário disso, tal processo mostrou-se desde o início que não seria plenamente acessível a todos que nele se engajassem, justamente por estar condicionado a fatores dos quais poucos agricultores dispunham, especialmente condições financeiras para arcar com os custos da modernização.

Mas, amparado por um discurso de que essa era uma tendência irreversível, e que tal processo traria ganhos a todos envolvidos em toda a cadeia, da produção ao consumo, logo ganhou corpo e tornou-se o grande objetivo dos agricultores, inclusive dos agricultores familiares. Assim, para ser moderno, o agricultor precisava mecanizar sua produção, cientificar sua lavoura e/ou sua criação com a incorporação dos mais recentes avanços em pesquisas coordenadas por grandes grupos que dominavam o setor. Muitos foram aqueles que recorrem ao setor financeiro para conseguir acompanhar o processo de modernização, porém, poucos foram aqueles que conseguiram torná-lo rentável.

Para os agricultores que não lograram êxito em sua jornada modernizante, restaram-lhes as dívidas executadas pelas instituições financeiras, tirando-lhes em grande parte dos casos o seu único bem: a terra. Para aquelas famílias que não perderam a terra nesse momento, sempre houve as restrições quanto à permanência dos filhos trabalhando na mesma, basicamente devido ao mesmo problema: grandes famílias, com muitos filhos e que dispunham de pouca terra para garantir o sustento de todos. Em suma, esse é o resumo da trajetória de muitas das famílias que ingressaram nos movimentos de luta pela terra no Brasil. E é também parte da história das famílias que hoje compõem a COOPAVA, conforme afirmações dos assentados ouvidos, dentre eles EA2 e EA4. Assim, segundo Martins:

Dois temas pendentes da história brasileira continuam fortemente presentes em nossas inquietações sociais e políticas. O tema da escravidão e o seu tema residual, o da posse da terra. São temas inter-relacionados, relativos às duas grandes questões nacionais, situados em pólos cronológicos opostos: a questão do trabalho livre e a questão agrária. [...] É inócuo discutir a questão agrária sem situá-la como incontornável questão residual da solução que, no passado, a sociedade brasileira deu à questão do escravismo (MARTINS, 2004, p. 11–12).

Para o autor (2004, p. 136), a questão agrária brasileira nasce quando o “velho e flexível regime de sesmarias [...] foi substituído por uma lei que transferia o domínio do

território para o particular, juntando-o ao instituto da posse”. Ou seja, as condições para a concentração fundiária não só permaneceram inalteradas como foram aprofundadas. A política da colonização europeia subsequente nunca teve por objetivo estabelecer uma nova estrutura agrária no país, apesar de boa parte de tais imigrantes consistirem em agricultores familiares e reproduzirem aqui o modelo de relação social que trouxeram do velho continente, conforme aponta o autor (1992). A verdade é que as áreas destinadas à agricultura familiar foram criadas tendo-se em vista a preservação do latifúndio.

O direcionamento das políticas agrárias e agrícolas do Estado brasileiro, especialmente durante a modernização induzida na década de 1970, acrescentou um tempero extra na já grande tragédia social que representava para o país, até aquele momento, a opção pelo latifúndio e a submissão do trabalhador à sua estrutura de dominação. A questão agrária é hoje, não apenas uma questão de concentração de terras nas mãos de uma pequena minoria de grupos e empresas privadas. Ela é, também, resultado do desvirtuamento de um processo de transição econômica e social que relegou os trabalhadores à geração de excedentes artificiais para substituição dos escravos nas grandes lavouras, conforme afirma Martins (2004, p. 137).

Não por acaso, os movimentos pontuais de luta pela terra foram ganhando corpo pelo país e o processo de luta evoluiu para consolidação da necessidade de luta pela reforma agrária, que consiste em uma reforma estrutural, modificando não apenas a distribuição de terras, transferindo a renda da terra do capital para aquele que nela trabalha. Para Martins (2004), diferentemente dos países de capitalismo moderno, onde as elites compreenderam a importância das reformas, como criadora ou ampliadora do mercado interno, as elites brasileiras não tiveram esse entendimento. Assim como, segundo o autor, falta entendimento dos “militantes ideologicamente mais puros” para compreender o verdadeiro caráter da reforma agrária. Diz o autor (2004, p.140), “as reformas agrárias nos países capitalistas subdesenvolvidos constituem uma porta de entrada na economia moderna e capitalista. País capitalista faz reforma agrária capitalista”. Esta é a perspectiva que importa ao maior interessado na reforma agrária, o agricultor familiar, que alimenta o desejo de preservação (reprodução social) e crescimento do patrimônio familiar (acumulação).

Para Mançano Fernandes (1998-1999, p. 1), no Brasil “a reforma agrária é uma política recente, comparada ao processo de formação do latifúndio e da luta pela terra”. A luta pela reforma ganhou força apenas a partir da metade do século XX, com o crescimento das Ligas Camponesas, segundo o autor. Assim, com o início da luta pela reforma agrária intensificando a luta pela terra, em 1985 é formado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST – através da unificação das organizações camponesas, em Cascavel no Paraná. Iniciam então as mobilizações coordenadas pelo movimento no Brasil, reunindo as famílias expropriadas em acampamentos e estas participando de marchas, manifestações e ocupações a fim de chamar à atenção da sociedade e do poder público para a questão agrária.

O espaço da agricultura familiar e da agroecologia no assentamento Conquista da Liberdade

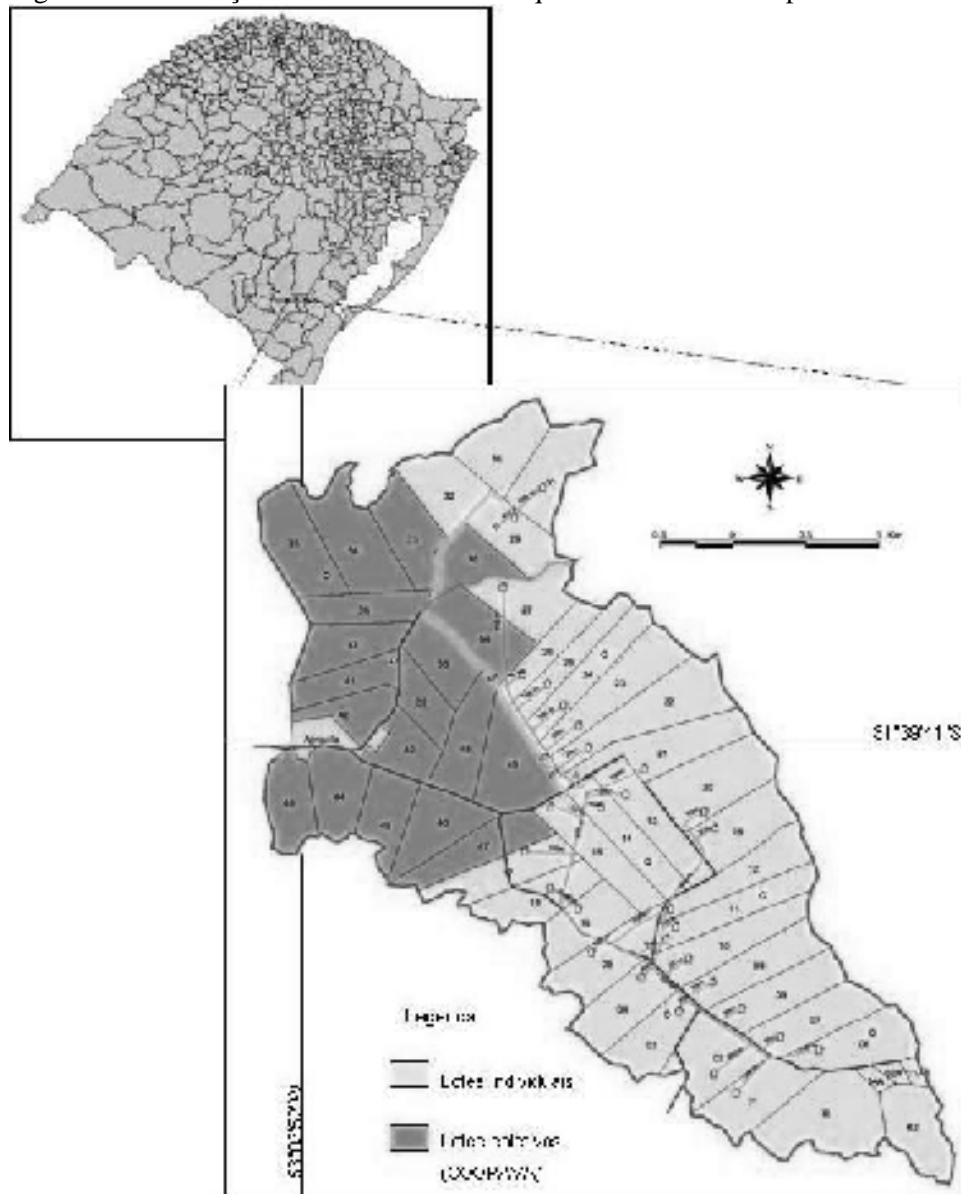
Neste contexto, durante a década de 1980 é criado o primeiro assentamento de reforma agrária (o 16 de Março) no país, no estado do Rio Grande do Sul. E inserido neste processo está o assentamento Conquista da Liberdade, no município de Piratini, também no estado gaúcho (ver Figura 1).

É nos assentamentos que os agricultores familiares expropriados vão buscar a realização de sua alternativa de vida. E é buscando este objetivo que o período que as famílias passam nos acampamentos do MST, além de dedicado às mobilizações, também se constitui num tempo de discussões políticas e descoberta de novas formas de organização social e produtiva. Tal organização tem por objetivo principal tornar viável economicamente e socialmente a constituição dos assentamentos. Essa tentativa de torná-lo produtivo não está associada somente às condições físicas de produção, senão principalmente às condições políticas de organização do trabalho. A organização interna do assentamento é tão ou mais importante para o seu sucesso do que as condições ambientais herdadas nos lotes de terra.

Estabelecido em fevereiro de 1992, o assentamento Conquista da Liberdade, com uma área de 1.232 hectares, recebeu inicialmente 50 famílias. A área pertencia anteriormente a uma empresa do conglomerado agroindustrial denominado CICA

Alimentos S/A e era destinada quase que exclusivamente à produção comercial de pêssegos⁵⁹. Entretanto, o processo de formação do grupo que viria a ser assentado na área iniciou antes mesmo de sua efetivação, ainda no acampamento, onde segundo EA5, “foi um período de bastante aproveitamento, de aprendizado, até porque o acampamento é um espaço que forma a consciência das pessoas”.

Figura 1 – localização do assentamento Conquista da Liberdade e parcelamento dos lotes.



Fonte: mapas cedidos pela COOPAVA, elaborados por CNEC Engenharia S/A e editados pelo autor.

⁵⁹ Os assentados mencionam também a prática anterior de outras atividades, como a criação de gado.

O grupo recebeu o estabelecimento já com vistas a elaborar um trabalho diferenciado, tendo como fator favorável a existência de uma estrutura prévia deixada pela antiga proprietária da área, condição esta pouco comum em outras áreas destinadas a projetos de reforma agrária. Assim, ao receber a terra, o grupo também obteve algumas estruturas físicas que lhe conferiam uma vantagem relativa, tais como construções (casas, refeitório, galpões), pomares e até mesmo estrebrias.

Estes são alguns dos fatores prévios que fazem parte do processo de constituição do assentamento Conquista da Liberdade, que está localizado às margens da rodovia BR-293, importante via de comunicação da região sul do estado do Rio Grande do Sul, no município de Piratini. Por estar localizado em uma região de características ambientais distintas da região de origem dos agricultores assentados, oriundos do noroeste do Rio Grande do Sul, a área representou um grande desafio para o grupo. Acostumados às atividades relacionadas ao cultivo da soja, na área recebida as características naturais logo impuseram um primeiro grande obstáculo ao grupo, que viu sua tentativa de reproduzir as condições produtivas do noroeste do estado fracassar logo na primeira safra.

O resultado negativo enfraqueceu a união do grupo coletivo inicial. As famílias que começaram a deixar o projeto coletivo receberam seus lotes nos fundos da área, no extremo leste do assentamento, como forma de desestimular as demais famílias a deixarem o grupo. No entanto, outras famílias deixaram o projeto coletivo e partiram para o modelo individual, geralmente por incompatibilidades entre interesses coletivos e individuais.

O grupo que permaneceu trabalhando coletivamente fundou a COOPAVA – Cooperativa Agrícola Vista Alegre Limitada – em agosto de 1995, já sentido a necessidade de formalização do seu processo de desenvolvimento social. A formalização da cooperativa representou, portanto, outra grande transformação pela qual o grupo passara após receber a terra. Por fim, após anos de trabalho no modelo de agricultura convencional, fazendo uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, e buscando a construção de um outro modelo de agricultura em conformidade com os seus objetivos e a sua organização, o grupo volta-se para a agroecologia. Tal processo contou com o apoio de técnicos e pesquisadores de várias

instituições, como da Universidade Federal de Pelotas e do Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores, entre outros.

Com a emergência da *práxis* agroecológica, o grupo cooperativado amplia as suas perspectivas quanto ao futuro. A associação com redes de comercialização de produtos orgânicos, geralmente destinados aos programas sociais que beneficiam classes de baixa renda, e a entrada no mercado de leite pasteurizado são marcas deste processo. E também garantem uma renda fixa mensal, uma grande conquista construída pelo grupo e exaltada por EA9. São tais conquistas que servem de base para os novos projetos que visam ampliar o leque de atividades e a rede de relações construídas pelo grupo.

Hoje, quando se analisa o assentamento Conquista da Liberdade, depara-se com um lugar que reflete um ideal. Ideal construído por pessoas simples e humildes em meio às lutas cotidianas de suas vidas. As novas dinâmicas introduzidas pelo grupo formalizaram novas formas e a paisagem se diversificou. O lugar passou a refletir as relações horizontalizadas constituídas com a participação dos agricultores na condição de sujeitos da sua existência, e não apenas como produtores rurais.

O planejamento e as ações do grupo definiram novas funções para velhas formas, em consonância com as características do ambiente e a disposição dos objetos. Um bom exemplo é o aproveitamento dos açudes deixados pela antiga proprietária da área, a CICA. Segundo relatos, a empresa praticava criação intensiva de gado de corte em um local elevado da área. Nessas condições, para levar água até as estrebarias eram empregadas bombas elétricas, já que os açudes foram construídos em áreas que possibilitassem um melhor aproveitamento das bacias de captação nas vertentes. O grupo coletivo, no entanto, optou por um manejo mais simples dos recursos, introduzindo a criação de gado leiteiro através do piqueteamento *Voisin*⁶⁰, aproveitando as pastagens nativas e também com a introdução de outras variedades. Os açudes existentes e os novos construídos pelo grupo são usados predominantemente na irrigação das hortas coletivas, aproveitando-se apenas a

⁶⁰ A introdução do pastoreio *Voisin* foi orientada pela UFSC. Neste sistema, a área de pastagem é dividida em pequenos lotes onde a cobertura de campo natural pode ser complementada por outras gramíneas e a rotatividade entre esses lotes garante o melhor aproveitamento do espaço e o tempo necessário para a recuperação da pastagem.

força da gravidade para o transporte da água. As antigas estrebarias foram desmanchadas e o material foi destinado para outros fins.

Olhar a paisagem nos lotes onde hoje o grupo coletivo desenvolve suas atividades orientadoras da ação da COOPAVA é deparar-se com uma das questões fundamentais da geografia sob influência de Santos (1997), as rugosidades do espaço. É difícil dizer o que é velho e o que é novo se nos deixarmos levar pela aparência dos objetos. Mas a dinâmica criada pelo grupo foi capaz de atualizá-los e reinseri-los num contexto social no qual a produção é voltada ao mercado vizinho. É também uma marca da reforma agrária, na opinião de um dos assentados que não quis ser entrevistado formalmente. Um exemplo é o antigo pomar, mas existem muitos outros por toda a área: os prédios comunitários⁶¹; os açudes, hoje voltados à irrigação das hortas e criação de peixes. Enfim, uma infinidade de readequações com vistas a atender as demandas do grupo.

Demandas estas que não estão mais restritas apenas internamente. A ação dos sujeitos na busca pela efetivação do espaço do assentamento como um verdadeiro lugar da reforma agrária criou uma rede de fluxos com os mercados dos municípios vizinhos até então inexistente com a exploração comercial conduzida pela antiga empresa proprietária da área. A pequena indústria de pasteurização de leite, iniciada com timidez, hoje é a principal conquista do grupo e da Cooperativa. Falando em números, na primeira entrega, foram transportados 100 litros de leite; destes, 60 litros retornaram. Hoje, a demanda gira em torno de 5.000 litros por semana, distribuídos nas segundas e quintas-feiras nos municípios de Pinheiro Machado, Piratini e no refeitório da usina termoelétrica de Candiota, sendo este o maior cliente individual.

Assim, o espaço-tempo do grupo coletivo do assentamento Conquista da Liberdade, apesar de não ser isolado da esfera exterior (porque não há como), não está a ela subjugado, alienado. Trata-se, virtuosamente, de uma conjugação de temporalidades nas quais a busca pela estabilidade interna conduz os sujeitos a novos desafios. Esses desafios são cuidadosamente discutidos, calculados, pensados e medidos para que cada passo possa ser

⁶¹ A sede da Coopava, a mercearia, o salão de festas, os galpões das máquinas, enfim, todas as construções, à exceção dos lares das famílias, são de propriedade da Cooperativa. Se alguma família desejar sair do grupo coletivo, é feito o levantamento patrimonial e esta família recebe um valor relativo à sua participação na Cooperativa.

dado com firmeza em seu objetivo. Não há a corrida incessante atrás de uma racionalidade que os leve a competir em condições de igualdade com um mercado dominado por grandes corporações. Mas há uma ideia de que o processo de desenvolvimento comunitário deve significar também a criação de novas possibilidades para aqueles que dele participam.

É este o princípio que norteia as novas funções pensadas para o lugar. Os projetos futuros exigirão a criação de novos fluxos, gerarão novos fluxos e estabelecerão novas dinâmicas. Novas formas serão adicionadas ao espaço e a estrutura do lugar seguirá seu processo de mudança. Da produção primária, base de sustentação inicial no assentamento, o futuro seguirá o caminho da agroindústria, já que como EA1 afirmou, o limite da produção primária foi atingido. E esse novo passo, em direção à industrialização e artificialização do espaço tem sido constantemente debatido por todos.

A busca pela afirmação da Cooperativa através da definitiva introdução da agroindústria, embora represente um crescimento na artificialidade do cotidiano do grupo, também significa a pretensão do grupo em continuar operando o sistema no qual se insere de forma propositiva, tomando a iniciativa do que fazer e de como fazer. A sua lógica de permanência na terra e de liberdade das esferas dominantes do grande capital, o abatedouro, juntamente com a ampliação da indústria de laticínios, fomenta perspectivas de que o assentamento Conquista da Liberdade, sede da COOPAVA, continuará sendo o lugar do mandar. A inserção desse novo objeto, apesar de cobrar a dinâmica operacional que toda indústria exige, não significa que o grupo estará mudando sua orientação de defender os preceitos agroecológicos. Ao contrário, a capacidade planejada se insere na perspectiva de produzir para complementar renda e atuar diretamente no auxílio ao desenvolvimento da agricultura familiar da região, buscando sempre os mercados vizinhos.

Algumas considerações

São estas as bases em que estão arraigadas os sonhos e as esperanças do referido grupo. Acreditando na viabilidade do seu sonho, o grupo hoje representado pela COOPAVA é um exemplo concreto de que a legitimidade e completude do desenvolvimento se dão quando este não é restrito apenas ao seu espectro econômico. É

notável o fato de que famílias cujos bens foram perdidos e que conheceram de perto o aparelho repressor do Estado, hoje conduzem sua própria existência de forma independente, reconstruindo seu espaço e incorporando outros agentes à sua proposta. A estabilidade econômica foi alcançada juntamente com a capacidade de preservação dos recursos ambientais.

No entanto, a sua luta contra o poder dominante e opressor do capital não está vencida. É preciso planejar o futuro da comunidade representado pelos seus filhos. Construir e manter uma proposta de uma nova sociedade exige atenção constante, dedicação cotidiana e, acima de tudo, compromisso com a causa. Enquanto o sistema dominante continuar alijando de famílias o seu único bem e sua fonte de sustento, a luta pela construção de um país mais justo vai continuar. E a COOPAVA tem servido de uma boa mostra de que o progresso da agricultura capitalista brasileira não é sinônimo de extinção desta ou daquela forma de trabalho.

A Cooperativa age, assim, como uma estrutura maleável, capaz de fomentar a diversidade, enquanto atende aos anseios racionais do agricultor familiar. O progresso material não se justifica por si mesmo, mas surge como resultado de um trabalho comprometido com uma orientação política distinta daquela que os expulsou de suas antigas propriedades familiares. Por ser um projeto coletivo, o agricultor não assume sozinho os riscos da jornada empreendida, mas sabe que assim como ele depende do trabalho e participação dos outros cooperados, os outros dependem dele.

A COOPAVA tem conquistado importantes vitórias em sua trajetória. Os erros do passado ensinaram ao grupo a importância do planejamento, da discussão, da união em torno de um projeto desenhado coletivamente. E o futuro próximo cobrará do grupo essa experiência e esse debate. Ademais, tomando as palavras de Martins (2004) ao dizer que país capitalista faz reforma agrária capitalista, pode-se seguir no mesmo rumo para dizer que toda a organização do grupo coletivo foi desenvolvida buscando a sua racionalização e inserção no mercado. Porém, como se pode vivenciar e aqui foi discutido, tal inserção não tem por objetivo assumir o controle do mercado ou à busca do lucro máximo, mas trata-se na verdade da criação de condições para a sua reprodução social e a manutenção de sua estabilidade enquanto grupo coletivo, com objetivos e propósitos definidos para o futuro.

Portanto, são os fatores social e ambiental que coordenam os fatores produtivos e econômicos neste modelo, e não a hierarquia inversa, imposta pelo modelo hegemônico.

Dessa maneira, o espaço atual do assentamento Conquista da Liberdade, especialmente aquele onde a Cooperativa é agente atuante, é um espaço que não foge às demandas do sistema no qual está inserido. No entanto, possui um viés social e ambiental que o torna singular frente à homogeneização promovida pelo capital, que faz do lugar o verdadeiro *locus* da oportunidade e da efetivação de um projeto de sociedade em equilíbrio com o seu meio. E é tendo isso em mente que os próximos passos vêm sendo meticulosamente mensurados pelos assentados do grupo coletivo, para permitir que a COOPAVA signifique de fato e definitivamente a sua Conquista da Liberdade.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, 275p.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, 110p. (Síntese Universitária, 54)

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In LEITE, Sérgio (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 95 – 120.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 223p.

BORBA, Marcos; GOMES, João Carlos Costa. Limites e possibilidades da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. In: *Ciência e ambiente*. Santa Maria, n. 29, jul./dez. 2004, p. 5–14.

BRANDENBURG, Alfio. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora da UFPR, 1999, 326p.

BRUM, Argemiro Jacob. *Reforma agrária e política agrícola*. Ijuí: UNIJUÍ Ed., 1988. (Coleção Ciências Sociais, 6)

CATAIA, Márcio Antonio. As desigualdades e a tecnificação do território brasileiro. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Ensaio de geografia contemporânea*. Milton Santos: obra revisada. São Paulo: Editora Hucitec, 2001, p. 170 – 177.

DE DAVID, César. *Estratégias de reprodução familiar em assentamentos: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS*. 218f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

ESTERCI, Neide; MEDEIROS, Leonilde; et. al. (org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

FERNANDES, Claudemar Alves. *Retratos discursivos do sem-terra*. Uberlândia: EDUFU, 2007. 188p.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In MEDEIROS, Leonilde; et. al. (org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p 29–48.

FLORES, Javier Gil; GÓMEZ, Gregorio Rodrigues; JIMÉNEZ, Eduardo García. *Metodología de la investigación cualitativa*. Maracena: Ediciones Aljibe, 1996. (Biblioteca de Educación)

FLORES WIZNIEWSKY, Carmen Rejane. *Reforma agraria y asentamientos en Brasil: el caso de los asentamientos de reforma agraria en Capão do Leão, RS*. Tomo 1. 329f. Tese (Doctorado em Geografia y Ciencias del Territorio). Universidad de Córdoba, Espanha, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, M. da G. (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003. p.13-32.

GRAZIANO DA SILVA, José. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária na década de 90*. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 137–143.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Origen, evolución y perspectivas del desarrollo rural sostenible. In: *Tecnología y desarrollo rural sostenible*. 18 a 22 de septiembre de 1995. Porto Alegre: UFRGS. p. 1–11.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. *O que é psicologia social*. 9 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991, 206p.

MANÇANO FERNANDES, Bernardo. Brasil: 500 anos de luta pela terra. In: *Reforma agrária*. vol. 28/29, n. 1, 2 e 3. jan./dez; jan./ago. 1998–1999. p. 1–12.

_____. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. *XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa, 2002. Disponível em: <http://capacitationapn.com.ar/cfycap/descargas/sociologia/agricultura_camponesa.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2009.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

_____. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. 1 ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2004, 173p.

MOREIRA, Roberto José. Configurações de poderes urbano-rurais: fragmentos de discursos e práticas. In: MARAFON, Glaucio José; et. al. (orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 67–96.

NAVARRO, Z. Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais – o caso do assentamento Nova Ramada (estado do Rio Grande do Sul, Brasil). In: *XIX Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, MG, outubro de 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Editora Ática, 1986, 88p. (Série Princípios)

_____. *A geografia das lutas no campo*. Conflitos e violência. Movimentos sociais e resistência. A “nova república” e a reforma agrária. São Paulo: Editora EDUSP, 1988. (Coleção Repensando a Geografia).

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (coord.). *A questão agrária na década de 90*. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 45–67.

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, João Pedro (coord.). *A questão agrária na década de 90*. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 105-136.

SANTANA, Paola Verri de. Da socialização à mundialização da natureza. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Ensaio de geografia contemporânea*. Milton Santos: obra revisada. São Paulo: Editora Hucitec, 2001, p. 47–54.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Editora Nobel, 1985, 88p. (Coleção Espaços).

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, 189p.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, 308p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2001, p. 118–141 / 247–277.

SCHNEIDER, Sérgio. Abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In: *Sociologias*. Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan./jun. 2004, p. 88–125.

_____. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, 205p.

SILVA, Ligia Osorio. Latifúndio e construção do Estado. Brasil e Argentina no século XIX. In: *Ciência e ambiente*. Santa Maria, n. 33, jul./dez. 2006, p. 17–28.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma teoria geográfica da sociedade: razão global e razão local. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Ensaio de geografia contemporânea*. Milton Santos: obra revisada. São Paulo: Editora Hucitec, 2001, p. 63–72.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre epistemologia da geografia. In: *Cadernos Geográficos*. Publicação do Departamento de Geociências – CFH/UFSC. n. 12. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.

STÉDILE, João Pedro; Frei Sérgio. *La lucha por la tierra en el Brasil*. Comité de Apoyo al MST de Barcelona. s/d.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3 reimpr. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais*. 1 ed., 17 reimpr. São Paulo: Editora Atlas, 2008. p. 116–175.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *XX Encontro Anual da ANPOCS*. GT 17. Processos Sociais e Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Outubro 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare/15.htm>>. Acesso em: 10 mar 2009.

WIZNIEWSKY, José Geraldo. *Los asentamientos de reforma agrária y la perspectiva de la agricultura sostenible: los casos de Hulha Negra y Piratini; Rio Grande do Sul; Brasil*. 394f. Tese (Doctorado en Agroecología, Sociología y Estudios Campesinos) – Universidad de Córdoba, Espanha, 2001.

PRODUÇÃO DE ARROZ ORGÂNICO COMO VETOR DE TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM ASSENTAMENTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE / RS⁶²

Christiane Senhorinha Soares Campos⁶³

Rosa Maria Vieira Medeiros⁶⁴

Resumo: este artigo tem como objetivo analisar as transformações socioespaciais em curso em assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre, decorrentes da atuação da cadeia produtiva do arroz ecológico que vem se construindo na última década. A produção do arroz, orientada pelos princípios agroecológicos, exige uma transformação radical do papel dos/as agricultores/as no sentido inverso ao que foi imposto pela revolução verde. Ou seja, as pessoas precisam deixar de serem meras consumidoras de pacotes tecnológicos para se tornarem efetivamente produtoras de alimentos, de inovações, de conhecimento. Neste artigo evidenciamos a evolução desta cadeia produtiva numa perspectiva histórica e espacial, analisamos os conflitos que engendra em múltiplas escalas e as mudanças que promoveu na paisagem e na dinâmica social de algumas áreas de assentamentos. Discutimos também o potencial de crescimento e a importância do mercado institucional para a expansão desta produção de arroz orgânico. Os trabalhos de campo e os dados secundários levantados por análise documental nos permitem constatar que a expansão desta cadeia tem produzido significativas transformações socioespaciais nos assentamentos que podem ser lidas na paisagem, visualizadas na configuração territorial e identificadas na relação ser humano-natureza.

Palavras-chave: cadeia produtiva do arroz ecológico; assentamentos; transformações socioespaciais.

⁶² Este artigo analisa resultados preliminares do projeto de pós-doutorado do PNPd-Pós-Geografia-UFRGS intitulado “Cadeia produtiva do arroz ecológico dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: análise territorial e ambiental”, sob a coordenação da prof^a. Rosa Medeiros. A pesquisadora Christiane S.S. Campos foi bolsista de pós-doc do projeto entre dezembro/2010 e março/2011.

⁶³ Economista, Doutora em Geografia, professora adjunta do Depto. Administração - UFSM/CESNORS. Pesquisadora colaboradora do NEAG-UFRGS. E-mail: chris_senhorinha@hotmail.com

⁶⁴ Professora adjunta do Depto. de Geografia/IG/UFRGS e do PPG-Geografia da UFRGS. Coordenadora do Núcleo de Estudos Agrários (NEAG) e coordenadora do projeto de pós-doutorado sobre esta cadeia do arroz ecológico. E-mail: rmvmedeiros@yahoo.com.br

Introdução

Na região metropolitana de Porto Alegre, embora economicamente sejam predominantes atividades urbanas vinculadas aos setores de indústria e serviços, observa-se a permanência de um espaço rural amplo, em que a produção agrícola, particularmente de arroz, é bastante relevante na economia de vários municípios. Considerando-se o conjunto da região metropolitana, é significativa a extensão espacial das áreas ocupadas pela rizicultura e são grandes também os nocivos impactos ambientais que engendra. Nesse sentido, a implementação e expansão de uma cadeia produtiva de arroz ecológico nos assentamentos desta região implica em uma série de conflitos com diferentes atores e resulta na construção de novas territorialidades.

Este artigo discute os resultados preliminares da análise territorial desta cadeia produtiva do arroz ecológico que vem se construindo em assentamentos rurais dos municípios da região metropolitana de Porto Alegre e entorno na última década. Trata-se de uma experiência inovadora tanto em termos tecnológicos quanto nas dimensões socioeconômica, cultural e ambiental. Isso porque ao participarem da cadeia produtiva as famílias agricultoras rompem não apenas com um padrão de produção agrícola dependente de insumos externos, mas constroem novas relações socioespaciais.

Esta cadeia também configura-se em um relevante objeto de pesquisa por estar demonstrando a viabilidade de uma produção agroecológica em larga escala e envolvendo múltiplos atores, desmistificando a noção sedimentada no senso comum que agricultura ecológica só é viável como uma atividade de “fundo de quintal”. Conforme informações da assistência técnica dos assentamentos, esta cadeia já se constitui na maior experiência de produção ecológica de arroz da América Latina.

A produção do arroz nesta cadeia, orientada pelos princípios agroecológicos, transforma radicalmente o papel das famílias assentadas envolvidas, que deixam de ser meras consumidoras de pacotes tecnológicos disponíveis no mercado e se tornam responsáveis por gerar inovações, atuando como observadoras e pesquisadoras na lavoura, o que propicia o desenvolvimento de uma nova relação com o ambiente. Do ponto de vista socioeconômico as famílias contribuem diretamente na tomada de decisões tanto no

processo de produção, quanto de armazenamento, beneficiamento e comercialização e ampliam a rede de relações com atores públicos e privados em múltiplas escalas – local, regional e nacional – tanto para negociar investimentos, ampliar mercado, quanto para trocar experiências e produzir inovações. Neste sentido, a cadeia produtiva promove impactos significativos no que Santos (1996) define como os dois componentes do espaço: a configuração territorial e a dinâmica social.

Em uma década a área envolvida na produção de arroz ecológico desta cadeia passou de sete hectares, em dois assentamentos, para mais de 3.000 hectares, em 11 assentamentos, e o número de famílias envolvidas aumentou de uma dezena para quase 400. Mas, em que pese essa significativa expansão a cadeia produtiva ainda tem muito para crescer, uma vez que abrange apenas 1/3 das famílias assentadas na região metropolitana de Porto Alegre e entorno e todos os assentamentos da região possuem áreas propícias à produção de arroz.

Neste artigo se evidencia o crescimento desta cadeia, os conflitos que engendra tanto dentro quanto fora dos assentamentos. Analisamos os diferentes estágios em que as famílias produtoras se encontram no processo de transição agroecológica, bem como as transformações socioespaciais decorrentes desta produção de arroz orgânico.

Os trabalhos de campo, que incluíram entrevistas com produtores/as e técnicos e observação de várias áreas de lavoura orgânica e convencional, bem como a análise documental, nos possibilitaram constatar que a cadeia produtiva do arroz orgânico vem produzindo significativas transformações socioespaciais nas áreas de reforma agrária da região metropolitana de Porto Alegre. E estas transformações podem ser lidas na paisagem das lavouras, visualizadas na configuração territorial de alguns assentamentos e identificadas na relação diferenciada das famílias produtoras com o ambiente.

Características da rizicultura gaúcha e os conflitos com a produção orgânica dos assentamentos

O estado do Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz do Brasil. Dados do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) apontam que na última década a área plantada no estado correspondeu, em média, a 1/3 da área cultivada no país e a produção, em toneladas, à metade do montante nacional, o que indica que as lavouras gaúchas têm uma produtividade elevada para os padrões brasileiros. Segundo informações da Companhia Nacional de Abastecimento, na safra 2010/2011 o Brasil produziu em torno de 13,8 milhões de toneladas de arroz, deste total 8,8 milhões de toneladas foram produzidas no Rio Grande do Sul, o que significa que o estado foi responsável por aproximadamente 60% da produção deste grão no país.

No que tange a estrutura fundiária a produção de arroz gaúcha ocorre sobretudo em áreas arrendadas. Conforme Chelotti e Castanho (2006), a produção de arroz no RS surgiu em regiões em que predominava a pecuária e uma estrutura fundiária concentrada, de modo que a rizicultura se consolidou por meio do arrendamento capitalista das áreas de lavoura.

A lavoura orizícola caracteriza-se no Rio Grande do Sul sob a forma de arrendamento capitalista. Desta maneira a lavoura orizícola organizou-se basicamente a partir de três classes sociais: proprietários fundiários, os capitalistas arrendatários e os assalariados rurais (CHELOTTI e CASTANHO, 2006, p. 5).

Na região metropolitana de Porto Alegre também predomina a produção por meio do arrendamento capitalista. Dados do IRGA indicam que em alguns municípios metropolitanos mais de 70% do cultivo do grão ocorre em áreas arrendadas. A produção de arroz do Rio Grande do Sul também se caracteriza pelo predomínio de lavouras irrigadas e do uso intensivo de máquinas e insumos industrializados, incluindo pesticidas e fungicidas geralmente aplicados por meio de aviões. Desse modo, a orizicultura é uma atividade econômica que gera cada vez menos empregos, mas, em contrapartida, produz crescentes impactos socioeconômicos e ambientais.

O Brasil é atualmente o maior mercado de agrotóxicos do mundo. De acordo com dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, nos últimos 40 anos o

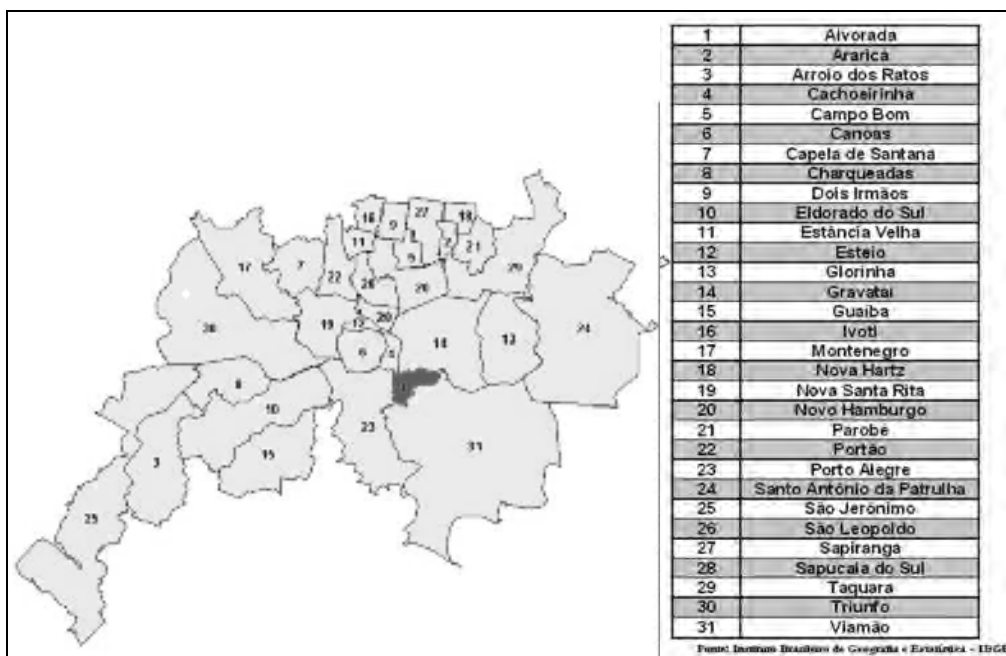
consumo de agrotóxicos no país cresceu 700%, enquanto a área agrícola cresceu 78%. E o potencial de crescimento desse mercado ainda é muito grande uma vez que os produtores brasileiros consomem uma quantidade pequena de agrotóxicos quando comparados com o consumo de outros países. O Rio Grande do Sul é o terceiro maior consumidor de agrotóxicos do Brasil, ficando atrás de São Paulo e Paraná.

Levando em conta estas características constata-se que a implementação de assentamentos em municípios produtores de arroz engendra uma série de transformações na orizicultura. Isso porque o processo de assentamento gera o parcelamento das áreas anteriormente cultivadas de forma contínua e o maior controle dos órgãos públicos fundiários e ambientais nas áreas de reforma agrária dificulta o arrendamento e a exploração predatória dos recursos naturais. E todos os assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre localizam-se em áreas propícias ao cultivo de arroz irrigado.

As transformações territoriais e ambientais no espaço rural desta região metropolitana adquirem uma proporção e intensidade ainda maior à medida que os assentamentos inovam por meio da produção ecológica do produto. A mudança na forma de produção contraria interesses de distintos agentes que lucram com a dependência dos agricultores dos pacotes tecnológicos e das redes convencionais de armazenamento e comercialização. Assim, o conflito entre o arroz orgânico e convencional se territorializa, se expressa na paisagem.

Como se pode observar na Figura 1, a região metropolitana de Porto Alegre é formada por 31 municípios e em oito destes existem assentamentos: Capela de Santana, Charqueadas, Eldorado do Sul, Guaíba, Montenegro, Nova Santa Rita, São Jerônimo e Viamão.

Figura 1 – municípios da região metropolitana de Porto Alegre



Os primeiros assentamentos da região foram realizados na segunda metade da década de 1980 e atualmente já somam 17 assentamentos, onde vivem 1.322 famílias organizadas pelo Movimento Sem Terra. E em todos os assentamentos desta região existem áreas com cultivo arroz.

Cadeia produtiva do arroz ecológico nos assentamentos: gênese e características da produção

A construção da cadeia produtiva ocorreu a partir da iniciativa das famílias assentadas, de suas cooperativas e do movimento social ao qual se vinculam – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST. Em que pese o compromisso de algumas famílias pioneiras com a produção agroecológica, o principal motivador para a construção da cadeia foi a perspectiva de conquistar um mercado diferenciado, oferecendo um produto cujos preços ficassem acima dos custos.

O embrião desta cadeia foi o cultivo do arroz orgânico em caráter experimental em dois assentamentos da região no ano de 1999, ocupando uma área total de 7 hectares. Os

bons resultados da experiência tanto em termos econômicos quanto ambientais e os prejuízos com a produção convencional serviram de combustível para a expansão da produção orgânica.

Relatórios da assistência técnica apontam que no início da década de 2000 muitas famílias produtoras de arroz nos assentamentos da região tiveram grandes prejuízos com o arroz convencional. O excesso de oferta no mercado gaúcho fez despencar os preços, que se tornaram insuficientes para cobrir os altos custos do processo produtivo caracterizado pelo intenso uso de agrotóxicos e outros insumos externos.

Na safra 2002/2003 o setor de Produção do Movimento Sem Terra organiza o I Seminário do Arroz Ecológico. Neste evento as famílias envolvidas na produção do arroz orgânico, técnicos e dirigentes do MST discutem a necessidade de organizar o processo desta produção numa perspectiva sistêmica que englobe a produção, o armazenamento e a comercialização. Assim, definem como prioridades o envolvimento de mais famílias, a busca pela certificação das lavouras, visando conquistar mercado com melhores preços, e a busca por infraestruturas de armazenagem, entendida como o maior obstáculo à consolidação da produção orgânica.

Na safra 2004/2005 as famílias produtoras do arroz orgânico constituíram o que denominam “grupo gestor do arroz ecológico”, composto por uma pessoa de cada assentamento, mais técnicos e lideranças regionais do MST. Este grupo é um elemento central nesta cadeia porque promove a sistematização de dados, a troca de experiências entre os produtores, a negociação com instituições públicas e privadas para ampliar parcerias em várias áreas e, principalmente, busca ampliar o número de famílias assentadas envolvidas no cultivo ecológico do arroz irrigado (MENEGON *et al.*, 2009).

O processo de certificação das lavouras orgânicas ganha força a partir da safra 2005/2006 quando a Cooperativa Central dos Assentamentos do RS – Coceargs assume a responsabilidade pelo processo junto com a certificadora IMO⁶⁵.

⁶⁵ A IMO control é a sigla de Institute for Marketecology ou Instituto de Ecomercado. A IMO do Brasil é associada do Grupo IMO Internacional com sede na Suíça, uma das maiores redes mundiais de certificadoras de produtos orgânicos e pioneira na área de certificação de produtos sustentáveis. A IMO atua há dez anos no

A certificação das lavouras como orgânicas implica não apenas na possibilidade de ampliar mercados, mas também produz mudanças no papel do/a agricultor/a uma vez que exige anotações regulares das práticas agrícolas, dos fenômenos observados ao longo do processo produtivo, de modo que vai exigindo uma nova racionalidade, em que a observação do ambiente adquire relevância.

Dez anos após a experiência inicial, na safra 2009/2010, a cadeia produtiva do arroz ecológico envolveu 211 famílias de oito assentamentos, espalhados em seis municípios, que cultivaram 2.104 hectares e colheram cerca de 180 mil sacas.

Conforme informações da Cooperativa que presta assistência técnica aos assentamentos da região – Coptec –, esta cadeia já se configura como a maior experiência de produção ecológica em área de assentamentos do Brasil, e a maior experiência em produção ecológica de arroz da América Latina. A quantidade de área já envolvida na cadeia do arroz ecológico desmistifica a idéia de que produção ecológica só é viável em pequenas áreas.

Ainda conforme a Coptec, a participação das famílias na cadeia produtiva produz mudanças significativas no estilo de vida das famílias, uma vez que a necessidade de formação contínua, de troca de experiências vai ampliando a visão de mundo das pessoas participantes, sensibilizando-as para uma maior responsabilidade socioambiental como produtoras e consumidoras.

De modo geral a cadeia produtiva do arroz ecológico nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre se caracteriza:

- pela produção sem uso de agrotóxicos, sendo o controle de pragas realizado principalmente por meio do manejo da água;

Brasil, oferecendo serviços de inspeção, auditoria e certificação nas áreas de produtos alimentícios, agrícola, florestal e em setores industriais onde produtos de fontes renováveis e sustentáveis são processados e transformados. Fonte: <<http://mundoorgnico.blogspot.com/2011/05/mapa-credencia-imo-como-certificadora.html>>. Acesso em: 02 jul. 2011.

- pelo uso de semente pré-germinada que é pouco usada no Rio Grande do Sul (corresponde a aproximadamente 10% das sementes usadas no estado);

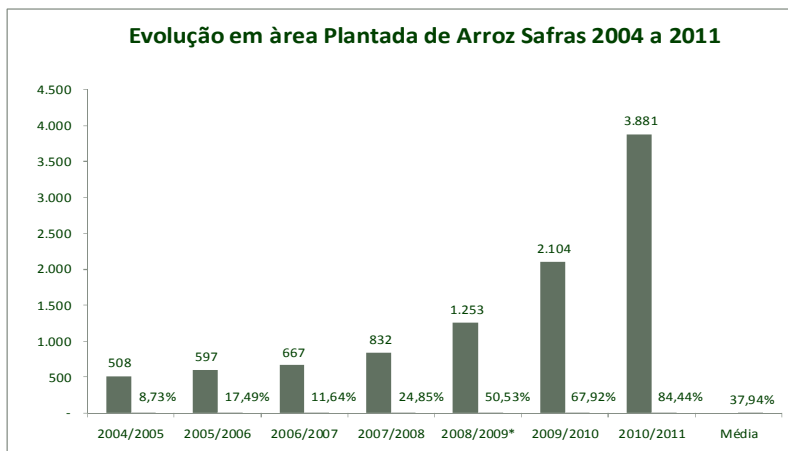
- pela participação direta dos produtores em todas as fases da cadeia (produção, certificação, armazenamento, comercialização), sendo os próprios produtores responsáveis pelas inovações;

- pelo pequeno acesso dos agricultores a políticas públicas (de crédito, de pesquisa científica e tecnológica, bem como de produção e difusão de informações) que viabilizem a dinamização da cadeia produtiva.

Evolução da cadeia produtiva do arroz ecológico em números

O Gráfico 1 mostra o crescimento da área plantada com arroz orgânico nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre entre 2004 e 2011. Num período de sete anos a área cultivada com arroz ecológico passou de 508 ha para 3.881 ha. O aumento mais significativo, 84,44%, ocorreu entre 2009 e 2011.

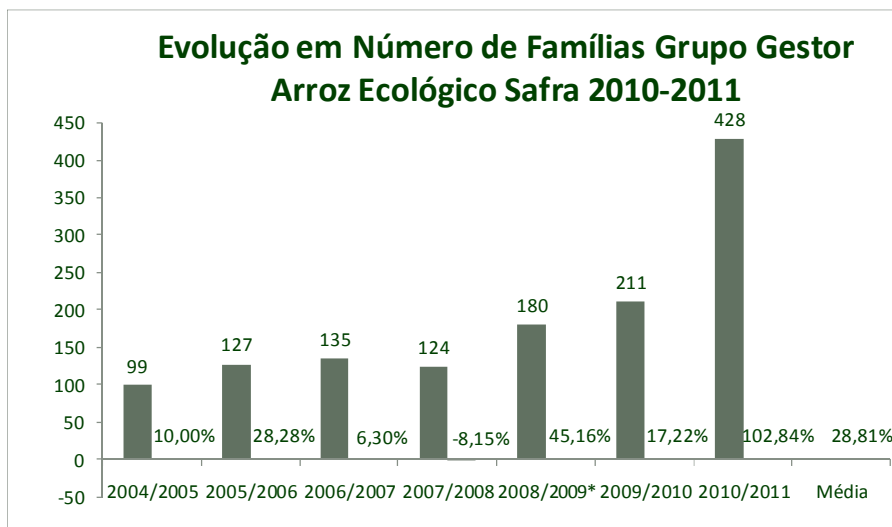
Gráfico 1 – expansão da área plantada (ha) com arroz orgânico em assentamentos na região metropolitana de Porto Alegre



Fonte: Coptec

No Gráfico 2 observa-se o crescimento do número de famílias envolvidas com a produção orgânica de arroz . Assim como a área cultivada cresceu de forma mais acentuada entre 2009 e 2011, também o número de famílias engajadas na cadeia produtiva do arroz ecológico cresceu.

Gráfico 2 – evolução do número de famílias produtoras de arroz orgânico – 2004-2011



Fonte: Coptec

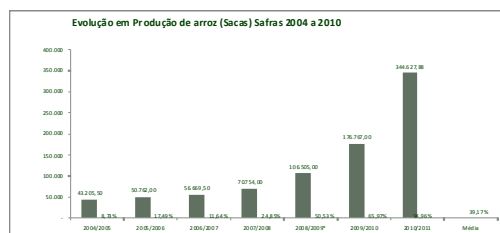
Na última safra o número de famílias participantes cresceu mais de 100% e isso se deve ao fato de que o governo federal, através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), interviu em três assentamentos da região, impedindo o arrendamento de terras por parte das famílias assentadas que foram ameaçadas de perderem seus lotes caso mantivessem esta prática. Diante disso e considerando o elevado custo da lavoura convencional, a alternativa dessas famílias foi voltar-se para o plantio orgânico do arroz, caso contrário teriam que parar de plantar arroz.

No Gráfico 3 se evidencia o crescimento da cadeia em termos de quantidade produzida com destaque para última safra, na qual o aumento foi superior a 90%.

No que tange à produtividade, o arroz orgânico tem tido nos últimos anos um rendimento médio de 85 sacas por hectare. Aparentemente, uma produção pouco vantajosa

quando comparada com a produtividade do arroz convencional (que usa o pacote tecnológico), que em média ultrapassa 150 sacas por hectare na região. Entretanto, a produção orgânica tem custos três vezes menores que a convencional. De modo que para a família o rendimento econômico da produção orgânica é maior.

Gráfico 3 – evolução da produção de arroz orgânico em assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre – em sacas de 60kg –2004-2011



Fonte: Coptec

A fala do assentado expressa com clareza sua consciência tanto em relação à produção quanto em relação aos benefícios que esta forma de plantio traz para o homem e para a natureza.

Com o arroz convencional as pessoas se iludem porque colhem muito, mas tem que entregar a maioria da produção para pagar os custos dos venenos, dos fertilizantes. No orgânico se colhe um pouco menos mas se gasta bem menos com a lavoura, então a gente ganha mais, porque sobra mais sacas de arroz para a família. Sem contar o ganho para a saúde da gente, o benefício para a natureza, que não tem preço (Sr. Zang, assentado em Viamão).

O papel do Estado na expansão da cadeia

Inicialmente o grande obstáculo para a expansão da cadeia foi a falta de infraestrutura de armazenagem, de modo que muitas famílias produziam o arroz orgânico mas tinham que entregar em silos onde o produto se misturava ao arroz convencional, o que

impedia o acesso ao preço e a um mercado consumidor diferenciado, ainda que já resultasse em redução do custo de insumos e em menores impactos ambientais.

A partir de meados da década de 2.000 esse problema de infraestrutura vem sendo minimizado a partir do aporte de recursos públicos para as cooperativas dos assentamentos da região. Como resultado, já foram instalados dois silos e unidades de beneficiamento de arroz orgânico nos assentamentos de Tapes e Nova Santa Rita, uma unidade de armazenagem e secagem de sementes num assentamento de Eldorado do Sul e um silo foi alugado em Viamão.

Outro gargalo para a expansão da cadeia além daquele de garantir o mercado consumidor, é a questão referente ao uso intensivo de mão-de-obra, como explica um dos assentados pioneiros no plantio de arroz ecológico no município de Guaíba.

Na produção convencional o agricultor tem o trabalho de semear, passar o veneno e colher, então pode se dedicar a outras atividades produtivas, pode até trabalhar fora do assentamento. Na produção orgânica a gente tem que estar todo dia na lavoura, tem sempre algum serviço para fazer, tem que observar para fazer o manejo certo da água. É um cuidado diário (Elcio, assentamento 19 de Setembro - Guaíba).

Como consequência dessa exigência há a necessidade de assegurar um mercado consumidor que sabidamente tem um preço melhor para o produto ecológico como forma de compensar economicamente o trabalho e a dedicação cotidiana do(a) agricultor(a). Nesse sentido, a conquista do mercado institucional foi fundamental para consolidar e ampliar a participação de famílias na cadeia produtiva. E essa conquista é que vem ampliando o leque de relações políticas dos assentamentos com os governos federal e estadual. Como consequência se delineiam novos conflitos expressos através dos interesses políticos da elite orizicultora gaúcha, formada por proprietários rurais e por proprietários de redes de armazenagem e comercialização que não vêem com bons olhos a destinação de recursos públicos para potencializar a cadeia produtiva do arroz ecológico. Mas os assentados continuam a pressionar por maiores recursos para a produção do arroz ecológico nos assentamentos.

Fotos 1 e 2: colheita do arroz ecológico e ato político em defesa de maiores investimentos nos assentamentos



Governador Tarso Genro participa da colheita do arroz ecológico no assentamento Apolônio de Carvalho – Eldorado do Sul – RS. Fotos: Christiane Campos: 17 abr. 2011.

Atualmente o maior comprador do arroz ecológico dos assentamentos é o governo federal através da Companhia Nacional de Abastecimento. Dados da Coptec apontam que cerca de 70% da produção de arroz orgânico é adquirida pela Conab para formar os estoques governamentais. Os produtos destes estoques são utilizados, por exemplo, nas cestas básicas distribuídas pelo governo federal em situações de escassez de alimentos provocadas por enchentes, secas etc. Outros grandes compradores do arroz ecológico são as prefeituras da região metropolitana, incluindo a de Porto Alegre, além de outros municípios fora do estado, como o ABC paulista. Os assentamentos foram um dos grandes beneficiados pela Lei 11.947, de 2009, que determina que pelo menos 30% dos recursos destinados à compra de produtos da merenda escolar sejam usados para adquirir alimentos da agricultura familiar.

Embora a produção orgânica tenha ganhado espaço na agenda governamental, em pesquisas acadêmicas e mesmo no mercado consumidor, no espaço agrário real essa produção ainda é muito pequena. Dados do censo agropecuário do IBGE (2006) revelam que somente 1,58% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros possuem lavouras temporárias orgânicas, como é o caso do arroz. E a experiência desta cadeia do arroz orgânico dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre revela que a atuação

do Estado, tanto no que se refere a créditos de custeio, quanto à infraestrutura e políticas de comercialização, é fundamental para que a produção orgânica literalmente cresça e apareça.

As mudanças na forma de produzir se refletem na paisagem e na dinâmica social

Em função dos conflitos que a produção do arroz ecológico engendra tanto internamente nos assentamentos quanto na escala regional, o ponto de partida da análise territorial que desenvolvemos é a identificação das transformações nas formas de produção do arroz produzidas pela cadeia. A análise do território, a partir desta abordagem, considera que as formas de produção estruturam e são estruturadas pelo território onde se fixam, fazendo assim com que a dinâmica econômica, social e política gravitem em torno das formas ou atividades exercidas (MEDEIROS e SOSA, 2009).

Este viés de análise também possibilita compreender os conflitos e as estratégias territoriais dos diferentes atores, uma vez que as formas de produção produzem uma “expressão territorial do interesse econômico” (HEIDRICH, 2000), de modo que uma fração do território voltada a uma determinada forma de produção se opõe a formas distintas ou a inovações que resultem em formas que não lhe são interdependentes. Segundo o autor isso ocorre por três fatores:

[...] primeiro, porque a elite dirigente tende a organizar-se em defesa do desenvolvimento da atividade principal e, ao agregar o interesse das demais classes, amplia-o como um argumento de defesa vinculado ao território; em segundo lugar, a ação do Estado no atendimento das necessidades de um determinado setor produz efeito direto sobre aquele território; por fim, a população abarcada tende a ver a reivindicação como condição necessária para si, à medida que a mesma representaria uma melhoria para o ‘seu’ território (HEIDRICH, 2000, p. 99).

Esse conflito de interesses é latente na região de abrangência da cadeia produtiva analisada. A produção do arroz ecológico exige uma série de mudanças na forma de produção convencional da orizicultura gaúcha, o que gera conflitos tanto dentro quanto fora dos assentamentos. Internamente um dos grandes conflitos é pelo cumprimento das legislações que asseguram o processo de certificação das lavouras orgânicas. O controle de pragas na produção orgânica ocorre, sobretudo, pelo manejo da água, por isso o uso da água

limpa e o controle dos canais para evitar a contaminação das lavouras é uma das exigências do processo de certificação. Outra exigência é que além de não usar diretamente venenos a lavoura orgânica não seja afetada por pulverizações em lavouras próximas. E esta certificação é essencial para o acesso ao mercado institucional.

Nesse sentido, em um assentamento em que há famílias que plantam arroz de modo convencional e outras que participam da cadeia há conflitos entre as elas. Nos assentamentos em que todas as famílias participam da cadeia produtiva o conflito que existe é com os plantadores das áreas vizinhas, em geral arrendatários, conhecidos como “os catarinas”, devido a maioria ser procedente do estado de Santa Catarina. E essas diferentes formas de cultivo de arroz podem ser lidas na paisagem dos assentamentos como revelam as fotografias a seguir.

Fotos 3 e 4: o conflito entre o orgânico e o convencional em um mesmo assentamento



Plantas típicas dos banhados seguem verdes nas lavouras orgânicas (esquerda) e nas lavouras convencionais amarelam (direita) após o uso de secante. Assentamento Integração Gaúcha – Eldorado do Sul-RS.

Fotos 5 e 6: o conflito entre o orgânico do assentamento e o convencional dos “catarina”



A lavoura orgânica do assentamento Apolônio de Carvalho em Eldorado é separada da lavoura dos “catarinas”, em área vizinha, apenas por uma estrada vicinal. A vegetação cobrindo o barranco na foto da esquerda demonstra que a lavoura é orgânica, enquanto que na lavoura convencional, a poucos metros, a vegetação do barranco está seca em razão da aplicação de herbicidas. Fotos: Christiane Campos: jan/2011.

Nos últimos dois anos o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA determinou que o cultivo de arroz nos assentamentos deve ocorrer somente de forma orgânica, o que ampliou muito a cadeia produtiva em municípios como Nova Santa Rita, Eldorado do Sul e, sobretudo, em Viamão. Por outro lado, isso intensificou os conflitos internos entre as famílias.

Perfis de famílias participantes da cadeia produtiva do arroz ecológico

No que tange ao compromisso com a forma de produção agroecológica encontramos nos assentamentos três perfis de famílias participantes da cadeia produtiva do arroz ecológico:

- as famílias comprometidas com a agroecologia – que iniciaram o plantio orgânico preocupadas com a saúde da própria família e do ambiente e que apesar de lutarem pelo maior retorno econômico, estão sempre preocupadas em desenvolver inovações para aprofundar a transição agroecológica;

- as famílias que se inseriram na cadeia motivadas pelo melhor preço do arroz orgânico, mas que se houver queda dos preços podem retomar à produção convencional, uma vez que adotam inovações economicamente vantajosas sem buscar novas alternativas;

- famílias que foram forçadas pelos órgãos governamentais a produzir de forma orgânica. Como esta medida é recente, os resultados financeiros são apontados pelos próprios assentados como fundamentais para que as famílias se sintam motivadas a participar efetivamente deste tipo de produção.

Fotos 7 e 8: diferentes estágios na transição agroecológica em um mesmo município



Em Eldorado do Sul os recém assentados “Índio e Lôri” (esquerda) do assentamento Apolônio plantaram a primeira lavoura orgânica com a expectativa de melhorar a vida. Mauro Cibulski (direita) do assentamento Integração Gaúcha é um dos pioneiros em agroecologia nos assentamentos, se preocupa com o controle da água para garantir autonomia dos produtores orgânicos. Fotos: Christiane Campos: jan.-abr./2011.

Apesar das famílias assentadas autodenominarem o arroz que produzem de ecológico, na realidade eles fazem uma produção orgânica, sem o uso dos venenos. Utilizar este nome é uma decisão política do movimento que busca a agroecologia como meta, uma vez que suas lideranças têm ciência de que produção agroecológica não se resume à produção de alimentos sem agrotóxicos. A implantação da agricultura de base ecológica implica em uma série de transformações, sobretudo nas relações sociais de produção, visto que exige uma participação ativa do agricultor e uma radical mudança na relação deste com o ambiente.

Como destaca Karam (2002) esta prática questiona a agricultura produtivista, exigida pelo modelo desenvolvimentista da “revolução verde”, baseada no uso intensivo dos recursos naturais, de insumos sintéticos, e excludente de mão-de-obra. Busca desenvolver um novo modelo de produção pautado pela compatibilização de práticas tecnológicas com as complexas relações ecológicas e sócio-econômico-culturais. Segundo Caporal e Costabeber (2002, p. 14): [...] o enfoque agroecológico pode ser definido como ‘a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis’, num horizonte temporal, partindo do conhecimento local que, integrando ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica.

Desse modo, é mais pertinente afirmar que as famílias participantes da cadeia produtiva produzem arroz orgânico e vivenciam um processo de transição agroecológica, o que consiste um processo gradual de mudança que tem como meta a incorporação de princípios e tecnologias de base ecológica na produção agrícola, mas cujos impactos vão muito além da qualidade dos alimentos. Trata-se sobretudo de um processo socioespacial complexo, como explicam Caporal e Costabeber (2002, p. 14): quando se fala de Agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade.

Esta perspectiva de análise nos parece bastante pertinente para compreender o processo de transição agroecológica que vem sendo construído pelos agricultores participantes da cadeia produtiva do arroz ecológico dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre, uma vez que sua expansão se sustenta em uma série de inovações tecnológicas em que tanto o conhecimento científico quanto tradicional são ressignificados; em que as particularidades de cada ambiente ganham relevância na tomada de decisões; e os resultados aparecem em múltiplas dimensões econômica, sociocultural, política e ambiental. Neste sentido, a participação na cadeia produtiva do arroz ecológico produz transformações no que Santos define como a dinâmica social.

[...] A dinâmica social é dada pelo conjunto de variáveis econômicas, culturais, políticas, etc., que a cada momento histórico dão uma significação e um valor específicos ao meio técnico criado pelo ser humano, isto é, à configuração territorial (SANTOS, 1996, p. 111-112).

Em entrevistas realizadas em assentamentos em que as famílias recentemente se inseriram na cadeia percebe-se que as mudanças mais significativas se referem à participação efetiva na tomada de decisões e à expectativa de maior retorno financeiro para se consolidarem no assentamento. Entre os agricultores pioneiros da cadeia produtiva a maior preocupação é ampliar o controle de todo o processo produtivo através dos canais de água, bem como em ampliar o acesso a mercados locais para que a população urbana valorize o trabalho das famílias assentadas não somente no aspecto socioeconômico mas também ambiental.

Foto 7: arroz ecológico viabiliza que as famílias assentadas tenham em suas mãos o controle da produção



Colheita do arroz orgânico no assentamento Apolônio de Carvalho em Eldorado do Sul. Foto: Christiane Campos: 17 abr. 2011.

Resultados preliminares: algumas considerações

A cadeia produtiva do arroz orgânico constitui-se em um relevante objeto de pesquisa para geografia agrária por uma série de fatores, entre os quais o de:

- transformar radicalmente a forma de produção de arroz no RS que se caracteriza pelo uso intenso de insumos externos. Esta cadeia está mostrando que é possível ter alta produção e produtividade sem usar agrotóxicos, fazendo controle das pragas, por meio do manejo da água. Atualmente a cadeia envolve uma área de mais de 3.000 hectares, o que desmistifica a crença de que agroecologia só se viabiliza em pequenas áreas;

- se constituir em áreas de assentamentos vinculados a um movimento social – o MST – o que desmistifica a tese defendida pela elite gaúcha de que a produção de arroz só se viabiliza em latifúndios;

- se implementar em uma região metropolitana, evidenciando que em meio ao domínio de atividades urbanas, o espaço rural pode potencializar o desenvolvimento local e regional, mantendo a produção de arroz, que ocupa uma vasta extensão territorial na região, mas de forma ecológica, o que possibilita gerar emprego, renda e reduzir os impactos ambientais, desenvolvendo nesse contexto uma série de inovações.

No que tange aos impactos territoriais, constatamos que a expansão desta cadeia vem produzindo uma série de conflitos dentro e fora dos assentamentos, na medida em que contraria interesses dos que lucram com a produção convencional de arroz e não vêm com bons olhos uma maior participação das famílias assentadas em todas as etapas dos processos de produção e comercialização do grão. Nesta perspectiva, verificamos que o mercado institucional tem papel fundamental no sentido de garantir demanda e preço melhor aos produtos orgânicos.

Em que pese as famílias autodenominarem de ecológico o arroz que produzem, verificamos que esta é uma denominação política, para afirmar um projeto diferente de agricultura defendido pelo movimento social em que se inserem. A partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema identificamos que as famílias inseridas nesta cadeia produtiva vivem uma transição agroecológica, em diferentes estágios. E, à medida que vão

consolidando sua participação rompem não apenas com um padrão de produção agrícola dependente de insumos externos, mas constroem novas relações socioespaciais, de modo que se pode concluir que a expansão da produção do arroz ecológico está engendrando significativas transformações territoriais e ambientais nos assentamentos.

Referências

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. In: *Revista agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, v. 3, n. 2, Porto Alegre, abril/junho de 2002.

CHELOTTI, Marcelo Cervo e CASTANHO, Roberto Barbosa. Territórios da lavoura de arroz e de soja no RS: especificidades na produção do espaço agrário regional. In: *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 18 (34): 115-132, jun/2006.

CONAB – Acompanhamento da safra brasileira de grão, julho/2011. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11_07_15_11_03_18_boletim_julho_-_2011..pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação - um exemplo. In: SANTOS, Milton et al (org.). *Territorio: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1994.

KARAM, Karem Follador. Agricultura orgânica como estratégia de novas ruralidades – um estudo de caso da região metropolitana de Curitiba. V *Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção* – Florianópolis/SC, 20 a 23 de maio/2003.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. *Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; SOSA JUNIOR, Denir de Oliveira. El proceso de territorialización de los productores asentados en la campanha gaúcha. In: VILLAGOMEZ, Yanga (Org.). *CEISAL*. Bruxelas: 2009, v. 1.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Camponeses, cultura e inovações. In: *Uberlândia*, v. 1, p. 01-19, 2006.

MENEGON, Leandro; FAGUNDES, Leandro; RIBEIRO, Orestes; CADORE, Edson. Produção de arroz agroecológico em assentamentos de reforma agrária no entorno de Porto Alegre. In: *Revista brasileira de agroecologia*, nov/2009, v. 4, n. 2.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SIGNIFICADO E PARTICIPAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE IBIÚNA NA CONSTRUÇÃO DE UMA AGRICULTURA ALTERNATIVA

Vítor Amancio Borges Ferreira⁶⁶

Júlio César Suzuki⁶⁷

Resumo: o modelo convencional de agricultura ocasionou uma grande crise no campo brasileiro, principalmente nos aspectos ambiental, social e econômico. A partir das décadas de 1970 e 1980, começa um forte movimento de busca por uma agricultura que fosse capaz de dar uma resposta aos problemas causados pela Revolução Verde. Surge, então, a Agroecologia, tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas, com o objetivo de propor uma alternativa para a agricultura, essencialmente contraposta ao modelo convencional e que fosse preocupada com o ambiental, o social e o econômico. Uma das vertentes práticas da Agroecologia é a agricultura orgânica. Neste trabalho, estudaremos uma importante experiência ocorrida no interior de São Paulo, no município de Ibiúna. A Associação de Pequenos Produtores Orgânicos de Ibiúna surge em 1999, tendo um significado e uma participação importantes na construção de uma agricultura alternativa na prática.

Palavras-chave: agroecologia; agricultura orgânica; Ibiúna; APPOI; revolução verde.

Introdução

A crise do modelo convencional de agricultura, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, gerou um importante movimento de busca por agriculturas alternativas que dessem conta de elementos que não eram contemplados pelo modelo dominante. O cenário de crise suscitou questionamentos que apontavam para a construção de um novo olhar sobre o campo e sobre a agricultura, acarretando em novas práticas que se colocavam como alternativas.

A ideia de construir algo reflete bem o caráter dos movimentos que começaram a repensar o campo e a agricultura. As críticas e reflexões sobre a agricultura convencional

⁶⁶ Graduado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, realiza seu mestrado em Integração da América Latina (PROLAM)/USP. Email: vitor.amancio.ferreira@usp.br.

⁶⁷ Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina/USP; e pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. Email: jcsuzuki@usp.br.

foram se tornando mais elaboradas, e as propostas de uma nova agricultura, com novos olhares e modelos, também se tornaram mais complexas, agregando outros elementos nas discussões. Isto propiciou o enriquecimento da teoria sobre a crítica ao modelo dominante da agricultura e, ao mesmo tempo, da vertente prática de uma agricultura alternativa, com a proposição e a aplicação de novas formas de cultivo.

Os movimentos de questionamento ao modelo convencional de agricultura chegaram ao campo brasileiro, tão marcado pelas contradições de sua formação histórico-geográfica e também, mais recentemente, pela apropriação intensiva do pacote tecnológico conhecido como Revolução Verde. Em São Paulo, por exemplo, importantes iniciativas de agricultura alternativa surgiram nas últimas décadas, caracterizando-se por sua grande diversidade, mas também por seu objetivo comum: o seu caráter de questionamento ao modelo dominante de agricultura.

Um caso interessante de como os questionamentos sobre a agricultura se converteram na prática é a Associação de Pequenos Produtores Orgânicos de Ibiúna, ou simplesmente APPOI, localizada no município de Ibiúna, interior de São Paulo. A associação, criada em 1999, foi pioneira na difusão da agricultura orgânica e de princípios agroecológicos para os agricultores da região, desempenhando um papel importante na construção de uma agricultura alternativa no município de Ibiúna.

O objetivo deste artigo, então, é compreender o significado e a participação da Associação de Pequenos Produtores Orgânicos de Ibiúna na construção, difusão e produção de uma agricultura alternativa. Para isso, abordaremos, de maneira introdutória e em termos gerais, um pouco do processo de crise da agricultura convencional e da busca e transição para agriculturas alternativas, com destaque para o debate da técnica. Em seguida, falaremos do caso específico da APPOI como experiência relevante e precursora de agricultura alternativa no município de Ibiúna, procurando compreender o significado e a participação que a associação teve na busca por uma outra agricultura por meio de sua experiência prática. Por fim, realizaremos algumas considerações e apontamentos sobre a essência dos movimentos de questionamento da agricultura, buscando contribuir com o debate já existente.

Revolução Verde: técnica, crise e novos caminhos

O pacote tecnológico da Revolução Verde foi introduzido no campo após o fim da Segunda Guerra Mundial com o objetivo de combater um problema que assolava a Europa pós-guerra: a fome. Para que o problema da fome fosse combatido, foi proposto um pacote de melhorias que visava o aumento da capacidade de produção da agricultura por meio, basicamente, do uso intensivo de insumos químicos sintéticos, de sementes modificadas de alto rendimento, da irrigação e da mecanização.

A fome, então, estava sendo considerada um problema relacionado à técnica. A hipótese era de que a agricultura produzia pouco, menos do que a capacidade real dos sistemas agrícolas. Se havia uma situação especial de fome na Europa e se os sistemas agrícolas entregavam menos do que podiam, a solução pensada foi o emprego de novas técnicas que resolvessem o problema da produtividade.

Há dois problemas iniciais na proposição da técnica como resposta ao problema da fome. O primeiro problema está relacionado à identificação da fome como uma mera questão de ordem técnica. Cabe considerar que, apesar de a fome causada pela guerra ser de caráter excepcional, o problema da fome tem sido grande e de difícil solução na história dos povos. O que vemos, então, é uma significativa simplificação da questão da fome. A fome, muito mais que um problema de ordem técnica, é estrutural, estando diretamente ligada a aspectos sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais. O primeiro problema, portanto, é a simplificação do problema da fome.

O segundo problema é que a proposição da Revolução Verde como solução para a questão da fome estava ligada aos interesses de reprodução do modo capitalista de produção. Uma possibilidade de análise é enxergar os avanços tecnológicos da sociedade sob a perspectiva da neutralidade. Seguindo as consequências lógicas desta visão, os avanços aconteceriam movidos pelo desenvolvimento da ciência e do conhecimento, permitindo a introdução de inovações em variados campos.

As técnicas, no entanto, não têm um fim em si, já que são concebidas para alcançar algo, sendo, então, meios traçados para que objetivos sejam alcançados. A sociedade se desenvolve tecnologicamente motivada por fatores de ordem política, e não em razão das técnicas (GONÇALVES, 2011). A consequência lógica desta visão é que a técnica deve ser entendida dentro de sua situação particular de produção e, segundo Gonçalves (2011, p. 122), “[...] não pode ser vista independentemente de um determinado contexto social, político e cultural”. As técnicas são fomentadas em contextos específicos, e refletem e se comprometem com determinadas visões; são ideológicas, e espelham os interesses de grupos específicos. No modo de produção capitalista elas são, majoritariamente, concebidas para a reprodução do capitalismo. É o modo de pensar capitalista municiando este modo de produção com subsídios para a sua reprodução.

Martins (1982) nos auxilia a pensar a questão da técnica como ligada aos interesses de reprodução capitalista ao falar de um modo capitalista de pensar. Segundo ele:

O modo capitalista de pensar, enquanto modo de produção de ideias, marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico. Define a produção das diferentes modalidades de ideias necessárias à produção das mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem (MARTINS, 1982, p. IX).

O modo capitalista de produção, então, é sustentado e legitimado por um modo capitalista de pensar, e deste não se separa. Desta forma, a produção de ideias é ferramenta importante para a manutenção do modo de produção capitalista, seja no âmbito do senso comum ou do conhecimento científico. É importante salientar que este modo capitalista de pensar “não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas ao modo de pensar necessário à reprodução do capitalismo, à reelaboração das suas bases de sustentação – ideológicas e sociais” (MARTINS, 1982, p. IX). Estas são noções importantes ao estudarmos a técnica.

Os próprios resultados da implantação deste pacote tecnológico corroboram os dois problemas listados sobre a proposição da Revolução Verde como solução para o problema da fome. Segundo Gonçalves (2006, p. 227), o problema do deslocamento do sentido da fome como sendo uma questão solucionada por meio do desenvolvimento científico é

grave, prejudicando e até mesmo apagando a compreensão de que a fome é um fenômeno extremamente complexo e que abarca diversos aspectos:

Os resultados dessa verdadeira cruzada foram de grande impacto, não só pelos números que nos são apresentados, mas, sobretudo, pela afirmação da ideia de que só o desenvolvimento técnico e científico será capaz de resolver o problema da fome e da miséria. Pouco a pouco a ideia de que a fome e a miséria são um problema social, político e cultural vai sendo deslocada para o campo técnico-científico, como se estivesse à margem das relações sociais e de poder que se constituem, inclusive, por meio dele.

Os resultados, porém, vão muito além do deslocamento do sentido da fome. As consequências práticas da Revolução Verde foram grandes, afetando principalmente os aspectos ambiental, social e econômico no campo, especificamente no caso brasileiro, e configurando uma situação de crise.

A crise ambiental, por exemplo, se manifestou de formas variadas. Um dos problemas da crescente ocorrência das monoculturas, tão características do modelo de agricultura convencional, é a grande perda de biodiversidade. Vimos, ao longo dos anos, paisagens agrícolas cada vez mais homogêneas, quase nada diversas. Altieri (2012, p. 24) expressa este problema apresentando alguns números:

[...] as paisagens agrícolas do mundo são destinadas ao plantio de apenas 12 espécies de grãos, 23 espécies de hortaliças e 35 espécies de frutas e nozes. Isso significa que não mais que 70 espécies ocupam aproximadamente 1,44 bilhão de hectares de terras hoje cultivadas no mundo. Esta paisagem é bastante contrastante com a diversidade de espécies de plantas encontrada em apenas um hectare de floresta tropical, que geralmente apresenta mais de 100 espécies de árvores.

Além da homogeneização das paisagens e da perda de biodiversidade, outros aspectos da crise ambiental também são relevantes. As monoculturas possibilitam o aparecimento de doenças e das chamadas pragas por causa de sua instabilidade: por não contarem com uma rica biodiversidade, essas plantações tornam-se muito vulneráveis, já que a biodiversidade desempenha um papel importante de regulação da ocorrência de pragas pelo fornecimento de habitat e de alimento para os inimigos naturais das pragas, protegendo as culturas (ALTIERI, 1994).

Isto aponta para outro problema ambiental grave ocasionado pela agricultura convencional: o uso de insumos químicos sintéticos. O controle de doenças e pragas é feito com o uso de agrotóxicos, que contaminam o ambiente, a produção e até mesmo os agricultores, por exemplo. Outro caso é o dos fertilizantes, utilizados largamente visando o aumento de produtividade e a melhoria da qualidade dos alimentos produzidos. Com o uso cada vez mais intensivo de insumos químicos sintéticos e as consequências ambientais decorrentes, surge uma importante questão: houve, ao menos, uma melhora significativa da produção de alimentos que justifique o uso dos insumos? Gonçalves (2006) nos ajuda a responder à questão com dados muito pertinentes:

Segundo a FAO, entre 1950 e 2000, a produção de grãos em todo mundo aumentou, embora de modo desigual segundo as regiões, passando de 631 milhões de toneladas em 1950 para 1835 milhões de toneladas em 2000, um aumento de 2,9 vezes, portanto. Para o mesmo período, entretanto, o consumo de fertilizantes passou de 14 milhões de toneladas, em 1950, para 141 milhões de toneladas em 2000, ou seja, um aumento de 10,1 vezes (GONÇALVES, 2006, p. 228).

É notório, pelos dados citados, que o aumento do consumo de fertilizantes é totalmente desproporcional ao aumento da produção de grãos. Se analisarmos somente o aumento da quantidade de grãos produzida, pode haver a impressão de que este aumento é ocasionado pelo maior consumo de fertilizantes e que, portanto, de alguma maneira, o objetivo de se produzir mais foi atingido com a grande quantidade de fertilizantes despendida; entretanto, esta seria uma análise incorreta. É necessário que lembremos que tal aumento justifica-se também pelas melhorias de armazenamento, de transporte e de comunicação, fatores importantes que não podem ser esquecidos (GONÇALVES, 2006).

O uso intensivo de insumos químicos sintéticos também origina crises nos aspectos social e econômico. Com a Revolução Verde, houve a abertura de um grande nicho de mercado para as indústrias agroquímicas que, pela lógica industrial da agricultura que induz que tais produtos sejam consumidos, tiveram um crescimento muito grande, trazendo consequências reais para a vida no campo.

Agricultores de todos os tamanhos ficaram sujeitos à utilização dos insumos químicos, que representam um custo alto para a produção de alimentos. Desta maneira, os grandes produtores se sobressaem, já que conseguem adquirir este tipo de tecnologia sem

comprometer a sua saúde financeira e, com a introdução destes insumos, obtêm melhores resultados no mercado. Para concorrerem de alguma forma com os grandes produtores, os pequenos agricultores tomam empréstimos e contraem dívidas – em muitos casos insolúveis – para a aquisição de fertilizantes, corretivos e agrotóxicos. Bombardi (2011) afirma ser, esta, uma forma intensa de o capital se apropriar da renda da terra camponesa. Os dados mostram que uma grande parcela dos agricultores brasileiros utiliza insumos químicos na produção de alimentos.

Se analisarmos o consumo de agrotóxicos pelas pequenas propriedades, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), verificaremos que dentre aquelas que têm entre 0 e 10 hectares, 23,7% utilizaram agrotóxicos e 2,9%, embora não tivessem utilizado no ano do Censo, costumam utilizar. Isto significa que dentre as menores propriedades do Brasil, 27% lançam mão do uso de agrotóxicos. Já entre as propriedades que têm entre 10 a 100 hectares, a porcentagem daquelas que utilizaram agrotóxicos no ano do Censo alcançou 33,2%, se consideradas aquelas que utilizam, mas não utilizaram no ano do Censo, este número chega a 36%. Estes dados são extremamente reveladores de um intenso processo de subordinação da renda da terra camponesa ao capital monopolista: mais de 1/3 das pequenas propriedades no Brasil utilizam venenos. Neste sentido, toda vez que o camponês destina parte de sua renda à compra de insumos químicos, sejam eles agrotóxicos ou fertilizantes, esta renda é apropriada pelo capital industrial internacional e, sobretudo, monopolista (BOMBARDI, 2011, p. 2).

A crise nos aspectos social e econômico também se acentua por causa da lógica industrial da agricultura convencional. Se as monoculturas ocasionam grandes problemas ambientais, também estão relacionadas com problemas econômicos e sociais, fruto da expansão do mercado de commodities. Sobre esta expansão, Altieri (2012, p. 27) afirma: “Como resultado, hoje o número de propriedades rurais diminuiu, embora seu tamanho tenha aumentado e elas tenham se tornado mais especializadas e mais intensivas em capital”. Vemos, então, que a lógica das commodities acentua a concentração de terras e a existência dos grandes latifúndios, com graves consequências sociais e econômicas para o campo brasileiro, afetando diretamente os pequenos agricultores. O problema de terras, histórico no caso brasileiro, é agravado pelo modelo convencional de agricultura.

Por fim, outro problema de ordem social que gostaríamos de destacar é o da segurança alimentar. Apesar de muito almejada, a segurança alimentar só foi conseguida por meio da agricultura, com a transformação dos ecossistemas em agroecossistemas, ou

seja, com o desenvolvimento de formas de cultivo por meio da cultura humana (GONÇALVES, 2006). Entretanto, com o modelo convencional de agricultura, a segurança alimentar fica seriamente ameaçada. Gonçalves (2006, p. 222-223), por exemplo, associa a questão da segurança alimentar com a dependência que os agricultores possuem do complexo industrial-financeiro, tão potencializado pela agricultura convencional:

No Brasil, o desenvolvimento do novo modelo agrário/agrícola também mostra o mesmo sentido ao apontar para um modelo onde o monocultivo acentua a dependência do agricultor diante do complexo industrial-financeiro altamente oligopolizado e, com isso, aumenta a insegurança alimentar, tanto dos agricultores e suas famílias como do país como um todo.

A crise da segurança alimentar, porém, é negligenciada por causa da proeminente visão economicista que domina a agricultura. O objetivo da segurança alimentar é, então, subvertido em detrimento de uma visão que prima por resultados financeiros na agricultura (GONÇALVES, 2006). Às vezes, parece uma opção mais fácil encarar o aparente sucesso do aporte tecnológico na agricultura esquecendo de suas consequências desastrosas para o campo brasileiro.

Vimos até aqui que o problema da fome foi combatido por meio do aporte da tecnologia, fato que continha uma importante informação: a fome era vista como um problema relacionado à técnica, desconsiderando outros aspectos que poderiam influenciar na questão. Assim, houve a implantação do pacote tecnológico da Revolução Verde, que de fato elevou a produtividade da agricultura, mas que também trouxe consequências muito ruins para o campo, configurando uma situação de crise. Pensar na saída para a crise significava pensar na construção de uma alternativa diferente desde a essência. É o que Altieri (2012, p. 35) nos ajuda a compreender, ressaltando a necessidade de olharmos para outras questões e afirmando que a crise

[...] está profundamente enraizada no sistema socioeconômico hegemônico, que promove a monocultura, o uso de tecnologias dependentes de elevados aportes de insumos e a adoção de práticas agrícolas que provocam a degradação dos recursos naturais. Essa degradação não é apenas de natureza ecológica, mas também social, política e econômica. É por isso que o problema da produção agrícola não pode ser considerado apenas uma questão técnica. Embora as questões de produtividade sejam uma parte do problema, é fundamental dar atenção

também às questões sociais, culturais e econômicas que explicam a atual crise.

Para o desenho, planejamento e execução de uma agricultura alternativa ao modelo convencional, é necessário que se pense no problema como um todo. O foco não deve ser posto apenas na questão da produtividade, mas deve-se considerar aspectos importantes como o ambiental, o social, o cultural e o econômico. Portanto, a solução não deve vir simplesmente por uma substituição de tecnologia, pois, assim, estaríamos dando a mesma resposta que foi dada anteriormente com a Revolução Verde.

No bojo da busca por uma agricultura alternativa surgem diversos projetos interessantes, mas com o enfoque voltado ainda para a questão da tecnologia. A discussão sobre a agricultura, porém, foi ganhando complexidade, agregando aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Para o desenho de uma agricultura alternativa e a superação do paradigma do modelo convencional era necessário um sistema agrícola que pensasse o todo do padrão de cultivo.

Caporal e Costabeber (2000, p. 17) reforçam esta ideia ao falarem que um modelo sustentável de agricultura, “[...] para ser operacional, precisa ser relacionado não apenas com a sustentabilidade econômica, mas também, e principalmente, com a sustentabilidade socioambiental e cultural de sociedades concretas [...]”, dando as bases necessárias para a concepção de uma nova alternativa para a agricultura. Apesar da primazia do econômico, o conceito de uma agricultura alternativa deve passar, necessariamente, por um olhar preocupado com outros aspectos.

É no contexto da busca por uma agricultura alternativa que dê conta não somente da produtividade e do aspecto econômico, mas do ambiental, do social e do cultural que surge a Agroecologia, que é tanto uma ciência que busca conferir recursos teóricos para a concepção de sistemas de agricultura alternativos quanto um conjunto de práticas, conferindo, além da teoria, estratégias concretas para o planejamento, construção e manejo de agriculturas opostas ao modelo convencional. A Agroecologia, então,

[...] fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos,

resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justos e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à noção de soberania alimentar (ALTIERI, 2012, p. 15).

O objetivo, portanto, é desenvolver uma agricultura, tanto em sua concepção teórica quanto em seu manejo prático, que seja ambientalmente adequada, por um lado, e altamente produtiva, socialmente equitativa e economicamente viável, por outro.

Buscaremos ver, agora, como estes debates tiveram reverberação prática na experiência de uma associação de pequenos produtores orgânicos em Ibiúna, pioneira na construção de uma agricultura alternativa neste município.

A APPOI

O estudo da APPOI (Associação de Pequenos Produtores Orgânicos de Ibiúna) é de grande relevância para que conheçamos uma experiência prática de construção de uma agricultura alternativa, compreendendo de que forma o debate teórico sobre a crise da agricultura convencional e a busca por uma agricultura alternativa dialogam com a realidade. Além disso, a experiência estudada pode ser de grande valor para que compreendamos casos análogos aos da APPOI, de experiências de agricultura alternativa situadas ao redor de grandes metrópoles e, especialmente, na região metropolitana expandida de São Paulo.

A APPOI é criada no fim do ano de 1999, quando um duplo movimento ocorria no campo brasileiro. Por um lado, houve uma importante retração na produção agrícola na década de 1980, seguida por uma melhora no quadro na década de 1990, período de uma importante acentuação da agricultura convencional como paradigma para o campo brasileiro, com a valorização de parâmetros característicos deste modelo.

Na agricultura, os parâmetros que marcavam o período estão associados ao aumento da competitividade (qualidade, preços e custos). Eficiência técnica e econômica, diversificação, diferenciação e agregação de valor, fortalecimento do agronegócio de hortaliças e a distribuição direta aos supermercados foram os marcos desse período (COUTO, 2007, p. 60-61).

No período compreendido entre as décadas de 1980 e 1990, no entanto, havia também um incipiente movimento de expansão do cultivo orgânico na agricultura motivado principalmente pela questão da alimentação saudável (SCHULTZ, 2007). Couto (2007, p. 144) fala deste período e de seu resultado, com a criação de cooperativas e com a inserção dos produtos orgânicos nos supermercados:

Com o crescimento da consciência de preservação ecológica e a busca por uma alimentação mais saudável, houve maior expansão dos produtos orgânicos e, na década de 1980, foram criadas muitas cooperativas de produção e consumo de produtos naturais, que estão até os dias atuais em atividade, bem como os restaurantes dedicados a esse tipo de alimentação. Na década de 1990, estimulados pela ECO 92, propagaram-se os pontos comerciais de venda de produtos naturais e, no final da década, os produtos orgânicos entraram mais assiduamente nos supermercados.

A APPOI surge, então, dentro de um movimento duplo de acentuação do modelo convencional de agricultura e, ao mesmo tempo, de um início incipiente de produção e comercialização de produtos orgânicos. Seu objetivo inicial era, exatamente, o aprendizado em conjunto e a troca de experiências para o aperfeiçoamento da produção de alimentos orgânicos, além da inserção dos produtores associados ao mercado. Em síntese, a APPOI seria um canal de formação técnica dos produtores e de distribuição para as suas produções.

A APPOI possuiu um papel pioneiro na produção de alimentos orgânicos em São Paulo, e especificamente em Ibiúna, sendo a primeira associação de produtores orgânicos no município. Num momento ainda bastante incipiente para a agricultura orgânica, oito agricultores faziam parte da formação inicial da APPOI. Antes de compreendermos melhor a experiência da associação, cabe questionarmos quais são as características que diferenciam o cultivo orgânico de uma agricultura convencional, e ainda, como a agricultura orgânica se insere dentro de um movimento agroecológico.

A agricultura orgânica está fundamentada em alguns princípios de produção específicos. Veremos, porém, que a diversidade existente dentro de um mesmo movimento orgânico é imensa, o que é reforçado e evidenciado pela experiência da APPOI. Alguns princípios básicos, no entanto, são apresentados por Altieri (2004, p. 74):

As opções específicas nas quais a agricultura orgânica encontra-se baseada, tanto quanto possível, incluem rotações de cultura, resíduos de

lavouras, esterco animal, uso de leguminosas e adubos verdes, resíduos externos à unidade produtiva, cultivo mecânico e rochas moídas que contenham minerais, etc.

Considerando os princípios básicos que fundamentam a agricultura orgânica, poderíamos sintetizá-los em um objetivo: manter a produtividade agrícola ao mesmo tempo em que se exclui totalmente ou diminui bastante a utilização de insumos agroquímicos no cultivo. Na prática, o que ocorre é a promoção do uso de insumos locais, gerados no próprio local de produção, em substituição aos insumos externos que, no entanto, não são totalmente deixados de lado. Outra das práticas interessantes e distintivas da agricultura orgânica é a rotação de culturas, contrastante com o modelo industrial da agricultura de monoculturas. Por fim, cabe destacar que o cultivo orgânico se baseia, em partes, no cultivo mecânico, com a valorização de tecnologias como os sistemas de drenagem e os tratores.

Tendo em conta as características básicas da agricultura orgânica, como este cultivo se insere nos debates da Agroecologia e de um movimento agroecológico? A agricultura orgânica está inserida no bojo de movimentos contestatórios em relação ao modelo convencional de agricultura. Schultz (2007, p. 84-85) ressalta que

[...] a agricultura orgânica está inserida nas tendências atuais de sustentabilidade ambiental, de consumo consciente, de desenvolvimento territorial, de responsabilidade social, de segurança alimentar, de inclusão social, de agregação de valor para a agricultura familiar e de promoção da participação e da autogestão no meio rural.

O movimento no qual a agricultura orgânica está inserida, portanto, é oriundo dos questionamentos que se iniciam nas décadas de 1970 e 1980 sobre os rumos da agricultura, o que coloca o cultivo orgânico como alternativa ao paradigma dominante no campo. Além disso, a agricultura orgânica se baseia fortemente em princípios agroecológicos, podendo ser entendida como uma das vertentes práticas da Agroecologia, principalmente no aspecto da produção.

A experiência da APPOI, então, é da construção de uma agricultura alternativa dentro de um contexto em que o paradigma do campo continua sendo o modelo convencional de agricultura. A agricultura orgânica está inserida num movimento que

busca a superação das contradições ocasionadas por décadas de um padrão de cultivo que trouxe graves consequências para o campo brasileiro.

A história da APPOI está diretamente ligada ao sr. Geraldo Gonçalves, fundador, idealizador e presidente da associação. Ele, formado em biblioteconomia pela Universidade de São Paulo e funcionário da biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, decide largar toda a sua vida em São Paulo para viver sob outra racionalidade produzindo alimentos orgânicos. Este foi o fato fundamental para a criação da APPOI, no ano de 1999.

A Associação e seus oito agricultores associados iniciaram a sua história na produção de orgânicos comercializando a sua produção com uma empresa chamada Horta e Arte, única empresa do ramo em Ibiúna e que vendia praticamente toda a produção orgânica do município. A relação de comercialização entre pequenos agricultores e empresas é sempre complexa, pois a lógica do lucro dita as regras e coloca o agricultor sempre em desvantagem. Geraldo explicita estes aspectos ao falar do início da produção orgânica em Ibiúna, relatando as dificuldades tanto dos agricultores quanto da empresa, que aplicava políticas onerosas aos produtores, mas como meio de poder competir no mercado.

No começo desse trabalho você não tinha opção, o produtor não tinha opção. Ele não tinha alternativas. Então a gente tinha uma alternativa, que era a Horta e Arte, que era a única empresa de orgânicos significativa aqui da região, e que você estava vinculado a ela, e ela tinha regras que não eram muito interessantes para o produtor. Mas o produtor não tinha opção. Ela tinha regras complicadas de sobra, de devolução, de descontos, de programação; então ela programava com você para você produzir uma quantidade e ela não comprava aquela quantidade, ela comprava muito menos, e do que ela comprava, ela fazia um desconto grande. Também, hoje, eu entendo. Na época a gente não sabia, não entendia, e então a gente achava que era roubo mesmo, que elas estavam assaltando a gente. Hoje eu entendo que, boa parte desses descontos, dessas coisas todas era para conseguir estar no mercado, para conseguir cumprir as regras do mercado, as regras do supermercado.⁶⁸

A primeira experiência da APPOI comercializando seus alimentos por meio de empresas já mostrava que esta relação seria sempre complexa. Com as desvantagens e

⁶⁸ Entrevista realizada com o sr. Geraldo Gonçalves, fundador e presidente da APPOI. Todas as falas do sr. Geraldo Gonçalves fizeram parte de entrevistas realizadas nos dias 11 de julho de 2013 e 13 de julho de 2013, e serão aqui sinalizadas por: entrevista com o sr. Geraldo Gonçalves.

dificuldades na relação com a Horta e Arte, a APPOI buscou novos caminhos e passou a comercializar a produção de seus agricultores através de outra empresa que, entretanto, logo faliu. As duas experiências negativas fizeram com que a APPOI corresse atrás de outras formas de comercialização de sua produção. Surgiu, então, a sua primeira relação direta com um supermercado; no caso, a grande rede internacional de supermercados *Carrefour*. Como vimos anteriormente, o contexto da época era de uma expansão dos orgânicos, com a sua inserção nas redes de supermercados, o que explica o interesse do *Carrefour* na relação com uma pequena associação que ainda começava a sua história.

Para vender sua produção ao *Carrefour*, no entanto, a APPOI precisava emitir nota fiscal, o que não era possível para uma associação. No ano de 2000 é criado, então, um lado comercial da APPOI, uma empresa que tinha o objetivo de servir aos interesses dos agricultores e dos consumidores, remunerando bem quem produz o alimento e mantendo um preço justo para quem consome o alimento. A empresa surge com a ideia de ser participativa, ou seja, de os próprios agricultores da APPOI tomarem conta dela. “A ideia é que essa empresa fosse uma empresa de todos os produtores. Mas, na época, o pessoal não topou. O pessoal tinha medo, não queria assumir essa responsabilidade. E então, não deu certo montar uma empresa participativa” (entrevista com o sr. Geraldo Gonçalves). Sem a participação dos agricultores associados, a empresa fica sob responsabilidade praticamente exclusiva de Geraldo.

Com a criação da APPOI comercial, abre-se totalmente a possibilidade de comercialização com o *Carrefour*, o que de fato ocorre ainda no ano 2000. Este foi o período de maior crescimento da APPOI, mas também um período ambíguo. Se, de um lado, a relação com o *Carrefour* propiciava aos agricultores da APPOI certa estabilidade, de outro lado, a relação configurava uma situação de exploração muito grande, já que todos os problemas sempre recaem no agricultor.

Então, a viabilidade econômica desse negócio é complicada. É difícil você conseguir pagar as contas. Sempre foi. Desde o começo é uma luta absurda para você conseguir pagar as contas. Então assim, com o *Carrefour* você tinha volume, ou seja, tinha um volume grande de negócios, então você tinha um giro grande de dinheiro. Então, isso facilitava um pouco o teu fluxo de caixa. Então você não estava ganhando dinheiro, mas estava pagando, pagando e pagando. Uma hora você estava

apertado e outra hora você dava uma melhorada, e assim, uma das coisas que segurava essa coisa era o produtor. O produtor sempre leva a pior. Sempre, não é? Em todas as histórias. Então, o que acontece? Quando você tinha um giro menor, você tinha menos dinheiro entrando, você estava apertado, você atrasava o pagamento do produtor. Você aumentava o prazo de pagamento do produtor. Quando estava melhor, você diminuía o prazo de pagamento do produtor. O que flexibilizava essa coisa de você estar em épocas melhores e épocas piores sempre foi o produtor (entrevista com o Sr. Gerado Gonçalves).

A fala de Geraldo destaca muito que era o agricultor que permitia manter a relação com o supermercado viva. Afinal, nas épocas boas, o dinheiro entrava, e os agricultores recebiam a sua parte; nas épocas ruins, eram eles que tinham que segurar a situação, esperando para receber a parte que lhes cabia. A relação com o *Carrefour*, então, permitia-lhes ter um grande canal de escoamento de sua produção, o que era algo muito benéfico aos agricultores. Ao mesmo tempo, porém, tal relação colocava os agricultores numa grande situação de incerteza e de dependência da rede de supermercados. Este fato nos ajuda a entender um pouco o caráter da associação. É muito claro que os agricultores associados tinham o interesse comercial de escoar a sua produção para que pudessem viver, mas a situação não se resumia a isso: havia também um sentido de crença no associativismo. Alguns agricultores permaneciam, muitas vezes, porque realmente acreditavam na associação.

O período de comercialização com o *Carrefour* durou praticamente dez anos, encerrando-se em fevereiro de 2010. Os dez anos de relação com a rede de supermercados representaram também o período de maior crescimento da APPOI, que atingiu o número de 16 agricultores associados. Durante o período *Carrefour*, a APPOI também buscou diversificar as suas opções de mercado, montando cestas de alimentos orgânicos que eram comercializadas com igrejas, estudantes e funcionários da USP e também em domicílios.

Por causa dos problemas que decorriam da difícil relação entre a associação e a grande rede de supermercados, a APPOI decide parar de comercializar seus alimentos com o *Carrefour* em 2010, o que gerou uma grande crise na associação. Sem a diversificação de mercado feita pela APPOI por meio da venda das cestas de alimentos, a associação teria acabado com o fim da relação com o *Carrefour*.

[...] quando a gente saiu do Carrefour, então, primeiro, nós levamos um prejuízo muito grande. Para o tamanho da APPOI, o prejuízo foi absurdo. Então, o que aconteceu: nós paramos de pagar o produtor, por exemplo. Houve um choque com o produtor. Mas não tinha dinheiro, não tinha o que fazer. Tivemos um gasto absurdo para desativar, para reduzir o tamanho, reduzir funcionários, fazer o acerto de contas com o funcionário, porque o funcionário sai e ele não quer nem saber, vai para a justiça e você tem que pagar, não tem como. Então a gente quase foi à falência. Eu tive que botar muito dinheiro e tive que vender coisas: vender caminhão, vender caminhonete, vender carro, para segurar a APPOI nesse período de crise, de prejuízo e tal; para readequar tudo. Mas nós ainda estamos nesse processo, de readequação. Aí nós entramos no banco. Aí você pega empréstimo, capital de giro do outro banco (entrevista com o Sr. Geraldo Gonçalves).

A forte crise financeira ocasionada pela saída do *Carrefour* também acarretou em uma grande crise na associação. Muitos produtores optaram pela saída da associação no momento difícil, o que fez com que a APPOI perdesse ainda mais força. A saída dos agricultores reflete um pouco da única motivação de muitos ao tornarem-se associados: o interesse de vender os seus produtos, mantendo, portanto, apenas motivações comerciais.

Eu acho que você tem produtores e produtores. Tem produtores que têm uma outra visão. Ele não está disposto a contribuir nesse processo, ele não quer saber, ele quer vender e pronto, ele tem uma visão comercial da coisa. Então ele quer vender o produto dele [...]. Então, por exemplo, isso é uma coisa importante. Quando você começa a ter esse tipo de problema, você afasta o produtor. O produtor fica desconfiado e o cara foge. Tem produtor que não, tem produtor que continua com você e ele está firme nisso. Tem outros que tiram o time de campo, ou ele diminui, ou ele começa a te mandar produto de qualidade ruim; ele manda o bom para algum lugar e te manda um produto de outra qualidade. Então você tem uma série de implicações; aí a coisa passa a não funcionar bem (entrevista com o Sr. Geraldo Gonçalves).

A saída dos agricultores da APPOI, no momento de crise, representa um contraste nítido com a importância da associação para a produção de alimentos orgânicos no município de Ibiúna, já que a associação teve um papel de grande relevância em um período em que o orgânico ainda era pouco difundido. A troca de experiências entre os agricultores no início da história da APPOI era constante, o que proporcionava a construção e a difusão do conhecimento sobre o cultivo de alimentos orgânicos. Em entrevistas⁶⁹ realizadas com os agricultores que faziam parte da APPOI em 2013, todos foram enfáticos

⁶⁹ Realizadas presencialmente com cada um dos agricultores ainda participantes da APPOI, em julho de 2013.

em ressaltar a importância que a Associação teve no desenvolvimento dos agricultores no cultivo orgânico. O sr. José Carlos, por exemplo, que participa da APPOI desde a sua fundação, afirma que ela

[...] foi muito importante; principalmente no início, tinham uns produtores que eram do convencional e passaram para o orgânico, produtores desinformados que corriam atrás de informação, e chegavam, e passavam para o grupo, e que estão no orgânico até hoje.⁷⁰

O agricultor convencional, familiarizado com um jeito de cultivar alimentos, passava por um relativo choque ao adentrar no mundo dos orgânicos. No início, por exemplo, os alimentos produzidos eram, segundo o sr. Geraldo, pequenos, tortos e visivelmente feios, fora do padrão do que eram os alimentos na agricultura convencional. Por isso, foi necessário que os agricultores aprendessem a cultivar os orgânicos, e a Associação teve um papel decisivo neste processo. Nas Figuras 1 e 2, vemos alguns exemplos da produção da APPOI em 2013:



Figura 1 - tomates embalados e prontos para a comercialização. Autoria: Vítor Amancio Borges Ferreira, 11 jul. 2013.

⁷⁰ Entrevista realizada com o sr. José Carlos, participante da APPOI desde o início, no dia 12 de julho de 2013.



Figura 2 - laranjas embaladas, com destaque para o rótulo da APPOI e sua certificação. Autoria: Vítor Amancio Borges Ferreira, 11 jul. 2013.

Foram muitos os agricultores que passaram pela Associação desde a sua fundação, colaborando com o desenvolvimento da produção de orgânicos e também sendo auxiliados pelo conhecimento, experiência e disponibilidade dos outros agricultores. Aprender a plantar orgânicos foi – e tem sido – um processo longo e trabalhoso. Vemos, nisto, a importância de uma ciência como a Agroecologia, que busca pensar estratégias para a consecução de uma agricultura alternativa. Quando conversamos com os agricultores da APPOI, vemos neles um conhecimento técnico importante sobre formas de cultivo, técnicas e funcionamento de um agroecossistema em maiores ou menores graus.

A Agroecologia se coloca, então, como um referencial teórico e prático que tem sido importante para a realidade dos agricultores. Muito do que é feito pelos agricultores associados está ligado aos princípios agroecológicos. A Agroecologia tenta alcançar o equilíbrio dos agroecossistemas, por acreditar que, com o equilíbrio, a produção é melhorada e se torna mais sustentável, reduzindo impactos sociais e ambientais. Este equilíbrio torna-se possível com o estudo das relações e processos do agroecossistema. Para

que se atinja o equilíbrio desejado, é necessário que se tenha disponibilidade de nutrientes, solo com boas condições para o plantio por meio do incremento da atividade biológica e manejo da matéria orgânica, minimizar perdas (de água, ar, de radiação solar) e aumentar a diversificação de espécies no agroecossistema. Estas características podem ser obtidas por meio de diversas técnicas e estratégias (ALTIERI, 2012).

O planejamento de uma agricultura sustentável, que mantenha um bom nível de produtividade ao longo do tempo, passa, ainda, pela otimização do uso dos insumos localmente disponíveis e redução dos insumos externos, que além de caros são danosos ao meio ambiente, aos produtores e à produção; do aprimoramento da relação entre o meio físico e a produção, considerando aspectos como a declividade do terreno, o clima da região, etc., para tornar o modelo de cultivo mais adequado; da valorização e incremento da biodiversidade, aproveitando o potencial biológico das interações no agroecossistema; da valorização dos saberes tradicionais; da importância da troca de experiências entre produtores para o aprimoramento da produção.

Muitas das características listadas para a construção de uma agricultura alternativa, com princípios agroecológicos, foram vistas nos trabalhos de campo realizados com os agricultores da associação. A questão da diversificação das espécies no agroecossistema, por exemplo, foi vista em todas as propriedades visitadas. A diversidade de cultivos parece ser um dos principais elementos diferenciadores de uma agricultura sustentável para uma agricultura convencional. A viabilidade da produção e a viabilidade econômica da agricultura orgânica parecem estar muito associadas à questão da variedade de alimentos produzidos.

A sustentabilidade do produtor, real do produtor orgânico, é muito ligada à questão da diversidade de culturas. Para se produzir o orgânico, tem que ter diversidade de cultura. Tudo que eu te falei hoje está relacionado a uma grande diversidade de coisas, de atividades, de cultura. Aquele agricultor que está bem próximo do agricultor convencional, que [...] reproduz o modelo da agricultura convencional, que [...] planta poucas variedades em grandes quantidades, quer dizer, ele sofre muito mais com isso. Ele vai ter muito mais problemas com pragas, ele vai ter problemas com a comercialização, porque geralmente ele está atrelado a uma grande empresa que dita o que deve ser e o que não deve ser e, então assim, produzir poucos itens em uma propriedade é sinônimo de problemas. Produzindo poucos itens ele agride mais o solo dele, ele não vai fazer

direito, não vai fazer bem feito. Então se ele produzir uma grande variedade, quanto mais, melhor, do ponto de vista da sustentabilidade. Agora do ponto de vista da facilidade, é mais fácil produzir poucos itens ou muitos itens? É mais fácil produzir poucos itens, ele não precisa saber direito o que ele está fazendo. Agora para o cara administrar trinta itens na propriedade dele, ele tem que saber mais, tem que conhecer mais. Então, assim: a agricultura orgânica está relacionada com o conhecimento, está relacionada com saber o que está fazendo (entrevista com o Sr. Geraldo Gonçalves).

A fala do sr. Geraldo nos ajuda a pensar a relação entre o lado teórico sobre a construção de agriculturas alternativas, representado pelos princípios agroecológicos, e a sua aplicabilidade prática. A diversidade de culturas, uma das premissas de uma agricultura sustentável, de fato tem impacto direto na produção. Primeiro, por causa de uma questão estritamente produtiva: a diversidade de culturas permite ao solo apresentar melhores condições para o plantio, fazendo com que os cultivos sejam mais eficazes, e sem o uso de insumos químicos sintéticos. Além disso, a diversidade de culturas previne o aparecimento de pragas, que também são tratadas, na agricultura convencional, com os custosos e danosos insumos químicos sintéticos. Em segundo lugar, a diversidade de culturas está relacionada à sustentabilidade do agricultor: uma produção diversa é fundamental para a sua autonomia e para uma remuneração mais equilibrada. Dependendo de poucos produtos, o agricultor fica sujeito aos mandos e desmandos de grandes empresas, já que, por plantar uma variedade pequena de alimentos, escoar toda a sua produção se torna mais complexo. Acontecendo algum problema na produção, como a ocorrência de uma praga que destrua parte de um cultivo, o agricultor fica muito fragilizado, já que não produz outras variedades. Nas Figuras 3 e 4, exemplos de produções com uma grande diversificação de culturas.



Figura 3 - exemplo de diversificação de culturas na plantação do sr. José Carlos, elemento importante para a construção de uma agricultura alternativa. Autoria: Vítor Amancio Borges Ferreira, 11 jul. 2013.



Figura 4 - na plantação do sr. Geraldo, cultivos que se confundem, característica de uma produção diversa. Autoria: Vítor Amancio Borges Ferreira, 13 jul. 2013.

Outro elemento significativo visto foi o uso de insumos locais como forma de substituição de insumos externos à propriedade. No caso da plantação do sr. Geraldo, por exemplo, tal estratégia ocorria de maneira muito eficaz. Falando sobre uma produção autossustentável, ele afirma que

[...] se você fizer isso direitinho, e nas quantidades certas, você não precisa trazer nada de fora. Você consegue produzir dentro da sua área tudo o que você precisa. Aproveitando a urina, se você tiver animais, se você conseguir aproveitar a urina mesmo, você pode fazer fertilizantes com essa urina. Ou, então, se você tem a cama do animal onde ele urina [...], a matéria orgânica retém, vai incorporar o nitrogênio, ou os nutrientes dessa urina. Quando você leva aquele composto para a tua horta, ele está rico, ele tem os nutrientes que você precisa para a tua planta (entrevista com o Sr. Geraldo Gonçalves).

Assim, reduzindo muito o impacto ambiental da produção e reduzindo drasticamente os seus custos, o agricultor não depende mais, como antes, de insumos

externos e das empresas que estão por trás deles, ganhando autonomia. É o que ocorre na plantação do sr. Geraldo, que cria porcos e galinhas (Figura 5).



Figura 5 - a criação de animais é uma importante estratégia para a redução da dependência de insumos externos. Na fotografia, porcos e galinhas criados pelo sr. Geraldo. Autoria: Vítor Amancio Borges Ferreira, 13 jul. 2013.

Os exemplos citados da relação entre a teoria e a prática mostram que a APPOI foi uma importante ferramenta para a construção de uma agricultura de fato alternativa ao modelo convencional. Em 2013, entretanto, 14 anos depois da fundação da APPOI, apenas quatro agricultores se mantinham associados. O principal motivo foi a saída da Associação de sua relação comercial com o *Carrefour*, acarretando numa forte crise econômica e na diminuição da capacidade de escoamento da produção. A viabilidade econômica continua sendo, na maioria dos casos, o fator principal para que o agricultor se associe. No caso da APPOI, os quatro agricultores que continuavam, em 2013, estavam na Associação praticamente desde o seu início. Talvez a experiência de associação e de construção

conjunta de algo relevante tenha feito com que os agricultores se mantivessem associados mesmo com as dificuldades financeiras.

Considerações finais

Quisemos mostrar, de maneira rápida, como os debates em torno de uma agricultura alternativa reverberaram de forma prática no campo brasileiro, e em especial no caso de Ibiúna com a APPOI. A história da Associação demonstra o seu importante significado e participação na construção de uma agricultura alternativa, sustentável, que considera, além dos aspectos técnicos e econômicos, questões importantes como o ambiental e o social, lados tão negligenciados nos últimos anos pelo modelo convencional de agricultura no campo brasileiro.

Dentro de um movimento incipiente de agriculturas alternativas, a APPOI foi muito importante para o desenvolvimento da produção de alimentos orgânicos no município de Ibiúna. Por meio da troca de experiências entre os agricultores e do aprendizado conjunto, as técnicas foram sendo aperfeiçoadas, os alimentos, a produtividade e os resultados melhoraram e a produção orgânica foi difundida em Ibiúna.

A experiência da APPOI demonstra, também, uma importante possibilidade de caminho para os pequenos agricultores, que sofreram bastante com o modelo de agricultura que foi e continua sendo desenvolvido. Com custos muito baixos, uma produção orgânica é viável para qualquer tipo de produtor com qualquer tamanho de propriedade. Um dos fatores principais para isso é a pequena (e às vezes nenhuma) dependência externa que tem o agricultor, já que o objetivo é utilizar insumos localmente disponíveis e acabar com o uso de insumos químicos sintéticos.

O que viabilizaria, então, os pequenos agricultores é a Agroecologia, que se coloca cada vez mais como um importantíssimo referencial teórico e prático para a agricultura e o campo brasileiro. Na experiência da APPOI, vimos como os princípios agroecológicos, aplicados na prática, causam transformações significativas e importantes para a construção

de uma agricultura que pense, cada vez mais, o todo, considerando em sua essência as questões ambientais, sociais, econômicas, políticas e culturais.

Este é um ponto fundamental para uma real transformação do campo brasileiro. Discutimos, no início do artigo, a questão da técnica, e sobre como a Revolução Verde foi uma solução que tinha, em sua essência, o entendimento de que o problema da agricultura era tecnológico. Se, nas propostas de agricultura alternativa, continuarmos considerando que o problema é de ordem técnica, e que a mera substituição de uma tecnologia por outra vai resolver os problemas, cairemos no mesmo erro dos propositores da Revolução Verde. Precisamos de uma agricultura que pense, de fato, o todo, e que entenda que o modelo convencional de agricultura é inadequado em sua essência, e não apenas em suas tecnologias.

Altieri (2012) reforça estas ideias e vai além, dizendo que a agricultura de pequenos produtores baseada na Agroecologia é a única possibilidade viável para a alimentação do mundo no futuro, dadas as atuais condições de crise, principalmente com a degradação ambiental que temos vivenciado e com a agricultura dominada por grandes corporações.

Olhar para a história e para a experiência da APPOI, portanto, é visualizar uma possibilidade de futuro diferente para o campo brasileiro. É olhar para uma história concreta de transformação de princípios teóricos em realidade, demonstrando que a construção de uma agricultura alternativa, apesar de todas as dificuldades e entraves, é possível e, além de possível, necessária.

Referências

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3 ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, Miguel. The ecological role of biodiversity in agroecosystems. *Agriculture, ecosystems & environment*, v. 74, n. 1, p. 19-31, 1999.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - Nera: Boletim DATALUTA*, Presidente Prudente, n. 45, p.1-21, set. 2011. Disponível em: <http://docs.fct.unesp.br/grupos/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

COUTO, Elisângela. *As modernizações e as racionalidades na agricultura e o uso do território: temporalidades e espacialidades no município de Ibiúna (SP)*. 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Geografia Humana, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17102007-151355/>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de Souza. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: Hucitec, 1980.

SCHULTZ, Glauco. Agroecologia, agricultura orgânica e institucionalização das relações com o mercado nas organizações de produtores do sul do Brasil. *Agrária (São Paulo. Online)*, [S.l.], n. 7, p. 61-93, dec. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/130/130>>. Acesso em: 10 set. 2017.

Política, sujeitos e práticas produtivas no campo latino-americano

O campo, na América Latina, passou por transformações muito significativas, particularmente nos últimos 70 anos, no entanto, a história de dominação e subalternização não é tão recente, não só em relação ao trabalhador contratado, mas também em relação ao camponês e às populações tradicionais.

Muitos são os sujeitos, no campo latino-americano, que vivem situações de risco social, econômico, político, ambiental, cultural e físico: como os trabalhadores escravizados, os pescadores artesanais, os velhos, os camponeses em geral (identificados também como agricultores familiares, ainda que as correntes teóricas que os nomeiam sejam bastantes distintas).

Este livro, com foco prioritário na situação brasileira, se situa no cerne da reprodução das relações sociais presente no campo latino-americano. Assim, o objetivo geral que integra as análises aqui reunidas é o de compreender as situações de subalternidade em que vivem os sujeitos sociais em suas práticas produtivas, mediados pelas políticas estatais, e de potencialidade de superação dos obstáculos à construção de caminhos menos opressores.